

2021.1

# Revista Esripturas

REVISTA ELETRÔNICA DE HISTÓRIA  
DA UNIVERSIDADE DE  
PERNAMBUCO/CAMPUS PETROLINA

## Tema Livre

[www.revistaescripturas.com](http://www.revistaescripturas.com)

INSS  
2526-6543

# **Revista Escripturas**

*Revista Eletrônica de História da Universidade de  
Pernambuco/campus Petrolina*

*Electronic Journal of History of the University of  
Pernambuco /Petrolina campus*

ISSN – 2526-6543

# **Revista Escripturas**

*Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco/campus Petrolina*

*Electronic Journal of History of the University of Pernambuco /Petrolina campus*

ISSN – 2526-6543

Volume 5, Número 1, 2021  
Publicação: 30 de agosto de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Pernambuco

R454

Revista Escripturas: Revista Eletrônica de História da Universidade de Pernambuco [recurso eletrônico] / Colegiado de História, Universidade de Pernambuco - Campus Petrolina. – v. 5, n.1, 308p. (2021.1). – Petrolina: UPE, 2021

Semestral  
ISSN 2526-6543  
Disponível em: [www.revistaescripturas.com](http://www.revistaescripturas.com)

1. História. 2. Historiografia. 3. Fontes. 4. Abordagens. I. Universidade de Pernambuco. II. Colegiado de História.

CDD-907.2

# Sumário

Apresentação.....	5-6
<i>A solidão política no Filoctetes de Sófocles</i>	
Mateus Dagios.....	7-30
<i>Cultura material e monumentalidade: Uma análise sobre as transformações do Campo de Marte no final do século I a.C.</i>	
Macsuelber de Cássio Barros da Cunha.....	31-56
<i>As inscrições de Epidauro: algumas interpretações dos relatos de cura do santuário de Asclépio</i>	
João Vinícius Gondim Feitosa.....	57-75
<i>Os morgadios como estratégia de perpetuação social e econômica da família Pais Barreto: Cabo (ou Madre de Deus) e Juriçaca. Capitania de Pernambuco, 1580-1837</i>	
Ana Lunara da Silva Moraes.....	76-94
<i>Cabo Verde e o silêncio em torno da cultura cafeeira durante as primeiras décadas do séc. XIX</i>	
Alan de Carvalho Souza.....	95-119
<i>"É preciso [...] infundir nos animos das classes menos ilustradas [...] a necessidade de semelhantes operações": controle estatal no período do Ronco da Abelha</i>	
Lis de Araújo Meira.....	120-138
<i>Nos corredores do internato: Panorama das condições habitacionais dos educandos do Instituto de artífices paraense (1872-1881)</i>	
Raíssa Cristina Ferreira Costa.....	139-159

<i>Em nome da saúde: os discursos médicos sobre a Gripe Espanhola na Paraíba (1918)</i>	
Alexandro dos Santos	
Ronyone de Araújo Jeronimo.....	160-179
<i>Pós-abolição no Recôncavo Baiano: uma análise do perfil social das trabalhadoras das manufaturas de charutos e cigarrilhas (1910-1950)</i>	
Carlos Augusto Santos Neri Braga.....	180-201
<i>Vozes que rompem o silêncio: "insolência" e resistência da população de origem indígena e afrodiaspórica nas entrelinhas do passado de Canavieiras-BA</i>	
Elis Cristina Fiamengue	
Belaine das Neves Nascimento.....	202-222
<i>Baixada afro-maranhense: aspectos históricos da trajetória de negros e negras na Baixada Ocidental Maranhense</i>	
Maria da Conceição Pinheiro de Almeida.....	223-244
<i>O cinema etnográfico de Jorge Prelorán: entre a heterodoxia latino-americana e o modelo do cinema observacional (1972)</i>	
Ana Caroline Matias Alencar.....	245-264
<i>A narrativa distópica do romance "A Nova Ordem" e as conexões com o projeto autoritário do governo Bolsonaro</i>	
Alexleide Santana Diniz Soares	
Ariosvalber de Souza Oliveira.....	265-284
<i>Von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu sob o escrutínio de Alice Piffer Canabrava</i>	
Otávio Erbereli Júnior.....	285-307

## **Apresentação**

A regulamentação da profissão de historiador no Brasil ocorreu há um ano atrás. Para os historiadores e historiadoras, entretanto, essa conquista significou apenas um lampejo de satisfação diante dos retrocessos que se fizeram antes e durante aquele momento, e que persistem em continuar um ano depois. O contexto é desafiador: o negacionismo que conduz ao obscurantismo, a ascensão do autoritarismo, o ataque aos direitos fundamentais, a execução do programa de destruição de ecossistemas e a deslegitimação da universidade pública – tudo isso em meio a um cenário pandêmico com mais de meio milhão de mortes pela Covid-19. Se, por um lado, a representatividade do historiador também não tem escapado ileso junto a esse contexto, por outro, os historiadores têm enfrentado a necessidade de refletir sobre como escrever a história em um tempo de incertezas.

Pensar que os historiadores devem “dar tempo ao tempo” para poderem compreender o significado de todos esses acontecimentos presentes é negar sua própria contemporaneidade. As fontes se farão presentes ao futuro (esperamos!), e a dinâmica da história científica certamente proverá novas formas de contar o hoje. Por sua vez, as dificuldades em se decifrar o tempo presente, diante de situações, propostas e configurações imprevistas desse período caótico, são, de veras, desafiadoras; muito difíceis de serem arbitradas pelo historiador profissional. Momentos como esse promovem maiores desafios ao seu profissionalismo, uma vez que a subjetividade do historiador se desperta mais prontamente que sua própria consciência histórica.

O espaço social da memória não é, sabemos, exclusivo dos historiadores profissionais. As narrativas que se presumem legítimas são produzidas por atores sociais diversos, representantes de grupos econômicos e políticos que procuram transformar essas narrativas em histórias oficiais, propondo o que deve ser esquecido ou lembrado. Em meio a isso reside um dilema para o historiador. Caso utilize o conhecimento histórico para encontrar o que poderia ser comum entre o passado e o presente a fim de encontrar as saídas

para esta época de crises profundas, poderá, na verdade, se decepcionar em sua procura por fórmulas prontas. Talvez, o melhor ensinamento do passado seja o de fazer entender também a singularidade do hoje e fomentar o estímulo para a busca de soluções que visam contribuir positivamente para alterar esse cenário de retrocessos.

Este número da revista *Escripturas* é um exemplo de como os debates contemporâneos têm sido observados e refletidos pelos historiadores. A crítica ao autoritarismo, a valorização do protagonismo histórico de grupos sociais aliados do poder, a crítica de historiografias legitimadoras e a releitura de contextos históricos com base no contexto pandêmico atual, são encontradas nos quatorze artigos aqui presentes. Essas perspectivas comuns não fazem deste número um “dossiê”, mas são indicativos confiáveis que mostram um fluxo com alterações paradigmáticas e seus impactos nas formas de se escrever a história no tempo presente.

 Fernando Mattioli Vieira  
 Thiago Alves Dias

Agosto de 2021

### Referências bibliográficas

BRASIL. Lei 14.038, de 17 agosto de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 de ago. 2020. Seção: 1, p 4. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.038-de-17-de-agosto-de-2020-272747785>. Acessado em 17 de ago. de 2021.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de; GANDRA, Edgar Avila. O negacionismo renovado e o ofício do historiador. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, pp. 1-17, 2020.

OLIVEIRA, Rodrigo Perez; SILVA, Daniel Pinha (Orgs.). *Tempos de crise: ensaios de história política*. Rio de Janeiro: Autografia, 2020. pp. 281-336.

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o Passado? História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade*. Jundiaí: Paco editorial, 2017.

## A solidão política no *Filoctetes* de Sófocles

 Mateus Dagios\*

**Resumo:** O artigo é uma investigação sobre a história das emoções, problematizando a solidão na tragédia grega *Filoctetes* (409 a.C.) de Sófocles. A historicidade dos sentimentos tem ganhado destaque com uma nova historiografia que reivindica um passado para as emoções, negando sua universalidade. O texto apresenta, por meio de estudo do vocabulário grego, uma relação semântica entre solidão (*mónos*), doença (*nósos*) e desertado (*éremos*), construindo a noção de solidão política. O tema da solidão tem se tornado cada vez mais importante em um contexto de pandemia, em que a solidão foi ressignificada em sua dimensão social. Apresentar a solidão como um problema histórico ajuda-nos a entender suas dimensões sociais como um sentimento e uma emoção.

**Palavras-chave:** história das emoções, solidão, tragédia grega, Filoctetes.

## Political solitude in Sophocles' *Philoctetes*

**Abstract:** This paper examines solitude in the Greek tragedy *Philoctetes* by Sophocles (409 BCE) through the perspective of the history of emotions. The historicity of feelings has gained attention with a new historiography that asserts a past for emotions and denies their universality. By examining Greek vocabulary, the paper presents a semantical relationship between solitude (*mónos*), disease (*nósos*) and deserted (*éremos*), establishing the notion of political solitude. Solitude has become an increasingly important theme during a pandemic in which it has been socially resignified. Analyzing solitude as a historical issue helps us understand it from a social viewpoint as a feeling and an emotion.

**Keywords:** history of emotions, solitude, Greek tragedy, Philoctetes.

---

\* Doutor em História – UFRGS. Professor substituto – IFMT. E-mail: mateusdagios@yahoo.com.br



Nenhum homem é uma ilha, completa em si mesma; todo homem é um pedaço do continente.

John Donne – Meditação XVII

Em 2012, uma reportagem foi compartilhada em vários jornais do mundo por seu caráter curioso. Descobriu-se que um homem de 76 anos chamado Masafumi Nagasaki vivia sozinho na ilha de Sotobanari, que pertence ao arquipélago de Sakishima no Japão<sup>1</sup>. A ilha, que não tem mais de 1 km de diâmetro, é um lugar isolado que não desperta atenção dos pescadores e tampouco de turistas. Masafumi habitava a ilha desde 1989. Ao conversar com o repórter sobre sua situação, disse que se refugiou na ilha para escapar da poluição e que no começo usava roupas, mas depois adotou o nudismo e concluiu que vivia de acordo com as leis da natureza.

Seis anos depois, o singular japonês e sua pequena ilha voltariam a ocupar os sites de notícias, mas desta vez por causa de uma doença que o debilitava. Ele teve que ser transferido para outra ilha, povoada e urbanizada, onde recebeu cuidados médicos. Masafumi foi devolvido contra sua vontade à civilização e proibido de retornar ao isolamento, sendo obrigado a abandonar seu modo de vida solitário.

A história de Masafumi serve-nos como preâmbulo. Em sua estada na ilha, ele encarna posturas emblemáticas frente à solidão. Sua relação com a ilha transforma-o em um Robinson Crusoe. Não foram poucas as matérias que o chamaram de “o Robinson Crusoe japonês”. O romance de Defoe, do começo do século XVIII, descreve uma solidão inventiva, empreendedora, na qual o homem é testado em seus limites para viver em uma ilha deserta. Masafumi foi tão longe em suas táticas de sobrevivência quanto o naufrago de Defoe.

Ao se colocar como crítico da poluição e se isolar, Masafumi também não deixa de fazer eco à solidão de Henry David Thoreau no *Walden* (1854) e aos antigos eremitas místicos que iam ao deserto em busca de uma experiência

---

<sup>1</sup> A vida de Masafumi não demorou a ser tema de um documentário, chamado *Japan's Naked Island Hermit*, disponível na plataforma YouTube: <https://youtu.be/ZBtBePnUOZU>

de solidão. Em seu relato, existe um escapismo ecológico e uma vontade de viver à sua maneira, solitário, em comunhão com uma ideia de natureza. Ele não é um náufrago, nem louco, mas um autoexilado, um homem que diz buscar a fuga contra um mundo poluído.

De forma mais distante no tempo e abordando o tema que problematizaremos, a solidão de Masafumi é comparável com a solidão do mito de Filoctetes. Ambos vivem solitários em uma ilha deserta. Filoctetes está doente e como, o intrépido japonês, somente deixará sua ilha para ser curado; mas o arqueiro grego não desejará retornar à sua solidão, diferentemente de Masafumi, que, ao voltar à civilização, deseja sua praia deserta.

Nosso tema de investigação é a história da solidão, assunto sensível e pulsante para nosso presente. Em *A Biography of Loneliness: The History of an Emotion*, Fay Bound Alberti (2019) defende que a solidão é o sentimento proeminente da modernidade, sendo descrito até como uma doença: “*modern epidemic*”. Porém, reconhecendo a historicidade da solidão, cabe a indagação: O que é uma história da solidão? Em que estatuto teórico é possível abordá-la?

A resposta não é simples e envolve alguns desdobramentos historiográficos. A partir da década de 1990, a disciplina tem passado por uma *emotional turn*. Cada vez mais pesquisas se dedicam a investigar posturas diante das emoções. Felicidade, tristeza, alegria, angústia e solidão ganharam problematização histórica. Determinadas abordagens são guiadas pela história do corpo de implicação foucaultiana. Podemos citar como exemplo a *História das Emoções* em três volumes, dirigidos por Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine e Georges Vigarello (2020). Também surgiram textos que privilegiam o inventário das posturas frente ao sentimento, como o particularmente importante para nossa reflexão *História da Solidão e dos Solitários* de Georges Minois (2019) ou *A História da Alegria* de Adam Potkay (2010).

Nosso objetivo é problematizar o tema da solidão na tragédia *Filoctetes* (409 a.C.) de Sófocles<sup>2</sup>. Argumentamos que está presente no texto uma relação entre *nósos* (doença), *mónos* (solidão) e *éremos* (desertado) e que no desenvolvimento dessa relação semântica é possível captar o que chamaremos de *solidão política*, ou seja, um sentido próprio de isolamento, no qual o herói trágico se percebe abandonado e, por isso, privado do convívio social.

A *solidão política* que abordaremos no *Filoctetes* não tem os mesmos contornos psicológicos da solidão moderna. É antes uma percepção da pólis como um centro organizador das potencialidades políticas do cidadão do que uma reivindicação de desconforto psicológico, na relação moderna entre indivíduo e sociedade.

A escolha não é arbitrária. O binômio “doença-solidão” tornou-se a ordem do dia em um mundo que passou a conviver com medidas de isolamento na pandemia de COVID-19. Olhar para o passado procurando experiências de grupos sociais diante da solidão é uma maneira de indagarmos como a sociedade está ressignificando suas posturas e ações diante das emoções.

Ao propormos uma investigação sobre a solidão em uma tragédia grega, indagamos o que a obra *Filoctetes* nos diz sobre a solidão entre os gregos e, por extensão, em que um texto trágico pode nos ajudar a compreender a solidão contemporânea em uma época de isolamento.

Quando problematizamos as emoções, temos que atentar para o problema da tradução, ou seja, aproximar sensibilidades antigas com a nossa percepção emocional moderna. Como ressalta Boddice: “a tentação de traduzir termos ‘emocionais’ históricos, sejam eles em grego, latim ou

---

<sup>2</sup> Para outro texto em que é problematizado um tema de história das emoções no *Filoctetes* de Sófocles, ver o artigo *Uma retórica do pranto: o choro em um relato de Neoptólemo no Filoctetes de Sófocles* (Dagios, 2021).

qualquer outro idioma, vivo ou morto, carrega o perigo de elisão, anacronismo e simplificação” (Boddice, 2017: 11, tradução nossa).

As emoções não são um dado universal. Elas têm dimensões próprias, sentidos compartilhados em singulares contextos, desenvolvendo signos corporais e discursivos em torno delas. A solidão não é diferente; as comunidades constroem discursos sobre o solitário e dimensionam significados sobre a solidão.

A solidão moderna é ambígua, e várias imagens podem dimensionar a situação do solitário. Existem os solitários no meio da multidão, a própria multidão sendo composta por uma aglomeração de solitários, os solitários nos cafés como na célebre pintura *Nighthawks* de Edward Hopper e também os solitários trancados em apartamentos ou os solitários com seguidores nas redes sociais. De outra forma, a solidão também é uma conquista. Os avanços feministas reconfiguram a antiga solidão das mulheres, sendo a solidão uma forma de liberdade. Assim, sendo um modo de vida ou um momento de nossos dias, a solidão redimensiona nossos corpos e recria espaços.

Propomos, embasados no conceito de “comunidades emocionais”, abordar as emoções como expressões pertencentes à identidade de determinados grupos. A solidão é uma emoção construída essencialmente de forma social, e o que buscamos apresentar é a *solidão política* na tragédia *Filoctetes* de Sófocles como um sentimento social do final do século V a.C.

O texto divide-se em duas partes: 1. *Tragédia grega e comunidade emocional*, na qual exploramos o conceito da historiadora Barbara H. Rosenwein para apresentar a possibilidade de investigação das emoções na tragédia grega; 2. *Filoctetes: solidão, doença e isolamento*, em que são analisados trechos da peça.

### 1. Tragédia grega e comunidade emocional

O conceito de “comunidades emocionais” vem sendo desenvolvido pela medievalista Barbara Herstein Rosenwein desde o começo dos anos 2000. É

primeiramente uma reação à noção a-histórica da universalidade das emoções, ideia bastante aceita e difundida de que as emoções são universais em seus significados, sendo as mesmas no passado, repetindo-se no presente e iguais no futuro.

Ao tomar a possibilidade de construir uma história das emoções, acreditamos que os sentimentos são partilhados de forma social e configuram-se de maneira diferente em distintos momentos históricos. O conceito defendido pela historiadora permite-nos mapear sensibilidades emocionais, contornos sentimentais e singularidades emotivas. A autora apresenta-nos em *História das emoções: problemas e métodos* o princípio conceitual de “comunidades emocionais”: “Estudar as emoções do passado considerando as ‘comunidades emocionais’ (em síntese: grupos sociais cujos membros aderem às mesmas valorações sobre as emoções e as suas formas de expressão” (Rosenwein, 2011: 07).

A história das emoções abordada pelo conceito de “comunidades emocionais” é preponderantemente social. Só podemos compreender o sentido das emoções quando dispomos de grupos de menor ou maior amplitude que lhe atribuem sentido. As emoções não são desconectadas do grupo, são criadas pelo grupo e significadas nele.

Em *Antropologia das emoções*, David Le Breton pontua: “Para que um sentimento (ou emoção) seja experimentado ou exprimido pelo indivíduo, ele deve pertencer, de uma forma ou de outra, ao repertório cultural de seu grupo” (Le Breton, 2019: 157). A ideia de comunidade é importante para entender a dimensão de uma emoção, como colocado por Rosenwein:

As pessoas viveram — e vivem — no que proponho chamar de “comunidades emocionais”. São precisamente iguais às comunidades sociais — famílias, bairros, parlamentos, guildas, monastérios, associação em igrejas de paróquia —, mas o pesquisador que os examina busca acima de tudo revelar sistemas de sentimentos: o que essas comunidades (e os indivíduos dentro delas) definem e avaliam como valioso ou prejudicial para eles; as avaliações que fazem sobre as emoções dos outros; a natureza dos laços afetivos entre as pessoas que eles reconhecem; e as formas de expressão

emocional que esperam, encorajam, toleram e deploram (Rosenwein, 2002: 842, tradução nossa).

Estabelecidos alguns princípios do conceito, é preciso esclarecer por que abordá-lo em relação à tragédia grega, nosso objeto de estudo. A tragédia como uma festa de dimensão cívica-religiosa era apresentada com um ritual performático que visava a reações emocionais, sendo, então, um documento privilegiado para abordar as emoções.

As tragédias eram encenadas em um contexto institucional, inserindo-se no calendário festivo da cidade e tendo lugar e público específicos. Ocorriam nas três festas em homenagem ao deus Dioniso: as Leneias, que aconteciam no final de janeiro, para as quais se interrompiam os trabalhos do campo, do comércio e da navegação de forma que os cidadãos se dedicassem exclusivamente às festividades; as Grandes Dionisíacas, que aconteciam no final de março e traziam grande número de viajantes para Atenas; as Dionisíacas rurais, que aconteciam em dezembro em regiões da Ática (Meier, 2004: 70).

Eram apresentadas em três dias, sendo um quarto dia dedicado às comédias. As peças eram escolhidas mediante um concurso dirigido pelo Arconte Epônimo. Ele também era responsável também por escolher os atores e recrutar os membros (coreutos) dos três coros, que seriam dirigidos e sustentados pelo chefe do coro, o corifeu, que tinha um grande prestígio político e compartilhava da glória do poeta em caso de vitória da tragédia em que participava (Meier, 2004: 75).

Para Meier, autor de *La tragédie grecque comme art politique*, texto que investiga a dimensão política da tragédia entre os gregos, as festividades em honra a Dioniso serviam para conciliar aspectos políticos e identitários da pólis e exigiam um esforço comunitário para instaurar todos os anos a festa em homenagem ao deus (Meier, 2004: 61).

O festival começava com o retorno à cidade da estátua de Dioniso, mostrando que o deus do êxtase se instalava na pólis. Uma estátua de madeira era transportada de um bosque para Atenas. Dioniso habitava as

margens sagradas, os bosques e os entornos que circundavam a cidade. Cada uma das cidades da confederação enviava um falo de madeira para seguir Dioniso em sua saída. A procissão alegre, com um cortejo ruidoso, acompanhava a estátua até o teatro, onde eram então realizados sacrifícios de animais e havia consumo abundante de alimentos e vinho (Meier, 2004: 70).

Outro fator importante para compreender a tragédia é o mito. Como texto, a tragédia reinterpreta o mito, revestindo-o com problemas e conflitos vividos na cidade pelos cidadãos. A relação com o mito faz Meier (1996) considerar a tragédia uma *arte política*, à medida que o poeta constrói o texto trágico em discussão com a identidade da pólis, colocando as personagens em meio às questões que permeiam a vivência coletiva da cidade:

Os problemas da atualidade podiam então ser abordados, de maneira mais ou menos direta, e o mito era ilustração deles. É nestes momentos que a tragédia reflete para nós um aspecto do pensamento político da época; ela exerce então verdadeiramente a sua função educativa essencial: instância globalmente neutra, ela atualiza os problemas ou as realizações da pólis; traz à consciência a essência mesma do político e exprime talvez certas advertências de ordem geral (Meier, 1996: 144, tradução nossa).

Nessa reinterpretação do mito, que atualiza as personagens lendárias à luz de problemas contemporâneos do século V a.C. e utiliza o vocabulário advindo das instituições políticas, é que podemos delimitar um espaço de posturas emocionais próprias e estabelecer o uso conceitual de comunidade emocional como defendido por Rosenwein para rastrear um vocabulário que nos permita definir posturas emocionais, como a *solidão política* de Filoctetes.

Para problematizar as emoções sob a óptica das comunidades emocionais, é preciso recorrer a um tipo de documentação que privilegie uma exposição emocional e considerar que determinadas emoções podem ser relegadas inclusive nesses documentos: "Comunidades emocionais normalmente evitam algumas emoções ao mesmo tempo que ressaltam outras. Ou então elas evitam certas emoções em contextos específicos" (Rosenwein, 2011: 32).

As trocas emocionais relacionam-se diretamente com modos de pertencimento do grupo. As emoções ganham caracteres identitários, como aponta Le Breton: “As emoções são modos de afiliação a uma comunidade social, uma maneira de se reconhecer e de poder se comunicar em conjunto sobre a base da proximidade sentimental” (Le Breton, 2019: 157).

A tragédia, como um espetáculo performático, apresentado em um teatro, com atores, máscaras, com a presença do coro e elementos cenográficos, tem um objetivo emocional de conexão com o público, cidadãos atenienses. Uma interrogação aqui se estabelece: é possível identificar que emoções eram problematizadas nas tragédias? A resposta é mais complexa do que a tentadora proposta de fazer do texto trágico um catálogo emocional.

Levando em consideração a *Poética* de Aristóteles, um dos possíveis efeitos da tragédia é a *kátharsis* (purificação) por meio da “compaixão e do temor” — “*eleos kai phobos*” (Aristóteles, *Poética*, 1449b2530). Para entender essas relações com a *kátharsis*, é preciso retomar o problema da tradução emocional.

Ao problematizarmos a Grécia antiga, especialmente o final do século V a.C., estamos analisando outras referências emocionais, que não podem ser simplesmente associadas à nossa psicologia moderna e confundidas com nossos padrões emocionais. David Konstan, em *The Emotions of the Ancient Greeks: Studies in Aristotle and Classical Literature*, afirma: “Os gregos não concebiam as emoções como estados internos de excitação. Em vez disso, as emoções eram provocadas pela nossa interpretação das palavras, atos e intenções dos outros, cada uma de sua forma característica” (Konstan, 2006: XII, tradução nossa).

Noções modernas de individualismo pertencentes à construção histórica do indivíduo, relacionadas à autonomia e à subjetividade ou à questão do “eu”, não existem no mundo emocional grego da mesma maneira que estão presentes na contemporaneidade. Jean-Pierre Vernant (1999c), em *Esboços da vontade na tragédia grega*, aponta a inexistência no vocabulário grego de uma palavra que determine uma noção psicológica de vontade. O herói

trágico, apesar de nos parecer profundamente próximo, é emocionalmente distante de escolhas que consideramos naturais. Vernant argumenta que a ascensão do pensamento jurídico, testemunhada pela tragédia, marca uma mudança de pensamento:

Mas nem o indivíduo, nem sua vida interior adquiriram bastante consistência e autonomia para constituir o sujeito como centro de decisões de onde emanariam seus atos. Separado de suas raízes familiares, cívicas, religiosas, o indivíduo nada mais é; não apenas se encontra sozinho mas cessa de existir (Vernant, 1999c: 51).

São os laços familiares, as relações comunitárias desenvolvidas na pólis e o mundo religioso que significam o mundo sensível. São essas relações que constroem as operacionalidades emocionais.

Não existe na argumentação efetuada pelo herói trágico uma decisão embasada na vontade individual, mas em uma rede de influências que o caracterizam como pessoa, membro de uma unidade familiar, pertencendo a uma fratria, ligado a ancestrais. Ao estar separado, apartado da comunidade, é possível pensar uma *solidão política*, um sentimento emocional de estar sendo relegado de um mundo compartilhado construído nos laços comunitários. Como veremos no próximo tópico, uma ideia negativa de solidão constrói-se nessas relações.

O texto trágico grego é construído por embates. Como descreve Vernant, a tragédia mostra “uma *díkē* em luta contra uma outra *díkē*” (Vernant, 1999a: 03), ou seja, posturas diferentes e concorrentes frente à verdade e à justiça. O texto trágico revela emoções coletivas baseadas em percepções do mundo social da cidade ateniense.

As comunidades emocionais não são uniformes e permitem divisões complexas: “Em todas as épocas, em todas as sociedades, quase inevitavelmente existe uma multiplicidade de comunidades emocionais, cada uma com suas próprias normas e seus próprios modos de expressão” (Rosenwein, 2020: 137-8). O número de grupos sociais não corresponde ao

número de comunidades emocionais. Sua divisão é mais complexa do que uma identificação geral e estratificada.

Do ponto de vista metodológico, colocam-se questões sobre a maneira de identificar comunidades emocionais. Rosenwein indica a necessidade de primeiro reconhecer termos do vocabulário emocional ou sentimental do contexto problematizado (Rosenwein, 2011: 07). No caso grego, o primeiro a fazer um inventário das emoções (*páthe*) foi Aristóteles na sua *Ética a Nicômaco*, citando o desejo (*epithymía*), a cólera (*orgé*), o medo (*phóbos*), a coragem (*thrásos*), a inveja (*phthónos*), a alegria (*chará*), a amizade (*philía*), o ódio (*mísos*), o desejo ardente (*póthos*), o ciúme (*zêlos*), a piedade (*éleos*) (*Ética a Nicômaco*, II, 4 1105b, 22-23).

Maurice Sartre pontua a singularidade da noção aristotélica e o termo *páthe*, plural de *páthos*, como aquilo que afeta a alma (*psiqué*), também relacionado a *dynameis* (faculdades) e a *exeis* (maneiras de ser). Assim, as *pathe* seriam responsáveis por causar prazer ou sofrimento (Sartre, 2020: 24).

Não podemos acreditar que somente as emoções catalogadas por Aristóteles fossem sentidas e conhecidas. Para mapear emoções, é necessário que o historiador proponha modos atentos de leitura, como “ler o silêncio”, procurar as emoções escondidas pelas comunidades emocionais, “ler as metáforas” ou “as ironias, nem sempre compreensíveis” (Rosenwein, 2011).

O texto trágico é marcado pela polissemia, permeado por metáforas e criação de imagens. Vernant destaca que os poetas utilizavam a polissemia das palavras para demarcar espaços de tensão, zonas de incompreensão que servem para demarcar o limite de ação:

As palavras trocadas no espaço cênico têm, portanto, menos a função de estabelecer a comunicação entre as diversas personagens que a de marcar os bloqueios, as barreiras, a impermeabilidade dos espíritos, a de discernir os pontos de conflito (Vernant, 1999b: 19).

Nessa zona de ambiguidade criada pela linguagem na tragédia é que investigaremos uma ideia de solidão, atentando para a simbologia do homem em uma ilha deserta em relação à cidade democrática ateniense.

## 2. Filoctetes: solidão, doença e isolamento

Jacqueline de Romilly considera que as tragédias de Sófocles são por excelência a “tragédia do herói solitário” (Romilly, 1970). Dejanira sofre com a solidão do leito, Ajax busca a solidão depois de seu crime, Édipo é solitário em sua tirania, Antígona defende sozinha um código de leis e Filoctetes, o mais isolado dos heróis sofocleanos, amarga doente a solidão em uma ilha. A solidão desses heróis é a demonstração de um contraste entre código de ética e visões de cidade.

O tema do homem solitário, doente e abandonado pela sociedade e mais tarde por ela demandado quando se torna imprescindível, tem na tradição grega um símbolo em Filoctetes. O mito de Filoctetes aparece em alguns textos da literatura grega, tanto na *Ilíada* (II, vv. 716-725) como na *Odisseia* de Homero (III, v. 190 e VIII, vv. 219-20), na *Primeira Pítica* de Píndaro (vv. 96-116), em fragmentos dos *Cantos Cíprios*, da *Pequena Ilíada* e na obra de Baquílides.

Em linhas gerais, podemos compreender a estrutura do mito pela seguinte narrativa: Filoctetes embarcara para Troia com Odisseu e outros guerreiros. Na ilha de Crise, foi picado por uma serpente, o que lhe causou uma doença. Por causa dessa condição, Odisseu decidira abandoná-lo na ilha de Lemnos. Anos depois, Odisseu veio a conhecer uma profecia de que a Guerra de Troia só seria vencida com o arco de Hércules, em posse de Filoctetes.

A tragédia *Filoctetes* (409 a.C.) de Sófocles coloca em cena quatro personagens: o arqueiro Filoctetes, Odisseu, o jovem Neoptólemo, filho de Aquiles, e Hércules (*deus ex machina*). O coro da peça é formado pelos marinheiros que acompanham Odisseu e Neoptólemo. É a única tragédia sobrevivente que possui somente personagens masculinos e é também a única peça de Sófocles que emprega a resolução com o *deus ex machina*. A

peça começa com o retorno de Odisseu à ilha de Lemnos, em companhia de Neoptólemo, nove anos depois do abandono e sabendo da profecia de um adivinho de que a Guerra de Troia só seria vencida com o arco de Hércules.

Os três trágicos, Ésquilo, Sófocles e Eurípides, escreveram tragédias sobre o episódio da persuasão para o retorno de Filoctetes aos campos de batalha. Temos testemunho nos escritos do orador Dio Crisóstomo (c. 40 – c. 115 d.C.) de duas outras tragédias sobre Filoctetes, de Ésquilo e de Eurípides (discursos 52 e 59, Chrysostom, 2001). Não temos evidência de data para a tragédia de Ésquilo, mas sabe-se que a de Eurípides foi encenada em 431 a.C.

O discurso 52, *Sobre Ésquilo e Sófocles e Eurípides ou o arco de Filoctetes*, trata das três peças, comparando e comentando alguns dos seus aspectos. Infelizmente, Dio descreve mais completamente o enredo do *Filoctetes* de Sófocles. O discurso 59, *Filoctetes*, é uma paráfrase do prólogo do *Filoctetes* de Eurípides. Sobre o *Filoctetes* de Ésquilo, Dio menciona que Odisseu é enviado para buscar Filoctetes e o arco de Hércules após a profecia de que eles eram necessários para a tomada de Troia. Sem disfarces, mas usando artifícios não vis, Odisseu tem um plano de convencimento baseado em engano e argumentos, que incluía relatar os infortúnios dos gregos e a desgraça de Odisseu. Por fim, Odisseu toma o arco e consegue que Filoctetes retorne ao exército. Também menciona o coro formado por lemnianos que não se aproximavam do arqueiro.

Quanto ao *Filoctetes* de Eurípides, Dio relata que Odisseu e Diomedes se dirigem a Lemnos para buscar Filoctetes e o arco a fim de cumprir a profecia e Odisseu é disfarçado por Atena, como na *Odisseia*, para enganar Filoctetes. A peça tem mais personagens: além do coro de lemnianos e do acréscimo de Diomedes, há uma comitiva de troianos que vem subornar o arqueiro e um lemniiano. Dio comenta que há mais ocasiões de debate e competições retóricas de argumentos na peça de Eurípides, que demonstra o poder irresistível da linguagem. O plano de Odisseu envolve um engano bem mais elaborado para ganhar a confiança de Filoctetes, com Odisseu fingindo

ter também sofrido abandono e ter os mesmos inimigos e Diomedes fingindo ser um marinheiro que se oferece a levar os dois exilados de volta para a Grécia. Por fim, Odisseu rouba o arco de Filoctetes, que acaba retornando à batalha.

Em seu *Filoctetes*, Sófocles estabelece duas grandes inovações: a primeira foi tornar Lemnos uma ilha deserta, o que criou em dimensões pouco confortáveis a solidão de Filoctetes com sua doença; a segunda é a inclusão de Neoptólemo, ausente nas outras versões, operando uma transformação significativa no enredo, nos temas e na resolução do conflito. Tornar o arqueiro solitário não pode ser interpretado somente na dimensão estilística da tragédia, mas está conectado com a dimensão social do status da solidão entre os gregos e o clima de crise que permeava a cidade.

Os anos que precederam a apresentação de Filoctetes em 409 a.C. foram de uma profunda crise para Atenas, primeiramente com a questão militar da Guerra do Peloponeso. A cidade organizara entre os anos de 415 a.C. e 413 a.C. um desastrado plano para invadir a Sicília, capitaneado por Alcibíades. A democracia ateniense também sofrera um ataque em 411 a.C. com o Golpe Oligárquico, também chamado de Governo dos Quatrocentos.

No oitavo livro da *História da Guerra do Peloponeso*, Tucídides narra os acontecimentos do Golpe Oligárquico. De maneira geral, duas foram as causas do golpe. A primeira é o desejo de retorno de Alcibíades a Atenas. Ele havia sido condenado por profanar as estátuas de Hermes. Alcibíades, de acordo com Tucídides, acreditava que seu retorno seria facilitado por um regime oligárquico. Há uma tradição de interpretar Filoctetes em relação a Alcibíades, pois ambos estariam isolados e com vontade de retornar a um ambiente político<sup>3</sup>.

O segundo motivo para o golpe era um crescente descontentamento com a democracia pelos oligárquicos. O golpe acabou desenrolando-se à

---

<sup>3</sup> A comparação entre Alcibíades e Filoctetes é antiga, feita pelos mais diversos autores desde o século XVIII. Para uma comparação mais recente, atentar para o livro de Michael J. Vickers, *Sophocles and Alcibiades: Athenian Politics in Ancient Greek Literature* (2005).

medida que Pisandro conspirou secretamente contra o regime democrático. Das consequências do Golpe Oligárquico podemos citar uma série de exílios e assassinatos, o que reforça uma relação temática com a solidão de Filoctetes. Em 410 a.C., a democracia foi restabelecida, mas as marcas do golpe continuavam em Atenas<sup>4</sup>.

Lorena Lopes da Costa, no texto *As dificuldades de Atenas para o retorno à Democracia depois do golpe dos Quatrocentos*, defende que o *Filoctetes* de Sófocles é uma peça sobre a relação de estabilidade necessária à democracia: “existe, portanto, a necessidade da reintegração do herói como parte fundamental da democracia e do equilíbrio político dessa operação. Filoctetes é, na peça, o herói de outrora, que precisa ser levado de volta à pólis” (Lopes da Costa, 2017: 30).

O sentimento de solidão política presente no *Filoctetes* como uma imagem do abandono do herói está conectado às crises da cidade, aos exílios e aos atentados à democracia, que criaram um sentimento nostálgico em Atenas. Markantonatos e Zimmermann argumentam que o final do século V a.C. foi um período de reavaliação das potencialidades. O passado colocava-se sempre em comparação com um presente de mortes e abatimentos. Assim, “um anseio nostálgico pelo passado glorioso invadiu o presente e até mesmo a menor atenção ao presente era invadida pela preocupação ansiosa com um futuro incerto” (Markantonatos; Zimmermann, 2012: V, tradução nossa). A solidão de Filoctetes é também a percepção comum dos atenienses de que uma época de heróis incorruptíveis em sua ética não mais voltaria e de que os anos de glória da cidade começavam a ficar para trás.

## 2.1 A construção da solidão política: *nósos*, *mónos* e *éremos*

Para delinear a relação entre doença e solidão no texto trágico, é preciso entender que a o vocabulário da doença, *nósos*, tem um amplo aspecto semântico. O termo *nósos* era utilizado para designar uma grande diversidade

---

<sup>4</sup> Em 2017, a revista *Hélade* lançou um importante dossiê sobre golpes e formas de resistência na Antiguidade. Para mais detalhes de um levantamento bibliográfico sobre o Regime Oligárquico, ver Neto, 2017.

de males, incluindo, mas não se limitando, a enfermidades físicas — individuais ou de caráter generalizado — e mentais, em especial formas de loucura (Liddell; Scott, 1940: 1181).

O historiador Walter Burkert adverte para o uso das nossas classificações com relação ao pensamento grego, afirmando que os males físico-psíquicos e os males sociais não eram separados de forma clara e que por vezes a administração da justiça e da cura se fundiam:

Uma transgressão é a fonte da doença, uma doença é o resultado de uma transgressão, seja ela na esfera pessoal, social ou religiosa. Mesmo em grego a palavra *nósos*, doença, abrange ambos, os distúrbios, enfermidades e sofrimentos físicos e sociais (Burkert, 1992: 57, tradução nossa).

O termo *nósos* é citado mais de 20 vezes na peça. Em nível de análise, interessam-nos os momentos em que *nósos* é associada a *mónos* ou *éremos* para qualificar a situação do arqueiro. O significado de *mónos* pertence aos sentidos da solidão: “sozinho, deixado só, abandonado, solitário, a única pessoa” (Liddell; Scott, 1940: 1145, tradução nossa). Relaciona-se com *éremos*: “desolado, isolado, sozinho, solitário, despojado, carente ou desprovido” (Liddell; Scott, 1940: 687, tradução nossa).

Sófocles define a condição de Filoctetes entre *nósos*, *mónos* e *éremos*. O coro principia a descrição dos males do arqueiro desta forma:

Eu tenho piedade dele porque,  
sem que um dos mortais dele se ocupe,  
sem olhar companheiro,  
infeliz só [μόνος] sempre,  
padece uma doença selvagem [νοσεί μὲν νόσον ἀγρίαν],  
agita-se com qualquer coisa que  
necessite, como então, como,  
desafortunado, se mantém? (*FIL* vv. 169-176)<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> A edição utilizada é a da *Odysseus*, publicada em 2008, com a tradução de Fernando Brandão dos Santos, que como autor vem desenvolvendo pesquisas sobre Filoctetes. O mérito da tradução em nossa análise é o de construir por meio de um aparato crítico uma fluidez do texto.

Filoctetes está só (*mónos*) porque tem uma doença selvagem (*ágria nósos*). Essa doença afasta-o dos homens; solidão e selvageria estão conectadas em Filoctetes. A doença selvagem (*ágria nósos*) é um elemento de afastamento da cidade e devorador das possibilidades do *lógos* — esse que, de acordo com Aristóteles na *Retórica* (1.1355b1–2), é mais próprio do homem do que o uso do corpo. O corpo doente reconfigura a sociabilidade de Filoctetes em sua dimensão física. Em sua primeira aparição, ele descreve seu estado:

Fil.: Ai, estrangeiros!  
 Quem sois que a esta terra, sem bom porto  
 nem habitada, aportaste com remo?  
 De qual país ou estirpe eu acertaria  
 dizer que vós sois? Na verdade, o aspecto do traje  
 é da Hélade, o mais agradável para mim.  
 Mas vossa voz desejo ouvir. E por hesitação  
 temendo, não vos assustei comigo asselvajado,  
 mas apiedando-vos por um homem infeliz, só [μόνον],  
 desertado [ἔρημον] e tão sem amigos [κᾶφιλον] que vos  
 chama;  
 respondi, se é que como amigos chegastes (*FIL* vv. 219-229).

Filoctetes, portanto, reafirma grande parte da caracterização efetuada pelo coro: o seu isolamento, a sua infelicidade, o estar sem amigos e o seu asselvajamento. O mais significativo é a necessidade de Filoctetes de ouvir um discurso humano, estando há tanto tempo excluído do mundo da linguagem por causa de sua solidão. Tal comportamento demonstra o tamanho do sentimento de isolamento vivido pelo guerreiro, e o arqueiro também se alegra com o fato de encontrar helenos (gregos). Antes de anunciar as injustiças e narrar seus infortúnios, ele procura a voz, que dá a possibilidade da comunicação.

A imagem de um homem sozinho, doente e coxo vivendo em uma ilha, com o objetivo apenas de saciar o estômago, longe dos seus amigos, da sua família e de afazeres, configurava para os gregos uma imagem trágica. O nome de Filoctetes demonstra a contradição da sua situação: é composto por *phílos*, que está ligado ao campo semântico da amizade, das relações de *phília*, e por *ktétes*, que é o que ganha, que possui, do verbo *ktáomai*, ligando-se assim aos termos *ktésis*, aquisição e *ktêma*, bem, propriedade, ou

seja, o que ganha amigos. Filoctetes define também da seguinte maneira seu estado em Lemnos:

Fil.: o filho de Péas, Filoctetes, a quem os dois generais e o rei dos Cefalênios lançaram vergonhosamente aqui desertado [ἔρημον] e atingido por selvagem mordida de uma serpente homicida, morrendo com uma doença selvagem [ἀγρία νόσῳ], com a qual eles, filho, abandonando-me neste lugar sozinho [ἔρημον] foram-se quando voltavam da marinha Crise, ancoraram aqui com uma frota (*FIL* vv. 263-270).

As palavras *nósos*, *mónos* e *éremos* definem Filoctetes. Pietro Pucci, em sua erudita edição comentada de *Filoctetes*, afirma que essas expressões são um “*Leitmotiv*” da condição de abandono solitário do herói (Pucci, 2003: 189). É na relação entre essas três palavras que encontramos a dimensão da solidão de Filoctetes como uma *solidão política*.

Para compreender a relação dos gregos com a solidão é preciso considerar o lugar decisivo da emergência da pólis entre os séculos VIII e VII a.C. para o pensamento grego. Vernant define essa emergência como a instauração de um novo universo espiritual no qual se destacam o prestígio da palavra e o desenvolvimento de práticas públicas (Vernant, 2004).

Com o advento da pólis, o *lógos* torna-se a ferramenta política compartilhada, um exercício que torna a linguagem uma estratégia de persuasão pelo convencimento argumentativo e não pela força da autoridade religiosa, reconfigurando as sociabilidades:

A palavra não é mais o termo ritual, a fórmula justa, mas o debate contraditório, a discussão, a argumentação. Supõe um público ao qual ela se dirige como a um juiz [...]; é essa escolha puramente humana que mede a força de persuasão respectiva dos dois discursos (Vernant, 2004: 54).

A pólis exige outro tipo de argumentação na qual um saber que não advém da verdade religiosa se torna presente. É um saber construído em embates de linguagem, um saber coletivo e que não pode ser construído na solidão.

A civilidade da pólis exige um cunho de publicidade das manifestações políticas. As decisões são públicas e não podem ser tomadas longe da assembleia, criando um mundo separado das esferas domésticas. É uma cultura comum na qual, como salienta Vernant, “os conhecimentos, os valores, as técnicas mentais são levados à praça pública, sujeitos à crítica e à controvérsia” (Vernant, 2004: 55).

A solidão como uma prática é avessa à ebulição social de que a pólis necessita na sua dinâmica de poder. Georges Minois destaca que a pólis é contrária à solidão: “Na cidade, a solidão não existe. É negada, excluída por uma organização coletiva rigorosa que concerne a todos os domínios. Ela simplesmente não faz parte das mentalidades helênicas; é literalmente impensável” (Minois, 2019: 11). Richard Sennett afirma que a exibição do corpo, algo naturalmente contrário à solidão, estava relacionada a um dos aspectos da virtude do cidadão: para o antigo habitante de Atenas, o ato de exhibir-se confirmava sua dignidade de cidadão. A democracia ateniense dava à liberdade de pensamento a mesma ênfase atribuída à nudez (Sennett, 2008: 30).

Como herói ferido e abandonado, Filoctetes é a demonstração do papel trágico da solidão. Na cultura grega, o monstruoso é solitário. O ciclope Polifemo do canto IX da *Ilíada* vive sozinho em uma caverna e, assim como Filoctetes, não come pão: “não colhe a semente de alimento da sagrada terra, nem outras/ das que nos servimos, homens comedores de pão” (*FIL* vv. 708-9). A condição de Filoctetes é uma solidão política porque sua doença o aliena das funções da cidade. Estar em meio a seres humanos é a vontade do arqueiro:

Consente, pelo próprio Zeus Suplicante, filho,  
convence-te! Caio a teus joelhos, mesmo sendo  
impotente, miserável, coxo. Mas não me deixes  
sozinho [ἔρημον] assim, sem sinal de seres humanos,  
mas me salva, ou à tua casa conduzindo  
ou aos umbrais de Calcodonte de Eubeia (*FIL* vv. 484-489).

Filoctetes implora para não permanecer sozinho, desterrado. Na famosa passagem da *Política*, Aristóteles ajuda-nos a entender as bases da solidão

de Filoctetes como uma parte de um ser social: “o homem é por natureza um animal político, e um homem que por natureza, e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade” (*Política*, I, 1, 1253a). O arqueiro não argumenta por outro tipo de vida, fundado no seu isolamento. Ele define-se na sua situação de privado do convívio social:

E agora, miserável, julgas que, tendo-me prendido,  
Levas-me deste promontório, no qual me jogaste,  
sem amigo [ἄφιλον], desertado [ἔρημον], sem cidade  
[ἄπολιν], entre vivos um morto [νεκρόν]? (*FIL* vv. 1015-1018)

*Nósos*, *mónos* e *éremos* são relacionados para descrever a situação de Filoctetes, mas sua solidão não é somente um isolamento, que permite desenvolver um novo modo de vida. É a privação daquilo que o homem grego acreditava ser a política, do convívio da pólis, da participação política. Isolado, ele considera-se um corpo morto (*nekrón*).

A *solidão política* é um sentimento de desterro; por isso o termo *éremos* é usado pelo herói. Esse desterro também está presente na grave situação política de Atenas. A cidade acabara de sair de uma crise golpista na qual os oligarcas exilaram muitos cidadãos e mataram outros. O desastre da Guerra do Peloponeso era palpável, e o desfecho do conflito não parecia que teria bom termo.

*Filoctetes* é uma peça de descontentamento, expresso na figura do herói. O que está em jogo não é apenas sua inserção no exército, mas o saudosismo de uma época de esplendor. O final do século V a.C. não é mais o apogeu de Péricles, que havia morrido em decorrência da peste em 429 a.C. A pólis ateniense apresenta no final do século a reconfiguração de várias dinâmicas. Os sofistas impõem uma nova racionalização do *lógos*, e a guerra faz a cidade rever seu ideal de poderio.

O final conciliador da peça, descrito como um *happy end* por muitos críticos, no qual Filoctetes, Odisseu e Neoptólemo encontram um consenso por meio de uma ordem divina, parece ser o desejo de um retorno à

normalidade, do fim desse sentimento de *solidão política*, de desterro, de abandono, por meio de uma intervenção.

### Conclusão

Principiamos o texto com a história de um intrépido japonês que, como Filoctetes, vivia em uma ilha. Do ponto de vista emocional, suas solidões são diferentes, porque a solidão como emoção possui dimensões e historicidades próprias, construídas por grupos sociais.

*Filoctetes* aborda a solidão como relação não natural da pólis. Dentro dessa *comunidade emocional*, a solidão é trágica, avessa à ordem. Não é inventiva nem empreendedora. Ele não civiliza a ilha. Tampouco é refúgio de suas dores, mas selvageria e doença. A solidão entre os gregos estava em completo desacordo com a pólis como uma força urbana, organizadora da vida social. A percepção de uma *solidão política* é expressa à medida que o herói trágico percebe no seu isolamento estar sem as ferramentas necessárias para exercer os afazeres políticos. Ele vive sem cidade, sem amigos e somente com o objetivo de sobreviver.

A experiência da pandemia ressignificou nossa vida emocional e mostrou os sintomas da desigualdade no nosso corpo social. A COVID-19 em suas consequências econômicas desenvolveu uma nova experiência de solidão moderna, que expõe toda a desigualdade do nosso sistema econômico, e a solidão como forma de preservação da vida. Aos mais ricos, os hospitais, as quarentenas isoladas e a espetacularização nas redes sociais. Aos mais pobres, o subemprego e o fardo de arriscar-se para manter o mínimo. A solidão política é algo desse sentimento de estar sempre à mercê da doença e incapaz de ser ouvido nos ambientes políticos, abandonado e desertado à própria fome.

### Referências bibliográficas:

ALBERTI, Fay Bound. *A Biography of Loneliness: The History of an Emotion*. Oxford: OUP, 2019.

ARISTOTE. *Poétique*. Texte établi et traduit par J. Hardy. Paris: Les Belles Lettres, 1952.

ARISTÓTELES. *Aristotle: Nichomachean Ethics*. Trad. de Christopher Rowe. Oxford: Oxford University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

\_\_\_\_\_. *Política*. Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1985.

BODDICE, Rob. The History of Emotions. *Revista de Estudios Sociales*, 62, 2017, p. 10-15.

BURKERT, Walter. *The Orientalizing Revolution*. Cambridge (US): Harvard UP, 1992.

CHRYSOSTOM, Dio. *Discourses 37-60*. With an English translation by H. Lamar Crosby. Cambridge/London: Harvard University Press, 2001.

DAGIOS, Mateus. Uma retórica do pranto: o choro em um relato de Neoptólemo no *Filoctetes* de Sófocles. *Mythos: revista de história antiga e medieval*, v. XI, 2021, p. 141-166.

DONNE, John. *Meditações*. São Paulo: Editora Landmark, 2007.

KONSTAN, David. *The Emotions of the Ancient Greeks: Studies in Aristotle and Classical Literature*. Toronto: University of Toronto Press, 2006.

LE BRETON, David. *Antropologia das emoções*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

LIDDELL, Henry; SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: OUP, 1940.

LOPES DA COSTA, Lorena. As dificuldades de Atenas para o retorno à democracia depois do Golpe dos Quatrocentos ou sobre quando o herói de outrora precisa reintegrar-se à pólis em *Filoctetes* de Sófocles. *Hélade* (Rio de Janeiro), v. 3, 2017, p. 26-45.

MARKANTONATOS, Andreas; ZIMMERMANN, Bernhard. *Crisis on Stage: tragedy and comedy in late fifth-century Athens*. Berlin: Walter de Gruyter, 2012.

MEIER, Christian. *La naissance du politique*. Paris: Gallimard, 1996.

\_\_\_\_\_. *De la tragédie grecque comme art politique*. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

MINOIS, Georges. *História da solidão e dos solitários*. São Paulo: UNESP, 2019.

NETO, Félix Jácome. Notas sobre a apatia política do povo ateniense durante o golpe oligárquico que derrubou a democracia ateniense em 411 / 410 a.C. *Hélade* (Rio de Janeiro), v. 3, 2017, p. 46-62.

PUCCI, Pietro. Introduzione e commento. In: SOFOCLE. *Filottete*. A cura di Guido Avezzi e Pietro Pucci, traduzione di Giovanni Cerri. S/I: Fondazione Lorenzo Valla, 2003, p. xi-xxxvi; p. 155-328. Ed. Bilíngue.

ROMILLY, Jacqueline de. *La tragédie grecque*. Paris: PUF, 1970.

ROSENWEIN, Barbara. Worrying about Emotions in History, *American Historical Review*, 107, 2002, p. 821-45.

\_\_\_\_\_. *História das emoções: problemas e métodos*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

\_\_\_\_\_. A Alta Idade Média. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques;

VIGARELLO, Georges (eds.). *História das emoções. 1. Da Antiguidade às Luzes*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020, p. 137-160.

SARTRE, Maurice. Os gregos. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (eds.). *História das emoções. 1. Da Antiguidade às Luzes*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020, p. 23-84.

SENNETT, Richard. Carne e pedra – o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SÓFOCLES. *Filoctetes*. Trad. de Fernando Brandão dos Santos. São Paulo: Odysseus, 2008. Ed. bilíngue.

VERNANT, Jean-Pierre. O momento histórico da tragédia na Grécia. In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999a, p. 01-06.

\_\_\_\_\_. Tensões e ambiguidades na tragédia grega. In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999b, p. 07-24.

\_\_\_\_\_. Esboços da vontade na tragédia grega. In: VERNANT, Jean-Pierre; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999c, p. 25-52.

\_\_\_\_\_. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Difel, 2004.

VICE. *Japan's Naked Island Hermit*. YouTube, 2014. Disponível em: <https://youtu.be/ZBtBePnUOZU>

VICKERS, Michael J. *Sophocles and Alcibiades: Athenian Politics in Ancient Greek Literature*. S/l: Routledge, 2005.

## **Cultura material e monumentalidade: Uma análise sobre as transformações do Campo de Marte no final do século I a.C.**

 Macsuelber de Cássio Barros da Cunha\*

**Resumo:** Em Roma, era um costume se utilizar da arquitetura para ligar-se a grandes feitos, a deuses, a heróis e assim manter seu nome vivo na memória da posteridade. Desde o período do triunvirato e, principalmente, ao longo de seu governo, Otávio Augusto deu continuidade a este costume e se utilizou da arquitetura e das intervenções e mudanças topográficas em Roma para transmitir uma imagem positiva de si, levando este uso da cultura material a um alto grau de refinamento, grandiosidade e complexidade. O Campo de Marte foi a parte de Roma que mais sofreu intervenções urbanísticas e arquitetônicas em seu período, passando por uma incrível transformação e monumentalização. Neste trabalho, tratamos acerca desta importante região de Roma, analisando as obras arquitetônicas construídas ou restauradas por Augusto ou por seus familiares e a importância delas no período.

**Palavras-chave:** Campo de Marte; Augusto; Arquitetura.

## **Material culture and monumentality: An analysis of the transformations of the Campus Martius at the end of the 1st century BC**

**Abstract:** In Rome, it was a custom to use architecture to link one's name to great accomplishments, to gods, to heroes and thus keep his name alive in the memory of posterity. Since the triumvirate period and, mainly, during his government, Augustus continued this custom and used architecture and interventions and topographic changes in Rome to transmit a positive image of himself, taking this use of material culture to a high degree of refinement, grandeur and complexity. The Campus Martius was the part of Rome that received the most urban and architectural interventions in this period, undergoing an incredible transformation and monumentalization. In this work, we deal with this important region of Rome, analyzing the architectural works built or restored by Augustus or his family and their importance in this period.

**Keywords:** Campus Martius; Augustus; Architecture.

---

\* Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. É membro do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR-GO). E-mail: macsuelber@hotmail.com



## Introdução

A cidade de Roma possuía grande importância e poder simbólico no imaginário da época de Augusto, devido não apenas aos aspectos religiosos, que conferiam sacralidade ao solo romano, como também devido aos aspectos relacionados aos costumes e tradições legados pelos antepassados, estreitamente ligados à cidade e à sua estrutura material. Além disso, Roma era o centro do poder, capital de um amplo Império territorial, de tal modo que manter sua centralidade foi um aspecto importante na estratégia política de Augusto, principalmente se levarmos em conta os rumores que foram propagados tanto com relação a Júlio César quanto com relação a Marco Antônio, nos quais figurava a suspeita de que estes queriam tirar o centro do poder de Roma rumo ao Oriente.

Dentre os espaços que compunham a cidade das sete colinas, percebemos a existência de diferentes características e funções. Para citar apenas algumas destas diferenças, podemos dizer que, em linhas gerais, o Capitólio era a colina de maior importância, já que abrigava o templo destinado à divindade principal do panteão romano, Júpiter *Optimus Maximus*; o Palatino estava associado a importantes lendas de fundação, já que teria sido sobre este monte que Rômulo fundou Roma e em torno do qual delimitou o primeiro *pomerium*<sup>1</sup>; o Fórum Romano era considerado o coração da cidade, onde se desenrolavam importantes atividades relacionadas ao comércio, política, religião e sociabilidade; e o Campo de Marte durante muito tempo esteve relacionado essencialmente com as atividades militares.

Desde o período do triunvirato, Otávio se utilizou da arquitetura e das intervenções e mudanças topográficas em Roma para transmitir uma imagem positiva de si. Ao longo de seu governo diversos monumentos e construções foram erguidos por ele em diferentes partes de Roma, de tal forma que a cultura material foi uma peça chave nas estratégias políticas dele.

Neste trabalho, tratamos acerca de uma importante região da cidade de Roma, o *Campus Martius*, analisando diversas obras arquitetônicas

---

<sup>1</sup> O *pomerium* demarcava os limites sagrados da cidade, auguralmente definidos. Ele delimitava as fronteiras religiosas e jurídicas da cidade. As fronteiras religiosas se referem à delimitação do *templum*, todo espaço ritualmente inaugurado; e as fronteiras jurídicas se referem à separação do domínio dos magistrados com *Imperio*, poder de comando militar que não poderia ser usado dentro do *pomerium*.

construídas ou restauradas por Augusto ou seus familiares, bem como demonstramos a importância destes exemplos de cultura material no período.

### **A Cultura Material no Período Augustano**

No mundo antigo, dentre outras funções, a cultura material permitia a construção e a difusão sistemática de mensagens destinadas a um público difuso, visando criar uma imagem positiva do governante (Gonçalves, 2013: 46). Podemos dizer que a cultura material serviu, portanto, como instrumento político de propaganda.

Tais imagens figuravam em diversos suportes, estando materializadas não apenas em relevos e esculturas presentes em altares e monumentos<sup>2</sup>, como também em colunas, pórticos, arcos, entre outros. Vemos com isso a grande importância que a cultura material desempenha no estudo e na compreensão das sociedades e de determinados acontecimentos históricos. E em se tratando de História Antiga, os produtos da cultura material, geralmente revelados pelo trabalho de arqueólogos, são tão importantes quanto as fontes escritas, de tal modo que apesar dos diferentes modos de lidar com fontes escritas e materiais ambas são valiosas fontes de informações.

Em nosso trabalho, ao estudarmos determinadas construções do período de Augusto, fontes escritas e materiais possuem igual valor. Em alguns casos temos somente as informações que nos chegaram das fontes escritas, já que não foram encontrados vestígios materiais que ampliem nossa compreensão. Em outros casos temos apenas as informações obtidas a partir dos achados arqueológicos, principalmente quando as fontes literárias se silenciam sobre determinados aspectos materiais ou quando dão apenas informações gerais. Em muitos casos as fontes escritas e materiais se complementam, na medida

---

<sup>2</sup> Segundo Jacques Le Goff, “o *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, [...]. Mas desde a antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O *monumentum* tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (Le Goff, 1996: 535).

em que podemos adquirir informações válidas de ambas acerca de determinada construção, possibilitando, por exemplo, a reconstituição de como seriam tais obras.

Devemos destacar que, em se tratando de cultura material, uma definição única é algo difícil de conseguir devido ao fato de que a noção de cultura material é bastante heterogênea. Numa definição simples, podemos afirmar que a cultura material se refere a tudo aquilo de material que é produzido por uma sociedade; tudo que é feito ou utilizado pelo homem (Funari, 2005: 85). Cultura material é, portanto, tudo aquilo que o homem cria ou concebe e que utiliza na sua vida cotidiana, de modo a extrair do meio envolvente tudo o que necessita (Aragón, 2003: 63).

É preciso destacar que a cultura material não se constitui uma cultura à parte, e sim parte inseparável da cultura, da vida social, porque o homem só é humano na medida em que age sobre a natureza, transformando-a, se apropriando dela na forma de objetos; deste modo, cultura material é o mundo dos objetos criados pelo homem, pelas diferentes sociedades humanas que se sucederam no tempo (Guarinello, 2011: 162).

Assim, todo objeto utilizado pelo homem se enquadra no conceito de cultura material e de modo mais amplo, toda materialidade que o homem cria e utiliza é parte integrante de uma cultura material, ou seja, desde um utensílio utilizado para armazenar óleo até o mais rico e decorado templo faz parte da cultura material.

Junto com a cultura material está o que podemos chamar de cultura imaterial representada pela escrita. Ao longo do governo de Augusto, tanto a cultura material quanto a escrita tiveram um papel ativo na constituição da sociedade, na elaboração e propagação de um imaginário imperial, e na construção material e simbólica da capital do Império, mesmo porque, assim como a escrita, as imagens detinham um grande poder; um poder didático, de convencimento, político, propagandístico, dentre outros.

Era um costume presente na aristocracia romana se utilizar da arquitetura e das imagens para ligar o próprio nome a grandes feitos, a deuses, a heróis e assim manter seu nome vivo na memória da posteridade. Augusto deu continuidade a este costume e soube se utilizar deste poder a

seu favor, levando o uso da cultura material a um alto grau de refinamento, grandiosidade e complexidade, de tal modo que sob seu governo Roma atingiu um nível de monumentalidade nunca visto até então. E dentre suas diversas regiões, escolhemos tratar sobre o Campo de Marte. Esta era a região dedicada a Marte e foi uma das mais embelezadas por meio da arquitetura, contendo inúmeras construções ligadas a Augusto ou à sua família.

### **Campo de Marte: História e topografia**

Segundo nos informa Tito Lívio, as terras que se localizavam entre o rio Tibre e o Monte Capitólio pertenciam a Tarquínio Soberbo e, depois de sua expulsão, este terreno foi dedicado ao deus Marte, de tal forma que, de acordo com esta tradição mais popular, estas terras se tornaram públicas (*ager publicus*) desde o início da República (Liv. II. 5. 2). Uma história alternativa é contada por Dionísio de Halicarnasso, segundo a qual o *Campus Martius* tinha sido inicialmente dedicado a Marte e posteriormente tinha sido apropriado por Tarquínio (Dion. Hal. *Ant. Rom.* V. 13. 2).

Originalmente, a área do Campo de Marte lembrava um grande triângulo plano, cada lado com aproximadamente dois quilômetros de comprimento. Sua borda leste é delimitada, de norte a sul, pelos cumes dos montes Pinciano, Quirinal e Capitolino, enquanto uma curva do Tibre define seus lados norte, oeste e sul. De relevo relativamente baixo e sujeito a inundações, esta planície se localizava fora do *pomerium* e das muralhas até depois do período de Augusto<sup>3</sup>. O Campo de Marte oferecia espaços desimpedidos para atividades de todos os tipos. Durante vários séculos, a vasta área aberta do *Campus Martius* gradualmente começou a se encher de edifícios (Rehak, 2007: 10).

Inicialmente, o Campo de Marte era regularmente usado como pastagem pública e fornecia espaço e instalações para o treino militar e o atletismo, incluindo a natação; possuía também áreas destinadas a corridas de cavalo. Por se localizar fora do *pomerium*, foi o lugar ideal para a discussão

---

<sup>3</sup> Somente com a expansão do *pomerium* pelo Imperador Cláudio em 47/48 d.C. que o Campo de Marte ou parte dele passou a se localizar dentro do mesmo.

de assuntos militares e para as eleições; também era o local onde a cada cinco anos o censo era realizado. Também no Campo de Marte, o Senado concedeu audiências a embaixadas proibidas de entrar na cidade (Richardson, 1992: 67; Claridge, 2010: 197; Coarelli, 2007: 261-262).

De acordo com Diane Favro (2007: 256-257), durante a República a planície do Campo de Marte não era muito desenvolvida no que se refere à arquitetura. Com melhor drenagem e controle de enchentes, melhoraram as condições de construção, transformando o *Campus* no lugar ideal para um amplo desenvolvimento construtivo.

Por ser o local de onde partiam as procissões triunfais, a parte sul do Campo de Marte, onde se localiza o *Circus Flaminius*, recebeu a atenção dos *uiri triumphales*<sup>4</sup> que, com as riquezas advindas de suas vitórias, construíram importantes obras no local.

Uma pesquisa recente mostrou que o desenvolvimento arquitetônico da área ao redor do *Circus Flaminius* foi quase inteiramente o resultado de dedicatórias de indivíduos que possuíam o *imperium* militar, tendo ou não celebrado um triunfo. Comandantes bem-sucedidos usaram uma parte de seu espólio (*praeda* ou *manubiae*) para financiar esses projetos, [...]. A criação de tal exposição pública (*publica magnificentia*) era tanto um direito como uma responsabilidade das grandes famílias senatoriais, e o sul do *Campus Martius* gradualmente passou a servir como um palco no qual as principais famílias competiam umas com as outras por meio de campanhas por cargos públicos e através da construção ou reparação de edifícios públicos cada vez mais elaborados que davam *dignitas* e *auctoritas* aos seus doadores (Rehak, 2007: 13).

Deste modo, a partir do segundo século a.C., observou-se o início de uma tendência em direção à construção monumental. De acordo com Coarelli (2007: 264-265), arquitetos, pintores e escultores gregos participaram neste trabalho desde o início, dotando Roma pela primeira vez com um complexo arquitetural urbano digno de uma capital helenística.

---

<sup>4</sup> *Viri triumphales* eram os generais que voltavam vitoriosos das batalhas empreendidas fora de Roma. Geralmente, estes recebiam do Senado a permissão de realizar um triunfo em solo romano. Os *uiri triumphales* seguiram uma prática há muito estabelecida, o costume de comemorar um triunfo com a construção de um edifício público. Com as riquezas advindas do espólio, o general triunfante deveria arcar com o pagamento de seus soldados, com o pagamento das despesas do triunfo e com a construção de um templo ou edifício público.

Durante o último século da República, a autoridade política em Roma passou a se concentrar cada vez mais nas mãos de alguns indivíduos, de modo que com Sula, Pompeu e Júlio César, a cidade cada vez mais ganhou os símbolos físicos de poder. Enquanto Sula havia confinado suas atividades de construção principalmente no Fórum Romano e no Monte Capitolino, Pompeu descobriu que a área ao norte do Circo Flamínio e a oeste da área que ficou conhecida como *Largo di Torre Argentina* oferecia uma área adequada para expansão. Os grandiosos planos de Júlio César para esta área incluíram o projeto para a *Saepta Júlia* em meados do primeiro século a.C.; e o projeto de desvio do curso do rio Tibre, visando alargar o *Campus Martius* (Richardson, 1992: 67; Rehak, 2007: 16; Coarelli, 2007: 265).

O Campo de Marte foi a parte de Roma que mais sofreu intervenções urbanísticas e arquitetônicas no período de Augusto (Fig. 1), passando por uma incrível transformação e engrandecimento. Em diversas passagens de sua obra, Lothar Haselberger (2007) ressalta a importância do Campo de Marte para as construções ocorridas neste período, esclarecendo também que a transformação de Roma ganhou uma definição em larga escala no ano de 27 a.C., concentrada principalmente no Campo de Marte. “Durante quase uma década mais tarde, a área central do Campo de Marte seria um enorme canteiro de obras” (Haselberger, 2007: 102).

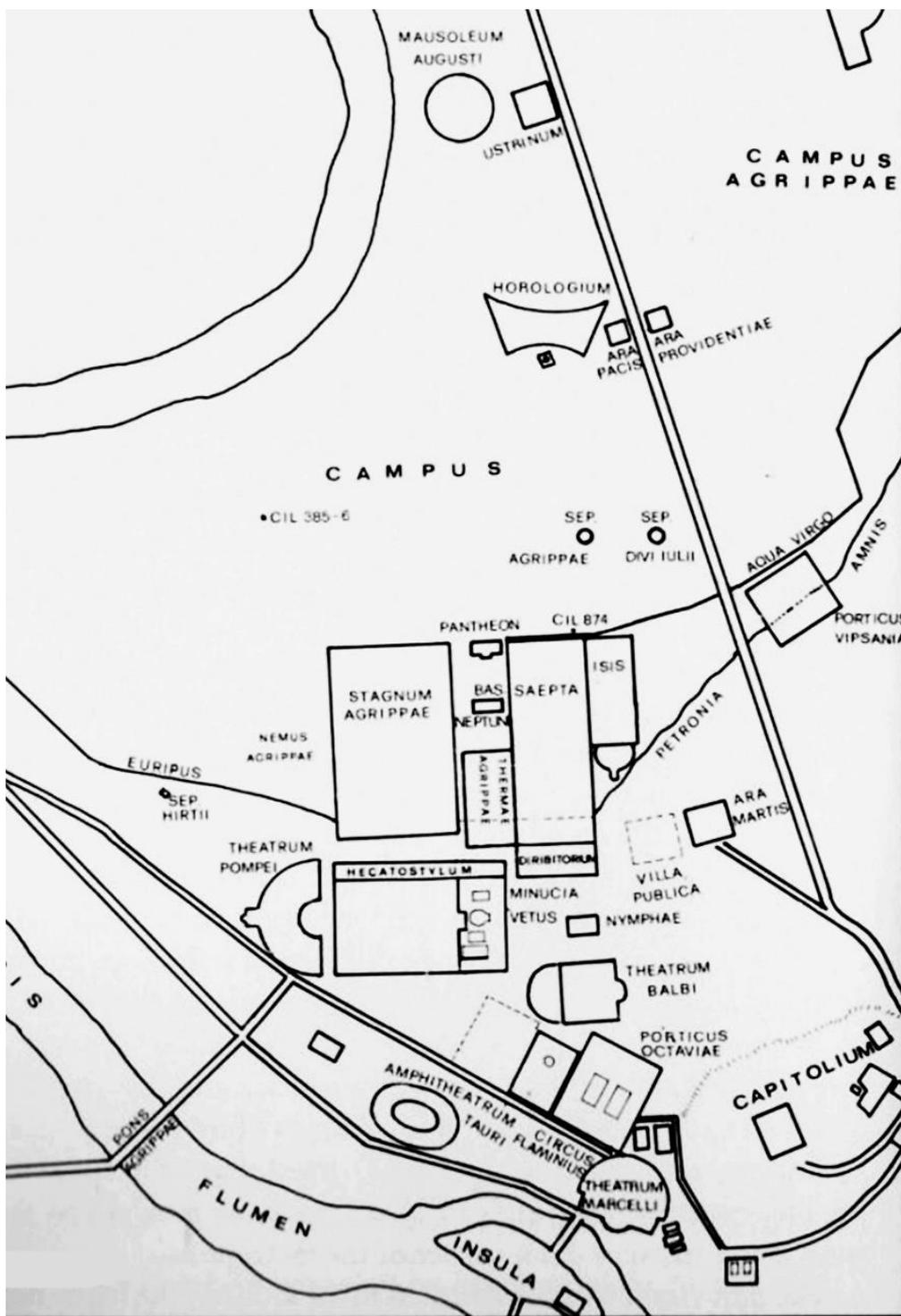


Figura 1: Campo de Marte no período de Augusto. Desenhado por Penelope J. E. Davies (Davies, 2000: 138).

De acordo com Diane Favro (2008: 207), Augusto e seus partidários ergueram mais de vinte edifícios e restauraram muitos outros. As novas adições ao *Campus Martius* se mantiveram juntas visualmente e programaticamente, de modo que os edifícios exibiam materiais, estilo e

conteúdo propagandístico semelhantes. Além disso, a maioria dos projetos de Augusto nesta área teve um uso recreativo.

A grandiosidade arquitetônica do Campo de Marte e a quantidade de construções patrocinadas por Augusto, pelos membros de sua família ou por seus aliados foi tanta que, de norte a sul do Campo de Marte, seus visitantes poderiam ver obras ligadas ao *Princeps*, bem como poderiam se beneficiar dos entretenimentos e espetáculos que se desenrolavam em muitos destes edifícios públicos. Ao tratar sobre o Campo de Marte, Estrabão demonstra toda sua admiração ao afirmar:

Pompeu, César divinizado e Augusto, juntamente com seus filhos, amigos, esposa e irmã, superaram todos os outros em seu zelo e munificência nestas decorações. O maior número destes pode ser visto no Campus Martius, que às belezas da natureza se juntam aquelas da arte. O tamanho da planície é maravilhoso, permitindo corridas de bigas e outras proezas de equitação sem impedimentos, e multidões para se exercitarem com bola, no circo e na palestra. As estruturas que o cercam, o gramado coberto de ervas durante todo o ano, os cumes das colinas além do Tibre, estendendo-se de suas margens com efeito panorâmico, apresentam um espetáculo que o olho abandona com pesar. Perto desta planície está outra cercada de colunas, bosques sagrados, três teatros, um anfiteatro e templos soberbos em estreita contiguidade entre si; e tão magnífico que parece inútil descrever o resto da cidade depois dele (Str. V. 3. 8).

Por meio desta passagem de Estrabão podemos perceber o quanto o Campo de Marte se mostrava grandioso aos seus olhos, tanto por suas belezas naturais e pelas paisagens que formavam, das quais os olhos não se cansavam de admirar, quanto pelas construções, que se constituíam em verdadeiras obras de arte. Para melhor compreender como as construções do Campo de Marte foram importantes para exaltar ainda mais o nome e a imagem de Augusto, passamos agora a tratar das principais obras arquitetônicas construídas ou restauradas pelo *Princeps* ou por seus familiares. Optamos aqui por tratar destas construções não seguindo a ordem cronológica da construção ou restauração delas, mas por meio de sua localização topográfica, iniciando com as obras localizadas no norte do *Campus* (Fig. 1), em seguida tratando dos edifícios na parte central e finalizando com as construções que ficavam ao sul do Campo de Marte.

### Construções na Parte Norte do Campo de Marte

Iniciamos nossa reflexão com o Mausoléu de Augusto. Esta obra monumental foi a primeira construção de Otávio no *Campus Martius*, iniciado em 29 a.C. entre a Via Flamínia e o Tibre. A base circular em mármore media mais de 85 metros de diâmetro; com uma altura de aproximadamente 45 metros (Fig. 2). Desde o início Augusto projetou a área circundante como um parque público com plantações de árvores e passeios para o lazer popular. De acordo com Estrabão (Str. V. 3. 8), os romanos ergueram no Campo de Marte monumentos fúnebres para as pessoas mais ilustres, no entanto, o mais notável dentre eles era o Mausoléu de Augusto, que consistia em um monte de terra erguida sobre uma alta fundação de mármore branco, situado perto do rio, e coberto até o topo com arbustos sempre verdes. Sobre o cume estava uma estátua de bronze de Augusto.

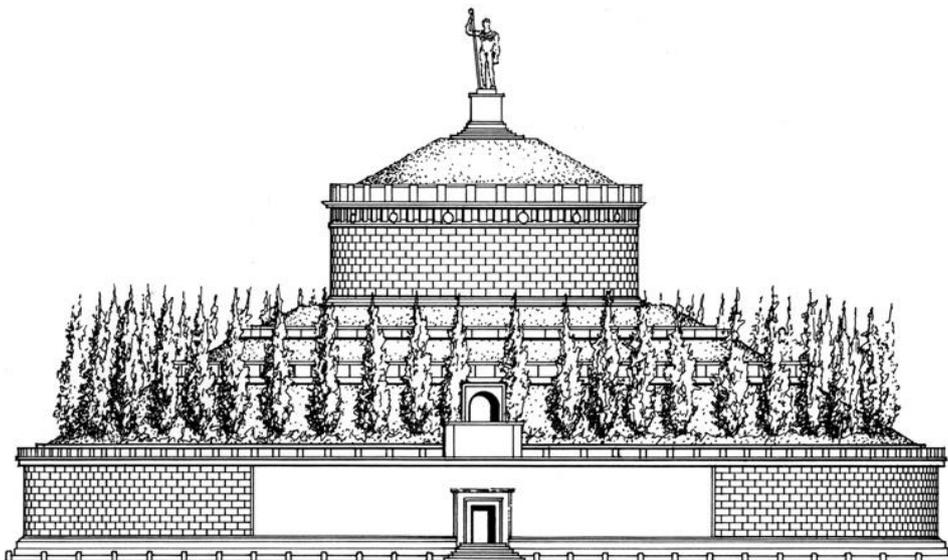


Figura 2: Reconstrução do Mausoléu de Augusto. Desenhada por R. H. Abramson (Favro, 2007: 245).

Devemos lembrar que ao ser esta uma das primeiras obras iniciadas por Otávio após sua vitória em Ácio, o valor simbólico desta construção era enorme, pois era uma prova material de seu compromisso com Roma e suas tradições, além de uma garantia de que o centro do poder não deixaria Roma, diferentemente do que foi propagandeado por ele após tornar público o conteúdo do testamento de Marco Antônio, no qual este teria deixado expresso o seu desejo de ser enterrado em Alexandria. Como esclarece Luciane Munhoz de Omena e Pedro Paulo Funari, neste contexto:

[...] os rituais mortuários tornaram-se dispositivos de poder, já que os conflitos políticos entre os triúnviros incorporaram, entre outros elementos, a linguagem mortuária. [...] o *tumulus* de Otávio passa a inserir-se em um sistema de recordação, um sistema de símbolos, permitindo, com isso, à *domus otaviana* e aos seus partidários a agregação à tradição do *mos maiorum* (Omena; Funari, 2016: 87).

De acordo com Paul Rehak (2007: 36), como o local escolhido para seu Mausoléu ficava a quase um quilômetro dos últimos túmulos republicanos, que ficavam no sul do *Campus Martius*, parece claro que Otávio estava deliberadamente se distanciando dos túmulos de outros romanos notáveis. Mais importante ainda, ele se distanciou também de seu pai adotivo, César, já que este, provavelmente, foi enterrado no túmulo da *gens* Júlia no sul do *Campus Martius*. Além disso, nessa área relativamente pouco desenvolvida da cidade, Augusto poderia dar rédea solta a novas ideias arquitetônicas. Para este autor (Rehak, 2007), a escolha da localização do Mausoléu reflete tanto uma prática contemporânea do fim da República, de túmulos monumentais erguidos em locais proeminentes na estrada, que serviram também como meio da autopromoção; como também marca uma ruptura com a tradição, dentre outras coisas, por sua absoluta monumentalidade, por sua localização perto da água, pelo grau de embelezamento arquitetônico e por sua decisão de erigir um túmulo relativamente cedo.

A monumentalidade de seu Mausoléu permitia que esta obra fosse vista de grandes distâncias, dominando a paisagem da parte norte do Campo de Marte, juntamente com outras construções associadas a Augusto, construídas cerca de 20 anos depois: o *Horologium* e a *Ara Pacis*.

O enorme relógio solar (*Horologium*) (Fig. 3) foi construído por Augusto em 10/9 a.C., ao sul de seu Mausoléu, cujo *gnomon*<sup>5</sup> era um enorme obelisco<sup>6</sup> com 31 metros de altura trazido de Heliópolis, no Egito. De acordo com Plínio, o Velho (Plin. *HN*. XXXVI. 72-73), a sombra do obelisco marcava a duração dos dias sobre um pavimento que foi colocado a uma distância apropriada

---

<sup>5</sup> É o ponteiro, a haste vertical que permite a formação da sombra na superfície do relógio solar.

<sup>6</sup> O obelisco escolhido como *gnomon* do *Horologium* de Augusto foi um dos dois levados para Roma como parte dos despojos do Egito, que ele havia conquistado vinte anos antes. Aparentemente ambos devem ter sido levados para Roma ao mesmo tempo, já que em 10/9 a.C. estavam inscritos de maneira idêntica dedicados ao deus Sol (Rehak, 2007: 81).

para que a sombra projetada ao meio-dia no dia mais curto do ano chegasse à sua borda. Tiras de bronze foram colocadas no pavimento para medir a sombra dia a dia, à medida que ela se tornava gradualmente mais curta e mais longa.

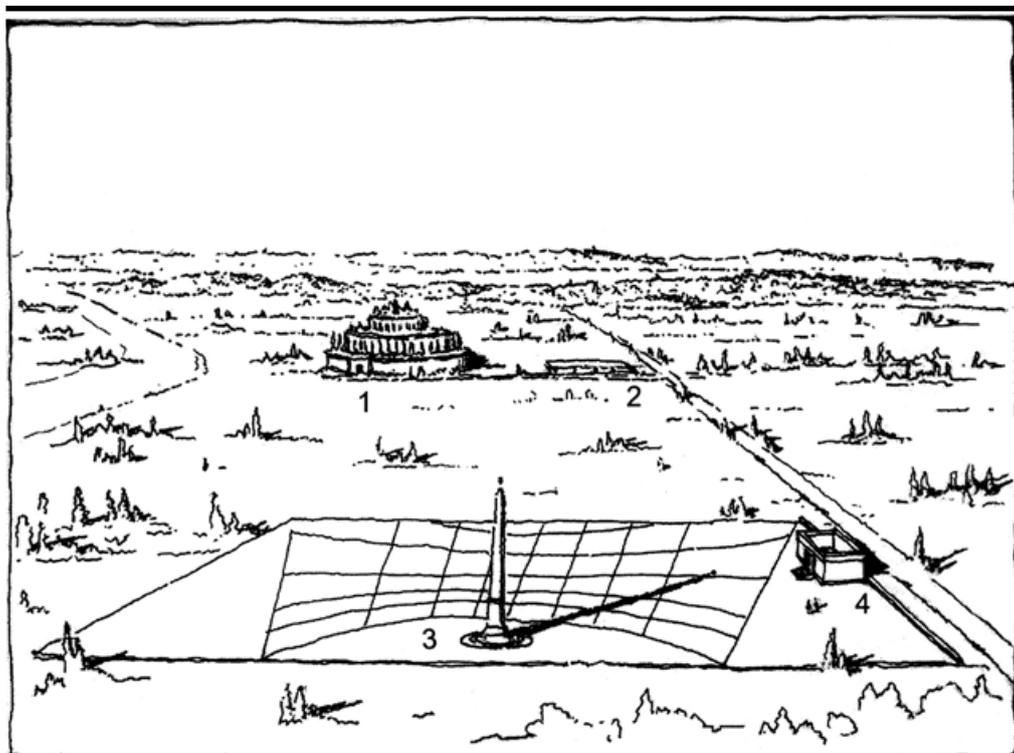


Figura 3: Reconstrução do norte do *Campus Martius*. 1. Mausoléu de Augusto; 2. *Ustrinum* (local de cremação do corpo de Augusto); 3. *Horologium* de Augusto; 4. *Ara Pacis*. Desenhada por D. Abernathy e D. Favro (Favro, 2007: 249).

De acordo com Rehak (2007: 80), a construção de um grande relógio solar não era estranha à época, por ser um período tão preocupado com o tempo; no entanto sua escala colossal exigia mais do que apenas um domínio da ciência astronômica e da matemática aplicada, de modo que foram necessários enormes recursos, habilidade em engenharia, força de trabalho treinada, acesso aos monumentos faraônicos do Egito e um navio capaz de transportar o obelisco pelas águas abertas do Mediterrâneo.

Além disso, como nos lembra Dan-Tudor Ionescu (2016: 333-335), existe a hipótese de que havia uma conexão entre o *Horologium* de Augusto com um possível *Horologium* (com obelisco servindo de *gnomon*), provavelmente construído em Alexandria, no Egito, por iniciativa de Marco Antônio. Assim, o *Horologium Augusti* no norte do *Campus Martius*:

Era importante para estabelecer o calendário, bem como mostrar aos romanos comuns quem realmente estava no comando em Roma e mais que isso, não apenas na resolução de problemas pertencentes à esfera dos humanos mortais, mas também com a regulação do tempo que era competência dos deuses (Ionescu, 2016: 333-335).

Completando a paisagem norte do *Campus Martius* se encontrava a *Ara Pacis* (Fig. 3, 4 e 5), que ficava entre o relógio solar e a Via Flamínia, caminho pelo qual Augusto retornou a Roma em 13 a.C. após ter passado 3 anos longe de Roma, na Hispânia e na Gália. Iniciado por decreto do Senado em julho de 13 a.C., foi dedicado em 9 a.C. O altar comemorava o retorno vitorioso de Augusto a Roma.

Não sendo uma estrutura grande, a *Ara Pacis* foi notável por seu mármore, entalhes elaborados e iconografia. Um altar elevado formava o núcleo, cercado por muros recônditos. As superfícies externas estavam cobertas de relevos detalhados. Os que estavam do lado da estrada representavam Roma e *Tellus*, personificando o povo romano e as graças da paz. Os painéis de relevo no lado oeste mostravam cenas relacionadas às origens de Roma e da linhagem Júlia. Os painéis mais longos ao norte e ao sul mostravam a procissão de romanos que presumivelmente participavam de cerimônias associadas ao altar. O monumento visualmente rico, portanto, ligava o passado, o presente e o futuro de Roma à sorte de Augusto e sua família (Favro, 2008: 129).

Além disso, o monumento da *Ara Pacis* pode ser visto, como esclarece Ionescu (2016: 337), "como a personificação de uma ideia esculpida em mármore de Luna/Carrara", um poema épico que reproduz em forma escultural a mitologia das origens de Roma, do Lácio e da Itália e que liga a origem divina do *Gens Iulia*, descendente da deusa Vênus, com as origens do povo romano, descendente de Marte.

De acordo com D. E. Strong (1961: 20), o projetista do friso da procissão, encontrou sua inspiração não nas humildes procissões da escultura republicana, mas na grande procissão panatenaica do *Parthenon* de Atenas e, ao mesmo tempo, alcançou o que ia tornar-se o típico friso processional romano. O caráter clássico da procissão é parcialmente explicado pelo planejamento e em parte pela habilidade dos escultores neo-áticos cujo trabalho em relevos decorativos no último século apelara para os patronos

romanos privados (e agora apelava aos funcionários do Estado) pela elegante simplicidade e clareza de seu estilo.

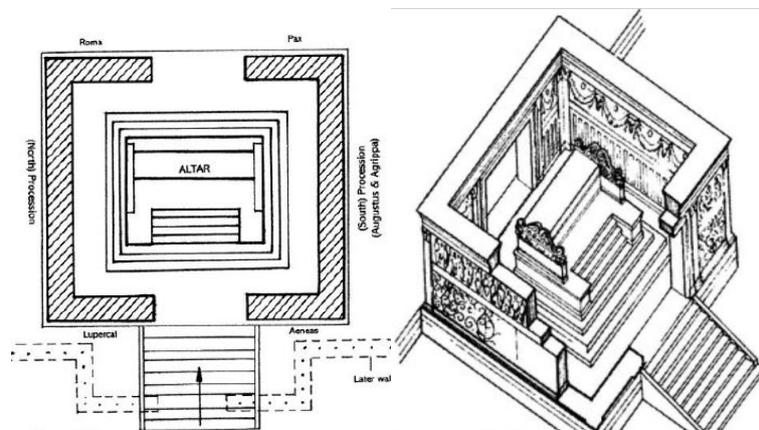


Figura 4: a) Planta da *Ara Pacis*. Desenhado por A. Claridge. b) Representação axonométrica da *Ara Pacis*. Desenhada por S. Gibson (Claridge, 2010: 208-209).



Figura 5: Visão frontal da entrada da *Ara Pacis*. Roma, Museu da *Ara Pacis*. Foto tirada pelo autor no mesmo museu em 15/01/2019.

A importância destas três obras localizadas na parte norte do Campo de Marte, próximas a importantes vias de acesso a Roma (o rio Tibre e a Via Flamínia) é enorme, pois tais obras focalizavam a pessoa do *Princeps*, destacando a importância dele e de seu poder para Roma. Segundo Rehak (2007: 7), ao contrário de outras obras que invocavam imagens familiares, o complexo localizado na parte norte do *Campus Martius* representou algo fundamentalmente diferente, pois transmitia um conjunto de mensagens que focaliza a pessoa do próprio Augusto.

Desta forma, a pessoa que percorresse a Via Flamínia, vinda de fora de Roma, veria na parte norte do Campo de Marte este verdadeiro complexo

arquitetônico. Veria em primeiro lugar o Mausoléu de Augusto, com seus espaços verdes destinados ao uso público; mais ao sul veria a *Ara Pacis* e o gigantesco *Horologium*, obras primorosas que se complementavam, pois enquanto o *Horologium* era grandioso em suas proporções, a *Ara Pacis* possuía grande sofisticação por seu material e por seus relevos ricamente coloridos.

### **Construções na Parte Central do Campo de Marte**

Na parte mais central do Campo de Marte foram erigidas importantes construções relacionadas com Marcos Agripa que, além de ter desempenhado um destacado papel militar nas vitórias de Augusto, era também o braço direito do *Princeps* no que diz respeito ao engrandecimento arquitetônico da *Vrbs*.

Segundo Rehak (2007: 20), Agripa teria adquirido grande parte das propriedades de Pompeu no Campo de Marte, de modo que foi inquestionavelmente o maior construtor nesta porção da ampla planície, transformando as propriedades privadas de Pompeu em propriedade pública e fazendo delas uma peça-chave para algumas das políticas do novo regime. De acordo com Strong (1968: 103), os vários projetos de Agripa exigiram uma equipe grande e bem organizada; ele tinha uma organização nas pedreiras de mármore da Numídia, fornecendo a matéria-prima para os projetos de construção; e ele deve ter tido uma equipe de conselheiros e agentes que o ajudaram a adornar seus prédios com esculturas e pinturas.

Um dos empreendimentos iniciados por Agripa, próximo à Via Flamínia, foi o *Campus Agrippae*. Esta área verde foi concluída por Augusto e em 7 a.C., cinco anos após a morte de Agripa, ela foi dedicada e aberta ao público. Este parque era embelezado pelo pórtico Vipsânia (Fig. 1) que havia sido iniciado pela irmã de Agripa e que continha o mapa do mundo conhecido. De acordo com Favro (2008: 176), esta e outras áreas verdes em Roma desempenharam um importante papel, sendo grupos notáveis que tornaram a Roma de Augusto não apenas uma cidade de mármore, mas também uma cidade de vegetação.

Mais a oeste se encontravam a *Saepta* Júlia e o *Diribitorium* (Fig. 1). A *Saepta* era um grande recinto retangular com cerca de 310 metros de comprimento e 120 metros de largura. Foi iniciada por Júlio César, que a projetou já em 54 a.C. para substituir o antigo local de votação (*Ovile*) dos romanos nos *comitia centuriata* e *tributa*. Foi concluída e dedicada por Agripa em 26 a.C., que a adornou com numerosas pinturas e relevos. No extremo sul, um amplo corredor sem colunas separava-o do *Diribitorium*. Na extremidade norte parece ter existido um amplo saguão separado da área aberta ao sul por uma parede na qual havia pelo menos oito portas. Os longos pórticos de ambos os lados eram essencialmente estruturas independentes; a leste o pórtico *Meleagri*, que derivou seu nome de uma representação da caça ao javali de Cálidon e possivelmente de outras histórias em que Meléagro figurava; e a oeste o pórtico *Argonautarum*, que derivou seu nome de pinturas que retratavam a história dos Argonautas (Richardson, 1992: 312-313 e 340-341).

O *Diribitorium* era um edifício retangular onde os votos eram contados pelos funcionários eleitorais (*diribitores*). Este edifício foi iniciado por Agripa em conexão com a *Saepta*, mas, assim como o *Campus Agrippae*, foi concluído por Augusto e inaugurado em 7 a.C. Era o maior edifício sob um único teto em Roma na época de Augusto (Richardson, 1992: 109-110). Apesar de a *Saepta* e o *Diribitorium* serem estruturas planejadas originalmente como o local de votação e o lugar para a contagem de votos, de acordo com Rehak (2007: 21), ironicamente tais obras foram concluídas no momento em que sua pretensa importância política começou a declinar, já que, sob Augusto, as eleições foram gradualmente reduzidas, de modo que os edifícios começaram a servir para jogos e exibições públicas. Podemos ver em Suetônio que a grande área central da *Saepta* foi um dos locais usados por Augusto para a realização de espetáculos (Suet. *Aug.* XLIII. 1).

A oeste destas construções se encontravam outras importantes obras de Agripa: o Panteão, a basílica de Netuno e as Termas (Fig. 1). Segundo Dion Cássio, Agripa teria embelezado Roma à sua própria custa e sob suas

ordens foi concluída em 25 a.C. a construção do Panteão<sup>7</sup>, com o objetivo de abrigar dentre outras estátuas, as de Augusto e dele próprio (Dio Cass. LIII. 27). Porém, com a recusa do *Princeps* de colocá-las na cela principal, ao lado das estátuas de Marte e de Vênus, Agripa teria colocado então a estátua de Júlio Cesar, enquanto que sua estátua, juntamente com a de Augusto, teria ficado em uma antessala. A partir disso, parece que o projeto do edifício foi em homenagem aos antepassados divinos de Augusto, especialmente Marte e Vênus, o que demonstra a grande importância que o templo teve na empreitada arquitetônica e religiosa de Augusto. Há numerosos debates sobre a orientação do prédio original, a forma arquitetônica e o significado iconográfico. Sabe-se que era construído com blocos de travertino e forrado com mármore; possuía também cariátides e suas colunatas possuíam capitéis em bronze<sup>8</sup>.

Ao sul deste templo, e associado a ele, se localizava a basílica de Netuno, embora sua função e decoração sejam desconhecidas. De acordo com Dion Cássio, Agripa teria construído esta Basílica em honra às vitórias navais (em Nauloco e em Ácio); além disso, ela provavelmente possuía ligações com o pórtico *Argonautarum* (Dio Cass. LIII. 27).

Ao sul desta basílica se encontravam as termas de Agripa (Fig. 6). O primeiro dos grandes complexos de banho em Roma e que provavelmente foi iniciado em 25 a.C., embora o complexo concluído deve ter sido inaugurado mais tarde, já que o *Aqua Virgo*<sup>9</sup>, que forneceu água aos banhos, não foi concluído até 19 a.C. Segundo Dion Cássio, Agripa queria que os banhos fossem dados ao povo romano, para seu uso livre, após sua morte (Dio Cass. LIV. 29). Próximo às termas se encontrava o *Stagnum Agrippae*, um lago artificial que Agripa construiu. O *Stagnum* se localizava em um parque,

---

<sup>7</sup> Se levarmos em conta a inscrição (*M. AGRIPPA. L. F. COS. TERTIVM. FECIT*: Marcos Agripa, filho de Lúcio, Cônsul pela terceira vez, fez [este edifício]) que se encontra na fachada do Panteão reconstruído por Adriano, a data de sua conclusão teria sido em 27 a.C.

<sup>8</sup> Deste templo quase nada restou, pois um incêndio o teria destruído, o que fez com que ele fosse reconstruído pelo Imperador Adriano no século II d.C., com um formato circular como ainda pode ser visto nos dias atuais, pois este templo reconstruído por Adriano encontra-se em perfeito estado de conservação.

<sup>9</sup> Aqueduto construído por Agripa e concluído em 19 a.C. Era o único que chegava em Roma pelo Norte. Era um dos mais baixos de todos os aquedutos.

presumivelmente os *Horti Agrippae*<sup>10</sup>. A água que abastecia o lago provavelmente vinha do *Aqua Virgo*. O lago era drenado por um canal ornamental que atravessava o *Campus Martius* e desembocava no Tibre. Segundo Favro (2008: 179), com estes complexos arquitetônicos, parques e áreas verdes, Agripa criou uma vitrine de arquitetura paisagística na parte central do Campo de Marte. Como resultado, esta planície mudou sua imagem; o campo do deus da guerra tornou-se um parque exuberante.

Percebemos com estas inúmeras construções o importante papel desempenhado por Agripa no embelezamento arquitetônico desta parte central do Campo de Marte. E mesmo Augusto não estando associado diretamente a tais construções, tal empreitada deve ter contribuído ainda mais para engrandecer seu nome e para criar uma imagem positiva de seu governo, primeiro pelo fato de que Agripa fazia parte da família do *Princeps*, haja vista que a partir de 21 a.C. passou a ser genro de Augusto após se casar com Júlia, que havia ficado viúva de seu primo Marcelo, filho de Otávia, no ano de 23 a.C.; e segundo pelo fato de que muitas destas obras foram concluídas e dedicadas por Augusto, após a morte de Agripa.

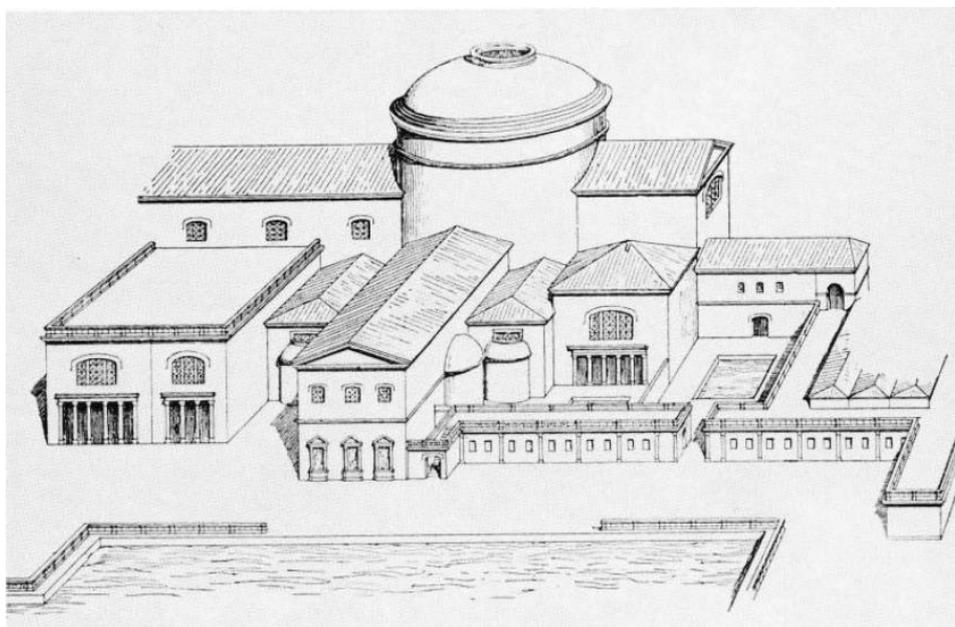


Figura 1: Reconstrução das Termas de Agripa, vista do oeste. 'Stagnum' em primeiro plano. Desenhada por C. Hulsen (Nash, 1961: 432).

<sup>10</sup> Os *Horti Agrippae* constituíam uma vila no *Campus Martius* que Agripa deixou em seu testamento para o povo de Roma, juntamente com as *Thermae Agrippae*.

Mais ao sul destas construções de Agripa se encontrava o Teatro de Pompeu, com seus pórticos e cúria. Esta grandiosa obra de engenharia foi o maior teatro romano e o primeiro teatro de pedra permanente a ser erigido em Roma, além de ter estabelecido o padrão que todos os subsequentes teatros romanos seguiram. Em suas *Res Gestae*, Augusto se gaba de ter reformado o Teatro de Pompeu, com um custo vultoso e sem ter colocado nenhuma inscrição em seu próprio nome (Aug. *Anc.* XX). Além disso, Augusto construiu o Teatro de Marcelo<sup>11</sup> (Fig. 7); o segundo teatro de pedra a ser construído em Roma, vindo quase imediatamente após o Teatro de Pompeu. Tal teatro que havia sido iniciado por Júlio César foi concluído por Augusto em 13 a.C. e recebeu o nome de seu sobrinho.<sup>12</sup>

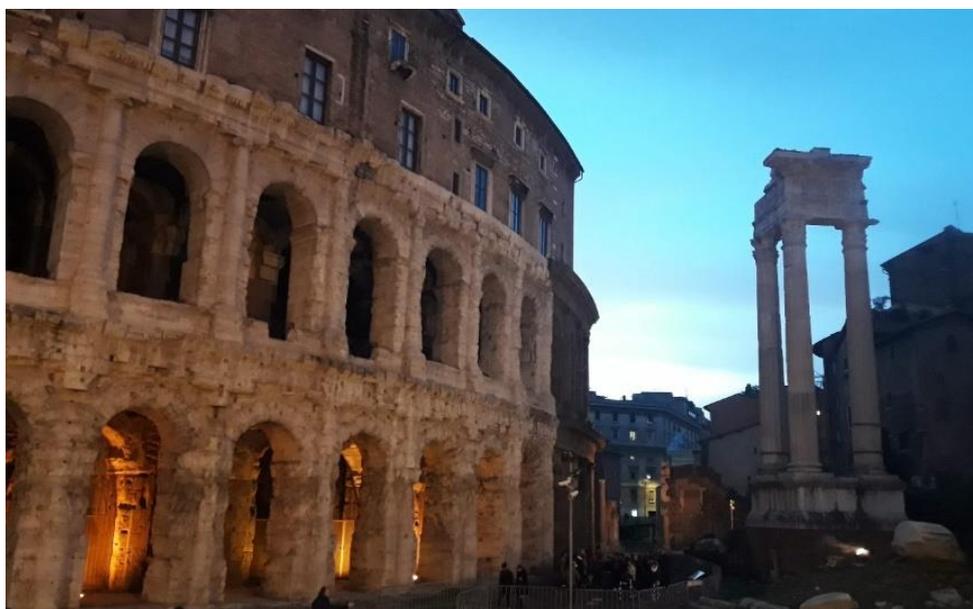


Figura 7: Ruínas da parte externa do Teatro de Marcelo com construção moderna (esquerda) e colunas do Templo de Apolo Sosiano (direita). Foto tirada pelo autor em 13/01/2019. Roma.

### **Construções na Parte Sul do Campo de Marte**

Além do Teatro de Marcelo, na parte sul do Campo de Marte se encontravam importantes construções relacionadas a Augusto. Em primeiro lugar, devemos abordar sobre os pórticos que se encontravam próximos ao

<sup>11</sup> Este teatro, cujas algumas estruturas externas permanecem conservadas, se localiza a leste do *Circus Flaminius*, no sopé do monte Capitólio.

<sup>12</sup> Também em 13 a.C. foi dedicado o terceiro teatro de pedra de Roma (localizado entre o Teatro de Pompeu e o Teatro de Marcelo), construído por Lúcio Cornélio Balbo após seu triunfo sobre os Garamantes, quando era procônsul da África em 19 a.C.

Circo Flamínio (Fig. 8). Esta área ao sul do *Campus Martius* desempenhou um importante papel nas procissões triunfais, já que era próximo ao *Circus Flaminius* que as procissões se iniciavam e era nesta região também que as riquezas conquistadas eram exibidas nos dias anteriores à cerimônia.

Nesta área havia um total de três pórticos na época de Augusto, um ao lado do outro (Fig. 8). De oeste a leste, o primeiro era o Pórtico de Otávio (*Porticus Octavia*), construído em 167-166 a.C. por Cneu Otávio como um monumento à sua vitória naval sobre Perseu da Macedônia. Sabe-se que Otávio Augusto dispôs neste pórtico os estandartes de Gabínio que estavam em poder dos Dálmatas; ele recuperou os estandartes após sua vitória final na Dalmácia, em 33 a.C., de modo que reconstruiu este pórtico em honra a esta vitória, de tal maneira que podemos dizer que o pórtico reconstruído foi ressignificado para ressaltar também as vitórias do *Princeps*, mesmo que em suas *Res Gestae* Augusto tenha feito questão de ressaltar que restaurou este pórtico mantendo inalterado o nome de seu idealizador original (Aug. *Anc.* XIX).

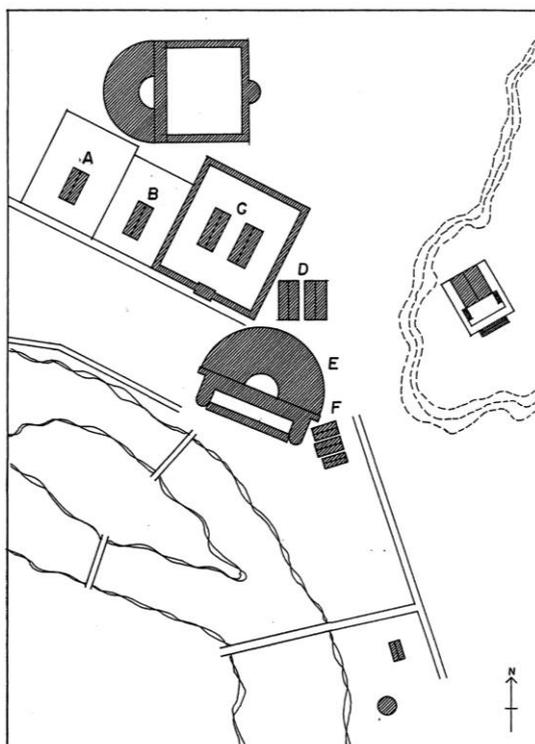


Figura 8: Plano da área próxima ao *Circus Flaminius*. A. *Porticus Octavia*; B. *Porticus Philippi*; C. *Porticus Octaviae*; D. Templos de Apolo Sosianus e Belona; E. Teatro de Marcelo; F. Fórum *Holitorium*. Desenhado por John W. Stamper baseado em Rodolfo Lanciani (Stamper, 2005: 123).

A leste desta construção encontrava-se o Pórtico de Filipo (*Porticus Philippi*), construído por Lúcio Márcio Filipo, para cercar o templo de Hércules *Musarum*, que foi originalmente construído por M. Fúlvio Nobilior em 187 a.C. O idealizador do Pórtico possuía relação com Augusto, já que era seu padraсто ou seu meio irmão<sup>13</sup>.

Ao lado deste pórtico se encontrava o Pórtico *Metelli*, construído por Cecílio Metelo Macedônico em 143-131 a.C. englobando os dois templos do século II a.C. dedicados a *Juno Regina* e *Jupiter Stator*. Sua reconstrução foi iniciada por Marcelo, sobrinho de Augusto, em 33 a.C., mas foi concluída após sua morte, quando o pórtico foi dedicado com o nome de Pórtico de Otávia (*Porticus Octaviae*), em homenagem à irmã de Augusto. Não há certeza sobre o responsável pela obra, pois apesar de levar o nome de Otávia, Suetônio afirma que foi uma construção de Augusto (Suet. *Aug.* XXIX. 4).

Com a reconstrução do pórtico, realizou-se também uma restauração substancial dos dois templos (Fig. 9). O tamanho total do novo recinto tinha cerca de 115 metros de largura por 135 metros de comprimento. No espaço entre os templos e o novo pórtico, acrescentaram uma *schola*<sup>14</sup>, ou cúria *Octaviae*, e uma biblioteca que tinha seções gregas e latinas. A *schola* era em algumas ocasiões usada para reuniões do Senado. Também foi adicionado ao complexo um propileu<sup>15</sup> de entrada no lado sudoeste, de frente para o *Circus Flaminius* (Stamper, 2005: 121-122).

---

<sup>13</sup> Não há certeza se quem construiu o pórtico foi Lúcio Márcio Filipo, Cônsul em 56 a.C., e segundo esposo da mãe de Augusto, ou se foi Lúcio Márcio Filipo, Cônsul *suffectus* em 38 a.C., filho do anterior.

<sup>14</sup> Uma forma arquitetônica que consiste em um banco semicircular, ou quase semicircular, onde pequenos grupos podem sentar e conversar (Richardson, 1992: 442).

<sup>15</sup> *Propylaeum* era a porta de entrada para um recinto, dando uma definição arquitetônica mais ou menos elaborada por colunas e portas. Geralmente, projeta-se a partir da parede do recinto no exterior e também pode projetar-se no interior (Richardson, 1992: 442).

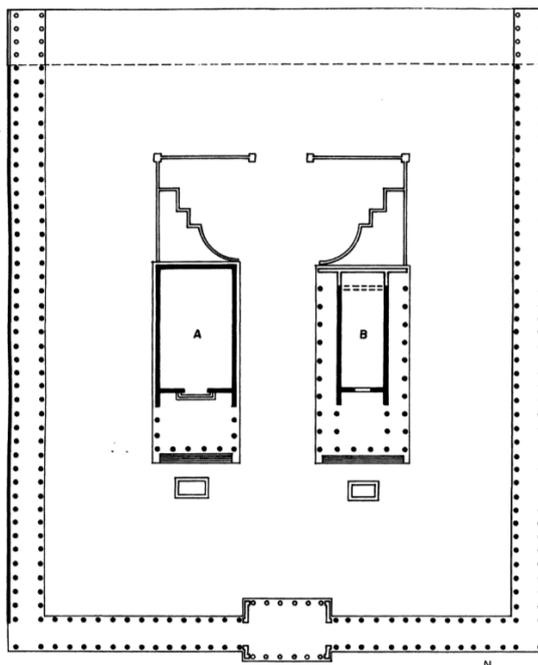


Figura 9: Porticus Octaviae (Metelli). A. Templo de Juno Regina; B. Templo de Júpiter. Desenhado por John W. Stamper baseado em Rodolfo Lanciani (Stamper, 2005: 124).

Além da importância de tais pórticos para a resignificação do Campo de Marte e promoção da imagem de Augusto, devemos tratar também da importância concedida pelo *Princeps* aos templos localizados no Campo de Marte, haja vista que dentre os diversos templos aí localizados, muitos foram restaurados por ele ou por pessoas a ele ligadas. Por exemplo, o templo de Belona (Fig. 8), deusa da guerra, restaurado no período de Augusto por Ápio Cláudio Pulcro, grande amigo de Augusto e parente da sua esposa Lúvia. Ao lado deste templo se localizava o templo de Apolo Sosiano<sup>16</sup> (Fig. 7 e 8). Este templo deve ter desempenhado um importante papel para a promoção da imagem de Augusto, não só por conter frisos que aludiam ao seu triunfo ou por estar próximo à rota triunfal ou ao lado do templo dedicado à deusa da guerra, próximo ao Teatro de Marcelo, mas por ser dedicado a Apolo, deus

<sup>16</sup> De acordo com Diane Favro (2008: 91), C. Sósio, Cônsul em 32 a.C. e fervoroso defensor de Marco Antônio, recebeu o direito de realizar um triunfo pela derrota dos judeus. Após as comemorações, ele deu início à reconstrução do antigo templo de Apolo *Medicus*. No entanto, o templo reconstruído por ele associou-se não com Marco Antônio, mas com Otávio, que após derrotar Antônio em 31 a.C., permitiu que Sósio fosse libertado. Para homenagear seu novo benfeitor, Sósio reprogramou a reconstrução em andamento para exaltar Otávio. Assim, os relevos no edifício concluído não representam os judeus sobre os quais Sósio triunfou, mas um troféu com bárbaros do norte, provavelmente comemorando o triunfo de Otávio sobre a Dalmácia.

ao qual Augusto atribuiu muitas de suas vitórias. Além disso, este templo foi rededicado no dia 23 de setembro, aniversário do *Princeps*, bem como outros templos do Campo de Marte, como os templos de *Juno Regina*, *Jupiter Stator*, Marte e Netuno. Segundo Orlin (2016: 137-138), o *dies natalis* destes templos foram deslocados de cinco ocasiões separadas para uma única data e a procissão ritual a estes templos em vez de serem observadas em dias diferentes eram agora realizadas no aniversário do *Princeps*. De acordo com este autor, a mudança do *dies natalis* de um templo devia causar um profundo impacto, já que marcava uma quebra radical, pois as festividades na nova data do templo restaurado teriam servido como um lembrete da refundação do templo sob Augusto em vez de lembrar sua fundação original em Roma.

\*\*\*

Com a ajuda de sinais memoriais, como símbolos, textos, imagens, ritos, cerimônias, lugares e principalmente por meio da construção de imponentes edifícios públicos e de importantes monumentos, Augusto criou para Roma uma memória relacionada a ele e a seus feitos e vitórias. Todas essas construções e intervenções urbanísticas no Campo de Marte tinham dentre suas funções a de servirem como gatilhos para a memória. Elas eram aquilo que Pierre Nora (2008: 33-34) chamou de "lugares de memória", já que, para este autor, o que os constitui é um jogo de memória e história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Para existir um lugar de memória tem que haver vontade de memória. Vontade esta que esteve presente nas obras de Augusto, onde a memória trabalhava a fim de evitar o esquecimento de seu nome e de seus feitos.

O Campo de Marte, com suas diversas construções monumentais relacionadas a Augusto, era uma mensagem "escrita em pedra" que expressava de modo claro o poder deste governante, que soube transformar a topografia desta extensa área de Roma em seu proveito. Com a utilização da cultura material como estratégia de poder, Augusto moldou uma imagem positiva de si e de seu governo.

Percebemos, assim, que a cultura material é de suma importância na construção dos conhecimentos relativos ao passado. E que a mesma não reflete passivamente a sociedade que a produziu, mas foi manipulada ativamente para construir a sociedade. A arquitetura, assim como hoje, estava imbuída de significados específicos para a sociedade, por meio da qual se exerceu o controle das pessoas e de seus encontros com o mundo a seu redor.

## Referências bibliográficas

### Documentação

DIO CASSIUS. *Dio's Roman History*. Trad. Earnest Cary. Harvard: University Press, 1924. (The Loeb Classical Library)

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *The Roman Antiquities*. Trad. Earnest Carry. London: William Heinemann, 1960. (The Loeb Classical Library)  
*Feitos do Divino Augusto*. Trad. M. Trevizam; P. S. Vasconcellos; A. M. Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

PLINY. *Natural History*. Trad. John Bostock; H.T. Riley. London: Taylor and Francis, Red Lion Court, Fleet Street. 1855.

STRABO. *Geography*. Trad. H. C. Hamilton, W. Falconer. London. George Bell & Sons. 1903.

SUETÔNIO. *Vida de Augusto*. Tradução de M. Trevizam; P. S. Vasconcellos; A. M. Rezende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

TITUS LIVIUS. *History of Rome*. Trad. Canon Roberts. London: Everyman's Library Classical, 1905.

### Bibliografia

ARAGON, Sandra Maria. Cultura Material: a emoção e o prazer de criar, sentir e entender os objetos. *Cultura Vozes*, nº 4, julho – agosto, 2003, p. 62 – 69.

DAVIES, Penelope. *Death and the Emperor: Roman Imperial Funerary Monuments from Augustus to Marcus Aurelius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CLARIDGE, Amanda. *Rome. An Oxford Archaeological Guide*. Oxford: University Press, 2010.

COARELLI, Fillipo. *Rome and Environs: An Archaeological Guide*. Berkeley – Los Angeles – London: University of California Press, 2007.

FAVRO, Diane. Making Rome a world city. In: GALINSKY, Karl. (Ed.). *The Age of Augustus*. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 234-263.

FAVRO, Diane. *The Urban Image of Augustan Rome*. Los Angeles: Cambridge University Press, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo. Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla. Bassanezi. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 81-110.

GONÇALVES, Ana Teresa M. *A Noção de Propaganda e sua Aplicação nos Estudos Clássicos: O Caso dos Imperadores Romanos Septímio Severo e Caracala*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

GUARINELLO, N. L. Arqueologia e Cultura Material: Um Pequeno Ensaio. In: BRUNO, M. C. O.; CERQUEIRA, F. V.; FUNARI, P. P. A. (Eds.). *Arqueologia do Mediterrâneo Antigo: Estudos em Homenagem a Haiganuch Sarian*. São Paulo: Life Editora, 2011, p.161-168.

HASELBERGER, Lothar. *Urbem Adornare: Rome's urban metamorphosis under Augustus*. Pennsylvania: JRA Supp. 64, 2007.

IONESCU, Dan-Tudor. The *Ara Pacis Augustae* and the *Campus Martius*: Peace and War, Antinomic or Complementary Realities in the Roman World. In: ULANOWSKI, Krzysztof. (Ed.). *The Religious Aspects of War in the Ancient Near East, Greece, and Rome*. Leiden; Boston: Brill, 2016, p. 303-357.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

NASH, Ernest. *Pictorial Dictionary of Ancient Rome*. New York: Praeger, 1961, v.2.

OMENA, Luciane M.; FUNARI, Pedro P. Tecendo o Fio Entre Memória e Morte à Luz do Tumulus de Otávio Augusto. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Práticas Funerárias no Mediterrâneo Romano*. Jundiaí: Paco Editorial, p. 69-104, 2016.

ORLIN, Eric. Augustan Reconstruction and Roman Memory. In: GALINSKY, K. (Ed.). *Memory in Ancient Rome and Early Christianity*. Oxford: Oxford University Press, 2016, p. 115-144.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Galimard, 2008.

REHAK, Paul. *Imperium and cosmos: Augustus and the northern Campus Martius*. Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 2007.

RICHARDSON, John. *The Language of Empire: Rome and the Idea of Empire From the Third Century BC to the Second Century AD*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

STAMPER, John W. *The Architecture on Roman Temples: The Republic to the Middle Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

STRONG, D. E. *Roman Imperial Sculpture*. London: Tiranti, 1961.

\_\_\_\_\_. The Administration of Public Building in Rome During the Late Republic and Early Empire. *Bulletin of the Institute of Classical Studies*, n. 15, p. 97-109, 1968.

## As inscrições de Epidauro: algumas interpretações dos relatos de cura do santuário de Asclépio

 João Vinícius Gondim Feitosa\*

**Resumo:** Este artigo tenta trazer algumas contribuições para o estudo do *corpus* de inscrições de cura do santuário do deus Asclépio em Epidauro, na segunda metade do século IV a.C. Essas inscrições compuseram um tipo específico de literatura, trazendo nomes de devotos, tipos de doenças, descrição do espaço onírico e formas milagrosas de cura, que se destinavam à leitura de um público cada vez mais crescente que visitava o santuário. Possivelmente, para dinamizar a leitura, seu estilo de escrita mistura diversos recursos narrativos. Por meio de três relatos, analisamos como são usados os conteúdos de teor didático, cômico e erótico, além de seus possíveis significados religiosos.

**Palavras-chave:** Asclépio, cura, ex-voto.

## The Epidaurus inscriptions: some interpretations of the healing accounts of the Asclepius' sanctuary

**Abstract:** This article tries to bring some contributions to the study of the *corpus* of healing inscriptions from the sanctuary of the god Asklepios in Epidauros, in the second half of the 4th century BC. These inscriptions made up a specific type of literature, bringing names of devotees, types of illnesses, description of the oniric space and miraculous forms of healing, which were intended to be read by an ever-growing audience visiting the sanctuary. Possibly, to make reading more dynamic, his writing style mixes several narrative resources. Through three accounts, we will analyze how didactic, comic and erotic content is used, in addition to their possible religious meanings.

**Keywords:** Asclepius, healing, ex voto.

---

\* Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: [vinicius\\_gondim@hotmail.com](mailto:vinicius_gondim@hotmail.com)



O presente texto traz algumas contribuições para o estudo das inscrições de cura descobertas no santuário do deus Asclépio em Epidauro<sup>1</sup>, sobretudo na segunda metade do século IV a.C. Para nós, este *corpus* de inscrições, que narra o encontro dos devotos com a divindade e como suas curas se procederam, constitui-se em um tipo de literatura específica que floresceu nos Asclepeions<sup>2</sup> no período em análise. Para isso, nos respaldamos na tese de Robin Mitchell-Boyask (2008). Estudando os textos das tragédias do teatro ateniense, o autor defende a ideia de que, com as grandes epidemias que assolavam a Grécia nesse momento, além da popularização dos cultos de cura e da respectiva figura do deus Asclépio, se tornou popular também uma “terminologia da doença”, ou seja, uma linguagem que ressaltava nomes de enfermidades, tipos de cura, tratamentos, dietas, entre outros, o que demonstraria o forte impacto que o número de mortes causou no imaginário grego e a sua preocupação com a preservação da saúde.

Na religião grega antiga, o culto de Asclépio estava relacionado principalmente aos rituais de cura. Porém, é preciso enfatizar que o meio mais extraordinário da cura ocorrer era por meio de incubações, ou seja, o devoto, acometido por alguma doença, ia ao Asclepeion para ritualmente dormir. Em sonho, o deus lhe aparecia e procedia a cura que ocorria no momento em que se despertava. Importante frisar que os sonhos se constituíam uma realidade concreta para os antigos, um espaço legítimo de contato direto entre homem e divindade, o que chamamos de espaço onírico (Feitosa, 2014). Os devotos que passavam por tais rituais deixavam oferendas votivas em agradecimento ao deus, muitas delas com inscrições relatando seus problemas, seu contato com o deus e como a cura milagrosa ocorreu. Tais materiais constituem uma fonte riquíssima para análise e compreensão da religiosidade deste povo.

Ao longo do século IV a.C., devido ao aumento de peregrinos que acorriam ao santuário e o conseqüente crescimento de sua arrecadação monetária, um grande programa de reformas arquitetônicas foi feito no

---

<sup>1</sup> Cidade grega na região do Peloponeso, considerada o centro mais importante de culto ao deus Asclépio (Błaśkiewicz, 2014: 60).

<sup>2</sup> Os santuários de Asclépio também são chamados Asclepeions (Ἀσκληπιεῖον: Asklepieion).

Asclepeion de Epidauro de maneira a torná-lo maior. É nesse momento que, provavelmente, algumas histórias vão ser selecionadas para constituir o que será o *corpus* de inscrição que nos debruçamos em seguida (Błaśkiewicz, 2014: 60). Sua análise é de importância fundamental para compreendermos, dentre outras questões: O que se esperava do encontro com o deus? Quais rituais deveriam ser feitos? O que era o espaço onírico? Ainda, a compilação e a exposição de histórias de milagres que ocorreram no santuário passam a constituir também um tipo próprio de literatura específica, ligado a essa conjuntura. A maneira íntima como o encontro com o deus é narrada, sua escrita que varia de forma fluida do didático, do erótico, ao cômico, parece destinar-se a um público leitor, além do contexto ritual em que, claramente, elas estão inseridas, revelando, portanto, mais uma estratégia de sobrevivência dos antigos para preservação do que até hoje nos constitui um bem inestimável, a saúde.

### **Breve contextualização**

O desenvolvimento da percepção que os gregos tinham de Asclépio no Mundo Antigo é complexo e suscita muito debate, pois o início de seu culto não é completamente claro devido à escassez de fontes. Para alguns autores, ele foi inicialmente adorado como um herói sendo, em seguida, divinizado (Edelstein, 1998; Holtzmann, 1984). Outros, no entanto, rejeitam essa tese e acreditam que Asclépio sempre foi considerado um deus (Martin; Metzger, 1976: 70; Melfi, 2007: 14). Seu principal atributo era o domínio sobre a cura e a doença, podendo ser capaz, portanto, de trazer ambas aos homens. Seja como for, em Epidauro, pelo menos, após o século VI a.C., Asclépio já é definitivamente um deus curandeiro e, como tal, seu culto se projeta para outras localidades, ao que tudo indica, a partir do modelo epidaurense (Melfi, 2007: 33). Ao longo do século IV a.C., o culto ganha muita popularidade e se espalha por todo o mundo grego.

A iconografia de Asclépio o mostra comumente como um homem barbado de rosto afável, de modos simples, sempre trajando um *himation*,

vestimenta grega que servia como um tipo de manto, e segurando um rústico bastão de madeira em torno do qual se enrosca uma serpente. O aspecto do deus que mais tem chamado a atenção, tanto dos antigos quanto da bibliografia contemporânea, é o modo peculiar com que ele procedia às suas curas que eram realizadas por meio de aparições em sonhos, demonstrando uma relativa intimidade entre deus e devoto incomum no culto de outras divindades gregas no mesmo período (*Błaśkiewicz*, 2014: 56).

O culto de Asclépio, portanto, constituía uma forma de religião pessoal, marcadamente votiva. Walter Burkert (1991: 25) define que a religião votiva “depende de uma decisão privada e aspira a alguma forma de salvação através da proximidade com o divino”. Platão (*Leis*: 909e) cita que era comum que “doentes de todo o tipo, aqueles em perigo, ou em aflição, qualquer que ela fosse, ou, pelo contrário, aqueles que receberam uma fatia de boa sorte” fizessem promessas aos deuses e as cumprissem oferecendo doações de vários tipos. A religião votiva pode ser compreendida, então, como uma religião pragmática, havendo um problema presente perturbando o ser humano, ele passa a atuar numa troca com o divino, ele imprime uma estrutura condicional do “se-então” (Burkert, 1991: 26), numa tentativa de manipular o futuro de acordo com o seu interesse.

Conseguindo o que deseja, ele fará uma renúncia delimitada e específica, uma “perda determinada no interesse de um ganho maior” (Burkert, 1991: 26). Para o devoto, esta perda geralmente envolve um objeto de valor sentimental, financeiro, artístico ou de qualquer outro tipo. Perda para o devoto, presente para o deus. A ideia é relativamente clara, é preciso dar para receber. De qualquer modo, cada oferenda votiva traz consigo uma história de vida pessoal, um caso particular da relação entre o humano e o divino, um exemplo de devoção. Apesar de ser uma iniciativa pessoal, a promessa é feita em público, e o cumprimento do voto também, o que, segundo Burkert (1991: 27), despertava o interesse de artesãos, comerciantes e dos participantes dos banquetes sacrificiais. Uma verdadeira cadeia econômica, portanto, deveria girar em torno das oferendas votivas.

Doenças eram um dos principais motivos pelos quais se realizavam votos. Talvez por isto, no culto de Asclépio, a quantidade de oferendas votivas seja enorme. Aqui, elas poderiam ser feitas de diversas formas, as mais comuns, que sobreviveram até os nossos tempos, foram estatuetas de deuses, placas com inscrições de agradecimentos, moldes das partes do corpo que foram curadas. Embora haja relatos que era comum se oferecer também pinturas e poemas a Asclépio, só sabemos da existência destes de maneira indireta. Além da demonstração pública, a partir do momento em que eram consagrados, estes objetos passavam a ser propriedade da divindade e não poderiam mais ser tocados. Eles passavam à esfera do sagrado, e não poderiam ser tratados de qualquer forma, não poderiam ser descartados, não poderiam ser reutilizados. De tempos em tempos, para se manter a limpeza do santuário, estes objetos eram removidos e destruídos na observância de rituais rigorosos e específicos. Asclépio era uma divindade exigente quanto à cobrança de seus presentes e não os depositar poderia trazer consequências drásticas (IG IV<sup>2</sup>, 1: 121, VII; 122, XXII)<sup>3</sup>.

Portanto, tão importante quanto à graça alcançada, seja ela qual fosse, era a deposição do ex-voto. Se a divindade faz a sua parte, os seres humanos deveriam fazer a deles. Assim como os sacrifícios são ritos fundamentais de entrada no espaço sagrado, a deposição do ex-voto é imprescindível para se sair dele. No caso de um ritual de cura, não depositar as oferendas e não quitar a dívida para com o sagrado poderia implicar a continuidade de uma doença, por exemplo. A primeira instância do ex-voto, portanto, é pessoal, entre deus e devoto (Van Straten, 2000: 215), só depois disto é que ela passa a ser coletiva, como um exemplo desta relação.

Geralmente, a oferenda se dividia em duas partes, a chamada *thysia*, a parte que deveria ser queimada, sacrificada, consumida, ou mesmo paga em dinheiro, e outra parte comumente chamada de *anáthema*, que era o

---

<sup>3</sup> Citamos o material epigráfico coletado na obra: VON GAERTRINGEN, Friedrich Hiller (ed.). *Inscriptiones Graecae, IV. Inscriptiones Argolidis. 2. Fasc. 1, Inscriptiones Epidauri*. Berlin, 1929 pela abreviatura IG IV<sup>2</sup>, 1. Assunto trabalhado de forma mais detalhada adiante, nas pp. 64-66.

memorial, o objeto que ficaria no santuário representando a gratidão do devoto ao deus, o suporte material que contaria a história do milagre ocorrido. Estes objetos estavam integrados ao espaço do santuário, estavam inseridos em suas paredes, colunas, árvores, ou em pedestais próprios, que de alguma maneira os afastassem do chão; etimologicamente *anáthema* significa “afastado do chão” (Van Straten, 2000: 191). Talvez fosse impossível, no período de apogeu do culto em Epidauro, olhar para algum lugar do santuário, pelo menos do núcleo central do culto, sem ver algum destes objetos. De alguma forma, eles energizavam o espaço, recobriam-no ainda mais de sacralidade. As provas do poder do deus estavam por toda a parte. Segundo Folkert van Straten (2000: 205), os *anáthemas* se ligavam ao santuário conferindo sacralidade a ele.

Mesmo o local de deposição era fonte de disputa entre os devotos, pois quanto mais próximo do altar – localizado em frente ao templo – ou da imagem de culto – localizada dentro do templo – mais proeminente era a posição do devoto (Van Straten, 2000: 197). Num primeiro momento, é provável que todos fizessem a deposição dos objetos próximos a estes locais. É o que percebemos na fala de uma das personagens de Herondas (*Mimo IV*: 19-20), que diz a sua amiga: “Kokkale, ponha a placa votiva à direita [da estátua] de Higeia”. Em seguida, estes objetos deveriam ser realocados em outras partes do santuário. A quantidade de oferendas, nos santuários, era tão grande que leis tiveram que ser feitas para organizar a deposição. No santuário de Asclépio em Rodes, por exemplo, um decreto do século III a.C. determina:

que a ninguém é permitido solicitar que uma imagem ou qualquer outra oferenda votiva seja colocada na parte inferior do santuário [...], ou em qualquer outro local em que as oferendas votivas impeçam as pessoas de andar (Van Straten, 2000: 213).

O decreto nos deixa perceber que a quantidade de ex-votos chegou a níveis caóticos, impedindo inclusive as pessoas de caminharem dentro do espaço do santuário.

No caso específico de Epidauro, homens e mulheres poderiam depositar suas oferendas individualmente, não havia restrições quanto a isso, um grupo de pessoas também poderia fazê-lo, mais comumente o grupo familiar. O público que frequentava também era social e economicamente muito variado (Tonini, 2011: 39). Através das inscrições e dos relevos, por exemplo, podemos observar que pessoas de boa situação econômica, com condições de oferecer uma estátua de um porco feito em prata, frequentavam o mesmo culto que pessoas pobres, que não podiam oferecer mais do que pequenos objetos de ossos. Embora a maioria dos frequentadores, sacerdotes, trabalhadores, artistas, talvez fossem da própria cidade de Epidauro, muitas pessoas chegavam de partes diferentes do mundo grego antigo, o que faz deste santuário, entre os séculos IV e III a.C., um santuário pan-helênico (Larson, 2007: 192).

Apesar de haver uma grande quantidade de estatuetas, estátuas e relevos remanescentes do culto de Asclépio em Epidauro, nos detemos aqui apenas no material epigráfico, especificamente, o material escrito de quatro estelas de pedra que trazem, sob a forma de coletânea, a história de vários milagres ocorridos neste santuário. A seguir buscamos fazer uma breve exposição e análise do tipo de literatura contida nesse *corpus*, passando por alguns relatos que exemplificarão respectivamente seu pretense teor didático, cômico e erótico, bem como sua ambientação no espaço onírico, além do seu caráter religioso.

### **As inscrições de Epidauro**

Em Epidauro, encontramos dois tipos de inscrições que atestam as curas realizadas por Asclépio. O primeiro tipo é constituído por dedicações pessoais feitas em algum suporte material, como placas, bases de estátuas, jarros, etc. Estas inscrições revelam uma relação direta e pessoal do devoto com o deus, no entanto, especificam pouco acerca de sua história de vida, de sua doença e da forma como ele foi curado. Geralmente, trazem frases curtas em louvor ao deus Asclépio, como, por exemplo, na plaqueta de bronze do século

V a.C., em que podemos ler: “Καλλίστρατος ἀνέθεκε τοῖ Ἄσκληπιοῖ ἡ μάγισρος”, ou seja, “dedicado pelo cozinheiro Calístrato para Asclépio” (IG IV<sup>2</sup>, 1: 144), bem como nas bordas de um pote de bronze, do século VI a.C., em que também é possível ler: “τοῖ Αἰσκληπιοῖ ἀνέθεκε Μικύλος”, “dedicado por Mikylos para Asclépio” (IG IV<sup>2</sup>, 1: 136). Estas inscrições, sem dúvida, revelam o poder do deus e, de certa maneira, podemos entender que elas foram feitas em agradecimento a algum bem concedido por Asclépio.

No entanto, destas inscrições, há pouca informação a ser extraída, sendo que além do nome do devoto e do deus ao qual se destinam não se pode concluir quase nada. Ainda menos podemos inferir acerca do espaço onírico. Sobre este ponto, encontramos não mais que vagas citações como: “Ἀσκληπιῶι κατ’ ὄναρ”, isto quer dizer: “para Asclépio pelo sonho” (IG IV<sup>2</sup>, 1: 266).

O segundo tipo de inscrição que encontramos no Asclepeion de Epidauro, são listas de relatos de curas, uma compilação de acontecimentos ocorridos no santuário e trazem mais informações. De forma breve, elas trazem, além do nome do devoto, sua cidade de origem, em alguns casos, sua profissão, a evolução de sua doença, a descrição dos sonhos e como a cura foi realizada por Asclépio. Por este caráter prático, nos detemos mais especificamente a estas listas de relatos de cura, pois elas são muito mais ricas e, no estado atual da pesquisa, apenas foram descobertas em Epidauro.

Este segundo tipo de inscrições era feito em estelas de pedra calcária, em formato retangular, tendo aproximadamente 1,75m de altura, 0,75m de comprimento e 0,17m de espessura. Infelizmente, apenas nos restaram, ao que parece, quatro destas estelas. Seus textos encontram-se publicados, em grego, nas *Inscriptiones Graecae*, na segunda edição do volume IV (IG IV<sup>2</sup>, 1), numeradas da seguinte maneira: 121, 122, 123 e 124. De acordo com Panagiotis Kavvadias (1891: 23-24), a ortografia e o estilo de letra das inscrições são da metade do século IV a.C. De todas as estelas, as mais bem preservadas são as que são consideradas como as duas primeiras (IG IV<sup>2</sup>, 1: 121 e 122), pois trazem, respectivamente, 20 e 22 milagres narrados na íntegra. Boa parte do que se coloca como a terceira estela (IG IV<sup>2</sup>, 1: 123)

está danificada e apenas podemos ler pouco mais que dez milagres. Na quarta estela (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 124*), em estado muito fragmentário, não podemos ler mais que alguns nomes e palavras dispersas<sup>4</sup>. Provavelmente, no entanto, todas elas deveriam conter, originalmente, a mesma quantidade de narrativas, cerca de vinte, e se encontravam expostas na entrada do *abaton* – edifício no santuário onde ocorriam as incubações.

O dialeto grego empregado na escrita foi o dórico, mais especificamente o dórico argivo, dialeto falado nesta região do Peloponeso, com um pouco do dialeto ático (LiDonnici, 1995: 17), possivelmente para atender a um público pan-helênico. O estilo de letra, similar nas quatro estelas, indica que elas foram feitas por uma única mão ou sob uma mesma supervisão, ou seja, os milagres não foram escritos aleatoriamente, mas provavelmente seguiam uma editoração, o que reforça o fato de que estes textos se destinavam a uma plateia de leitores.

Da mesma forma, as histórias ocorridas nestas narrativas parecem ter uma origem anterior à sua inscrição nas estelas. É o que sugere, por exemplo, o primeiro milagre narrado na primeira estela, que nos conta que Cleo, após ter conseguido dar à luz um filho, escreveu na sua oferenda: “Admirável não é o tamanho desta placa, mas a divindade” (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 121, I*), sendo que a palavra empregada em grego antigo para o que aqui foi traduzido como “placa” é *πίνακος* (*pinakos*), ou seja, uma tábua pintada. Portanto, o ex-voto de Cleo não foi a inscrição contida nesta estela, mas uma admirável placa pintada, sendo que o seu milagre foi escolhido para entrar no *corpus* de inscrições do santuário. É de se supor, então, que os milagres narrados tenham uma origem anterior à compilação realizada na segunda metade do século IV a.C. Alguns deles podem ter perdurado, talvez, durante anos na memória oral e só neste momento teriam sido inscritos nas estelas (LiDonnici, 1992: 35-38), no mesmo período do grande programa construtivo do santuário para louvar ainda mais o poder do deus e servir também como um material de divulgação do culto em Epidauro.

---

<sup>4</sup> Conteúdo das estelas na íntegra em português: Feitosa, 2014: 206-224.

Todos os milagres narrados seguem, em geral, um padrão expositivo. O primeiro dado colocado é o nome do devoto, às vezes com o seu lugar de origem, e a doença que lhe acomete. Em seguida, o relato pode trazer as peripécias sofridas pelo mesmo até chegar ao santuário, porém, o mais comum é que o sonho ocorrido durante a incubação já seja narrado. Aqui notamos uma marcação quase que ritual, que está presente na maioria dos relatos, para explicitar que a ação descrita não ocorre mais durante a vigília, mas se passa em uma realidade outra, no espaço onírico. O verbo empregado para isto é ἐγκαθεύδω (*enkatheudo*), ou seja, “durante a incubação”, ou numa tradução mais literal, “dentro da incubação”, às vezes ainda encontramos a palavra “ἐνύπνιον” (*enyption*), literalmente “dentro de sonhos”. Interessante notar que o espaço onírico era tido como um espaço no qual era possível entrar e, portanto, sair. Após descrever como o deus Asclépio realizava a cura, que na maioria das vezes era alcançada, a narração se encerra declarando que o devoto saiu do santuário ὑγιής (*hygies*), “curado”, “são”.

Em alguns casos, a descrição dos sonhos é de difícil compreensão, pelo menos para o leitor moderno, pois nem sempre a narrativa é linear e, ao que parece, ela é propositadamente ambígua. Além disto, os sonhos são considerados uma cena vista. Podemos perceber isto quando as inscrições trazem a fórmula: “ὄψιν εἶδε” (*opsin eide*), que pode ser traduzida como “teve uma visão”, ou seja, o sonho é algo que se vê, que se acessa, no qual se entra para ver. Artemidoro, de fato, afirma que Asclépio é um deus que pode ser percebido ao mesmo tempo na terra – ἐπιγείων (*epigeion*) – e na mente – νοητός (*noetos*) (Artemidoro, II: 34).

A narrativa, portanto, tenta reproduzir na inscrição um fato ocorrido numa realidade onírica, com todas as especificidades e dificuldades descritivas que um sonho pode vir a ter. Ou seja, elementos aparecem e desaparecem repentinamente, pessoas são transportadas de um lugar para outro, enfim, o texto escrito tenta contar o sonhado, talvez para ser o mais fiel possível ao ocorrido no espaço onírico. Para isto, a maioria dos relatos traz um termo dúbio para tratar da visão onírica, ἔδοκει (*edokei*) do verbo δοκέω (*dokeo*) (LSJ, verbete: δοκέω). Devemos entender neste verbo a dupla

ideia de parecer/aparecer, é como em um sonho em que vemos alguma coisa, mas não sabemos se é realmente aquilo. Não há palavra em português para traduzir este verbo grego que, ao mesmo tempo, traz a noção de aparição e de dubiedade, é preciso que isto seja esclarecido antes da leitura das inscrições. Sem dúvida o sonho é uma visão concreta e real para este devoto antigo, mas ela é de difícil entendimento, por isto, talvez, a ambiguidade.

Devemos acrescentar ainda que mesmo que o sonho seja a maneira primordial de cura procedida no culto de Asclépio, ela não é a única. Alguns relatos revelam que pessoas foram curadas acordadas, sem um contato direto com o deus, apenas tocando ou sendo tocadas, por exemplo, pelos animais sagrados criados no santuário ou de alguma outra forma inusitada. De certa maneira, parece que só por estar no local sagrado isso já poderia possibilitar uma cura milagrosa.

### **Análise de casos**

Trazemos, em seguida, o texto na íntegra de três casos de cura contidos no *corpus*. A intenção é contextualizar brevemente as histórias em possíveis significados simbólicos e exemplificar o estilo da redação empregada no texto. Pela maneira como os casos são narrados, abordamos o que podemos considerar respectivamente um relato didático, um relato cômico e, por fim, um relato erótico. Para realizarmos a versão em língua portuguesa que se segue, consultamos, além do texto em grego, as traduções inglesas feitas pelo casal Emma J. Edelstein e Ludwig Edelstein (1998: 229-237, v. 1) e por Lynn LiDonnici (1995: 84-127), bem como a versão francesa de Panagiotis Kavvadias (1891: 23-32) e de Salomon Reinach (1885: 266-270).

Iniciamos, assim, essa seção com o que chamamos de inscrições didáticas, pois elas enfatizam que postura os devotos deveriam ter em relação a Asclépio, aos seus ritos e aos objetos sagrados. De certo modo, todas as inscrições trazem algum ensinamento e, portanto, seriam didáticas, porém certas atitudes são fortemente destacadas, tais como: não ser covarde (*IG IV<sup>2</sup>,1: 122, XXXV e XXXVII*), saber bem o que irá pedir (*IG IV<sup>2</sup>,1: 121,*

II; 122, XXXIV), confiar no deus (IG IV<sup>2</sup>,1: 121, III; IV; IX e X; 122, XXXVI) e cumprir com os rituais (IG IV<sup>2</sup>,1: 121, VII; VIII). Dentre estas, trazemos uma breve análise do caso de Ápisto:

Um homem que tinha os dedos da mão paralisados, exceto um, veio suplicar ao deus. Quando ele viu as placas no santuário, ele não acreditou nas curas e zombou das inscrições. Durante sua incubação, ele teve uma visão: pareceu-lhe como se ele estivesse brincando de dados, à sombra do templo, e estando prestes a lançar o dado, o deus apareceu e saltou sobre sua mão estendendo seus dedos. Quando o deus saiu de cima de sua mão, ele se viu fechando e abrindo a mão, estendendo dedo por dedo. Quando todos os seus dedos estavam endireitados, o deus lhe perguntou se ele continuaria sendo incrédulo diante das inscrições nas placas no santuário, ele respondeu que não. "Uma vez que você foi incrédulo com as coisas que não mereciam incredulidade", disse o deus, "teu nome será de agora em diante Ápisto (Incrédulo)". No dia seguinte, ele saiu curado (IG IV<sup>2</sup>, 1: 121, III).

Este relato faz paralelos interessantes entre corpo, espaço onírico e cura. Além disto, a voz do Asclépio da inscrição deixa um ensinamento, o antigo corpo, doente e descrente, está ritualmente morto. Morreu, durante sua incubação, quando dormiu no *abaton*, para renascer curado. E, como um corpo que nasce, ele precisa ser nomeado. Por causa da incredulidade que o suplicante teve diante do sagrado, o próprio deus lhe nomeia de Ἄπιστος (*Ápistos*), ou seja, Incrédulo, para que se lembre, para sempre, de sua ignorância. Em certa medida, a nomeação era também uma punição pelo comportamento inadequado para com o sagrado. A cura, portanto, vai muito além do que a recuperação dos movimentos da mão, ela compreende uma nova maneira de perceber a vida.

É possível perceber, por meio da leitura dessa inscrição, um aspecto muito peculiar das curas rituais. Para tanto, recorreremos à tese de Thomas Csordas. Segundo este autor, o processo de cura ritual não tem por finalidade recolocar o indivíduo no estado que ele se encontrava antes da doença, também não visa deixá-lo na situação de enfermidade que o incomoda, mas tenta levá-lo para um estado "dissimilar" de realidades, ou seja, constrói uma nova dimensão de vida (Csordas, 2008: 51). O milagre vai muito além da possível obtenção de um estado de saúde anterior ao da doença, o sentido

de cura é o enquadramento do devoto em uma nova compreensão da doença, de si e do sagrado.

Outra boa quantidade de relatos traz um teor, poderíamos afirmar, minimamente cômico, criando uma quebra sutil na seriedade do rigor das fórmulas rituais em que as curas são descritas e dinamizam o ritmo de leitura das inscrições. Entre os casos, podemos citar: Asclépio ri (*IG IV<sup>2</sup>,1: 121, VIII*), reverte calvície (*IG IV<sup>2</sup>,1: 121, XIX*), cura a infestação de piolhos usando uma vassoura (*IG IV<sup>2</sup>,1: 121, XXVIII*), cura a dor de cabeça com um soco, o golpe é aprendido pelo devoto e o faz ganhar um campeonato de lutas (*IG IV<sup>2</sup>,1: 122, XXIX*). Na sequência, trazemos o caso de Eufanes:

Eufanes, uma criança de Epidauro, sofrendo de cálculos. Durante sua incubação, pareceu-lhe que o deus surgiu e perguntou: "o que você me dará se eu te curar?", a criança respondeu: "dez astrágalos". O deus riu e disse que poderia lhe curar. No dia seguinte, ele saiu curado (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 121, VIII*).

Neste relato, a criança, que provavelmente sofre com cálculos nos rins, vem ao santuário para realizar a incubação e assim o faz. Em sonho, ela mantém um diálogo direto e íntimo com o deus. O relato tem uma narrativa terna, parece querer revelar, ou construir, outro lado da personalidade de Asclépio. Aqui o deus não aparece com o ar grave, típico dos deuses gregos, não se relaciona com o mortal com a forma abrasadora que costuma caracterizar o sagrado, muito pelo contrário, o deus chega inclusive a rir da simplicidade da resposta do garoto.

A narrativa é levemente cômica pelo seu desenrolar. Como é de se esperar, Asclépio pede para que o garoto diga o que ele vai lhe dar em troca da cura, o que será dado como ex-voto. Eufanes, ingenuamente, responde que oferecerá dez astrágalos. Astrágalo era um tipo de dado feito de ossos com que os gregos costumavam brincar. A simplicidade da dádiva oferecida causa o riso do deus que garante proceder à cura. No dia seguinte, Eufanes deixa o santuário curado. Outro aspecto que a inscrição nos deixa entrever é que nem sempre grandes oferendas eram depositadas em função da cura. Oferendas simples também poderiam ser aceitas, o que amplia o público

frequentador dos santuários de Asclépio. De fato, o culto do deus era conhecido por ter uma grande frequência de pessoas simples e humildes.

Em outra série de relatos a relação entre devoto e deus é tão íntima que ambos chegam a realizar o intercuro sexual. Por esse motivo, sugerimos haver nelas um teor erótico. Estas inscrições são bem parecidas quanto a sua forma, geralmente são curtas e pouco detalhadas. A relação erótica fica levemente sugerida – às vezes mais, às vezes menos explícita – e, na maioria das ocasiões, seu objetivo é gerar a fertilidade em mulheres que querem ter filhos. Como exemplos, temos os seguintes casos: duas mulheres que praticam sexo com uma serpente para poder engravidar (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 122, XXXIX e XLII*), o deus provavelmente toca os órgãos sexuais de outra para que ela também possa gerar filhos (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 122, XXXI*), Asclépio beija uma devota para curá-la de problemas estomacais (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 122, XLI*) e um homem fica curado de cálculos depois de ter tido um orgasmo (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 121, XIV*).

Analisemos uma dessas inscrições na íntegra:

Nicasibula da Messênia para um parto. Durante sua incubação, ela teve uma visão, em um sonho: parecia-lhe que o deus se aproximava dela com uma serpente que rastejava atrás dele. Com esta serpente, ela transou. Depois de um ano, ela teve dois meninos (*IG IV<sup>2</sup>, 1: 122, XLII*).

No milagre de Nicasibula conta-se que, no sonho, ela se uniu ou teve relações sexuais com uma serpente que rastejava atrás de Asclépio. O contexto erótico é relativamente explícito e, assim como nos outros casos do tipo, ela torna-se fértil e concebe a dois filhos do sexo masculino.

A serpente é um conhecido símbolo fálico, segundo Artemidoro, ela representa poder e, por isto, é um animal comum a vários deuses e rituais (Artemidoro, II: 13). Por ter uma aparência fálica, a ela é atribuído também poderes fertilizantes. Além disto, as serpentes são associadas à regeneração, por causa de suas trocas sucessivas de pele, tendo, portanto, relação com a cura. Destacamos que estar no sonho com o animal consagrado a algum deus é estar na presença do próprio deus (Artemidoro, IV: 56). Desta maneira, de alguma forma, a relação que Nicasibula manteve foi também com Asclépio,

uma vez que as serpentes constituíam o principal animal associado a este deus.

Aparentemente não havia problema neste tipo de relação, afinal ela foi inscrita no *corpus* do santuário e seu desfecho foi positivo. O sexo ritual entre deuses e mortais não era prática incomum na Grécia Antiga; é famosa a história do santuário de Afrodite, em Corinto, no qual sacerdotisas praticavam sexo em rituais para a deusa (Estrabão, VIII: 6, 20). Durante o festival da Antesteria, ocorrido em Atenas, a mulher do arconte basileu, a “rainha de Atenas”, era oferecida em casamento para o deus Dioniso (Burkert, 1985: 216). Carl Meier defende que, com todos os símbolos de fertilidade e pela estreita relação com a água, os rituais de cura de Asclépio poderiam ser considerados “coito” com o deus (Meier, 1999: 85). Esta união entre deuses, ou entre deuses e mortais em situações rituais, é conhecida como hierogamia. Estar integrado sexualmente à divindade pode representar, de certo modo, uma indiferenciação entre ambas as partes, o humano e o divino são assemelhados, sendo possível o compartilhamento dos poderes regenerativos do sagrado. Isto mostra que, entre os gregos antigos, a relação sexual tinha um caráter benéfico e estava associado à saúde, sendo símbolo de vida e bem estar.

### **Considerações finais**

Com esta breve análise, podemos, enfim, tecer algumas considerações. Primeiro, uma das melhores maneiras de conhecer a parte mais importante do culto de Asclépio – sonho/incubação – são as próprias inscrições do santuário. Para nós, a dificuldade de interpretação própria deste gênero textual, ao mesmo tempo religioso, poético, oracular, político, entre outros, não o diminui, pelo contrário, isso o torna aberto ao debate, fazendo com que o interesse pelo tema seja sempre renovado. Para parte dos pesquisadores, no entanto, a natureza destas inscrições causou certa frustração. Podemos notar a síntese deste pensamento em relação às inscrições em Carl Meier, que chega a afirmar que elas constituem “fonte de informação de segunda

mão” e que “desapontam” por serem compostas segundo fórmulas rígidas (Meier, 1999: 74).

O pensamento simplista presente nas afirmações de Meier é comum em parte da bibliografia que trata do culto de Asclépio. É possível refutar facilmente esta posição, analisando caso a caso o que contam os relatos, e verificando que eles são uma janela riquíssima, se tomados com a devida seriedade, não apenas para se conhecer o culto de Asclépio, mas para se conhecer também importantes questões da religião, do cotidiano e do pensamento popular da Grécia Antiga.

Segundo, as inscrições formam um tipo de literatura específica que surge por volta do século IV a.C., no contexto das grandes epidemias, do crescimento da popularidade do deus e da ampliação de seu santuário em Epidauro. Elas eram conhecidas no mundo grego, não era necessário nenhum ritual específico para lê-las e, aparentemente, eram acessíveis ao público em geral (Pausânias, II: 27, 3). A maneira como elas são escritas tem também por objetivo não deixar a leitura enfadonha, pois combinam de forma bem distribuída ao longo do texto diversos elementos literários, como comicidade, terror, erotismo, provérbios, oráculos, entre outros. É possível que os efeitos das epidemias tenham tido impacto não apenas na linguagem da dramaturgia grega (Mitchell-Boyask, 2008: 19), mas também levaram à confecção de um tipo próprio de literatura dentro do Asclepeion de Epidauro e que, provavelmente, foi adotado por outros santuários de Asclépio – como em Cós, Trica (Estrabão, VIII: 6, 15) e Lebena (Edelstein, 1998: 239-240, v. 1).

Estas estelas, em específico, não eram tão somente destinadas à divindade, como eram as inscrições nos próprios objetos dos ex-votos, por exemplo. Elas deveriam ser lidas pelas pessoas e propagandeadas, elas eram mais um material de divulgação (Melfi, 2007: 33). Por este motivo talvez, sua leitura não poderia ser enfadonha e cansativa. Apesar de haver repetições, seja de fórmulas rituais, seja dos próprios casos, para reforçar o poder de Asclépio, existe, ao mesmo tempo, uma boa dinâmica interna no próprio texto.

Por fim, o espaço onírico mostra-se como mais uma janela para compreensão de como estas pessoas organizavam suas vidas, seus espaços cotidianos e, principalmente, o de seus corpos. Os primitivos não viviam apenas uma realidade, mas realidades múltiplas cada qual com seu papel e a sua função (Berger, 1985: 56). Os sonhos seriam, portanto, mais uma dessas realidades que serviriam para integrar e modelar a conduta social, pois revelariam um encontro decisivo com o sagrado. No caso de Asclépio, este encontro tinha um papel fundamental, pois tratava da frágil relação entre a vida e a morte, através da doença. O espaço onírico é significativo para nós, pois nos revela mais um tipo de estratégia para a sobrevivência.

### Referências bibliográficas

ARTEMIDORO. *Sobre a interpretação dos sonhos*. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BERGER, Peter L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. Tradução José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulus, 1985.

BŁAŚKIEWICZ, Monika. Healing Dreams at Epidaurus: Analysis and interpretation of the Epidaurian iamata. *Miscellanea Anthropologica et Sociologica*, Gdansk, v. 15, n. 4, p. 54-69, 2014.

BURKERT, Walter. *Antigos cultos de mistérios*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1991.

\_\_\_\_\_. *Homo Necans: the anthropology of ancient Greek sacrificial ritual and myth*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1985.

CSORDAS, Thomas J. *Corpo/significado/cura*. Tradução José Secundino da Fonseca e Ethon Secundino da Fonseca. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

EDELSTEIN, Emma Jeannette; EDELSTEIN, Ludwig. *Asclepius: A Collection and Interpretation of the Testimonies*. Volumes I e II. Com introdução de Gary B. Ferngren. Baltimore: John Hopkins Paperbacks edition, 1998.

FEITOSA, João Vinícius Gondim. *Sonho e cura: o culto de Asclépio em Epidauro entre os séculos IV e II a. C.* 2014. 228f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

HÉRONDAS. *Les mimes d'Hérondas*. Tradução francesa Georges Dalmeyda. 2. Ed. Paris: Librairie Hachette, 1893.

HOLTZMANN, Bernard. Asklepios. *Lexicon Iconographicum Mythologiae Classicae*, v. 2, n. 1. Zurique: Artemis, 1984. p. 863-897.

KAVVADIAS, Panagiotis. *Fouilles d'Épidaure*. Vol. I. Atenas: Imprimerie S. C. Vlastos, 1891.

LARSON, Jennifer. *Ancient Greek Cults: A guide*. Nova Iorque: Routledge, 2007.

LIDDELL, Henry G.; SCOTT, Robert; JONES, Henry S. *Liddell, Scott, Jones Ancient Greek Lexicon (LSJ)*. Disponível em <[https://lsj.gr/wiki/Main\\_Page](https://lsj.gr/wiki/Main_Page)>. Acesso em: 13 jul. 2021.

LIDONNICI, Lynn. R. Compositional Background of the Epidaurian 'Iamata. *The American Journal of Philology*, Baltimore, v. 113, n. 1, p. 25-41, 1992.

\_\_\_\_\_. *The Epidaurian miracle inscriptions: Text, translation and commentary*. Atalanta: Scholars Press, 1995.

MARTIN, Roland; METZGER, Henri. *La religion grecque*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976.

MEIER, Carl. A. *Sonho e ritual de cura: incubação antiga e psicoterapia moderna*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1999.

MELFI, Milena. *I santuario di Asclepio in Grecia. 1*. Roma: "L'ERMA" di BRETSCHNEIDER, 2007.

MITCHELL-BOYASK, Robin. *Plague and the Athenian imagination: drama, history, and the cult of Asclepius*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PAUSANIAS. *Pausanias Description of Greece*. Tradução inglesa W. H. S. Jones e H. A. Ormerod. 4 Volumes. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd, 1918.

PLATO. *Plato in Twelve Volumes*. Volumes 10 e 11. Tradução inglesa R. G. Bury. Cambridge: Harvard University Press; London: William Heinemann Ltd., 1967 e 1968.

REINACH, Salomon. La seconde stèle des guérisons miraculeuses découverte a Épidaure. *Revue Archéologique*, Paris, série 3<sup>a</sup>, tomo 5, p. 265-270, 1885.

STRABO. *Geography*. Vol. IV. Tradução Horace Leonard Jones. The Loeb Classical Library, 1927.

TONINI, Teresa Alfieri. Il culto di Igea nelle iscrizioni greche. *LANX*, Milão, n. 10, p. 37-46, 2011.

VAN STRATEN, Folkert. Votives and votaries in greek sanctuaries. *In: BUXTON, R. G. A. (org.). Oxford Readings in Greek Religion*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 191-223.

VON GAERTRINGEN, Friedrich Hiller (ed.). *Inscriptiones Graecae, IV. Inscriptiones Argolidis*. 2. Fasc. 1, *Inscriptiones Epidauri*. Berlin, 1929. Disponível em <<http://epigraphy.packhum.org/inscriptions>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

## Os morgadios como estratégia de perpetuação social e econômica da família Pais Barreto: Cabo (ou Madre de Deus) e Juriçaca. Capitania de Pernambuco, 1580-1837

 Ana Lunara da Silva Morais\*

**Resumo:** A família Pais Barreto, originária da pequena nobreza reinol da região do Minho, Portugal, assentou-se em Pernambuco na segunda metade do século XVI, onde angariou alto *status* social. Os Pais Barreto destacaram-se pela instituição de dois morgadios, isto é, regulamentação jurídica de um patrimônio, com regras estritas de indivisibilidade e inalienabilidade: Cabo ou Madre de Deus (1580-1837) e Juriçaca (1617-1837). A pesquisa evidencia que a perpetuação dessa família, ao longo do período colonial, ocorreu de modo multifacetado, sendo a vinculação de parte de seus bens uma questão fulcral para a sua perpetuação social e econômica. Este trabalho realizou o cruzamento de diversas fontes de variados fundos, existentes, sobretudo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

**Palavras-chave:** capitania de Pernambuco, família Pais Barreto, morgadio, propriedade, reprodução social.

## The entails as a strategy for social and economic perpetuation of the Pais Barreto family: Cabo (or Madre de Deus) and Juriçaca. Pernambuco captaincy, 1580-1837

**Abstract:** The Pais Barreto family, originally from the petty nobility of the Minho region, Portugal, settled in Pernambuco in the second half of the 16<sup>th</sup> century, where they earned high social status. Pais Barreto stood out for the institution of two entails, that is, legal regulation of a patrimony, with strict rules of indivisibility and inalienability: Cabo or Madre de Deus (1580-1837) and Juriçaca (1617-1837). The research shows that the perpetuation of this family, throughout the colonial period, occurred in a multifaceted way, with the entail of part of their assets being a central issue for their social and economic perpetuation. This research used the crossing of sources of different natures, existing specially in the Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) and in the Arquivo Histórico Ultramarino (AHU).

**Keywords:** Pernambuco captaincy, Pais Barreto family, entail, property, social reproduction.

---

\* Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH-UFRN). E-mail: [analunara@gmail.com](mailto:analunara@gmail.com)



A família Pais Barreto, originária da pequena nobreza reinol da região do Minho, Portugal, assentou-se em Pernambuco na segunda metade do século XVI. Nessa capitania, a família angariou alto *status* social por meio da participação na Restauração contra os holandeses, da contínua associação entre diferentes mercês régias, como exercício de postos militares e ofícios administrativos, da atuação em instituições prestigiosas locais, como a Santa Casa de Misericórdia, e da ativa atuação no setor açucareiro, principal atividade econômica desenvolvida no Estado do Brasil.

Os membros da família Pais Barreto destacaram-se pela instituição de dois morgadios, chamados Cabo ou Madre de Deus (1580-1837) e Juriçaca (1617-1837). Com relação ao primeiro, não há conhecimento de outro vínculo na América portuguesa que teve tanta durabilidade, estimando o período de sua instituição e extinção, sendo, portanto, o vínculo de maior sucesso em sua continuidade. Esta pesquisa evidencia que a perpetuação da família, ao longo do período colonial, ocorreu de modo complexo e multifacetado, sendo a vinculação de parte de seus bens uma questão fulcral para a perpetuação social e econômica da família.

A fundação de um morgadio define-se como um ato de regulamentação jurídica de um patrimônio, com regras estritas de indivisibilidade e inalienabilidade, e de sucessão linhagística por meio, geralmente, da primogenitura e da varonia. Por meio da vinculação também se transmitiam modelos de comportamento, regras de conduta social e formas de relacionamento com a família, destinados a vigorar durante gerações e condicionando tanto a posse dos bens como a chefia da linhagem. Essa vinculação de bens também era chamada de morgado, termo que, por sua vez, também designava o sucessor de um vínculo de morgadio (Rosa, 1995: 20; Monteiro, 2002: 76-80).<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Destaca-se que a vinculação de bens distinguia-se, desde as *Ordenações Manuelinas* (1512-1513), de acordo com sua finalidade entre morgadio e capela. Trata-se de um morgadio quando o instituidor de um vínculo obrigava que a maior parte dos rendimentos dos bens vinculados ficassem na posse do seu sucessor. Quando apenas uma parte dos rendimentos do vínculo fosse destinada ao administrador e o restante tivesse como fim a realização de obras pias e missas, o vínculo seria uma capela. Ademais, sublinha-se que era comum que o vínculo de morgado fosse instituído ligado ao de uma capela (Caldeira, 2007: 31; Rosa, 1995: 112)

É nessa consideração, de que a vinculação de bens sob a forma de morgadio tem por objetivo não apenas evitar o esfacelamento patrimonial de uma linhagem, como também preservar sua memória, que se analisará a seguir como a família Pais Barreto angariou seus bens e como ocorreu a fundação e gestão de seus morgadios.

### **A vinculação de bens e as querelas pela sucessão do morgadio**

Um instituidor de morgado manifesta sua vontade de vincular parte dos seus bens por meio de testamento ou de contrato (Caldeira, 2007: 36). Para o caso de João Pais Barreto, "o velho", que instituiu o morgado do Cabo, também chamado Madre de Deus, não dispomos de nenhum desses documentos. Sobre os bens e vontades do instituidor existe apenas o codicilo – escrito no qual são expressas as últimas vontades de um indivíduo, que se pode adicionar ao testamento –, datado de 1617, mas neste apenas foram mencionados os bens livres e o cumprimento da instituição do morgado Juriçaca, como será analisado adiante, e não do morgado do Cabo (Pio, 1969: 13-15). Todavia, a fundação, sucessão e bens do morgado do Cabo foram reconstruídas por meio de diferentes fontes memorialistas que, em alguns casos, se utilizaram de documentos notariais, atualmente desaparecidos, cujas informações foram comparadas e cruzadas com as fontes históricas ainda hoje disponíveis.

Segundo Francisco Augusto Pereira da Costa (1983: 488-490, v. 1), no ano de 1580, João Pais Barreto, "o velho", visando salvaguardar parte do patrimônio construído por ele e, conseqüentemente, preservar sua família, instituiu um morgadio juntamente com sua esposa, Inês Guardes, em nome de seu filho primogênito e homônimo e para os descendentes primogênitos varões deste. Como esclareceu João Luís Picão Caldeira (2007), o qual analisou as *Ordenações Filipinas* (1603) e alguns tratadistas juristas, como Manuel Álvares Pegas e Vilanova Portugal, não era necessário licença régia para instituir vínculos, desde que o bem doado não fosse da Coroa ou que a vinculação contivesse alguma cláusula que importasse derrogação de preceito legal. Isto porque, no direito português, os bens de livre disposição

de um testador correspondiam a um terço de seu patrimônio – a terça. Os dois terços restantes deveriam ser partilhados em igualdade entre os herdeiros legítimos e legitimados – a legítima.<sup>2</sup> A este propósito, sublinha-se que os vínculos sem licença régia, chamados regulares, os quais parecem ter sido maioria, não poderiam ser instituídos sobre a legítima dos filhos, somente poderiam ser fundados com o patrimônio ou valor da(s) terça(s) do(s) instituidor(es).

Os bens vinculados do morgado do Cabo, originais das terças partes do patrimônio do casal, foram duas casas situadas na vila de Olinda e o engenho Madre de Deus, depois chamado de Velho, por ser o primeiro fundado por João Pais Barreto, situado em uma sesmaria de uma légua que ele recebeu na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, litoral da capitania de Pernambuco, por ter combatido os índios Caetés da região (Salvador, 1918: 198; Costa, 1983: 115, v. 2). Ao que parece, foi a obrigatoriedade de vincular somente a terça parte de seu patrimônio que impossibilitou João Pais Barreto e sua esposa de vincularem ao morgado outros engenhos, tendo em vista que eles chegaram a possuir dez engenhos (Morais, 2021). O vínculo, conhecido por morgado dos Pais, do Cabo ou ainda Madre de Deus, foi confirmado, segundo Francisco Augusto Pereira da Costa (1983: 488-490, v. 1), em 1603, sendo sua renda estimada em mil cruzados anuais (400\$000 réis).

Nas primeiras décadas do século XVII, o sucessor do morgado do Cabo, João Pais Barreto, “o moço”, parece ter vinculado mais um engenho, pois em 1635, o marquês de Basto, afirmou que o sucessor “largou dois engenhos, muito gado e outras fazendas” para participar da retirada de Matias de Albuquerque para Alagoas no contexto da invasão holandesa (Coelho, 1944: 203). No mesmo sentido, em outro documento da mesma época, consta que o morgado foi confiscado em dois engenhos, Velho e Guerra, ambos na freguesia do Cabo (Breve, 1887: 146-148). Segundo Gilberto Osório de

---

<sup>2</sup> As mudanças no direito sucessório e testamentário a partir de meados do século XVIII – mais especificamente por meio das leis de 9 de novembro de 1754, 9 de setembro de 1769 e 31 de janeiro de 1775 –, implicaram em uma maior restrição aos possíveis herdeiros, como parentes distantes e instituições religiosas (Lewin, 2003: 24, 34-35, v. 1; Rodrigues, 2015: 307-345).

Andrade e Rachel Caldas Lins (1982: 53-54), o morgado do Cabo teria perdido para a West Indische Company (WIC), Companhia das Índias Ocidentais, um terceiro engenho, chamado Jacaré, localizado na freguesia de Goiana, capitania de Itamaracá. Todavia, acredita-se que este engenho, embora fosse propriedade da família, não havia sido vinculado ao morgado do Cabo, pois em 1655, o referido engenho era propriedade do sobrinho do morgado, João de Sousa (Mello, 2012: 147; Costa, 1983: 64, v. 3).

Um outro engenho que a historiografia equivocadamente aponta como parte desse vínculo é o engenho Ilhetas (Felipe, 2015: 32-40). Esse último foi erigido ainda no século XVI, por João Pais Barreto, "o velho", e herdado pelo irmão do morgado do Cabo, Estevão Pais Barreto, o qual posteriormente sucedeu o irmão na administração do morgado. No ano de 1655, o filho de Estevão, João Pais Castro, consta como proprietário do engenho (Mello, 2012: 132-133). É possível que esse ramo da família tenha tentado vincular o engenho Ilhetas ao morgado. Por não haver mais informações sobre esse engenho, a historiografia passou a associá-lo a outro engenho, de nome semelhante, chamado Ilha, que aparece como propriedade do morgado do Cabo, João Pais Barreto, a partir do ano de 1760, conforme consta em uma lista elaborada pela recém-criada Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1760-1780) (Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], Cód. 1821, doc. 10, fls. 20-26).

No entanto, não se acredita que o engenho Ilheta e Ilha fossem o mesmo, pois, além do nome, há outra diferença ainda mais relevante: a localização. O engenho Ilheta, como consta na documentação da primeira metade do século XVII, estava localizado na freguesia de Sirinhaém-Una, à margem esquerda do rio Ilhetas, afluente do rio Una. Por sua vez, o engenho Ilha estava localizado na freguesia do Cabo. Essas freguesias, embora próximas, não eram vizinhas, pois a freguesia de Ipojuca localizava-se entre uma e outra, não havendo possibilidade, portanto, mesmo em face às variações dos limites das freguesias de Sirinhaém-Una e Cabo, que esses engenhos se situassem na mesma freguesia. Complementa ainda essa ideia, o fato de que na já mencionada lista dos engenhos existentes nas Capitanias do Norte do Estado do Brasil, elaborada pela Companhia do Comércio em

1760, consta um engenho chamado São João das Ilhetas, possivelmente, o antigo engenho Ilhetas, na freguesia do Una, propriedade de Luiz Nunes da Silva, cuja origem é desconhecida, e um engenho Ilha, na freguesia do Cabo, pertencente ao morgado do Cabo (AHU, Cód. 1821, doc. 10, fls. 20-26).

O morgadio do Cabo, diferentemente do que apontaram alguns historiadores, passou a vincular outros engenhos apenas muitos anos depois de sua instituição, por volta do terceiro quartel do século XVIII (Felipe, 2015: 40). Segundo o autor da *Nobiliarquia Pernambucana*, Antônio Borges da Fonseca (1935: 27, v. 2), o morgado, na época em que ele escreveu a genealogia, entre 1748 e 1777, vinculava os engenhos Velho, Guerra, Ilha, e tinha a pretensão de vincular o Santo Estevão. Entretanto, tal pretensão não parece ter sido concretizada pois, esse último engenho consta como propriedade de José Rodrigues de Castro, membro da família, mas que não era sucessor do morgadio, entre os anos de 1760 e 1780, conforme se pode ver na documentação elaborada pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (AHU, Cód. 1821, doc. 10, fls. 20-26; AHU-PE, Cx. 137, doc. 10206). Assim, embora o engenho Santo Estevão fosse da família Pais Barreto, não era vinculado ao morgado do Cabo.

A sucessão desse vínculo não ocorreu sem conflitos familiares. Conforme consta em uma sentença de 1678, transcrita por Manuel Álvares Pegas em sua obra *Tractatus de exclusione, inclusione, sucesione & erectione maioratus* (1685, Tomo I, p. 507-508), Estevão Pais Barreto era o morgado do Cabo naquele ano. Ele havia sucedido a seu irmão, João Pais Barreto de Castro, na administração do vínculo pelo fato desse último não ter tido herdeiros. Na sentença, um primo de Estevão, chamado João Pais Melo, filho de Cristóvão Pais Barreto e de Maria Melo, requereu que Estevão fosse afastado da administração do morgadio. João Pais Melo alegou que o antecessor de Estevão, João Pais Barreto de Castro, o qual havia administrado o vínculo por dezessete anos, não havia cumprido obrigações impostas pelo instituidor do vínculo, como mandar rezar uma missa anualmente no dia da Anunciação de Nossa Senhora e acrescentar metade da terça parte do seu patrimônio ao vínculo de bens.

Como destacou Maria de Lurdes Rosa (1995: 202-204) para o período medieval tardio, os documentos de fundação de morgadio, em sua totalidade, obrigavam a preservação integral do patrimônio, e por vezes, o seu aumento ou “melhoria”. A obrigatoriedade de anexação das terças, ou de parte destas, parece ter sido uma cláusula mais frequente entre os séculos XVI e XVIII, como apontou José Damião Rodrigues (2003: 759, v. 1) para o caso dos vínculos açorianos, e Nuno Gonçalo Monteiro (2002: 76-80) para o reino. A cláusula de anexação integral das terças passou a ser proibida a partir da lei de 3 de agosto de 1770 (Lei, 1858, v. 2, p. 476-483).

João Pais Melo alegou que a administração de João Pais Barreto de Castro e de seu sucessor era injusta, pois eles empenhavam e desbaratavam os bens do vínculo, devendo ele, como o “parente mais chegado”, assumir a administração do vínculo do Cabo.<sup>3</sup> Contudo, as afirmações do primo para suceder na administração do vínculo foram refutadas, pois comprovou-se que João Pais Barreto de Castro não havia cumprido com a obrigação de anexar a metade de sua terça ao vínculo porque faleceu pobre, sem bens, com apenas 160\$000 réis, sendo irrelevante a metade da terça parte do seu patrimônio. A pobreza do morgado anterior ainda foi justificada pelo fato de ele ter reconstruído todo o engenho Velho, principal propriedade do vínculo, tendo gastado para tanto cerca de 15 mil cruzados (6:000\$000 réis) (Pegas, 1685, Tomo I, p. 507-508).

Sobre as querelas no interior da família pela administração do morgadio, não se pode esquecer que a vinculações de bens, por atribuir a(s) terça(s) do instituidor(es) e parte da legítima à um único herdeiro, necessariamente, implicava em uma herança desigual. Essa partilha desigual era agravada quando uma família não dispunha de bens suficientes para o pagamento das legítimas, sendo necessário que alguns herdeiros comprassem alguns bens uns dos outros para realizar o pagamento da legítima, dando-se início a uma eterna dívida entre os familiares.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Trata-se da convicção de que o parentesco possível de sucessão se alarga para além das linhas e graus primários (Rosa, 1995: 97-98).

<sup>4</sup> O fenômeno da partilha desigual, também apontado por vários historiadores para os casos do Rio de Janeiro (Pedroza, 2011: 95-130) e São Paulo (Bacellar, 1997: 125; Nazzari, 2001: 46-50).

Exemplo disso ocorreu em uma linhagem de secundogênitos da família Pais Barreto. Brites de Albuquerque, filha de Felipe Pais Barreto e de mãe homônima, em seu testamento de 1699, alegou possuir, juntamente com seu marido e primo, Cristóvão de Albuquerque e Melo, dois partidos de cana do engenho Garapu, o qual era propriedade de sua família. Entretanto, estes partidos não correspondiam ao total da herança que ela deveria possuir. No mesmo testamento, Brites de Albuquerque declarou que João Pais Barreto lhe devia 259\$053 réis pela parte que lhe cabia de um engenho, possivelmente o Garapu, pela herança de seus pais. Brites de Albuquerque declarou ainda que José de Sá e Albuquerque, viúvo de sua tia, devia-lhe a metade da terça que sua tia lhe deixou, e lhe devia ainda a herança de parte dos bens que a mesma tia deixou para sua mãe (Pio, 1969: 48-49). Tais informações revelam que a mãe homônima de Brites, assim como ela, faleceu sem receber sua legítima, ficando os bens em posse de seus irmãos ou cunhados.

O fenômeno da partilha desigual implicava em uma permanente interdependência entre os membros do grupo familiar, intensificando a sua coesão, mesmo mediante querelas. Essa dependência pode ser percebida pela alta frequência dos casamentos endogâmicos contraídos pela família Pais Barreto – 33% de todos os casamentos dos filhos e filhas – ao longo de sua chegada a Pernambuco até meados do século XVIII, alto número de casamentos quando comparados com as outras famílias na nobreza açucareira de Pernambuco (Morais, 2021: 145-149). Os casamentos endogâmicos poderiam, por meio dos arranjos de dotação, resolver alguns dos problemas decorrentes dessa partilha desigual dos bens. Por outro lado, essa permanente interdependência entre os familiares poderia causar conflitos. Brites de Albuquerque, em seu referido testamento de 1699, alegou que seu marido e primo, Cristóvão de Albuquerque e Melo, tentou vender ao sobrinho dela, Felipe Pais Barreto, um partido de cana que o casal possuía a preço muito inferior ao que valia, motivo pelo qual ela não consentiu a venda (Pio, 1969: 48).

A prática da partilha desigual foi incentivada por instituições como a Mesa de Inspeção de Pernambuco, a qual, em 1757, propôs uma moratória

para os senhores de engenho para que estes não fossem executados por dívidas. Segundo essa proposta, durante cinco anos, um terço do rendimento das safras dos senhores de engenho seria destinado ao sustento desses indivíduos e de suas famílias, bem como para cobrir os custos de preparo para a nova safra – chamado vulgarmente de “apontamento”. Dois terços do rendimento seriam entregues a dois deputados da Mesa de Inspeção que passariam a administrar o engenho. O líquido das rendas, ao longo de todo o quinquênio, seria posto em cofre até que se pudesse comprar escravos para os engenhos, cabendo a escolha dos cativos aos senhores dos engenhos. Os escravos comprados, bem como os já existentes nas propriedades, não poderiam ser alheados da mesma, como se fossem bens vinculados. Pelos cálculos dos oficiais da Mesa, terminado o quinquênio e a consequente melhoria da escravaria dos engenhos, os dois terços dos rendimentos administrados pela Mesa passariam finalmente a ser utilizados para o pagamento das dívidas dos senhores de engenho, ou seja, para seus credores ou para a Fazenda Real (AHU-PE, Cx. 83, doc. 6925).

A proposta de moratória também incluía uma orientação de sucessão de bens em caso de morte do senhor de engenho quando não houvesse testamento, a qual se assemelhava a vinculação de bens pela divisão desigual da herança. Dever-se-ia privilegiar o filho mais velho na posse do engenho, e aos demais dever-se-ia dar a legítima somente por meio dos bens livres. Não havendo bens livres para se pagar as legítimas, o varão ficaria de posse do engenho, e primeiro quitaria suas dívidas; somente depois pagaria aos coerdeiros as suas legítimas (AHU-PE, Cx. 83, doc. 6925).

Essa proposta, absolutamente benéfica aos senhores de engenho, pela demora com que seria realizado o pagamento das dívidas aos credores e à Fazenda Real, possivelmente foi indeferida pela Coroa. Contudo, a proposta lança luz para o fato de a atividade açucareira, pelo alto custo de sua produção, implicar colaboração entre os parentes para o seu funcionamento. Se a divisão de bens não ocorria de maneira igualitária, fosse uma vinculação de bens ou não, não restava aos herdeiros desprivilegiados outras opções senão acatar a vontade do pai e quando possível aumentar seu cabedal, fosse por meio de casamentos vantajosos, fosse pela solicitação, compra ou

administração de terras em outras paragens. Essa parece ter sido a estratégia desenvolvida por alguns membros da família Pais Barreto, os quais receberam sete sesmarias na capitania do Ceará, onde possivelmente atuaram na pecuária, nas primeiras décadas do século XVIII.<sup>5</sup>

Além do morgado Madre de Deus, João Pais Barreto, “o velho”, em seu codicilo de 1617, solicitou ao filho homônimo, que cumprisse a escritura de dote da sua filha Catarina Barreto, casada com dom Luís de Sousa – filho de Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil (1592-1602) e primo homônimo de outro governador-geral do Brasil (1618-1621). O dote consistia no engenho Juriçaca, com uma légua de terra, localizado na freguesia do Cabo, Pernambuco, onde também se deveria instituir um morgadio. Este deveria gerar a renda anual de mil cruzados (400\$000 réis), como o morgado do Cabo, e tinha a obrigação de realizarem cinco missas em memória de seu instituidor (Pio, 1969: 15; Leão Filho, 1969: 67, v. 282). A instituição de morgadio por meio do contrato de casamento parece ter sido prática comum pois também foi verificada em Portugal, nas primeiras décadas do século XV (Rosa, 1995: 48), em São Miguel, nos Açores, no início do século XVIII (Rodrigues, 2003: 753, v. 1), e ainda na Bahia, em 1681, para a instituição do icônico morgado da Casa da Torre (Bandeira, 2007: 183).

Dom Luís de Sousa não formalizou a criação do morgadio, mas assim o fez dom João de Sousa, seu filho, que anexou outros bens ao morgado, possivelmente por meio de seu casamento com Inês Barreto, sua prima. O casal não deixou descendência legítima. Por consequência, sucedeu no morgado Juriçaca um filho natural legitimado de dom João, o mestre de campo Francisco de Sousa, o qual foi meeiro dos bens de seu pai juntamente com a viúva do defunto (Costa, 1983: 321-3, v. 5). Além do engenho Juriçaca, o casal sem herdeiros possuía outros bens, com os quais fizeram generosas doações a instituições religiosas. Doaram, em 1684, um edifício para sediar o hospital do Paraíso. A viúva, por testamento realizado em 1697,

---

<sup>5</sup> Plataforma SILB (Sesmarias do Império Luso-brasileiro). Códigos: CE 1068; CE 0154; CE 0175; CE 0195; CE 0321; CE 0379; CE 1337. Disponível em: <<http://www.silb.cchla.ufrn.br/>>. Acessado em maio de 2020.

e aberto por volta de 1709, doou o engenho Algodois para o mesmo hospital (Costa, 1983: 239-42, v. 4; Souza, 2007: 167).

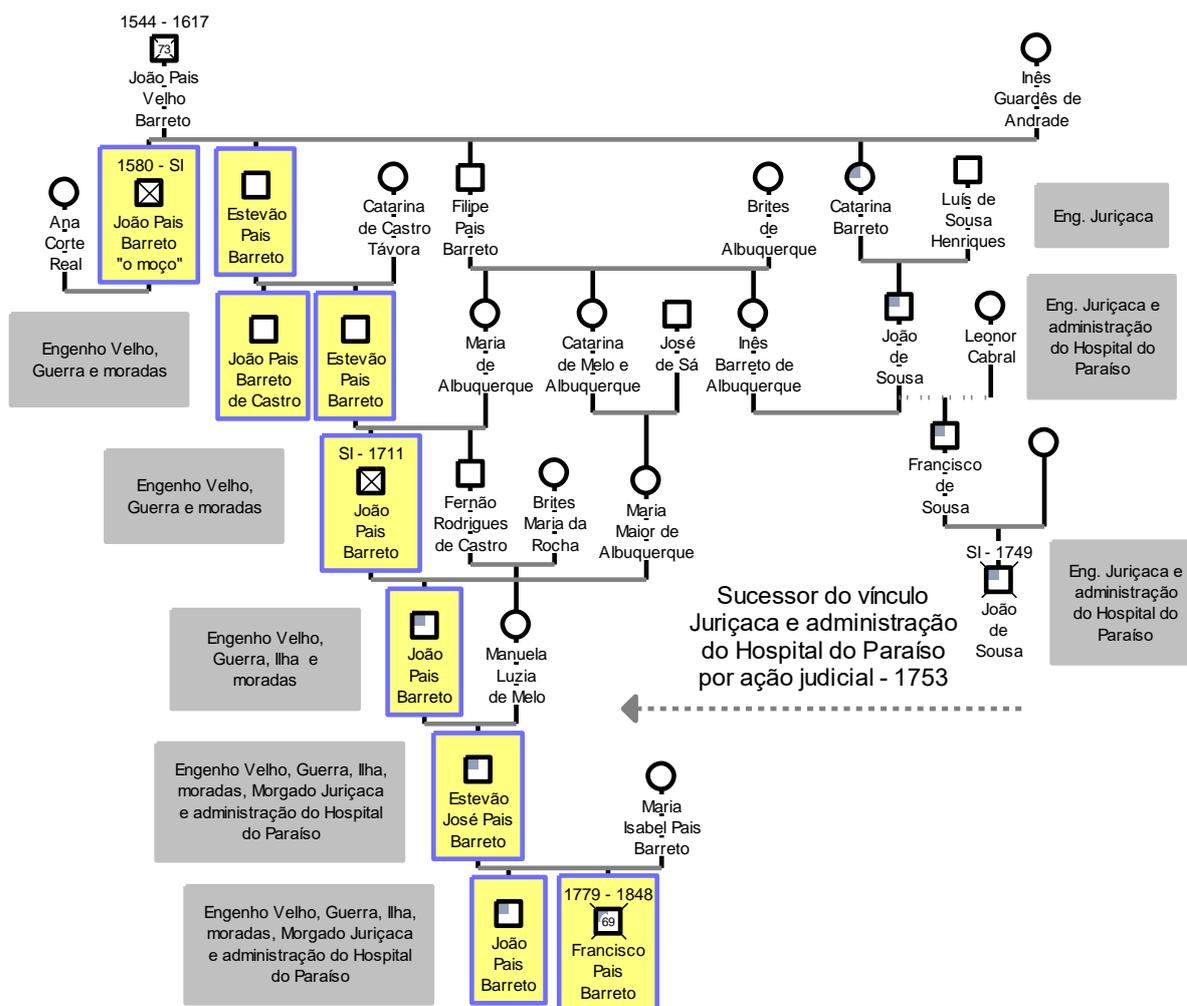
Francisco de Sousa, o filho legitimado, teria trilhado caminho semelhante: instituiu a Santa Casa de Misericórdia do Recife, tendo a vinculado ao hospital do Paraíso, o qual administrava (AHU-PE, Cx. 48, doc. 4319). Sucedeu Francisco da Sousa, o seu filho João de Sousa (ver quadro 01: Sucessão dos morgados dos Pais Barreto), que faleceu em 1749, sem herdeiros, motivo pelo qual doou ao hospital o morgado Juriçaca e vários outros bens: o engenho Trapiche, localizado na freguesia de Ipojuca; duas fazendas de gado chamadas Bonito e Sariema, no sertão do Cariri, na Paraíba; umas moradas de casa no Recife; duas terras na freguesia do Cabo, sendo uma na praia do Paiva, na barra da Jangada; e uma terra em Cajabuçu, onde não se sabe a localização (Costa, 1983: 239-42, v. 4).

A doação do morgado, bem como sua sucessão ilegítima, infringia as regras de sucessão do vínculo – era cláusula quase unânime, como a primogenitura e varonia, a legitimidade do nascimento, isto é, a nascença proveniente do casamento do morgado anterior (Caldeira, 2007: 96; Rosa, 1995: 107). Tal ilegitimidade fez com que quatro parentes – João Pais Barreto, Francisco de Sousa, João Marinho Falcão e João de Sousa Passos – pleiteassem a sucessão do morgado Juriçaca, bem como a administração dos bens do hospital. Após dez anos de avaliações e de querelas judiciais, João Pais Barreto ganhou a causa conforme a decisão do juiz das capelas, João Rodrigues Colaço, de 3 de dezembro de 1753, confirmada pela Relação da Bahia e de Lisboa (Costa, 1983: 239-42, v. 4; Leão Filho, 1969: 68-78).

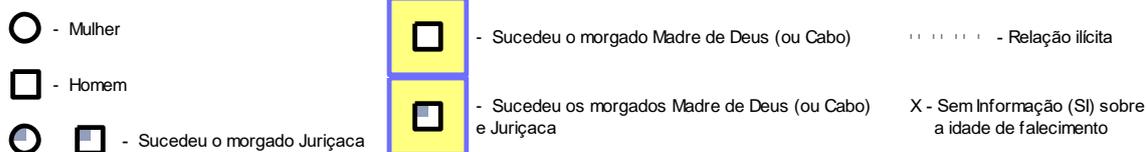
Segundo Pereira da Costa (1983: 239-42, v. 4), sucederam na administração do vínculo os descendentes de João Pais Barreto até as primeiras décadas do século XIX, sendo o último morgado do Cabo, o capitão-mor Francisco Pais Barreto, o marquês do Recife. Corrobora as afirmações de Pereira da Costa, o fato de Estevão José Pais Barreto já constar como proprietário do engenho Juriçaca na lista de 1760 da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (AHU, Cód. 1821, doc. 10). Ademais, há uma carta que demonstra o morgado do Cabo, Estevão José Pais Barreto, como

administrador dos bens do hospital, datada de 1774 (AHU-PE, Cx. 116, doc. 8869).

### Quadro 01: Sucessão dos morgados dos Pais Barreto: Cabo (ou Madre de Deus) e Juriçaca (1580 - 1837)



## Legenda:



Fonte: Morais, 2021: 315 com base em: Fonseca, 1935: 26-32, v. 2. Costa, 1983: 239-42, v. 4, AHU, Cód. 1155. AHU-PE, Cx. 116, doc. 8869; AHU-PE, Cx. 46, doc. 4121; AHU-PE, Cx. 10, doc. 970; AHU-PE, Cx. 146, doc. 10661; Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba [CGPP], Liv. 481, nº 314.

Verificou-se ainda que os Pais Barreto recebiam 200\$000 réis anuais pela administração do hospital, como revela a penhora de Felipe Pais Barreto, pela Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, em 1788. Esse último devia à dita Companhia 253\$164 réis e não pagou, motivo pelo qual foi executado em metade dos rendimentos do hospital, 100\$000 réis anuais (AHU, Cód. 1155).

Assim, como se pode observar no quadro 01, os Pais Barreto, em meio a algumas querelas, conseguiram dar continuidade a dois morgados, Cabo e Juriçaca, ao longo de quase todo o período colonial, por cerca de duas centúrias e meia. Ambos os morgados continuaram a serem geridos pela família Pais Barreto até os vínculos de bens serem extintos no Brasil por meio do decreto legislativo datado de 29 de maio de 1837 (Caldeira, 2007: 217).

Segundo a historiadora Mariely de Albuquerque Mello Felipe (2015: 54-55), a administração do hospital por parte dos Pais Barreto foi bastante conflituosa. A família era acusada de retardar obras de caridade, expulsar e convocar clérigos de forma imprudente e interessada, e de destruir o patrimônio do hospital. No início da década de 1780, o padre Antônio Gorjão escreveu uma carta à Rainha Maria I sobre o estado de decadência do hospital, denunciando, especialmente, que o administrador, Estevão Pais Barreto, e seus parentes deviam ao hospital mais de dez mil cruzados, e que era sabido que o mesmo administrador havia vendido umas peças de prata

da igreja do hospital, “cuja prata mandou converter em obra para o serviço de sua casa e parentes” (AHU-PE, Cx. 137, doc. 10205).

Atenta-se, dessa forma, que além dos bens que a família possuía, vinculados ou livres, eles ainda administravam o patrimônio do hospital, o qual, como denunciou o padre, por vezes era usurpado. É possível que os Pais Barreto se achassem no direito de usufruir dos bens do hospital, tendo em vista que foi a sua própria família que fundara o hospital e a Santa Casa. É possível que a família tenha facilitado o arrendamento dos bens do dito hospital para seus parentes, como se observa no caso do engenho Algodoads, doado por Inês Barreto, como se afirmou, que, durante a década de 1780, se encontrava arrendado a Felipe Pais Barreto (ANTT, CGPP, Liv. 481, nº 616). O interesse da família em preservar os bens que haviam sido doados ao hospital torna-se notório quando se observa que a família, no ano de 1857, conseguiu reaver a propriedade do Algodoads, por meio de ação judicial, décadas após a dissolução dos vínculos Cabo, Juriçaca e a perda da administração do hospital (Leão Filho, 1969: 67, v. 282).

### **A vinculação de bens como símbolo de nobreza**

Desde o período medieval até finais do século XVIII, como observou Maria de Lurdes Rosa (1995: 110) e Nuno Gonçalo Monteiro (2005: 17), a instituição de morgadios em Portugal possuía profundas conexões com a nobreza, especialmente por seu caráter simbólico, como o uso de brasão das armas com o sobrenome da família no túmulo do fundador do vínculo, e na entrada da capela. As *Ordenações Filipinas* (1603, Livro IV, título 100, § 5, p. 991), na mesma direção, apontavam como o principal motivo da instituição de vínculos de bens a conservação e o engrandecimento da nobreza.

Contudo, atenta-se que a instituição de vínculos pela nobreza, embora fosse a prática mais disseminada, não era uma exigência definida, como atentou o jurista Manoel de Almeida e Sousa Lobão (1807: 38). A ausência de um impedimento legítimo para a instituição de bens por plebeus parece ter sido aproveitada especialmente nos Açores, onde muitos artesãos e

mercadores instituíram vínculos de bens, mormente capelas, entre a segunda metade do século XV e o século XVIII (Rodrigues, 2003: 657-662, v. 1).

A definição da qualidade dos indivíduos que poderiam instituir vínculos de bens foi apontada somente na lei de 3 de agosto de 1770, a qual instituiu uma série de mudanças no direito sucessório, inclusive na vinculação de bens. Essa lei decretou que poderiam instituir vínculos de bens, além dos fidalgos ou pessoas de distinta nobreza, pessoas que por diferentes meios prestaram serviços à Coroa pelas letras, pelas armas, ou pela aplicação ao comércio<sup>6</sup>, à agricultura ou às artes liberais. A lei, dessa forma, estabeleceu que os indivíduos que não compunham a nobreza pudessem vincular seus bens.<sup>7</sup>

No que se refere aos morgadios, essa lei dificultou sua regularização e novas instituições. Implicou em restrições de sucessão de parentes mais distantes, obrigou a instituição a ser realizada por meio de escritura e documentos comprobatórios, e introduziu o limite de um rendimento anual mínimo no valor de um conto de réis (Caldeira, 2007: 100-107). Essa lei, dentre outras do Pombalismo, levou à extinção de muitos vínculos, cerca de 15 mil entre 1771 e 1777, segundo José Vicente Serrão (1989).

Assim, diante da alteração das disposições e significados de um vínculo de bens ao longo do tempo, chama-se atenção para dois aspectos dos morgadios da família Pais Barreto. Em primeiro lugar, observa-se que tais vínculos foram instituídos anteriormente à lei de 1770, o que corrobora o caráter nobiliárquico da família. Em segundo lugar, a família continuou de posse de seus vínculos até o século XIX, o que sugere que esta cumpriu com os novos requisitos para continuar a sua posse, como o rendimento mínimo de um conto de réis anualmente – embora não se saiba como ocorreu essa fiscalização por parte da Coroa na América portuguesa.

---

<sup>6</sup> Tratava-se dos homens de negócio de grosso trato, como evidenciou o legislador da lei de 29 de novembro de 1775 (Caldeira, 2007: 102).

<sup>7</sup> Anos depois, em 1773, complementou essa abertura de acesso a distinções sociais, que antes eram concentradas no seio da nobreza, a abolição da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, que mudou as exigências para a nobilitação dos indivíduos (Olival, 2001: 362-368).

## Considerações finais

Através da apresentação da fundação, sucessão e gestão dos morgados dos Pais Barreto, observa-se que a vinculação de bens em muito colaborou para a continuidade e aumento dos bens da família e ainda para a perpetuação da memória da família. No codicilo de João Pais Barreto, “o velho”, instituidor dos morgados do Cabo e Juriçaca, datado de 1617, ele solicitou que o filho herdeiro do morgado do Cabo, o qual deixava como testamenteiro, fosse tutor de seus demais filhos e filhas, que os acomodasse e repartisse a terra “direitamente”. Mesmo com as relações hierárquicas estabelecidas no interior da família, devido à herança desigual, o instituidor do vínculo presava pela boa convivência dos filhos. Aos demais filhos solicitou que, pelo amor de Deus, agissem bem uns com outros, e que obedecessem ao irmão herdeiro do vínculo (Pio, 1969: 19).

Assim, a instituição de um vínculo reforçava os direitos e deveres mútuos entre os familiares, sobretudo, os da mesma geração. O herdeiro do vínculo, passava a ser o administrador de uma parcela considerável dos bens da família, e ainda era o tutor dos demais herdeiros dos pais. A característica de base deste relacionamento com o fundador, segundo Maria de Lurdes Rosa (1995: 50-51), é a convicção de que os presentes representantes da família não podem desmerecer a herança recebida, tanto material como simbólica – a *honra* e a *boa memória*. O morgadio, era invocado como fator que possibilitava a perpetuação, sendo o sucessor do vínculo uma continuação do próprio instituidor.

## Referências bibliográficas

### Fontes

BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande situadas na parte setentrional do Brasil (1638). *RIAHGP*. Recife, 6 (34), 1887.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias diárias da guerra do Brasil 1630-1638*. Recife: Secretaria do Interior de Pernambuco, 1944.

COSTA, Francisco Augusto da. *Anais Pernambucanos*. Recife: FUNDARPE, 1983, 11 Vols.

FONSECA, Antônio José Victoriano Borges da. Nobiliarquia Pernambucana. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, XLVII, 1925 [1935]. v. 1.

\_\_\_\_\_. Nobiliarquia Pernambucana. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, XLVIII, 1926 [1935]. v. 2.

LEI de 3 de agosto de 1770. In: COLLEÇÃO da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Redigida pelo desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1765 a 1774. Lisboa: Typografia de L. C da Cunha, 1858. v. 2. Fls. 476-483.

LOBÃO, Manoel de Almeida e Sousa de. *Tratado pratico de morgados*. Lisboa: Impressão Régia, 1807.

PEGAS, Manuel Álvares. *Tractatus de exclusione, inclusione, sucesione & erectione maioratus*. Ulyssipone: Ex typographia Michaelis Deslandes, 1685. Tomo I.

PIO, Fernando. *Cinco documentos para a história dos engenhos de Pernambuco*. Recife: Separata da Revista do Museu do Açúcar nº 2, 1969.

## **Bibliografia**

ANDRADE, Gilberto Osório de; LINS, Rachel Caldas. *João Pais, do Cabo: O patriarca, seus filhos, seus engenhos*. Com estudo genealógico por Silvio Pais Barreto. Recife: Massangana: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra*. Família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Área de Publicações CMU; Unicamp, 1997 (Coleção Campiniana 13).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo*. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila: Da conquista dos sertões à independência do Brasil. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CALDEIRA, João Luís Picão. *O morgadio e a expansão no Brasil*. Lisboa: Tribuna, 2007.

FELIPE, Mariely de Albuquerque Mello. *Os Pais Barreto de Pernambuco: patrimônio, poder e estratégias familiares na freguesia de Santo Antônio do Cabo na segunda metade do século XVIII*. Monografia (Graduação em História). Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2015.

LEÃO FILHO, Joaquim de Sousa. Documentos: "Academia do Paraíso e Morgado de Turissaca [Juriçaca]". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. v. 282, 1969.

LEWIN, Linda. *Surprise heirs: Illegitimacy, Patrimonial Rights, and Legal Nationalism in Luso-Brazilian Inheritance, 1750-1821*. v. 1. Stanford: Stanford University Press, 2003.

NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Morgado. In: MADUREIRA, Nuno Luís (Coord.). *História do trabalho e das ocupações*. v. 3: MARTINS, Conceição Andrade;

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (Orgs.). *A agricultura: dicionário das ocupações*. Oeiras: Celta, 2002. p. 76-80.

\_\_\_\_\_. O 'Ethos' nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack braszliense*, nº 2, 2005.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. *Em busca da perpetuação*. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitanias do Norte, séculos XVI-XVIII. Tese (Doutorado em História). Évora: Universidade de Évora (Programa Interuniversitário de Doutoramento em História), 2021.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa: Estar editora, 2001.

PEDROZA, Manoela. *Engenhocas da moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

RODRIGUES, Claudia. Intervindo sobre a morte para melhor regular a vida: significados da legislação testamentária no governo pombalino. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Orgs.). *A "época pombalina" no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 307-345.

ROSA, Maria de Lurdes. *O morgadio em Portugal*. Sécs. XIV – XV. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 (Coleção Histórias de Portugal: 16).

RODRIGUES, José Damião. *São Miguel no século XVIII: casa, elites e poder*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003. 2 Vols.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

SERRÃO, José Vicente. A política agrária pombalina: alguns aspectos e problemas. In: COSTA, Fernando Marques da [et alii] (orgs.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989.

SOUZA, George Felix Cabral de. *Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822)*. Tese de doutorado, Universidade de Salamanca, 2007.

## **Cabo Verde e o silêncio em torno da cultura cafeeira durante as primeiras décadas do séc. XIX**

 Alan de Carvalho Souza\*

**Resumo:** Em 1803 o cultivo do café foi recomendado a Cabo Verde pelo governo central português. Contudo, o desenvolvimento da lavra não foi mencionado nas correspondências dos governadores, mesmo sendo considerado como o produto de maior riqueza do território. O “reaparecimento” só ocorreu no ano de 1826 na Representação dos comerciantes da praça de Lisboa encaminhada a Real Junta do Comércio em Lisboa, na qual foram apresentados os motivos pela “improdutividade” do arquipélago. O objetivo deste artigo é compreender e explicar a ausência de citação sobre a produção do café exatamente durante o período de sua indicação até sua menção no abaixo-assinado. Indaga-se assim, qual teria sido o motivo.

**Palavras-chave:** Cabo Verde; café; declínio; agricultura.

## **Cape Verde and the silence surrounding the coffee culture during the first decades of the 19<sup>th</sup> century**

**Abstract:** In 1803 the cultivation of coffee was recommended to Cape Verde by the portuguese central government. However, the development of the mine was not mentioned in the governors' correspondence, even though it was considered to be the most wealthy product of the possession. The “reappearance” only took place in 1826 at the Representation of merchants in Lisbon square sent to the Royal Board of Trade in Lisbon, in which the reasons for the “unproductivity” of the archipelago were presented. The purpose of this article is to seek to understand and explain the absence of citations about coffee production exactly during the period of its indication until its mention in the undersigned. One wonders, what would have been the reason.

**Keywords:** Cape Verde; coffee; decline; agriculture.

---

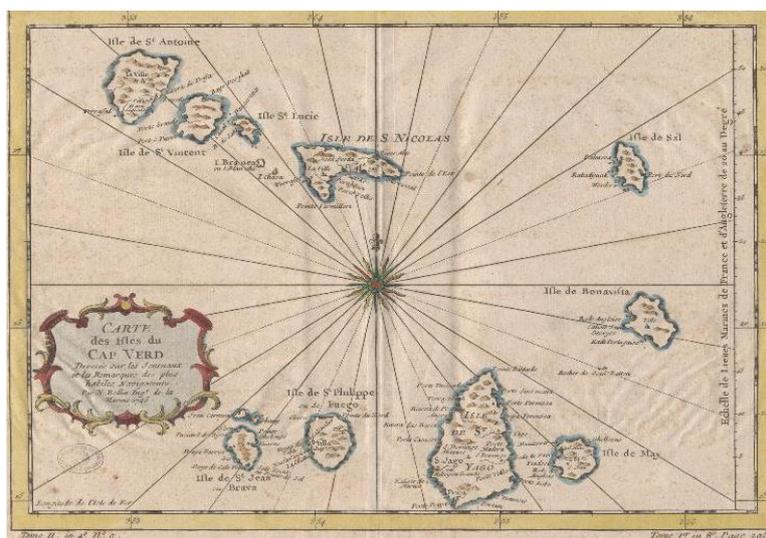
\* Doutor em História pela Universidade de Lisboa: E-mail: ppunk\_alan@hotmail.com



Cabo Verde teve suas primeiras ilhas (Santiago, Fogo, Maio, Boa Vista e Sal) “descobertas” em 1460. Entretanto, não há consenso. De acordo com o cronista Damião Góes, o achamento do arquipélago teria ocorrido em 1445 após Luiz de Cadamosto e António Neli terem se encontrado no rio Gâmbia e durante a viagem “acharem” as ilhas de Cabo Verde. No entanto, o rei português d. Manuel decidiu conceder a António Neli a “graça” de ter descoberto as ilhas de Cabo Verde (Pereira, 2006: 11-12).

A ocupação do território, que não possuía nativos, iniciou-se por Santiago em 1462 com genoveses, portugueses e africanos (Carreira, 1983: 28).<sup>1</sup> O interesse inicial era o econômico e por essa razão, segundo Danilo dos Santos (Santos, 2011: 54), em uma primeira fase foram atraídos os comerciantes, mas não só. Degredados foram integrados à formação daquela sociedade chegando a ocupar cargos de grande relevância (Santos, 2011: 55). Ademais, desde a ocupação inicial percebeu-se a necessidade da utilização de mão de obra de africanos escravizados (Carreira, 1983: 28-29), processo considerado como um dos primeiros ensaios de colonização escravista (Azevedo, 1947: 228) que mais tarde encadearia a mestiçagem no arquipélago.

*Imagem I -Mapa de Cabo Verde*



Fonte: PT/AHU/CARTI/024/00169–CARTA DA ILHA DE S. THIAGO / Comissão de Cartografia, 1890.-Escala de 1: 100000.

<sup>1</sup> A ilha de Santiago foi dividida em duas capitânicas: a do Sul, entregue a António Noli, como prêmio pela descoberta; a segunda, ao norte, entregue a Diogo Afonso, contador da Ilha da Madeira. Este ao contrário de António Noli, não residiu na Ilha de Santiago.

Já na viragem do século XVIII para o XIX, quando Portugal apresentava recuperação de sua balança comercial em relação a duas grandes forças econômicas (Inglaterra e França) com *superávit em média, mais de 2.500 contos de réis por ano entre 1796 a 1806*, Cabo Verde pouco ou quase não impactava no *superávit* apresentado.

Em 8 de Janeiro de 1803, António Pusich, então intendente geral das ilhas de Cabo Verde, encaminhou ofício ao secretário de Estado dos Negócios do Ultramar sobre a situação do arquipélago.<sup>2</sup> O documento descrevia o estado em que se encontrava a possessão, mas não passou de retórica para solicitar o cargo de governador, que se encontrava vago após o falecimento de Marcelino António Bastos (Pereira, 2016: 225-230).

Na descrição, Pusich apresentou os produtos comercializados pelo arquipélago. Sem grandes fabricos, a possessão produzia laranja, cana-de-açúcar e café, porém com dificuldades para diversificar a agricultura em razão das condições ecológicas (longos períodos de seca). De acordo com a *Memoria Fysico-Politica* de António Pusich, a exportação de Cabo Verde num bom ano consistia em:

*Tabela I - Produtos exportados por Cabo Verde*

Panos para Guiné	6:000\$000
Aguardente	2:000\$000
Milho para ilha da Madeira	18:000\$000
Sal para América, Madeira e Açores	30:000\$000
Pellamo( <i>sic</i> ), Couros para América	4:000\$000
Gado e refresco para navios	12:000\$000
Urzela <sup>3</sup>	10:000\$000

Fonte: (Neves, 1830: 114-115).

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Conselho Ultramarino (CU), PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1. *Ofício*, São Nicolau, 8 de jan. de 1803.

<sup>3</sup> Roccella tinctoria. Líquen – Ser vivo que corresponde à associação em simbiose de uma alga e um fungo encontrado em rochedos, do qual se extrai o tintorial de cor violácea.

No início do século XIX, Cabo Verde buscava impulsionar sua agricultura após o abatimento agrícola durante o Setecentos – além das limitações impostas pelo clima, como longos períodos de seca, fome, epidemias, Cabo Verde ainda convivia com o problema da concentração agrária pela vinculação de terras, chamados de morgadios ou morgados, que contrariavam o comércio (Pereira, 2006: 4). Havia ainda a ocorrência de muitas fugas de escravizados, em parte incentivadas pelos próprios proprietários, que buscavam proteger o investimento dos ataques estrangeiros (Carreira, 1983: 328)<sup>4</sup> e, outras mais, decorrentes da resistência ao trabalho forçado.

No ano de 1804, em razão da evasão de escravos, o governador António Coutinho de Lencastre ordenou em cada freguesia do arquipélago a criação da função de capitão do mato e meirinho da serra para tratarem dos cativos fugidos e das pessoas que ocultavam as fugas (Carreira, 1983: 348); concomitantemente, buscava-se novo ímpeto na agricultura e na cultura cafeeira.

Observamos que nos primeiros anos do século XIX, mesmo sendo objeto de incentivo o café não foi mencionado ou citado entre os produtos exportados pela possessão; apesar do seu cultivo desde a década de 1750. Outro ponto: desde os anos finais do Setecentos e iniciais do Oitocentos o grão alcançou o *status* de principal produto do arquipélago.

Questiona-se: por que um gênero substancial não era citado? Seria o estado “decadente” de Cabo Verde a razão? Mas a “decadência” não seria o motivo para a sua citação, uma vez considerado como o principal produto?

## **O café**

Há registro da presença de arbustos de café no arquipélago desde meados do século XVIII. Em viagem a ilha de Santiago, Jean Baptiste Christian Fusée-Aublet encontrou cafeeiros plantados *ao abrigo de grandes*

---

<sup>4</sup> Por exemplo: investida francesa na ilha de Santiago em 1712. As fugas organizadas pelos proprietários visavam a manutenção de seus escravos que nas investidas estrangeiras no arquipélago eram capturados, embarcados e revendidos.

*árvores [...] estas árvores, levantadas a cerca de cinco pés, eram de uma bela vegetação e carregadas de frutas, seus galhos espalhados por toda a folhagem* (Aublet, 1755: 52). Esse relato, datado de 1 de março de 1754, aponta que a introdução da cultura cafeeira foi muito anterior ao ano de 1790, data difundida por diversos trabalhos, como de José J. Lopes de Lima de 1844 e Cardoso de 1994.

Mesmo com a presença do café desde meados do século XVIII, é fato que a cultura só se desenvolveu a partir de 1790. Provavelmente, o motivo para o lento desenvolvimento tenha sido as condições ecológicas; mas não passa de uma hipótese. O “novo impulso” na cultura cafeeira a partir da citada década deve-se ao aumento da demanda pelo mercado após a revolução de São Domingos, colônia francesa que se declarou independente em 1804.

Sendo Cabo Verde uma possessão que ninguém se serve senão com escravos (Senna, 1987: 60), e igualmente ao observado em São Tomé e Príncipe (Souza, 2021: 64), a mão de obra escrava foi a aposta para o desenvolvimento da lavoura. Semelhantemente ao citado arquipélago foi o pequeno proprietário o responsável pelo avanço da cultura cafeeira, conforme se observa na *Memória dos artigos e produções das ilhas de Cabo Verde* (Pereira, 2016: 183), que apresentou os gêneros agrícolas de cada uma das ilhas do arquipélago. Encontra-se na citada memória que *de sete anos a esta parte principiarão 3 ou 4 indivíduos nesta Ilha [Santiago] a cultivar algum café nos regadios [...] de que vegeta muito bem [...] o seu fruto d’uma qualidade excelente* (Pereira, 2016: 183). O registro ainda apresentou o período da chegada do café na ilha de São Nicolau:

á 15 ou 16 anos obtive das West’Índias um indivíduo filho deste Reino e morador na Ilha umas poucas sementes de café das quais semeando-as lhe nascerão 5 pés [...] de 5 ou 6 anos para cá se tem vários moradores aplicados a estender esta cultura [...] (Pereira, 2016: 183).

Mesmo com o novo fôlego a partir da última década do XVIII e sem grande desenvolvimento, o grão já era cotado como o produto de maior valor para a possessão portuguesa. Estimava-se o café em 14:000\$000 réis seguido pelo “milho e vinha”, ambos com 7:200\$000; algodão, 6:000\$000

réis; purgueira, 3:750\$000; urzela e sangue de drago, 2:000\$000 (Pereira, 2016: 225-230).<sup>5</sup>

Ainda no ofício de 8 de janeiro de 1803, António Pusich informou que, para além dos valores acima citados, a implantação do café em São Nicolau se deu para *alguns por curiosidade* e já estimativa em *3 mil pés* (Pereira, 2016: 225-230). No mesmo ano de 1803, o novo governador geral, D. António Coutinho de Lencastre, recebeu a instrução da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de procurar o aumento *das culturas que o País é susceptível, como são as do Anil, Algodão, Café, e principalmente a do Milho* (Pereira, 2016: 231-232).<sup>6</sup> O objetivo de uma maior produção agrícola era provocar ou impulsionar *a navegação direta daquelas ilhas para este Reino vendo-se se os negociantes mais abonados se animam a comprar Embarcações, e a fazer remessas das produções coloniais.*<sup>7</sup>

Mas em pouco tempo, Cabo Verde, devido à proibição inglesa do comércio de escravizados, sofreria o impacto da ação no desenvolvimento de sua agricultura, em especial na lavra cafeeira. Para além das consequências do embargo, Cabo Verde preocupava-se com os desdobramentos da fuga da corte para o Brasil.

O ano de 1807 foi, no mínimo, particular para Portugal. O período compreende o embarque da corte e, também, o de maior comércio de algodão com a França, superando o volume com a Inglaterra e totalizando 330 mil arrobas (1804, 1806 e 1807) (Silbert, 1972: 59-60).<sup>8</sup>

---

<sup>5</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1. *Ofício*, 8 de jan de 1803 de António Pusich ao Visconde de Anadia – Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar sobre a situação das ilhas e diversos outros assuntos.

<sup>6</sup>Instruções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61. Documento também transcrito por Daniel A. Pereira. Ver em: Pereira, 2016, p, 231-232.

<sup>7</sup>PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61.

<sup>8</sup> De acordo com o texto publicado em 1840 intitulado: *Males que tem resultado a Portugal dos tratados de Commercio celebrados com a Inglaterra: necessidade de promover a nossa industria fabril e meios de tirar vantagem da navegação e commercio com as nossas possessões ultramarinas a despeito das tramas do Governo daquele Paiz*, a margem de lucro alcançava 400% a mais do valor pago inicialmente.

Afora o volume do comércio com a França, o início do XIX foi uma época de *superávit* comercial após o Setecentos ter sido de déficit (Costa; Lains; Miranda, 2011: 249). Observamos nessa recuperação a importância da reexportação de produtos coloniais. Se no ano de 1800 o saldo positivo da balança comercial foi de 653.455 réis, 80,3% desse volume consistia na reexportação de gêneros oriundos do ultramar (Costa; Lains; Miranda, 2011: 264). Constata-se também a importância econômica da função de entreposto exercida por Portugal já em uma época sem o protagonismo da remessa do ouro proveniente da América portuguesa. A balança comercial de Portugal alcançou no ano de 1805 o saldo superior a 7 milhões de réis (Costa, Lains e Miranda, 2011: 249).

Trata-se, possivelmente, da fase mais importante, ao menos economicamente, da história do império português, que vivenciava seu melhor período mercatório, juntamente com seus dois principais parceiros comerciais, Inglaterra e França. Estes eram também os notáveis inimigos que ameaçavam dominar e dividir o império. A França pretendia dominar o território europeu e dividir a jurisdição com a Espanha.<sup>9</sup> Já a Inglaterra, a tomar a América portuguesa em caso de submissão portuguesa à França.

Sobre esse momento ímpar, o jornal *Correio Braziliense*, editado por Hipólito da Costa,<sup>10</sup> reproduziu em 1808 o despacho do então secretário de Estado de Negócios Estrangeiros britânico, Sr<sup>o</sup> C. J. Fox, apresentado à Casa dos Comuns em 1806, no qual foi apresentado tanto o desejo da Inglaterra quanto da França.<sup>11</sup>

A Inglaterra chegou a dar instruções, orientando a utilização de todos os meios possíveis, para demonstrar à Família Real que o melhor seria a fuga

---

<sup>9</sup> Extracto de hum despacho do Secretário Fox aos Condes de Rossyn, e de S. Vicente, e ao Tenente General Simcoe, datado de 9 de agosto de 1806, em que lhes comunica a formal determinação do Governo Francez de invadir o Reino de Portugal e inclui instruccoens sobre as medidas que se devem tomar nesta conjuctura" (*Correio Braziliense* de setembro de 1808).

<sup>10</sup>Hipólito da Costa nasceu na colônia de Sacramento, atual Uruguai, em 1774. Foi torturado pela Inquisição em Portugal, tendo, depois, passado a residir em Londres, onde fundou o *Correio Braziliense* em 1808. Faleceu em 1825 (Manchester, 1973: 91).

<sup>11</sup> Extracto de hum despacho do Secretário Fox aos Condes de Rossyn, e de S. Vicente, e ao Tenente General Simcoe, datado de 9 de agosto de 1806, em que lhes comunica a formal determinação do Governo Francez de invadir o Reino de Portugal e inclui instruccoens sobre as medidas que se devem tomar nesta conjuctura. *Correio*, 1808.

para a colônia na América. Um manifesto em língua portuguesa circulou justificando o socorro militar oferecido de modo a evitar que a esquadra portuguesa caísse em mãos francesas. De tal modo, orientou a confecção de um plano para que os navios portugueses fossem entregues a Inglaterra e *retidos em depósito, ou fiança para Portugal [...]*. Por fim, em caso de indecisão, a instrução era agir naturalmente e demonstrar que *a consequência certa para sua submissão a França deve ser a perda do Brasil, que, em tal caso, será este país obrigado a tomar para sua segurança*.<sup>12</sup>

A fuga para o Brasil sob proteção inglesa inseriu Portugal em um novo contexto político de imposições, das quais, a princípio, não dispunha de meios financeiros, bélicos e políticos que não fosse a “aceitação” do interesse comercial da Inglaterra. Naquele momento, Cabo Verde buscou se proteger de uma possível investida francesa, tendo o governador ordenado *para que se pusessem estas ilhas no Estado de defesa, que a sua situação, forças e recursos permitem*<sup>13</sup>; para mais, as consequências para os domínios de Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe foi a estagnação na agricultura e a ausência de ajuda do governo central.

### **“Decadência” em Cabo Verde**

Nos últimos trinta anos do Setecentos houve uma crise agrícola em Portugal (Pedreira; Monteiro, 2013: 130). José Luís M. Cardoso, ao analisar o período chamou atenção para a aceitação pacífica do *diagnóstico da decadência*, que poderia contribuir para reforçar um mito. Para José Luís Cardoso (1988: 172-173), a decadência tanto salientada pelos memorialistas era *uma arma ideológica bramida contra um estado de coisas; [...] era o ponto de partida para a apresentação de propostas de renovação do tecido econômico e social*.

---

<sup>12</sup> *Correio Braziliense* de setembro de 1808.

<sup>13</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58 A, doc. 01. *Ofício* encaminhado pelo governador geral de Cabo Verde, António Coutinho de Lencastre, ao Visconde de Anadia, Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, Vila da Praia, 27 de set. 1808.

Ao examinar as correspondências dos governadores de Cabo Verde, deve-se ter a mesma atenção para não repetir um discurso. Naquele momento, após a fuga da corte, a possessão, para além dos desdobramentos de tal ação, se pôs em *estado de defesa*<sup>14</sup> perante uma possível invasão francesa. Cabo Verde lidava, ainda, com os efeitos da seca, que afetavam diretamente a agricultura e sua diversificação, assim como a fome e epidemias (Pereira, 2006) e (Ribeiro, 1997).<sup>15</sup>

Em 1811 um aviso do conselheiro de Estado e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos à Cabo Verde responsabilizava o governador pela “decadência” da possessão: *Desta falta de indústria tem resultado a progressiva diminuição na população, que, no espaço de quarenta anos parece ter diminuído de metade, desta, a falta de Agricultura [...]* (Pereira, 2016: 61-81).<sup>16</sup>

A cobrança utilizou como parâmetro o período em que a possessão esteve sob o governo de Marcelino António Bastos (1796-1802), época em que o café foi considerado a maior riqueza do arquipélago com a metrópole apresentando *superávit* comercial. Entretanto, quando da cobrança por maior desenvolvimento de Cabo Verde, o momento era diferente com a corte estabelecida nos trópicos, isto é, na América portuguesa, e de vigência do tratado comercial entre Portugal e Inglaterra.

A abertura dos portos brasileiros, por conseguinte, a assinatura dos tratados de 1810, Aliança/Amizade e Comércio/Navegação, foram atos resultantes da submissão portuguesa ao poderio da Inglaterra. Esta garantiu a manutenção da coroa na Casa de Bragança, sua própria sobrevivência, assim como a manutenção do território europeu (Souza, 2020).

Essa conjuntura colocou Portugal em uma nova situação, que, a princípio, provocou nos historiadores argumentações sobre a irrelevância

---

<sup>14</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58 A, doc. 01. *Ofício* encaminhado pelo governador geral de Cabo Verde, António Coutinho de Lencastre, ao Visconde de Anadia, Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, Vila da Praia, 27 de set. 1808.

<sup>15</sup> Sobre as mortes decorrentes da seca, em especial as da década de 1830, ver: PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx 97, doc 102.

<sup>16</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58, doc. 44. *Aviso* do Conselheiro de Estado e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Rio de Janeiro, 6 de set. 1811.

econômica dos domínios ultramarinos. Jorge Pedreira e Nuno Monteiro na publicação intitulada *As chaves do período* (2013: 28) afirmaram que a abertura dos portos e depois a independência do Brasil levaram a tal cenário. Há de se separar esses dois pontos. Quanto à abertura dos portos abrangerem somente as *necessidades e interesses do Brasil* (Pedreira, 2013: 95), seria desconsiderar que os tratados celebrados em 1810 resultaram do “pagamento” português ao apoio oferecido pela Inglaterra, que assegurou o território europeu e protegeu a fuga da corte para o Brasil. A abertura dos portos e posteriores acordos configuravam partes dos ajustes convenientes à Inglaterra (Correio, 1808).

Portanto, a ideia de que a economia dos domínios ultramarinos era irrelevante, mesmo não impactando no *superávit* comercial vivido por Portugal no início do Oitocentos, é, no mínimo, uma afirmação incongruente. Há indícios de que houve consideração por uma maior troca de produtos coloniais de Cabo Verde com a metrópole; no entanto, a instrução da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos ao governador D. António Coutinho de Lencastre deixava claro que a responsabilidade e o incremento à barganha ficavam a cargo dos moradores do arquipélago.<sup>17</sup>

Um segundo ponto é a alíquota de 30% cobrada na metrópole sobre os gêneros oriundos dos domínios portugueses em África<sup>18</sup>, muito superior a cobrada sobre os produtos provenientes do Brasil. O terceiro e último ponto foi a época da instrução enviada à Cabo Verde. A partir da década de 1810, com a corte sediada no Rio de Janeiro, os domínios portugueses no Atlântico passaram a despertar maior interesse exploratório por parte do governo central. Todavia, observa que o texto da instrução, datado em 6 de setembro de 1811, não considerou os problemas enfrentados pelo arquipélago, como a

---

<sup>17</sup> Instruções da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61.

<sup>18</sup> A mudança da taxa só ocorreu em 14 de dezembro de 1829 com a publicação do alvará que estabeleceu a alíquota de 10%.

baixa exploração das terras em razão dos morgadios (Pereira, 2006), fome e epidemias.

### **Irrelevância econômica de Cabo Verde?**

Na instrução enviada a Cabo Verde pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, o conselheiro e secretário conde das Galveias responsabilizava o governador pelo não desenvolvimento. E reduzia o impacto das condições climáticas no desenvolvimento do arquipélago alegando [...] *que a incúria, o desleixo, e a indolência têm adquirido n'essas ilhas um tão vigoroso predomínio, [...] desses habitantes de homens brutos, tem chegado ao extremo de fazer apagar as primeiras ideias de Agricultura [...]* (Pereira, 2016: 61-81).

Entretanto, o próprio conde das Galveias reconhecia que *os estragos mais destrutivos que nessas Ilhas se tem experimentado procederam e procedem das fomes ocasionadas pelas Secas* (Pereira, 2016: 61-81). Segundo o conselheiro e secretário, o expediente para mitigar a fome seria o *estabelecimento em cada Ilha dos depósitos, celeiros ou armazéns de reserva por conta do Público [...]* da obrigação de abastecer os depósitos por conta do Público, mediante uma taxa regular sobre os proprietários (Pereira, 2016: 61-81).

A única ajuda por parte da Fazenda Pública seria o estabelecimento de depósito de instrumentos para lavoura; no entanto, apenas *naquelas Ilhas que fossem mais populosas*. O objetivo dessa medida era subministrar aos *lavradores os instrumentos [...]* para pagarem o importe depois da lavoura pelo custo postos no armazém com cinco por cento de excesso (Pereira, 2016: 61-81).

Se havia “decadência”, essa ocorria, principalmente, em razão das condições climáticas, ou seja, longos períodos de estiagem. Por sua vez, a coroa pouco ou quase nada fazia para combater a fome, doenças e a estagnação de Cabo Verde. Das soluções apontadas no ofício, praticamente os custos iniciais e finais das “estratégias” ficavam a cargo dos proprietários de terras e dos moradores.

Em resposta ao conde das Galveias,<sup>19</sup> o governador António de Lencastre contestou as acusações de ser o responsável pela decadência da possessão. Ele argumentou que a fertilidade do solo não era responsabilidade apenas da ocorrência de chuvas, mas fruto também do trabalho do homem. Ao citar o trabalho humano, o governador estava criticando o governo central pela ausência de ajuda para a solução dos problemas enfrentados pelo arquipélago. Assim, respondeu o governador:

[...] pedia-se mandassem homens, que intentassem, e soubessem praticar aquele Ofício [tirar água], e nada se resolveu, o que foi conseqüente a não se fornecer alguns avances pecuniários, porque de outra sorte nada se fazia ainda que viessem; pois que não sendo os Proprietários abastados de dinheiros, que era forçoso despender, lhes falecia o ânimo, e possibilidade para se arrojamem a tentativas aventuradas, em que só são certas as despesas, e contingentes os efeitos.<sup>20</sup>

Ao mencionar que não foram enviados trabalhadores e auxílio financeiro, António de Lencastre justificava, em razão do estado econômico da possessão, a impossibilidade de realizar qualquer ação mais consistente que pudesse, de certo modo, provocar uma maior produção e diversificação agrícola, e conseqüentemente aumento da receita. O governador, limitado economicamente e proibido por Ordem Real do Erário em realizar despesas, lembrava a promessa de *que do Reino, e dos Açores se mandariam novos Colonos para se efetuar a Povoação da ilha, os quais não chegaram, havendo dezessete anos [...]*.<sup>21</sup>

Mesmo não contando com a ajuda do governo central, António C. de Lencastre, apesar de não ter recursos para as construções de armazéns, aproveitou para salientar o zelo do seu governo com a agricultura, a qual buscou promover com [...] *a fatura de caminhos capazes de admitirem Carros, que introduzi para facilidade dos Transportes, e comodidades dos Viandantes; objetos de que nunca nesta ilha houve pensamento [...]*.<sup>22</sup> O governador ainda apresentou os feitos realizados como justificativas do

<sup>19</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812. Documento também transcrito por Daniel Pereira (2016: 105-161). Segundo o autor da transcrição trata-se de uma fonte ímpar da história agropecuária e da administração política de Cabo Verde.

<sup>20</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

<sup>21</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

<sup>22</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

descumprimento de uma ou outra determinação do governo central. Segundo o governador, para cumprir a [...] *lembrança digna da sabedoria, beneficência, e humanidade de Vossa Excelência* era necessário que antes à confecção dos armazéns *devia preceder a dos Caminhos e Carros de Bois para se poderem fazer os Transportes para os mesmo Depósitos [...]*.<sup>23</sup>

Ao colocar suas realizações antes das ordens recebidas, António de Lencastre buscou demonstrar o desinteresse do governo central em socorrer Cabo Verde, conforme ilustrou com a mudança do capitão-mor João Carlos da Fonseca Rozado da ilha do Fogo para a de São Vicente.

Passou, pois, da ilha do Fogo a de São Vicente o Capitão Mor João Carlos da Fonseca Rozado com trinta escravos, tendo oferecido cinquenta, e mais vinte Casais com 112 Almas. Deram-lhe para seu sustento cinquenta moios de milho do Fogo por uma vez somente – oito carneiros, vinte e cinco Barricas, um Caixão com algumas ferramentas e duas Arrobas de pólvora, um Caliz, um Missal, uma Cazula, uma Alba, um Frontal, um Altar portátil e vinte armas; e nada mais se lhe deu, [...] *afiguravam-se os seus recursos maiores do que realmente eram: mas o certo é gastou nisso o que tinha.*<sup>24</sup>

A parca ajuda oferecida pelo governo central, mais as limitações impostas pela natureza e o baixo desenvolvimento da economia, traziam consequências, especialmente para o comércio. O próprio António de Lencastre afirmou: [...] *não é no presente estado das coisas n'estas ilhas, que este Artigo pode ocupar grande lugar; porquanto se o Comércio é a troca de supérfluo, pouco há que cogitar deste, onde falta o necessário.*<sup>25</sup>

A consequência foi a substituição do que Cabo Verde produzia. Se anteriormente era possível, por exemplo, ter produção de panos, aguardente e tabaco, estes foram substituídos pelas importações da Europa de *Grazarias (sic), Estamparias e Tabaco e Aguardente da América*. O algodão<sup>26</sup>, um dos produtos de maior valor da possessão e sempre citado para o desenvolvimento, passou a ser importado do Maranhão. Todo esse processo

<sup>23</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

<sup>24</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

<sup>25</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

<sup>26</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1. Ofício, 8 de jan de 1803 de António Pusich ao Visconde de Anadia – Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar sobre a situação das ilhas e diversos outros assuntos.

limitou a exportação caboverdiana a *refrescos, peles, coiros e sal*,<sup>27</sup> sem mencionar a urzela, monopólio da coroa.

Observa-se nesse processo a substituição dos produtos que antes eram produzidos por Cabo Verde pela importação oriunda do Brasil. Para o governador António de Lencastre, a alternativa seria estimular negociantes da praça Brasil ou de Portugal para formar uma sociedade mercantil a fim de explorar a pescaria efetiva de Cabo Verde. Possivelmente a indicação dos negociantes brasileiros se deu em razão do predomínio exercido pelos comerciantes do Maranhão. Tais comerciantes forneciam o algodão para as “manufaturas dos panos” (Senna, 1987: 15).

Na discussão em torno daquilo que era produzido pela possessão, não houve citação do produto de maior valor para Cabo Verde. O café de grande resultado em São Nicolau e em Santiago continuou sem menção em documento de 1813 escrito por Aniceto António Ferreira<sup>28</sup>, no qual indicou *com a mais séria atenção a plantação de Mandioca nas terras de rega/com preferência a todas as mais plantações* (Pereira, 2016: 205-207).

Também em 1813, Manuel Alexandre de Medina e Vasconcelos descreveu, dentre outros aspectos, a inevitabilidade de *criar em cada ilha um Inspector de Agricultura para animar a mesma, punir os inertes, e distribuir os instrumentos dando conta a mesma Junta d’Agricultura dos seus progressos*.<sup>29</sup> A junta<sup>30</sup> foi estabelecida em 1812 por ordens régias objetivando a cultura do café e a criação de estabelecimentos filiais nas ilhas sob a designação de “Sociedades Agronômicas” (Neves, 1830: 71).<sup>31</sup>

<sup>27</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39. Ofício, Vila da Praia, 28 de Out. 1812.

<sup>28</sup> Aniceto António Ferreira chegou à ilha da Boa Vista durante o período de dominação da Companhia do Grão do Pará e Maranhão, entre 1756 e 1770. Tornou-se Capitão-Geral e Comandante da ilha da Boa Vista. Ver mais: <https://capeverdehistoryunearthed.com/tag/aniceto-antonio-alvares-ferreira-mendes/>.

Acesso em: 2 de Ago. de 2017.

<sup>29</sup> Principaes objectos, que se devem realizar para fazer prosperar a agricultura nas ilhas de Santiago de Cabo Verde, datado em 27 de março de 1813.

<sup>30</sup> Junta: governador (presidente); ouvidor; juiz ordinário da capital; escrivães e deputados.

<sup>31</sup> Compostas por: comandante militar; vigário; feitor da Fazenda e escrivão da Câmara.

## **Cabo Verde no pós-tratado de 1815**

Cabo Verde, conforme relatou seu governador, demonstrava o baixo impacto da nova proibição do comércio de escravizados. Como bem observado na análise realizada por Daniel Pereira, nas seis laudas do referido documento, o impedimento imposto pelo tratado de 22 de janeiro de 1815, que aboliu o comércio de escravizados em toda costa de África ao norte da linha do Equador, ocupou apenas um único parágrafo (Pereira, 2016: 267). Este se limitou a informar sobre o recebimento do aviso e das ordens expedidas aos *Comandantes Respectivos das ilhas, a Praça de Guiné [...] o disposto na Convenção e tratado [...] de ter cessado o tráfico da Escravatura ao Norte do Equador.*<sup>32</sup>

O motivo pela inexpressiva atenção à proibição do comércio de escravizados se deve ao exclusivismo do mesmo exercido pela Companhia do Grão Pará e Maranhão (1758 a 1778). Privilégio que ocasionou o aumento do preço dos cativos (Pereira, 2006: 24-25) até chegar ao ponto de declínio da comercialização acelerado pela pressão inglesa e, posteriormente, pelo alto preço pago no Brasil, enquanto em Cabo Verde durante o decênio de 1810 *cada escravo ou escrava era avaliado por certo número de vacas* (Senna, 1987: 60).

Retornando ao ofício do governador, a comunicação saudava e felicitava a atitude da “Vossa Alteza Real”, que autorizou reverter ao Cofre Real da possessão as *Somas provenientes da Venda da urzela que destas ilhas se exportar para o mercado da Inglaterra.*<sup>33</sup>

Como o comércio da urzela era monopólio da coroa, a possibilidade de reverter ao cofre de Cabo Verde toda a comercialização com o mercado inglês traria novo fôlego econômico. Por esse motivo, o governador opinou *que muito e muito conviria que Sua Alteza Real Ordenasse que nesta ilha Capital,*

---

<sup>32</sup>PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6. Ofício do governador de Cabo Verde para o conde da Barca, António de Araújo de Azevedo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Vila da Praia, 20 de fev. 1816. Documento também transcrito em Pereira, 2016, p, 267-275.

<sup>33</sup> PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

*de baixo da Inspeção da Junta da Real Fazenda, se fizesse a venda da urzela pois que disso devem resultar as Vantagens de maior Consumo que aquele que os Administradores em Londres têm indicado [...].*<sup>34</sup>

A proposta de Antônio de Lencastre objetivava que a comercialização e o lucro ficassem em Cabo Verde, eliminando assim custos da comercialização na Inglaterra, como frete, seguros e comissões. Com a negociação direta, Cabo Verde teria a possibilidade de promover sua economia, impactando diretamente em seu comércio e agricultura.

A solicitação ao governo central e a proposta do governador foram encaminhadas por meio do ofício de 20 de fevereiro de 1816. Em pouco menos de dois meses, um novo foi confeccionado com a apresentação dos cálculos de custo e lucro da comercialização da urzela por Cabo Verde. O cálculo teve como base 3.000 quintais de urzela/ano, que, subtraindo todos os custos, apresentavam um valor líquido de 52:560\$000 réis de um total bruto de 65:280\$000 réis.<sup>35</sup> Muito superior ao valor de 10:000\$000 réis apresentado por Antônio Pusich em um bom ano de produção.

Além dessa propositura, não aprovada pelo Conselho Ultramarino, salientamos uma segunda proposta presente no ofício/resposta ao Aviso da Secretaria de Estado sobre o tratado de 1815. O governador propôs a introdução do cultivo do milho, *que sendo abundancia virá a ser uma grande e interessante artigo de exportação para ilha da Madeira.*<sup>36</sup> Nas duas propostas, não há menção ao café, que também não é citado entre as produções existentes em Cabo Verde no ano de 1818 (Senna, 1987: 29-53).

Em razão do impacto da seca e da fome vivenciadas nos primeiros anos do século XIX, confeccionou-se uma lista dos principais gêneros que poderiam permitir a prosperidade do arquipélago e o desenvolvimento de sua

---

<sup>34</sup> PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

<sup>35</sup> PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6. Ofício do governador de Cabo Verde para o conde da Barca, Antônio de Araújo de Azevedo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Vila da Praia, 20 de fev. 1816. Documento também transcrito em Pereira, 2016: 267-275.

<sup>36</sup> PT/AHU/CU. Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.

agricultura.<sup>37</sup> O agravamento da condição durante o decênio de 1810 e início do seguinte forçou o governador João da Matta Chapuzet a solicitar investigação, datada em 25 de abril de 1825, sobre *as plantas, raízes, frutos medicinais e águas minerais que eram ou poderiam ser produzidos naquele solo*.<sup>38</sup> Na descrição resultante verifica-se a citação de uma gama de culturas, mas, outra vez, sem menção ao café.<sup>39</sup>

Na documentação analisada, a ausência do café entre os produtos mencionados para alavancar a agricultura destaca-se por ser a cultura apontada como a mais importante de Cabo Verde. Apesar de sua importância para a economia caboverdiana, informações sobre a produção de café não foram encontradas nas correspondências dos governadores até o período inicial da década de 1820.

Com o início do processo de emancipação do Brasil, o governo central preocupou-se em desenvolver as possessões em África. Havia nesse novo cenário, afinal, o risco de suspensão do fornecimento de produtos cultivados pela ex-colônia, como café, algodão e mandioca. Assim, a preocupação inicial foi ampliar a cultura de produtos cultivados e/ou fornecidos pelo Brasil. Os primeiros projetos<sup>40</sup> nos quais houve a manifestação de desvelo foram apresentados às Cortes Extraordinárias (1821 a 1822) e Ordinárias, ocorridas entre novembro de 1822 a março de 1823 (Alexandre, 2008: 15-104).

Apreensivos com o possível impacto negativo no abastecimento na metrópole, os deputados debateram em 8 de junho de 1822 o projeto que buscava promover o povoamento e a colonização da ilha cabo-verdiana de São Vicente, mencionando como parte do processo o cultivo das plantas do

---

<sup>37</sup> Principais objectos que se devem realizar para fazer prosperar a agricultura nas ilhas de Cabo Verde. Documento de Ancieto António Ferreira de 27 de março de 1813. Transcrição presente em Carreira, 1987: 59-60 e em Pereira, 2016: 207-208.

<sup>38</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 79, doc. 78. *Ofício*, Santiago, 24 de abr. 1825. Solicitação de 25 de outubro de 1824, inicialmente realizada “nas ilhas e terras de Guiné” e, posteriormente na ilha de Santiago de Cabo Verde.

<sup>39</sup> Sal nativo e artificial, urzela, anil, algodão, milho, erva do tabaco, vinho, feijão, abóbora, mandioca, cana-de-açúcar, açúcar, aguardente, melão, banana, laranja, ananás, melancia, hortaliça.

<sup>40</sup> Sobre os debates em torno dos projetos para Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe ver Souza, 2017: 04-15 e Souza, 2020.

café e algodão. Entretanto, a ilha foi apontada como inadequada para as mencionadas culturas por ser muito “ventosa” e pouco povoada.<sup>41</sup>

Durante o processo de independência do Brasil e, posteriormente, do reconhecimento português, Cabo Verde lidou ainda com alíquota superior sobre seus produtos em relação a cobrada sobre os gêneros oriundos do Brasil.

Motivada pelo beneficiamento oferecido à produção brasileira por meio do art. 10º do tratado de Paz e Aliança de 29 de agosto de 1825, surgiu em 19 de junho de 1826 a Representação dos Comerciantes da Praça de Lisboa, que foi entregue a Real Junta do Comércio em Lisboa. Os assinantes, todos comerciantes, alegavam que o favorecimento aos produtos brasileiros provocava desvantagem e o atraso das províncias. E ainda que *as restantes possessões Portuguesas menos favorecidas que ele [Brasil] [...] pela fertilidade de que são susceptíveis, podem fornecer a Mãe Pátria com iguais gêneros*. Solicitaram, portanto, providências acerca das condições em que se encontravam as ilhas de Cabo Verde. O documento continha 22 assinaturas e pontuava sete motivos que mantinham Cabo Verde improdutivo.<sup>42</sup>

A alta cobrança foi apontada como a principal razão pela improdutividade das ilhas. Ao exemplificar o impacto da taxa sobre o valor final do produto, tomamos conhecimento da continuidade da cultura cafeeira que sofria com o “absurdo”: *que uma arroba de Café de Cabo Verde para muito perto de 1\$800 reis e a mesma arroba de Café brasileiro sobe muito pouco de 600 reis, sem que o consumidor de maior valor aquele do que a este. Que tais são os males que afligem e conservam improdutivas as ilhas*

---

<sup>41</sup> Debates Parlamentares das Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa 1821-1822. Lisboa, 08 de julho de 1822. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/029/1822-06-08?sft=true&q=caf%25C3%25A9&pPeriodo=mc&pPublicacao=c1821#p382>.

<sup>42</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81. *Representação dos comerciantes da praça de Lisboa*, Real Junta do Comércio, 23 de nov. 1826.

de Cabo Verde.<sup>43</sup> O café caboverdiano,<sup>44</sup> ainda era cotado a preço abaixo do praticado no mercado.<sup>45</sup>

Para apurar a solicitação dos requerentes, foi ordenado ao ex-intendente-geral de Cabo Verde, Antônio Pusich,<sup>46</sup> que atuasse como informante, emitisse um parecer sobre o pretendido e argumentasse na Representação. Na investigação, Pusich chamou atenção para a qualidade e fertilidade do solo das ilhas, que possibilitavam o cultivo de todos os *frutos do Brasil*. E destacou, inclusive, *que alguns destes frutos como o café, anil e aguardente de cana-de-açúcar são de melhor qualidade dos de Brasil*.<sup>47</sup>

Para Pusich, era necessário que todos os gêneros e produtos exportados para Portugal fossem tributados na alfândega com as mesmas alíquotas, ou até mesmo menores, que aqueles oriundos do Brasil: *liberdade de direitos para o comércio interno entre as ilhas; as terras incultas e as que se abrirem livres de foro por 10 anos e a liberdade de direitos para os produtos portugueses destinados a Cabo Verde*.<sup>48</sup>

Ainda de acordo com Pusich, a ilha de São Vicente era *quase todo baldio, a qual pela vastidão e segurança do seu porto em todas as estações do ano e pela preciosidade do seu terreno virgem, apto para todas as produções*". Afora a riqueza do solo, o segundo motivo para a transformação era a *sua primitiva decadência e miséria*.<sup>49</sup> Ou seja, uma imensa quantidade de terras virgens que possibilitavam o cultivo do café, apesar de já ter sido considerada inadequada por ser muito "ventosa".

---

<sup>43</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

<sup>44</sup> A representação surge em um momento de alto crescimento da presença do café brasileiro no mercado internacional, no qual o Brasil exportava 101.410 sacas (Porto-Alegre, 1879: 473; Taunay, 1945: 547; Marquese, 2009: 355-356; Martins, 1992: 148).

<sup>45</sup> PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx. 53, doc [s.n]. No início da década de 1830 foi apresentada a proposta de comprar toda a produção do café cabo-verdiano em torno de 1.923 réis a arroba, enquanto São Tomé negociava a 2.300 réis.

<sup>46</sup> Ex-governador de Cabo Verde (1818-22) e anteriormente intendente da Marinha (1801-1811).

<sup>47</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81. *Representação dos comerciantes da praça de Lisboa*, Real Junta do Comércio, 23 de nov. 1826.

<sup>48</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

<sup>49</sup> PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.

Diante da nova realidade com a independência do Brasil, a ampliação da cultura do café e, também, do algodão foi a forma encontrada para o maior desenvolvimento da agricultura. Assim, a partir da comercialização da produção buscar maior diversificação e circulação de produtos agrícolas.

### **Conclusão**

Como já mencionado, o café era uma das principais riquezas de Cabo Verde no início do Oitocentos. Sua produção, no entanto, não se desenvolveu mais em razão do interesse do governo central pela produção oriunda do Brasil, assim como dos longos períodos de seca, que impactavam diretamente seu florescimento. Os morgadios foram outro obstáculo, considerando a concentração de terras nas mãos de poucos indivíduos sem a exploração das mesmas.

Todas essas questões não explicam o silêncio sobre a produção e comercialização do café caboverdiano, aliás, de qualidade equiparável ao do Brasil. Tal silêncio suscita diversos questionamentos sobre a política portuguesa relativa às suas colônias, que, de acordo com Fernando Novais, se manifestava *como resposta aos problemas efetivos que a manutenção e a exploração do ultramar apresentavam à metrópole* (Novais, 2019: 19). Mas durante as três primeiras décadas do Oitocentos, Cabo Verde teve seus problemas ignorados pelo governo central que passou a cobrar do arquipélago maior desenvolvimento, este a cargo de seus moradores como os custos para o incremento agrícola, por conseguinte, comercial.

Sendo o café um produto voltado para o mercado externo, seu cultivo se manteve mesmo sofrendo com a alta taxa de imposto imposta pela metrópole. A alíquota de 30% impossibilitava a barganha com a sede do império, que, por sua vez, pouco movimentava a rota com as ilhas. O estímulo ficava então a cargo dos moradores, que não obtinham do governo central o socorro necessário e, muitos menos, recursos para movimentar e impulsionar o itinerário.

As questões relacionadas a exploração de Cabo Verde só foram consideradas a partir do processo separatista do Brasil, que provocou o

“ressurgimento” do interesse do governo central sobre o café produzido. A partir do momento que os “tentáculos” do império se voltam para as possessões em África, nota-se a busca por maior controle e fiscalização. Foi exatamente o período aproveitado pelos comerciantes da praça de Lisboa para requererem melhor taxa sobre a comercialização do café caboverdiano.

Dessa forma, o silêncio ou a falta de menção sobre a cultura cafeeira em Cabo Verde ocorreu não somente em razão das necessidades básicas de sobrevivência dos moradores do arquipélago. Mas também pelo desinteresse do governo central, enganando-se no falso “descanso” oferecido naquele momento não pelo ouro (Barros, 1789: 135), e sim pelos gêneros oriundos do propínquo e independente Brasil.

## Referências bibliográficas

### Fontes

*Arquivo Histórico Ultramarino - AHU*  
Conselho Ultramarino

Avulsos/Cabo Verde:

- PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 1.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 54, doc. 61.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58 A, doc. 01.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 58, doc. 44.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 60, doc. 39.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde. Cx. 64, doc. 6.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 79, doc. 78.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 85A, doc 81.  
 PT/AHU/CU – Cabo Verde, Cx. 97, doc 102.

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar

Avulso/Cabo Verde

PT/AHU/SEMU- DGU – Cabo Verde, Cx. 53, doc [s.n].

### Periódico

*Correio Braziliense* de setembro de 1808.

### Fontes impressas

AUBLET, Jean-Baptiste-Christophe-Fusée. *Histoire des plantes de la Guiane françoise: rangées suivant la méthode sexuelle; avec plusieurs mémoires sur différens objets intéressans, relatifs à la culture & au commerce de la Guiane françoise, & une notice des plantes de l'Isle-de-France.* Paris, 1775.

BARROS, Jozé Joaquim Soares de. Memória sobre as cauzas da diferente população de Portugal em diversos tempos da monarquia. In: *Memórias*

*econômicas da academia de ciências de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas.* Tomo I. Lisboa, 1789.

CARRREIRA, António. *Descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde.* Nem Martins: Gráfica Europam, lda, 1987.

LIMA, José J. Lopes. *Ensaio sobre a statistica das Ihas de Cabo Verde do mar Atlântico e suas dependências na Guiné portuguesa ao norte do Equador. Livro Primeiro.* Lisboa: 1844.

*Males que tem resultado a Portugal dos tratados de Commercio celebrados com a Inglaterra: necessidade de promover a nossa industria fabril e meios de tirar vantagem da navegação e commercio com as nossas possessões ultramarinas a despeito das tramas do Governo daquele Paiz.* Typographia Lisboense. Lisboa, 1840.

NEVES, José Accursio das. *Considerações políticas e comerciais sobre os descobrimentos e possessões dos portugueses na África e na Ásia.* Impressão Régia: Lisboa, 1830.

PORTO-ALEGRE, Paulo. *Monographia do café, história, cultura e producção.* Lisboa: [s.n.], 1879, p, 473.

SENNA, Manuel Roiz Lucas de. *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde 1818.* Lisboa: Gráfica Europam, 1987.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole. *Pequena História do Café no Brasil: 1727-1937.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1945.

## **Bibliografia**

ALEXANDRE, Valentim. *A questão colonial no parlamento. Vol I (1821-1910).* Lisboa: Publicação Dom Quixote, 2008.

AZEVEDO, João Lúcio de. *Épocas de Portugal económico: esboços de história.* Lisboa: Clássica, 1947.

CARDOSO, A. P. Silva. *Café: cultura e tecnologia primária.* Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração, 1994.

CARDOSO, José Luís Miranda. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808).* Dissertação de Doutoramento em Economia apresentada a Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia. Lisboa, 1988.

CARRREIRA, António. *Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460 – 1878).* 2º Ed. Mem Martins: Gráfica Europam Lda, 1983.

COSTA, Eleonor Freire; LAINS, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. *História econômica de Portugal (1143-2010)*. Lisboa: A Esfera do Livro, 2011.

MANCHESTER. Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.

MARCELLINO, Martins & Johnston Exportadores Ltda, (eds.). *150 Anos de Café*. Rio de Janeiro, 1992.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2009.

NOVAIS, Fernando, A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora 34, 2019.

PEDREIRA, Jorge. O Processo econômico. In: PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013.

PEDREIRA, Jorge. Portugal no Mundo. In: PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013.

PEDREIRA, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. As chaves do período. In: Pedreira, Jorge; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *O colapso do império e a Revolução Liberal 1808-1834*. Vol I. Lisboa: Editora Objectiva, 2013.

PEREIRA, Eduardo Adilson Camilo. *Os caminhos da revolta em Cabo Verde e a Cultura de resistência: as revoltas dos Engenhos (1822) e de Achada Falcão (1841)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006.

PEREIRA, Daniel A. *Novos subsídios para a história de Cabo Verde (século XIX)*. Lisboa: Rosa de Porcelana, 2016.

SILBERT, Albert. *Do Portugal de antigo regime ao Portugal oitocentista*. Tradução: José Raimundo Correia de Almeida. Lisboa; Livros Horizonte, 1972.

RIBEIRO, Orlando. *A ilha do Fogo e as suas erupções*. Edição da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses: Gráfica Maiadouro, Lisboa 1997.

SANTOS, Danilo de Jesus da Veiga. *O Cabo-verdiano através dos olhos de forasteiros: representações nos textos portugueses (1784-1844)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.

SOUZA, Alan de Carvalho. *O café em África no período de reconhecimento da independência do Brasil*. Revista Mosaico. 2017 jul./dez.; 08 (2): 04-15.

SOUZA, Alan de Carvalho. *Do Brasil para África: o café na viragem do império português (1807-1850)*. Tese. Programa Interuniversitário de Doutoramento em História – Universidade de Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. Lisboa, 2020.

\_\_\_\_\_. *A importância do café para São Tomé e Príncipe frente à proibição do comércio de escravizados pela Inglaterra*. Revista Afro-Ásia, n. 63, 2021.

## **“É preciso [...] infundir nos animos das classes menos ilustradas [...] a necessidade de semelhantes operações”: controle estatal no período do Ronco da Abelha**

 Lis de Araújo Meira\*

**Resumo:** Procuramos entender como o Estado brasileiro buscou gerenciar a população livre pobre no período do Ronco da Abelha, movimento que ficou marcado pela resistência ao Censo Geral proposto pelo governo, em 1851. Fornecer dados pessoais ao governo poderia ser arriscado, deixando homens e mulheres sujeitos a encargos dos quais essa população queria se eximir. O temor do cativo era o que preocupava determinados grupos sociais, mas apontamos uma possível resistência a outro recurso estatal utilizado como instrumento de controle: o recrutamento de homens para o Exército, visto muitas vezes como um “tributo de sangue”. Para análise desses elementos, utilizaremos a Paraíba como interlocutora, consultando relatórios de presidente de província, correspondência entre autoridades, legislação do período, entre outras fontes diversas.

**Palavras-chave:** Ronco da Abelha, recrutamento militar, Censo Geral, controle estatal.

## **“Es necesario [...] inculcar en los espíritus de las clases menos ilustradas [...] la necesidad de operaciones similares”: control estatal durante el período Ronco da Abelha**

**Resumen:** Procuramos entender cómo el Estado brasileño buscó manejar la población pobre libre durante el período Ronco da Abelha, un movimiento que estuvo marcado por la resistencia al Censo General propuesto por el gobierno en 1851. Proporcionar datos personales al gobierno podría ser riesgoso, dejando a hombres y mujeres sujetos a acusaciones de las que esta población quería eludir. El miedo al cautiverio era lo que preocupaba a ciertos grupos sociales, pero señalamos una posible resistencia a otro recurso estatal utilizado como instrumento de control: el reclutamiento de hombres para el Ejército, muchas veces visto como un “tributo de sangre”. Para analizar estos elementos, utilizaremos a Paraíba como interlocutor, consultando informes del presidente de la provincia, correspondencia entre autoridades, legislación de la época, entre otras diversas fuentes.

**Palabras clave:** Ronco da Abelha, reclutamiento militar, Censo general control del Estado.

---

\* Mestra em História (PPGH-UFPB). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura no Nordeste Oitocentista (Diretório/CNPq/UFPB). Professora da rede municipal de educação de João Pessoa e da rede estadual da Paraíba. E-mail: lis\_meira@hotmail.com



Os motivos que levaram ao estopim da revolta, entre os anos de 1851 e 1852, nas províncias da Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Sergipe e Minas Gerais, revelam sobremaneira os contornos das práticas culturais e políticas do século XIX brasileiro.

Segundo a bibliografia que se dedica à *Guerra dos Marimbondos* ou *Ronco da Abelha*, como por exemplo Ariane Sá (2009) e Hamilton Monteiro (1981), os conflitos gerados pela revolta tinham como principal causa a resistência aos decretos emitidos pelo poder central que determinava o recenseamento da população. A ordem expedida em 1851 instituía o “Censo Geral do Império” e o “Registro Civil de Nascimentos e Óbitos”. Entre os mais pobres, que se localizavam nas províncias anteriormente citadas, a reação foi imediatamente negativa. Na província da Paraíba, a revolta concentrou-se nas vilas de Ingá, Campina Grande, Alagoa Nova e Alagoa Grande (Monteiro, 1981: 37). Fizeram parte do movimento aqueles indivíduos caracterizados pelas elites como “gente miúda” e, por essa razão, intitulou-se a revolta com o nome de *Guerra dos Marimbondos*, na província de Pernambuco e na Paraíba, como *Ronco da Abelha*, numa estratégia evidente de desqualificar o movimento que ganhava força em várias partes da região.

Em nosso trabalho, atrelando o movimento do *Ronco da Abelha* ao conceito de insurreição, também compartilhado por Hamilton de Mattos Monteiro, analisamos esse episódio que aparentemente não tinha como pretensão a derrubada total do sistema estabelecido. Sendo assim, buscamos entender como os participantes desse tipo de revolta perseguiram e acusaram autoridades imediatas, consideradas inimigos mais próximos (Monteiro, 1981: 32). A historiografia sobre o sucedido tem se debruçado sobre o incômodo provocado à população livre pobre, pela possibilidade de um recenseamento que seria efetuado pelo Estado brasileiro. Porém, no presente trabalho, pretendemos ir além e buscamos também investigar reações dessa mesma gente ao recrutamento, no período da revolta.

Primeiramente, analisamos a historiografia mais recente sobre o processo de recrutamento e as práticas culturais ligadas a ele, no Brasil no século XIX. Também é nosso objetivo, apresentar, ao longo do texto, o

desconforto causado pelo processo, bem como a inquietação em relação a medidas de controle tomadas pelas autoridades do Brasil Oitocentista. Para tal abordagem, utilizaremos a província da Paraíba como interlocutora desse contexto, auxiliando na compreensão do sistema de recrutamento, da resistência a ele e a outros métodos de gerenciamento estatal da população livre pobre, no período do *Ronco da Abelha*.

No presente artigo, utilizamos as pesquisas de Hendrik Kraay que oferecem uma abordagem mais culturalista dos aspectos do recrutamento militar ocorrido no século XIX brasileiro. O trabalho desse autor tem como grande mérito uma reflexão e conseqüentemente uma relativização do poder estatal representado pelo Exército brasileiro no processo de recrutamento militar (Kraay, 1999: 113-151).

Além da bibliografia de referência, utilizamos como apoio para nossa pesquisa fontes consultadas principalmente no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/PB, são eles: requerimentos, correspondências entre autoridades, conjunto de leis promulgadas, ofícios, nomeações, recibos e atestados. Além disso, consultamos a Legislação Geral do Império, periódicos paraibanos, pernambucanos e de circulação nacional que fazem parte do acervo da Biblioteca Nacional e os Relatórios digitalizados dos Presidentes de Província, disponível na rede mundial de computadores.

É importante ressaltar como Kraay expõe a fragilidade do Estado nacional brasileiro que ainda estava em processo de construção e, em seu trabalho, argumenta, através de episódios ilustrativos, como a legislação que vigorava na época não determinava necessariamente os rumos do recrutamento. Segundo sua pesquisa, os recrutadores tinham a sua função guiada pelas regras postas pelos potentados locais.

Nesse período, o recrutamento militar se apresentava como um procedimento pertencente a uma cultura política (Bernstein, 1998), visto que faz parte de um:

conjunto de valores, comportamentos e formas de conceber a organização político-administrativa, resultado de um longo e dinâmico movimento de interações e de acumulação de conhecimentos e práticas que se tornam predominantes em

uma determinada sociedade, em um dado tempo histórico no qual, entretanto, nem ela é exclusiva, ou muito menos definitiva (Martins, 2007: 432).

Considerando que, muitas vezes, o recrutamento possuía um caráter punitivo e que os indivíduos obrigados a essa função eram os considerados perigosos para a ordem pública, não podemos deixar de notar, como já observou Hendrik Kraay (1999), que todo esse processo estava relacionado com a rede de relações entre patrono-cliente, envolvendo o Estado, membros da classe senhorial e pobres livres, característica que marca a história brasileiro e que também foi analisada por Richard Graham (1997). Portanto, compreender o recrutamento militar no Brasil do século XIX é uma maneira de também compreender as várias relações de poder estabelecidas na época.

Para Peter Beattie, o recrutamento visto como um “tributo de sangue” despertava incômodo em determinados seguimentos sociais que viam o processo como uma ameaça ao “desenvolvimento econômico, a formação da família e, portanto, a moralidade e a ordem pública (Beattie, 2009: 12).

Por outro lado, Fábio Faria Mendes, em seu livro *Recrutamento Militar e Construção do Estado no Brasil Imperial*, identifica o processo de recrutamento como objeto de análise útil para se compreender o processo de burocratização do Estado nacional brasileiro. Sendo assim, embora o recrutamento acontecesse de forma arbitrária e brutal, raramente se apresentava como eficaz, fato que reforça o aspecto débil do estado nacional que estava em processo de construção (Mendes: 2010).

Palacios (1996) afirma que o recrutamento fazia parte de um conjunto de medidas que serviam para impor barreiras ao desenvolvimento da agricultura entre os livres pobres, era a de isolá-los, provocando um processo de pauperização dessas populações. Sendo assim, esses movimentos as obrigariam a se integrarem ao modelo agroexportador, enquanto mercado de mão de obra livre, almejado pelos grandes exportadores de algodão, principalmente no século XIX.

É preciso entender que o processo de construção do Estado imperial brasileiro estava ligado às relações estabelecidas nos séculos anteriores correspondentes ao período colonial, os grandes produtores de açúcar do século XIX eram herdeiros diretos dos colonos que se estabeleceram nos trópicos. Ilmar Rolohff Mattos resume a figura do colono em algumas linhas:

Dependente do colonizador, produzindo para um mercado sobre o qual não exercia qualquer controle, o colono opera com fatores extremamente rígidos. Somente monopolizando-os, e também aos homens livre e pobres, podia adaptar-se às oscilações sobrevindas, quer em termos de expansão, quer em termos de retração. As relações entre colonos e colonizados pressupunham também o monopólio dos homens e da violência (Mattos, 1987: 28).

Mais tarde na *Revolta do Quebra-Quilos* em 1874-75, a população que se rebelava contra os novos impostos instituídos e com as novas medidas dos produtos comercializados em feiras populares, também se sublevou contra o recrutamento militar. É curioso notar que em dois movimentos insurrecionais liderados por pessoas menos abastadas tenham colocado em sua lista de reivindicações o tema do recrutamento. Podemos imaginar que esse era um procedimento que incomodava, de fato, essa população em específico, reforçando a ideia de que o alvo principal dos recrutadores eram os homens livre pobre.

Depois do *Quebra-quilos*, ainda surgiu um outro movimento que também contestava as formas pelas quais se processava o recrutamento militar. Hamilton de Mattos Monteiro, ao elencar as revoltas ocorridas no Nordeste oitocentista no período de 1850 até 1890, descreve os pormenores da chamada "Guerra das mulheres". Segundo o autor, a revolta teve como estopim a aplicação de Lei nº 2556 de 1874, que regulava o recrutamento, que a partir daquela data seria feito através de juntas montadas em várias partes das províncias e o procedimento de escolha dos recrutas seria feito através de sorteio.

O pavor de ser recrutado gerou entre a população um clima de tensão e os ânimos se acirraram de forma que, no mesmo ano de 1875, grupos de mulheres invadiram as juntas de recrutamento e rasgaram a documentação

referente ao procedimento. Esse foi um movimento que atingiu várias províncias nordestinas, incluindo-se aí Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Bahia. Na província da Paraíba, houve manifestações nos municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Ingá, Campina Grande e Pilar.

O presidente da província da Paraíba no ano de 1852, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, ao relatar o estado de tranquilidade pública durante sua administração fez as seguintes observações sobre a *Revolta do Ronco da Abelha*:

A tranquillidade publica permaneceu inalterável nesta Provincia até o princípio do corrente anno. Até essa época o espirito publico ostentava ordem, e ninguem, por mais vizonario que fosse, receiava alteração na segurança publica; infelizmente porem a execução do Regulamento de 18 de Junho do anno passado, que baixou com o Decreto da mesma data á cerca do registro de nascimentos e obitos, serviu de pretexto ao povo para amotinações, e a ordem publica foi perturbada em alguns pontos da Província. A idea de que captiveiro dos homens de côr era o fim do registro espalhou-se, e em alguns espiritos fracos subiu á altura o fanatismo. Nos primeiros dias de Janeiro tive communicações epistolares de que na Província Pernambuco, o povo armado opunha resistencia a execução do dito decreto, cometendo em seu desatino atrocidades contra homens pacíficos, desobedecendo formalmente ás autoridades, e praticando outros actos de loucura e selvageria (Sá e Albuquerque, 1852: 3).

Ao se referir às agitações que se sucederam na província da Paraíba no ano de 1851, o presidente Sá e Albuquerque deixou transparecer suas impressões sobre a população que tomou armas para resistir à execução de um decreto, entendida por muitos populares como uma “lei do cativo”.

Para compreender essa pronta resistência de parte da população é necessário apontar algumas características que marcavam a sociedade brasileira. Com o decreto emitido, os registros de nascimento e óbitos passariam a ser feitos por um juiz de paz, ou seja, uma figura que representava o poder do Estado. Antes dessa determinação, esse tipo de serviço era atribuição da Igreja Católica, executado por autoridades eclesiásticas que, geralmente, possuíam uma relação de confiança com a população. Sendo assim, a nova ordem despertou a suspeita de muitos

indivíduos, que, entendendo o recenseamento como uma forma de identificar e registrar os indivíduos, seria também uma forma de os classificar pela cor da pele.

Existia nesse contexto uma resistência de parte da população às quantificações impostas pelo Estado, havia, nesse sentido, uma desconfiança geral em relação às enumerações que esse Estado desejava fazer, incluindo-se aí o recrutamento forçado. Segundo Wilma Peres Costa:

Um dos aspectos mais evidentes dessa resistência pode ser expresso nos esforços reiteradamente ineficazes do poder central (e também dos entes políticos provinciais) em estabelecer procedimentos voltados para conhecer, quantificar a realidade econômica e seus súditos, procedimentos estes que são instrumentos indispensáveis para a operação da referida "expansão para dentro" nas diversas direções em que opera o poder estatal: recrutar homens, cobrar impostos, julgar criminosos, defender o território, impor o primado da lei (Costa, 2005: 34).

Essa falta de confiança era ainda mais marcante entre a população mais humilde que, muitas vezes, via o Estado como um estranho que representava algum risco para sua tranquilidade. O recrutamento, que, para muitos, era sinônimo de um tributo de sangue, estava inserido nesse índice de ameaça constante. E por mais que o Estado tivesse a intenção de controlar essa população, seja através do recrutamento, da cobrança de impostos, ou qualquer outra imposição, geralmente a população resistia. É nesse momento que pensamos como Hendrik Kraay, que analisou os limites e fragilidades desse Estado que ainda estava em construção (Kraay, 1999).

Ocupar a população livre pobre e organizá-la em trabalhos disciplinares era uma preocupação recorrente das elites brasileiras em todo o século XIX, porém, com a proibição do tráfico internacional de escravos (1850), essa premissa tornou-se ainda mais urgente, haja vista que estava ali decretado o fim da escravidão, que embora viesse a ocorrer de forma muito lenta, estava fadada ao esfacelamento. Sendo assim, era preciso pensar em maneiras de ocupar a população livre e pobre que ao longo dos anos aumentaria de forma considerável, aumentando conseqüentemente o medo e o preconceito que se tinha em relação a essa população.

Para as elites, era necessário que esses indivíduos se encaixassem na ordem que elas estabeleceriam, garantindo a segurança dos abastados e organizando a sociedade brasileiras nos moldes europeus e nos princípios de civilidade, proposta que ganhara muito espaço na mentalidade do século XIX brasileiro. Recorrendo a produções historiográficas paraibanas é que nos foi possível visualizar ou ao menos ter alguma ideia de como estava composta essa sociedade no século XIX. Galliza resumindo a situação econômica da Paraíba a partir do ano de 1850, oferece-nos algumas pistas sobre a configuração social da província:

(...) os diversos ciclos econômicos da Paraíba, na segunda metade do século XIX, enfrentaram sérias adversidades de ordem, externa e interna, como retração de mercados, falta de capitais e de infra-estrutura adequada, condições climáticas. A economia paraibana viveu crises constantes, as quais, por sua vez foram entremeadas por um curto período de fastígio, quando houve grande procura de algodão brasileiro, nos mercados ingleses. Mas, apesar da situação de penúria, em que a província esteve imersa, agravada ainda mais pela seca de 1877-79, a Paraíba conheceu a introdução de melhoramentos tecnológicos decorrentes da expansão do capitalismo europeu (Galizza, 1979: 66).

A análise feita pela autora expõe uma situação fragilizada em que se encontrava a economia paraibana durante a segunda metade do século XIX. No entanto, através da exposição de outros autores e documentos analisados, é possível acreditar que essa fragilidade pode ser detectada antes mesmo desse período, considerando que a Paraíba não se enquadrava entre as províncias mais desenvolvidas do Brasil. Muito embora essa debilidade possa ser verificada com bastante clareza no período analisado, Galliza faz algumas ressalvas e informa que, apesar das adversidades sofridas pela província, o número de engenhos na Paraíba era considerável (Galliza, 1979: 34).

Compreende-se, por conseguinte, que para a produção do açúcar e outras atividades agrícolas, foi necessário recorrer à mão-de-obra livre, levando em consideração que o número de escravos na Paraíba era pequeno se comparado com outras províncias.

Para caracterizar o perfil étnicoracial da população livre pobre na Paraíba oitocentista recorreremos à pesquisa realizada por Solange Pereira da

Rocha (2007), em que aponta o crescimento considerável da população negra na Paraíba a partir do Setecentos. Segundo os dados apresentados pela historiadora, esse crescimento também pode ser observado ao longo do século XIX, bem como o crescimento de toda a população da província: De fato, ao longo do Oitocentos, essa tendência se manteve, assim têm-se os seguintes números de habitantes, em 1811, somavam 122.407; em 1851, subiu para 212.466, em 1872, ampliou para 376.226, e em 1890, para 490.784. No que se refere aos negros, se dispõe dos resultados do primeiro Censo (1872), que arrolou a população de cor, e os dados obtidos nesse arrolamento apontam que, da população total (376.226), a maioria era de negros (221.938, desses 188.241 eram pardos e 33.697 pretos) atingindo o percentual de 59%. Uma menor parte dessa população era escrava 21.526 cativos, a ampla maioria de livres 354.700 pessoas (Rocha, 2007: 137).

Levando em consideração esses dados sobre a composição social da província da Paraíba, e, compreendendo que principal alvo do recrutamento eram os homens livres pobres, podemos supor que a população negra representava uma parte importante do total de recrutados na província.

Rebatendo e tentando explicar a resistência da população, as autoridades provinciais, muitas vezes, atribuíam esse comportamento à falta de instrução. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, presidente da província da Paraíba no ano em que ocorreu a revolta do *Ronco da Abelha*, tentando relatar os fatos com cautela apresentou seu relatório em tom de comiseração para com a população insurgente:

**Naturalmente amigo do povo, e mais condoído do seu erro do que dezesoso de sua perseguição e martyrio,** mandei instruccões às differentes autoridades no sentido de ser destruído esse fatal prejuizo com emprego de meios brandos e suazorios. Infelizmente porem em alguns lugares o emprego desses meios não foi suficiente, e as Autoridades judiciosamente interpretando as instruccões que de accordo com o Chefe de Policia trasmitti-lhes, fizeram uso moderado e prudente dos meios de força, e conseguirão restabelecer a ordem publica já gravemente alterada (Sá e Albuquerque, 1852: 3-4. Grifos nossos)

Destacamos algumas expressões contidas nesse trecho do relatório para observar como o presidente da província da Paraíba construiu o seu discurso

com base em um sentimento de compaixão em relação à população. Acreditamos que essa forma de falar foi estratégica no contexto em que Sá e Albuquerque se pronunciou, porque sem conseguir mensurar o nível de insurgência em que se encontrava a revolta e sem saber quais as reverberações que tal movimento poderia causar, era mais prudente que o presidente da província adotasse um discurso mais moderado em relação ao acontecimento.

Também acreditamos que o presidente fez uso dessa linguagem para desqualificar aqueles que participaram do *Ronco da Abelha*, sendo a revolta uma expressão da ignorância de um determinado grupo social. Mais à frente, em seu relatório, Sá e Albuquerque reforçou essa ideia. No entanto, Sá e Albuquerque deixou escapar entre suas palavras como foi necessário, segundo ele mesmo, o uso da violência no controle desse movimento:

[...] mas as Autoridades, ostentárão o seu carater publico, e, coadjuvando-se reciprocamente. Conseguirão chamar o povo á obediencia, perdoando-lhe esses desvarios que não tinham a feição de crimes individuaes. **Perdoar o erro do povo, esquecer seu louco e criminoso entusiasmo pelas idéas de liberdade nunca agredida**, não persegui-lo com processos e outros vexames, rehabilita-lo para uma nova vida de cidadão brasileiro amigo da ordem e de seus verdadeiros interesses, foi o meu pensamento. **Castigar aquelles que armados olharão para os movimentos como para uma facilidade de commeter, com esperança de impunidade, crimes individuaes**, julguei meu dever (Sá e Albuquerque, 1852: 4. Grifos nossos).

O presidente da província da Paraíba se esforçou para mostrar que o movimento do *Ronco da Abelha* fazia parte de uma atitude irracional que vinha de um povo ignorante que deveria ser perdoado e não perseguido. Segundo Sá e Albuquerque, esses indivíduos estariam seduzidos pela ideia de liberdade, que para o presidente nunca havia sido agredida. Pelo visto, a população não pensava da mesma forma que o presidente, provavelmente, refletiam de forma oposta. Será mesmo que essa liberdade nunca teria sido agredida? Isso é o que presidente da província afirmava, mas em uma sociedade marcada pela restrição de liberdade, como era o caso do Brasil escravocrata, o temor do cativo deveria ser algo presente no cotidiano da

população livre pobre, sobretudo entre a gente negra, que compunha parte importante da população da província da Paraíba.

Logo depois de desqualificar a capacidade cognitiva da população de interpretar os atos governamentais, que, segundo o presidente, nunca “agrediam a liberdade”, o relatório toma um rumo diferente, adotando um tom repressivo em relação àqueles que participaram da revolta. O presidente, então, começa a falar sobre punição e castigo, afirmando que alguns daqueles que compunham os grupos revoltosos estavam ali para se aproveitar das tensões e cometer crimes.

Ora, como foi possível que o presidente fizesse essa diferenciação? Como ele poderia saber se os atos que ele considerou como crimes não faziam parte de uma reação do povo que via sua liberdade ameaçada? Será mesmo que existiam indivíduos infiltrados entre os insurgentes? Ou será que essa afirmação fazia parte de uma estratégia de repressão ao movimento, uma forma de intimidar a população que se incomodava com as medidas do governo provincial? Acreditamos mais nessa possibilidade, por todo o contexto em que esse discurso estava inserido. Será mesmo que a contenção desse movimento se deu de forma pacífica, como afirmou o presidente de província? Em certa parte, acreditamos que sim, mas não porque as autoridades da época eram complacentes em relação à população insurreta, mas porque em alguns momentos foi mais seguro ceder à pressão de alguns grupos do que ir para o embate direto. E é tão sensato pensar dessa forma, que logo depois da resistência, o governo imperial decidiu revogar os decretos do Registro de Nascimento e óbitos e o Censo Geral, em janeiro de 1852 (Brasil, 1852).

O censo demográfico, para essa população, significava, entre outras coisas, oficializar a cor da pele nos registros do Estado. Ora, nunca é demais lembrar o peso que a escravidão exercia nas relações sociais do Brasil nessa época, portanto, não podemos esquecer como a pele negra estava associada ao cativo. Sendo assim, era temível ser classificado como negro nesse contexto. Da mesma forma que, em uma sociedade que rejeitava o

recrutamento forçado, ser classificado apto ao serviço militar se configuraria em um risco para muitos homens.

Joaquim Norberto de Souza e Silva, em material publicado junto ao Relatório apresentado à Assembleia Geral do Império pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza<sup>1</sup>, em 1870 mostrou como a preocupação se perpetrou ao longo de muitos anos pelo Brasil oitocentista. Souza e Silva, ao fazer referência ao decreto 797 de 1851, tão contestado no ano em que foi publicado, reforçando a ideia elitista de que foi mal interpretado por ignorância da população, declarou o seguinte:

É preciso, primeiro que tudo, que o Governo geral mostre ostensivamente ligar assumpto tão transcendente toda a importancia que merece nas nações que nos precederão na marcha da civilização, e que procure por meio de publicações adequadas infundir nos animos das **classes menos ilustradas**, e que por ahi vivem arredadas e entregues a seus puros instinctos, a necessidade de semelhantes operações, **que não têm por fim nem o recrutamento**, nem o lançamento de novo impostos e outros pesados onus, meros fantasmas com que assombrão e que as perseguem quando se trata de incluil-as no numero que representa a totalidade da população de seu paiz (Souza e Silva, 1870: 281. Grifos nossos).

Através do comentário de Souza e Silva sobre as tentativas de recenseamento, podemos identificar quais os receios que a população, considerada por ele “menos ilustrada”, possuía em relação ao Estado. Entre esses receios citados pelo autor, destacamos o medo do recrutamento. Há de se reconhecer que se Souza e Silva, que fez um levantamento das tentativas de recenseamentos desde os tempos coloniais no Brasil, enfatizou a

---

<sup>1</sup> O trecho foi retirado de um dos anexos do dito relatório em um documento rico de interpretações sobre os recenseamentos feitos no Brasil. Além disso, oferece detalhes importantes sobre a resistência da população brasileira às classificações executadas pelo Estado. O estudo intitulado *Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada provincia per si: tentados desde os tempos coloniais até hoje* foi solicitado pelo ministro e secretário dos Negócios do Império, Paulino José Soares de Souza ao poeta, historiador, literato e crítico literário, Joaquim Norberto de Souza e Silva (1870). O documento citado pode ser encontrado no site da Biblioteca Nacional do Brasil – Hemeroteca Digital Brasileira. Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda Sessão decima quarta legislatura pelo do Ministro dos Negocios do Imperio, Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1870, p 281. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&PagFis=8224&Pesq=decreto%20797>. Acesso em: 24 de maio de 2018. Para mais informações sobre esse autor e suas obras, sugerimos a dissertação de mestrado de Sônia Regina Pinto Soares, intitulada *Joaquim Norberto de Souza Silva: historiador - um olhar sobre Minas Gerais colonial* (Soares, 2002).

necessidade de o governo imperial informar às pessoas que o censo não tinha por finalidade o recrutamento de homens, então esse receio da população era notório. Sendo assim, o medo de ser escravizado e de ser recrutado apareceu nesses momentos em que Estado pretendia quantificar e classificar a população que habitava o Império do Brasil e, em 1851, chegou a provocar uma grave tensão que repercutiu em várias províncias do Nordeste Oitocentista.

Esse temor a qualquer tipo de recenseamento, era um sentimento compartilhado em vários pontos do Império do Brasil. Tanto que esse tipo de receio que incomodava algumas autoridades extrapolava a extensão do Nordeste oitocentista e pudemos verificá-lo na província do Espírito Santo, através do relatório produzido por seu presidente em 1838:

Conheço que muitos materiaes são necessarios para o complemento dos diversos ramos que abrange huma Estatistica, que ella he obra de muitos annos, que os incumbidos de colher as informações encontrão a cada passo milhares de embaraços principalmente da parte da classe ignorante: hum occulta o numero e a idade de seus filhos, porque recêa que os querem recrutar (Silva Coito, 1838: 31-32).

Esse discurso proferido muito antes da promulgação dos decretos que estabeleciam o Censo geral do Império do Brasil e o registro de nascimentos e óbitos, nos mostra o quanto essa desconfiança em relação ao Estado já fazia parte do imaginário daqueles que viviam nessa sociedade. Além disso, as observações feitas pelo presidente da província do Espírito Santo, João Lopes da Silva Coito, explicita os contornos do recrutamento no século XIX e expõe as estratégias utilizadas pela população para se livrar desse tributo. E, mais uma vez, identificamos uma autoridade provincial relatando que essa resistência estava ligada à “classe ignorante”, visão que também tinha o presidente da província da Paraíba, Sá e Albuquerque, em relação aos mais humildes.

Alguns autores, como Hamilton Monteiro, ainda levantam a hipótese de que as tensões que marcaram o *Ronco da Abelha* também poderiam ser prolongamento de problemas e questões levantadas na *Praieira* nos anos anteriores. Parece-nos que esse raciocínio é bem ponderado, porque, mesmo

que a *Praieira* tenha sido reprimida no ano de 1850, as reivindicações colocadas pelos manifestantes não foram atendidas (Monteiro, 1981: 33-45).

Além disso, em 1850, um ano antes da publicação do decreto, o governo havia promulgado a lei Eusébio de Queirós (Brasil: 1850), que estabelecia o fim do tráfico de escravizados para o Brasil. Mesmo que essa lei seja considerada por muitos como um marco para o declínio da escravidão, ela também significou o aumento do tráfico interprovincial. Assim, imaginava-se que o comércio de pessoas entre as províncias se ampliaria para dar conta da ausência dos escravizados que não seriam mais trazidos do continente africano, o que aumentava ainda mais o receio das populações mais empobrecidas. Fábio Faria Mendes ao relatar os obstáculos que impediam a realização dos recenseamentos, fez as seguintes observações:

Além das dificuldades gerais de coordenação, de recursos e de pessoal que a tarefa de obter estatísticas censitárias em um território desmesurado evidentemente implicava, a experiência da lei de 1851 revelava ainda a operação de micromotivos daqueles que adivinhavam os propósitos a que os registros poderiam servir. O temor do recrutamento, assim como de outros encargos, representava poderoso incentivo à omissão, à falsificação ou à destruição de informações (Mendes, 2010: 69).

O jornal paraibano *O Publicador*<sup>2</sup> em edição de 10 de março de 1868 noticiou um princípio de desordem no mesmo ano na cadeia do Ingá, que, segundo o jornal, achava-se pouco guarnecida. Aproveitando-se dessa vulnerabilidade, um grupo de homens invadiu o local e libertou alguns recrutas que ali se achavam. O episódio narrado pelo jornal, apesar de ter ocorrido fora do recorte proposto em nosso trabalho, tem valor pela menção que ele faz ao *Ronco da Abelha*, revolta que teve seu início 17 anos antes. Assim afirmou o jornal: “Já não é a primeira vez, que esse facto ali se repete, e não há muito que a Rellação acabou de absolver o ultimo dos criminosos, que effectuaram similhante feito” (O Publicador, 1869: 3).<sup>3</sup> E mais adiante *O Publicador* comentou:

---

<sup>2</sup> Jornal que circulou na província da Paraíba entre anos de 1864 e 1869, impresso na Tipografia dos herdeiros de José Rodrigues da Costa, publicado diariamente, ao custo de 3\$.

O lugar é um povoado, quase exclusivamente composto de **uma família, sem fortuna**, mas muito numerosa, que no tempo de *lei do senso*, **tomou armas, e fez a desordem** conhecida na Província pelo *ronco da abelha*. Então o governo fez suspender a lei, e entendeu **impor silêncio** às desordens de Pernambuco, e outras Províncias por essa ocasião. O *ronco d'abelha* ficou também no **esquecimento**, e servindo de título de orgulho para aquella família. **Sucedeu serem recrutados no Ingá dois indivíduos sem excepção d'aquela família**, e ella entendeu, que era ocasião *de roncar a abelha* pela segunda vez (O Publicador, 1869: 3. Grifos em itálico do próprio jornal; grifos nossos em negrito).

As informações contidas nessa citação indicam os caminhos que podemos seguir na compreensão do movimento do *Ronco da Abelha*. Primeiramente, podemos notar a forma pejorativa com que o jornal trata a insurreição, classificando-a como uma desordem cometida por gente “sem fortuna”. Imaginamos assim que o jornal possuía uma visão compartilhada por grande parte das elites que constituíam a sociedade brasileira do século XIX, que via de forma negativa aqueles indivíduos que se manifestavam contra as ordens estabelecidas pelos governos. Lembramos que a palavra “ordem”, como comentamos anteriormente, possuía grande valor no discurso conservador. Portanto, rotular o *Ronco da Abelha* como um ato de desordem nos faz inferir sobre o posicionamento político do periódico. Ao mencionar que a família que promoveu tal movimento era gente “sem fortuna”, *O Publicador* expressou mais um elemento elitista contido em sua narração, associando a penúria e desordem.

Já citamos em momento anterior a importância de certas famílias no contexto político e social do século XIX, portanto, não foi à toa que o jornal ao fazer referência à insurreição mencionou a falta de fortuna da família que teria organizado a revolta. Ou seja, em um período em que a “gente opulenta e de boa linhagem” dominava o cenário político, pertencer a uma família “sem fortuna” seria considerado algo de grande desprestígio. Notamos, assim, o desprezo com que o jornal tratou os revoltosos.

Quando o jornal *O Publicador* afirmou que o *Ronco da Abelha* ficou no esquecimento, podemos observar como a disputa pela memória é importante para legitimação de ideais. Ao colocar a revolta no plano do “esquecimento” ou mesmo ao “impor silêncio às desordens”, as elites negavam aos grupos

mais empobrecidos o direito à memória, e a qualquer prestígio que só poderia ser dedicado aos grupos mais abastados. Ao mesmo tempo, podemos observar que, apesar do esforço as elites, esses mesmos grupos empobrecidos e com pouco prestígio conseguiam subverter a ordem estabelecida em busca de condições melhores de vida. E tal subversão, embora fosse improvável que as elites admitissem, gerou resultados positivos para a população que se revoltou, garantindo, inclusive, que o famigerado decreto fosse revogado no ano seguinte a sua promulgação e, segundo o próprio jornal, os envolvidos foram absolvidos, informação reafirmada por Ariane Sá, que em sua pesquisa sobre o tema não identificou nenhum processo crime instaurado contra os sediciosos (Sá, 2009: 89).

O recrutamento, nesse trecho do jornal, aparece de forma emblemática. É certo que o contexto em que os dois indivíduos foram recrutados em 1864 difere do período que estamos analisando, porque nessa época a Guerra do Paraguai já se aproximava. Mas chamou nossa atenção como o jornal, mesmo afirmando que o *Ronco da Abelha* havia ficado no *esquecimento*, lembrou os fatos ocorridos no período da *lei do senso* (1851). Segundo *O Publicador*, criminosos já teriam, no contexto dessa insurreição popular, praticado ato semelhante àqueles que invadiram a prisão e promoveram a fuga de recrutas. Mesmo que o estopim da revolta tenha sido o Decreto nº 797 de 1851 (Brasil, 1851), que regulamentava o censo no território imperial, alguns indivíduos aproveitaram o momento de tensão social para libertar recrutas. Tal atitude nos parece muito simbólica no sentido de mostrar o quanto o recrutamento era doloroso e incômodo para parcela da população. Podemos afirmar que, ao libertar recrutas das prisões, os grupos sociais atingidos pelo alistamento forçado entendiam o procedimento como algo injusto.

Segundo o jornal, ocorreu que dois membros da suposta família insurgente foram recrutados por não terem as isenções que a lei do recrutamento estabelecia. É preciso lembrar que a maioria das isenções definidas no século XIX estava relacionada ao mundo do trabalho e à produção de riqueza no império (Meira, 2018: 35). Não podemos aqui afirmar se de fato os indivíduos recrutados nesse episódio narrado não possuíam as

isenções necessárias para se livrarem do serviço militar, porque, como já discutimos até agora, o recrutamento nem sempre acontecia de acordo com a lei.

Sendo assim, aqueles que supostamente provocaram a revolta poderiam ter sido recrutados simplesmente por serem adversários políticos daqueles que estavam no poder e as isenções seriam somente um pretexto para justificar tal procedimento. Mas supondo que o jornal estivesse sendo razoável quanto à “exempção” e que efetivamente os indivíduos recrutados estivessem mesmo sujeitos ao engajamento forçado, temos então um recorte social dos sujeitos que deviam o “tributo se sangue”: aqueles que pertenciam a uma família que nem sequer mereceu ter seu sobrenome citado por não ser considerada de “boa linhagem”, portanto uma família “sem fortuna”, que provocava a “desordem” na província da Paraíba.

## Referências bibliográficas

### Fontes

1. Site Center for Research Libraries – Brazilian Government Document Digitalization Project:

Relatórios dos Presidentes de Província:

SÁ E ALBUQUERQUE. Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Parahyba do Norte pelo Excellentissimo Presidente da Província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852. Parahyba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1852. *Center for Research Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930)*.

SOARES DE SOUZA, Relatório apresentado à Assembleia Geral na segunda Sessão decima quarta legislatura pelo do Ministro dos Negocios do Imperio, Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1870, p 281. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&PagFis=8224&Pesq=decreto%20797>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

SILVA COITO. Discurso com que o exmo presidente da provincia do Espirito Santo Dr. João Lopes da Silva Coito fez a abertura da Sessão Ordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 8 de setembro de 1838, Rio de Janeiro, Typographia de Josino do Nascimento Silva. Center for Research

Libraries, Provincial Presidential Reports (1830-1930). Relatórios dos Presidentes de Província, p. 31-32.

## 2. Legislação Geral do Império disponível na rede mundial de computadores:

BRASIL. Decreto nº 907, de 29 de janeiro de 1852. Suspende a execução dos Regulamentos para a organização do Censo geral do Imperio, e para o Registro dos nascimentos e obitos.. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-907-29-janeiro-1852-558904-publicacaooriginal-80611-pe.html>. Acesso em: 21 de maio 2018.

BRASIL. Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM581.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm). Acesso em: 27 de maio de 2018. BRASIL. Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851. Manda executar o Regulamento para a organização do Censo geral do Império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-797-18-junho-1851-559435-publicacaooriginal-81652-pe.html>. Acesso em: 21 de maio de 2018.

## 3. Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.

### Periódicos nacionais:

Jornal O Publicador, n. 1642, 10 de março de 1869, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215481&PagFis=4089&Pesq=ronco%20da%20abelha>. Acesso: 21 de abril 2018.

### Relatório do Ministério dos Negocios do Imperio:

SOUZA E SILVA, J. N. de. Investigações sobre os recenseamentos da população geral do império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniaes até hoje. Relatorio apresentado à Assembleia Geral na segunda Sessão decima quarta legislatura pelo do Ministro dos Negocios do Imperio, Paulino José Soares de Souza, Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1870. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&PagFis=8224&Pesq=decreto%20797>. Acesso em: 24 de maio de 2018.

## **Bibliografia**

COSTA, Wilma Peres. *O Império do Brasil: dimensões de um enigma. Almanack Braziliense*, [S.l.], n. 1, p. 27-43, maio 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11602>>. Acesso em: 21 maio 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i1p27-43>.

BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1998, p. 349-364.

GALLIZA, Diana Soares de. *O declínio da escravidão na Paraíba 1850-1888*. João Pessoa: Editora Universitária- UFPB, 1979.

GRAHAM, Richard. Clientelismo e política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

KRAAY, Hendrik. *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*. In: *Diálogos*. Vol. 3, n. 3, 1999, 113-151.

MATTOS, Ilmar Rohloff. *Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec. 1987.

MEIRA, Lis de Araújo. *O exército(...) é coisa do rebotalho da nação: recrutamento militar e manutenção da ordem no Brasil (1840-1852)*. Dissertação (Mestrado em História) – CCHLA-UFPB. João Pessoa. 2018.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil Imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PALACIOS, Guillermo. *Imaginário social e formação do mercado de trabalho: O caso do Nordeste Açucareiro do Brasil no século XIX*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 31, 1996, p. 123-39.

ROCHA, Solange Pereira. *Gente negra na Paraíba Oitocentista: População, Família e Parentesco Espiritual*, 2007, 424 f. Tese (Doutorado em História) Centro de Filosofia e Ciências Humanas- UFPE, Recife, 2007.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. *Escravos, livres e insurgentes: Parahyba (1850-1888)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2005.

SOARES, Sônia Regina Pinto. *Joaquim Norberto de Souza e Silva: historiador - um olhar sobre Minas Gerais Colonial*. Dissertação (Mestrado em História) – IFCH- UNICAMP. Campinas, 2002. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278780/1/Soares\\_SoniaReginaPinto\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/278780/1/Soares_SoniaReginaPinto_M.pdf). Acesso em: 24 de maio de 2018.

## **Nos corredores do internato: Panorama das condições habitacionais dos educandos do Instituto de artífices paraense (1872-1881)**

 Raíssa Cristina Ferreira Costa\*

**Resumo:** Os prestigiados colégios internos do Brasil oitocentista foram objeto de romances e pesquisa destacando várias facetas de seu funcionamento, funcionários e até mesmo alunos. Entretanto, quando se trata dos Colégios e Institutos de Artes de ofício, idealizados para “livrar das garras da pobreza” meninos desvalidos por meio da instrução voltada para o trabalho e para atender uma demanda por trabalhadores especializados em ofícios de manufatura, pouco se discute sobre as condições de vida dos meninos desvalidos internados neles. O objetivo do presente artigo é dar luz as condições em que os educandos artífices paraenses estavam expostos no período em que permaneceram internos na instituição.

**Palavras-chave:** Instituto Paraense de Educandos Artífices, meninos desvalidos, Internato, Belém/PA, século XIX.

## **In the halls of the boarding school: Overview of the housing condition of the students from the artificer’s institute of Pará (1872-1885)**

**Abstract:** The prestigious boarding schools in nineteenth-century Brazil were the subject of novels and research highlighting various facets of their functioning, employees and even students. However, when it comes to Crafts Arts schools and institutes, conceived to “free from the grip of poverty” children destitute of fortune through work-oriented instruction and to attend a demand for workers specialized in manufacturing trades, little is discussed about the living conditions of the underprivileged boys interned in them. The purpose of this article is to highlight the conditions in which the artificer students from Pará were exposed during the period in which they remained in the institution.

**Keywords:** *Instituto Paraense de Educandos Artífices*, children destitute of fortune, boarding school, Belém/PA, nineteenth-century.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Esta pesquisa faz parte do trabalho de dissertação feito com apoio da CAPES. E-mail: raissa\_his11@hotmail.com



“É uma organização imperfeita [o internato], aprendizagem de corrupção, ocasião de contato com indivíduos de toda origem? [...] A reclusão exacerba as tendências ingênicas? Tanto melhor: é a escola da sociedade. Ilustrar o espírito é pouco; temperar o caráter é tudo. É preciso que chegue um dia a desilusão do carinho doméstico. Toda a vantagem em que se realize o mais cedo. A educação não faz almas: exercita-as. E o exercício moral não vem das belas palavras de virtude, mas do atrito com as circunstâncias. [...] Ensaçados no microcosmo do internato, não há mais surpresas no grande mundo lá fora, onde se vão sofrer todas as convivências, respirar todos os ambientes; onde a razão da maior força é a dialética geral [...]” (Pompéia, 2020: 134).

Em seu romance autobiográfico, Raul Pompéia relata sua passagem pelo colégio interno Abílio, destacando as circunstâncias as quais foi exposto tendo que conviver confinado com outros meninos de sua faixa etária. No trecho acima, o autor, conta uma das concepções comuns acerca da utilidade dos colégios internos durante o século XIX no Brasil. Segundo o historiador Joaquim Tavares da Conceição, durante todo o período imperial os colégios internos funcionaram em todo país, em sua maioria particulares para formação de filhos da elite. Tais instituições, como a que estudou o romancista, acabaram por fomentar discussões a respeito de sua eficiência para educar menores, sendo criticado por possibilitar a corrupção física e moral nos alunos e de ser um mal necessário em decorrência das grandes distâncias entre pequenas localidades e estabelecimentos de ensino (Conceição, 2012: 35).

Os Institutos e casas para desvalidos não levantaram esse tipo de argumentação sobre a possibilidade de corromperem os educandos internos, pois, como pôde ser observado nos discursos sobre a infância desvalida do século XIX, acreditava ser a sua condição de pobreza a principal causa da dita indolência desses indivíduos, sendo qualquer mudança para um ambiente controlado por mestres uma melhora na sua condição de vida. O Ateneu não é o único romance que retrata a vida em um colégio interno oitocentista<sup>1</sup> levantando questões acerca da sociabilidade dos alunos em ambiente controlado e guardado do mundo exterior, porém todos que tiveram a

---

<sup>1</sup> Ver também REGO, José Lins do. *O Doidinho*. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.; NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 e \_\_\_\_\_. *Chão de Ferro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

oportunidade escrever sobre sua vivência nestas instituições referem-se a instituições particulares com figuras de prestígio. Contudo, o contato com estas obras serviu para fazer refletir algumas características da vida dos educandos artífices do Instituto Paraense, como suas formas de asseio em banhos coletivos, divisão de quartos por idade como no Colégio Abílio de Raul Pompéia.

O Instituto Paraense de Educandos Artífices (IPEA) foi o principal estabelecimento de ensino de artes de ofício da província do Pará do século XIX, idealizado para “livrar das garras da pobreza” meninos desvalidos por meio da instrução voltada para o trabalho e para atender uma demanda por trabalhadores especializados em ofícios de manufatura decorrente do período de ápice da exploração da borracha. Durante seus 25 anos de existência sob este nome, atendeu mais 200 meninos paraenses de classes populares, os quais busquei traçar o perfil e as trajetórias durante a pesquisa de dissertação, já que na História das instituições de ensino pouco se tem produzido sobre a histórias dos alunos. Por isso, considere de suma importância dar luzes a condição deste que são os verdadeiros atores da História da Educação.

O regulamento de 5 de junho de 1873 do IPEA, objeto deste estudo, previa um livro de registro de matrículas, no qual deveriam conter data de matrícula, naturalidade, filiação, etc. Deveria neste livro também ser registrados as aulas frequentadas pelos educandos, sua evolução nas matérias, suas enfermidades, seus castigos, licenças, frequência nas aulas até sua exclusão da casa, “de modo que, [...] conste a história resumida do educando durante sua permanência no instituto”<sup>2</sup>. Infelizmente, nenhum dos estudos que tiveram o IPEA como objeto de pesquisa<sup>3</sup>, parecem ter

---

<sup>2</sup> Coleção das Leis da Província do Pará, Tomo XXXV, primeira parte. Pará Typ do Diário do Gram-Pará, Belém, 1873.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o IPEA vide: BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPA, Belém, 2011. FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. “*Nós, Os Educandos Artífices Paraenses*”: Perfil E Trajetória Dos Aprendizes Do Instituto Paraense De Educandos Artífices (1872-1905). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPHIST-UFPA). Belém, 2021. RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-

constatado a existência de tal livro que poderia auxiliar na seara de entender a experiência dos educandos durante seu período de internato. Contudo, é importante o esforço de tentar buscar brechas nas narrativas das documentações oficiais por meio das queixas e pedidos dos pais, das críticas dos jornais e da rebeldia dos educandos; já que a documentação produzida pelos gestores quase sempre, dão a entender que a realidade da instituição era completamente controlada pelo seu regimento sem a possibilidade de abalos. A exemplo o trabalho de Zélia Maria Maia de Souza, utiliza cartas de mães dos internos do Asylo de Meninos Desvalidos analisando as condições de trabalho aos quais os educandos eram expostos (Sousa, 2009: 53), demonstrando como é possível a história da educação encontrar novos caminhos dentro da Microhistória e da História Social.

Aqui o esforço se volta para pensar dimensões importantes da vida dos sujeitos deste estudo: habitação e asseio, que necessidades básicas para vida, algumas das quais temos poucas referências diretas na documentação, entretanto ajudam a entender a condição em que estes meninos estavam subordinados como internos, apartados de suas famílias. Segundo Maria Cecília dos Anjos, podemos considerar que

No internato as características da vida escolar são simplificadas e levadas ao extremo por suas relações sociais estarem restritas às paredes de uma "instituição total". Separada do convívio com a sociedade e a família, a escola interna [...], é caracterizada pela barreira à relação social com o mundo externo sob a forma de proibições à saída, simbolizadas por muros altos e portões fechados (Anjos, 1979: 12).

Uma boa situação sanitária era uma das exigências para o ingresso no instituto, além de ter entre 7 e 12 anos e ter atestado de pobreza emitido pelo pároco da sua paróquia<sup>4</sup>, os educandos precisavam se submeter a inspeção do médico para a constatação e, de preferência, serem vacinados. Preocupações com a higiene e salubridade povoaram as deliberações acerca da vida urbana em vários aspectos, desde o calçamento das ruas até

---

Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.

<sup>4</sup> Coleção das leis da província do Gram-Pará. Tomo XXXV 1873. Pará. Tipografia do Diário do Gram-Pará.

circulação de pessoas, era esperado que os internatos não ficariam de fora destas diligências. Em seu trabalho supracitado, Tavares da Conceição estuda teses dos cursos de medicina desde a segunda metade do século XIX ao início do XX; o historiador destaca a preocupação destes trabalhos com questões higienistas alertando para insalubridade colégios internos, especialmente ligados ao estado dos locais onde estas casas funcionavam. Sobre isto, Tavares descreve a proposta do médico Eurico Branco Ribeiro para uma sede ideal de colégio interno:

para o funcionamento adequado de um internato um prédio completamente isolado de outros edifícios, com boa disposição e com bastante arvoredo. Sobre esse aspecto ele concluiu que não existiam essas condições para todos os internatos pesquisados, pois alguns deles estavam instalados em —casas que serviram de residências para famílias, casas comuns, situadas entre outras. Segundo ele, os edifícios dos colégios pesquisados podiam ser classificados em prédios especialmente construídos para servirem como colégio-internato e os prédios adaptado para essa função. Embora, os primeiros apresentassem melhores condições sanitárias, todos padeciam de falhas que deveriam ser corrigidas a fim de se adaptarem aos novos conceitos higiênicos. O Dr. Eurico Branco Ribeiro destacava como uma dessas falhas a adoção dos dormitórios coletivos ou —grandes salões, atulhados de camas[...] (Conceição, 2012: 37).

Pode ser observado no anúncio de inauguração do IPEA<sup>5</sup> que ele estava situado na estrada de Nazaré, no terceiro distrito da capital, considerado àquela altura um espaço menos urbanizado, portanto com mais árvores e pouca circulação de pessoas, mas quais eram as condições do prédio que abrigou os meninos desvalidos? Eles dormiam em grandes salões aglomerados como criticava o Dr. Eurico? Seriam eles obrigados a fazer o asseio de forma coletiva como narrara Pompeia?

No final da década de 1870, assim como os alunos do Ateneu, os educandos do IPEA eram divididos em turmas, pelo critério da idade e cada uma possuía seu próprio quarto. Estes eram localizados em saguões pelo edifício original do instituto, e foram alvo de inúmeras reclamações e pedidos de reforma. O relatório de 1878 do instituto descrevia estes aposentos como “acanhado[s], mal ventilado e, por consequência, em más condições

---

<sup>5</sup> Jornal do Pará. 04/06/1872. p. 01.

higiênicas.”<sup>6</sup> O instituto possuía vários problemas estruturais e pouco espaço fazendo com que os educandos vivessem nestes pequenos alojamentos de maneira apertada. As oficinas, os materiais, a produção, os alimentos, a precariedade dos cômodos descritos em 1884 pelo vice-presidente da província como “alcançando estado de ruína”, o grave problema das instalações da enfermaria e dos banheiros. Segundo o historiador João Luiz Maximio da Silva, a necessidade de melhorias no espaço físico dos prédios e casas estava relacionado não somente com os aspectos materiais, mas também com os aspectos morais para o bem estar dos indivíduos. João Luiz argumenta que

Em consonância com o discurso em voga, a organização do espaço não era apenas um caso de melhorar as condições físicas, mas, sobretudo, morais. Exemplo disso, podemos perceber neste parecer apresentado ao Conselho Superior de Saúde Pública em 1886: “(...) o melhoramento das casas dos operários tem um fim não só material, mas também político e moral. (...) Eis porque uma habitação de espaço agradável, bem arejada e iluminada, asseada e dotada de distribuição relativamente confortável, influi sobre a moralidade e bem estar da família (Silva, 2014: 84).

Sendo assim, considerando os ideais higienistas defendidos pelos responsáveis pela administração do instituto, bem como através das notícias dos jornais, verdadeiros vigilantes de seu funcionamento, não é de se estranhar as inúmeras solicitações de melhorias e críticas no tocante a casa que abrigava os educandos artífices do Pará.

O prédio adquirido pelo presidente da província Abel Graça em 1872 era uma antiga residência, pertencente ao comendador Pimenta Bueno<sup>7</sup>, era projetada para moradia de uma família, com luxos e espaço de sobra, mas para o número elevados de educandos que o IPEA possuía, e que crescia cada vez mais, não possuía condições satisfatórias para abrigá-los. Ainda neste mesmo ano, o jornal *Liberal do Pará* ocupa quase toda a primeira página somente para denunciar as atitudes do presidente Abel, fazendo uma crítica ao uso indevido do tesouro provincial. Segundo o *Liberal do Pará*, a casa que

---

<sup>6</sup> Relatório do IPEA 1879, anexo ao relatório da presidência da província de 1880.

<sup>7</sup> Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na primeira sessão da 18.ª legislatura em 15 de fevereiro de 1872 pelo presidente da província Abel Graça, Tipografia do Diário do Gram-Pará, 1872.

saiu há um valor de 60:000\$000, foi adquirida durante um período em que a assembleia provincial alegava deficit, pois, segundo Abel Graça, a construção de um prédio seria duas vezes mais cara, quanto a isso o periódico dizia:

Não duvidamos que assim acontecesse, atenta a maneira pelo qual se fazem, entre nós atualmente, as obras do governo; mas também é fora de dúvida, mas também é fora de duvida que o prédio comprado pelo sr. Abel é uma casa de luxo, e como esta não se presta para o estabelecimento que é destinada, visto que para dar-se lhe as devidas acomodações será necessário despender não poucas dezenas de contos de réis. Além d'isso não há quem ignore, nesta capital, o fim que teve em vista o dr. Abel, comprando a casa do comendador Pimenta Bueno, foi pagar certos favores que lhe deve a dos quais se quer remir às custas dos cofres da província (...) <sup>8</sup>.

Ainda em 1872, um parecer do inspetor do tesouro provincial estimava que as obras que deviam ter sido feitas para ampliação de inúmeros cômodos e alguns ajustes para estrutura acomodar as oficinas, sairia pela quantia de 5:466\$840 réis<sup>9</sup>, mas que foi suspensa sob alegação falta de recursos nos cofres da província. A casa continuou possuindo estrutura não condizente aos fins do estabelecimento e, com o exponencial aumento do número de educandos que a lei determinava, o espaço ficava cada vez mais impróprio para abrigar a todos e suas atividades. Era preciso que houvesse uma grande reforma.

Tais reformas começaram a ser defendidas na assembleia provincial em dezembro de 1873. O relatório do presidente da província Domingos Cunha Junior reiterava a falta de espaço no prédio adquirido pelo seu antecessor, comentando não haver espaço para alojar novos alunos. Cunha Junior se referia a reforma no regulamento que previa aumentar o número de educandos fixado em 30 para 100, sendo assim, ao seu ver, era necessário não apenas ampliar as oficinas existentes e criar novas, mas também ampliar o alojamento dos educandos. Apesar disto, no mês anterior a esta fala, Domingos mandava admitir 10 educandos além dos 30 que afirmava haver no IPEA na época, por considerar o espaço disponível suficiente<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> O Liberal do Pará. 23/01/1872. p. 01.

<sup>9</sup> Jornal do Pará. 28/06/1872. p. 02.

<sup>10</sup> Jornal do Pará. 05/11/1873. p. 02.

Domingos afirma que demandou a elaboração de uma planta e orçamento para obras no prédio, de acordo com o que lhe parecia mais necessário para implementação da medida de aumento do número de vagas. A descrição do empreendimento não fala sobre detalhes da condição do prédio existente, mas revela as acomodações da enfermaria eram consideradas insatisfatórias, já que pede uma “casa em separado com as acomodações precisas para a enfermaria”<sup>11</sup>. É provável que a casa principal não possuísse cômodo que atendesse as exigências para um espaço de atendimento de enfermos, sendo considerada próxima demais dos alojamentos e um perigo em caso de doenças contagiosas, bem como pequena demais, sendo tema de inúmeras queixas até a mudança de prédio. Além disso, o relatório de 1873 também revelava que o instituto tinha um mirante, o qual já necessitava de reforma, e duas alas para refeitório e alojamento, assim como no “corpo do edifício” funcionariam somente a parte administrativa, as salas de aulas e as de exposições. Nenhum dos relatórios traz informações sobre as medidas dos cômodos ou planta da casa original.

A reforma sugerida em 1873 foi avaliada em 40:933\$980 réis para ser realizada em 3 meses, nela previa-se também dois telheiros com paredes de alvenaria de 330 palmos cada e compartimentos de 60 a 70 palmos para as oficinas. Porém, não há confirmação se a obra foi ou não posta em prática nas fontes consultadas, ainda assim, é possível que sua execução tenha ocorrido, pois no relatório do início 1874 já se comenta que as casas que abrigam as oficinas atuais são modestas, “acanhadas para o trabalho atual”<sup>12</sup>, considerando que a proposta de fazer uma reforma no prédio antes de sua inauguração foi negada, as reformas feitas “casas das oficinas” só poderiam ter sido as pedidas por Domingos José Cunha Junior. Ainda assim, o regulamento de novembro de 1873 pedia para que fossem criadas as oficinas de latoeiro, fundidor, sapateiro e cordoeiro que, segundo o relatório, não foram abertas por falta de espaços para acomodá-las.

---

<sup>11</sup> Relatório com que Domingos José da Cunha Junior passou a administração da província do Pará ao 3.º vice-presidente, Guilherme Francisco Cruz em 31 de dezembro de 1873.

<sup>12</sup> Relatório apresentado a As. Leg. Provincial na 1ª sessão da 19.ª legislatura-presidente da província, Pedro Vicente de Azevedo 15 de fevereiro de 1874.

É importante ressaltar que em 1874, após a aprovação do aumento do número de educandos, os meninos ficavam cada vez mais aglomerados em pequenos cômodos de dormitórios, e ainda haviam os que estavam aguardando as condições do prédio melhorarem para ingressar no internato. As preocupações dos administradores do instituto com a disciplina e o controle dos educandos nos mostra que, em um ano de funcionamento, os dormitórios dos educandos não ficavam em ambientes que pudessem ser fechados, trazendo uma preocupação de evasão noturna, lembrando que neste ano os alunos já estavam na faixa etária de 7 a 16 anos. Neste relatório também conta que o xadrez da casa ainda não existia, isto é, um compartimento no qual pudessem se aprisionar educandos indisciplinados como era previsto no regulamento. Em novembro de 1874 o *Jornal do Pará* anunciava a arrematação de consertos e reparos no edifício dos Educandos Artífices, em conformidade com as regras do setor de obras públicas, avaliadas por Guilherme Cruz, engenheiro da província, um dos idealizadores do Instituto. Todavia, não há referências do que se tratavam os reparos e se foram realizados.

O instituto contava com um sério problema de espaço para alojamento de seus moradores, como já pudemos perceber, não sendo diferente com os pertences destes indivíduos. Não é de se estranhar que a documentação não trate nada sobre os hábitos particulares dos educandos em seus momentos de lazer, já que a ginástica prevista para seus recreios não funcionou durante a maior parte do período estudado, sendo assim, informações sobre os pertences dos educandos são igualmente inexistentes. Sendo uma política pensada para meninos desvalidos, é improvável que houvesse alguma exigência de itens para serem levados com o educando no momento da internação, porém não há indicativo se os mesmos eram ou não proibidos de possuir algum objeto além dos livros, borrachinhas e seus uniformes cotidianos e festivos.<sup>13</sup> Ainda assim, as instalações do instituto careciam de armários para as roupas destes educandos e até mesmo o almoxarifado era

---

<sup>13</sup> Jornal do Pará. 22/10/1873. p. 01. - Ofício manda pagar 18\$920 para fornecedor de lápis, papel e borrachinhas.

insuficiente para estocar os materiais das oficinas, obras prontas e os outros gêneros de materiais precisos para casa.

No relatório de janeiro de 1875, quando o IPEA já contava com 61 alunos, temos o início das reclamações mais ferrenhas quanto à insuficiência da estrutura do prédio, trazendo de volta críticas sobre o edifício ter sido originalmente construído para uma casa de família. Nesta fala o presidente, pautado pelo relatório do instituto e pelos ofícios que o diretor trocava diretamente com a presidência, reclama que cozinha, dispensa, enfermaria, oficinas e rouparias faltavam espaço. Neste ano, reformas urgentes foram avaliadas no valor de 1:300\$000. Além disso, em agosto o telhado apresentava problemas, sendo solicitado novamente a visita do engenheiro Cruz para avaliar as diversas partes da casa em que a estrutura de madeira que apoia o telhado estava em estado deteriorado<sup>14</sup>.

Sobre o espaço das oficinas, as reclamações da falta dele são registradas até o final da década de 80, mesmo após algumas reformas. No ano de 1876, sob a alegação de que o estabelecimento não estava apresentando os resultados esperados por não ter "espaço suficiente para que [se] desenvolva"<sup>15</sup>, o presidente da província nomeou cinco pessoas para inspecionar o estabelecimento, dentre eles o chefe de seção do Tesouro provincial e o diretor das oficinas do Arsenal de marinha. Contudo, pela portaria de 30 de dezembro 1875, um pouco antes da fala para assembleia, revela que esta dita comissão tinha não somente o objetivo de inspecionar as condições físicas do edifício, mas também verificar nos livros a regularidade das escriturações<sup>16</sup>, as quais continham informações sobre a compra, venda e armazenamento de materiais, ou seja, também conferir a necessidade dos empréstimos feitos pela casa junto ao tesouro provincial, bem como as obras manufaturadas nas oficinas e até mesmo sugerir alterações no regulamento<sup>17</sup>.

Além disto, em 1876 é previsto obra para o telheiro da oficina de sapateiro e mais um aumento no espaço das demais oficinas foram orçados

---

<sup>14</sup> Jornal do Pará. 07/08/1875. p. 01.

<sup>15</sup> Relatório com que Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, presidente da província, abriu a 2.a sessão da 19.a legislatura da As. Leg. Provincial-15 de fevereiro de 1875

<sup>16</sup> Jornal do Pará. 21/10/1876. p. 01.

<sup>17</sup> Jornal do Pará. 09/01/1876. p. 01.

em 2:831\$130 réis. Vale destacar que em 1876 o corte nas verbas chegou a tal ponto, que todas as oficinas foram suspensas, alegando dificuldade para obter matéria prima, pagamento dos mestres e de dívidas pendentes do instituto, pela falta de recursos<sup>18</sup>. Dispensou-se os educandos para passar férias com a família, apesar de alguns permanecerem nas dependências, também houve economia com a alimentação no período. A situação complicava-se cada vez mais em relação à verba dedicada ao instituto, chegando ao ponto de a Assembleia pensar em fechar as suas portas um ano antes deste ocorrido. Nas páginas do jornal *A Constituição*, que antes defendera com unhas e dentes a administração provincial contra os ataques do jornal opositor *A Província*, agora a colocava em dúvida, uma vez que custava 60 contos de réis anuais à província e “pelo seu fim pela sua lei de criação tem, depois de certo tempo, de ser mantido à sua custa, com rendas suas peculiar e; vão-se já 5 longos anos e não concorre talvez o quinto da despesa.”<sup>19</sup>. Não havia periódico que concordasse com o fechamento, todos reconheciam sua importância de formar artistas hábeis e morigerados, porém, tampouco estavam satisfeitos com o trabalho. Na época, inclusive, *A Constituição* chamou atenção para a não existência de um mísero educando formado.

Neste panorama, a situação de habitação dos educandos não melhorou nos anos finais década de 70. Muitos dos educandos ao completar 5 anos de internato se viram em um lugar cheio de problemas de estrutura, que só se multiplicavam. Além do problema entorno do espaço para as oficinas, a situação do refeitório, dos salões que serviam de dormitórios e da enfermaria só agravavam. Em portaria do dia 17 de janeiro de 1877, o presidente da província pediu que o engenheiro Martinho Dominense Pinto Braga examinasse e remetesse o orçamento e planejamento de obras para os dormitórios, salas de aulas e o refeitório do Instituto com a maior “brevidade” possível<sup>20</sup>. Pouco tempo depois, o relatório da presidência fala, pela primeira vez, em uma “quase necessidade” da construção de um novo prédio projetado para ser um colégio interno e abrigar um número de elevado de

---

<sup>18</sup> Jornal do Pará. 22/10/1876. p. 02.

<sup>19</sup> A Constituição. 21/08/1876. p. 01.

<sup>20</sup> Jornal do Pará. 20/01/1877. p. 01.

alunos e oficinas, e não uma residência familiar.<sup>21</sup> Entretanto, o próprio João Capistrano Bandeira de Mello Filho, presidente no momento, reitera as más condições nas quais se encontravam os cofres provinciais, segundo ele, sendo assim a província não possuía condições de atender as necessidades de reformas até então solicitadas e de caráter dito urgente. Esta fala indica que os educandos estavam vivendo em um estabelecimento com sua parte central arruinada e que o orçamento provincial previsto não cobriria as obras, pedindo assim que a assembleia aumentasse o valor.

Até aqui fica evidente a relação direta entre a condição das necessidades básicas dos educandos com a verba direcionada ao instituto e seu gerenciamento, neste caso a habitação, mas também alimentação e saúde. A falta de recursos para obras é um argumento sempre utilizado para justificar a manutenção das más condições do prédio do instituto, sendo assim cabe pontuar que no ano de 1877 foi marcado na trajetória do Instituto paraense como o ano do "defraudamento", apesar de não haver comentários sobre o tema na sessão destinada a informar sobre o instituto no relatório da presidência, os jornais nos dão um grande número de informações sobre o acontecido.

Assim como em relação as verbas para obras, a Assembleia Provincial também tinha interesse em limitar as verbas direcionadas a instrução e isso incluía as despesas que os cofres do IPEA não eram capazes de suprir, necessitando do auxílio do tesouro da província. Por isso, deve-se ter em mente que em apenas alguns poucos anos após a sua abertura o IPEA foi alvo de uma política de redução de gastos do tesouro provincial, contudo carecia destas inúmeras reformas e ampliações que não eram possíveis ser feitas com a receita do estabelecimento. Como já comentado, a imprensa fez inúmeras denúncias a esse respeito. Assim, nesse cenário de críticas que incluía o fechamento das oficinas, uma proposta de extinção, os resultados pouco satisfatórios de lucros, nenhum educando formado e sua incapacidade de se sustentar sozinho, fazem com que em março de 1876 Miguel Lucio de

---

<sup>21</sup> Falla de João Capistrano Bandeira de Mello Filho na 2.a sessão da 20.a legislatura da As. Leg. da prov. 15 de fevereiro 1877.

A. Mello Filho apresente a Assembleia Provincial o "*Projecto 1151*" para investigação do Instituto de Educandos, para fazer público:

Qual a receita do Instituto de Educandos no ano findo e de que proveio ela; quais os materiais que existem em deposito, o preço porque foram comprados, e quais as obras fornecidas pelo mesmo estabelecimento a repartições públicas e o preço de cada peça. Qual o destino dado ao pecúlio dos educandos e ao produto da banda de música (...)<sup>22</sup>.

A noção da necessidade de se dar uma resposta acerca do quadro caótico que se encontrava o instituto era tão visível que a Assembleia Provincial aprovou o projeto sem nenhum debate.

Assim, as investigações levaram a descoberta do desfalque e no meio desta ocorrência estava Narciso Ferreira Borges<sup>23</sup>, um educando notável, considerado "*Idôneo e morigerado*"<sup>24</sup> o suficiente para ocupar um cargo de destaque como chefe de turma. O menino Borges não teve sua participação apenas como educando da instituição. Ele foi figura ativa neste escândalo que indignou os jornais tanto oficiais quanto liberais e conservadores, causando um enorme alvoroço, Narciso acaba se envolvendo como um personagem central, como testemunha chave. A fraude no Instituto de Paraense de Educandos Artífices, ocupou as primeiras páginas de importantes periódicos, como *A Constituição*, *A Província do Pará*, *O Liberal do Pará*, *Diário do Gram-Pará* e o *Jornal do Pará*. O desfalque no Instituto, dado pelo seu então almoxarife Guilherme Heskth, teria começado, segundo o jornal *Liberal do Pará*<sup>25</sup>, com alterações nas listas de materiais armazenados no armário do almoxarifado. Heskth assumiu o cargo em 1873<sup>26</sup>, substituindo Xavier Rodrigues Morais.

O desfalque vem a público em 1877. O presidente da província alega uma desconfiança em relação a administração do Instituto, desta vez não

<sup>22</sup> A Constituição. 15/03/1876. p. 02.

<sup>23</sup> Para mais informações sobre a trajetória dos educandos do Instituto Paraense de educandos Artífices vide: FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. "*Educados no trabalho para o trabalho*": trajetória dos alunos do instituto paraense de educandos artífices (1872-1912). In: *Anais Online do 30º Simpósio Nacional de História da ANPUH-Brasil*. Recife, 2019.

\_\_\_\_\_. "*Nós, os educandos artífices paraenses*": perfil e trajetória dos aprendizes do instituto paraense de educandos artífices (1872-1905). p. 2.

<sup>24</sup> Jornal do Pará. 18/03/1875. p. 01.

<sup>25</sup> O liberal do Pará. 21/02/1877. p. 01.

<sup>26</sup> Jornal do Pará. 15/08/1873. p. 01.

somente uma crítica, como vinha sendo feito às atribuições do diretor, mas sim em tom de exigência por investigações. Assim sendo, Bandeira Mello, em visita ao instituto, atesta a fraude. Narciso foi a testemunha que o “defraudamento” era real e como foi conduzido, mesmo antes do almoxarife confessar. O ofício do diretor Vicente Batista Miranda, dirigido a presidência da província relatava que Narciso lhe contara que os lançamentos feitos na última linha da primeira página e nas duas do fecho da relação, haviam sido deixados em branco para neste espaço adicionar a soma dos objetos que na realidade não haviam sido adquiridos pelo instituto, soma avaliada em 882\$986 réis.<sup>27</sup>

Neste ofício Batista Miranda relata:

Conhecendo-se a falsificação pela diferença de tinta e mesmo pelo talho da letra do educando Narciso Ferreira Borges (...) chamado o almoxarife Guilherme Hescckth para lhe informar a respeito, foi por ele confessado, que assim o havia lhe mandado fazer, persuadido que o pudesse, afim de desaparecer o desfalque pela escrituração havia em sua carga (...)<sup>28</sup>.

Além de toda a carga de conflitos do cenário político que esse desfalque aos cofres da província se revela nas páginas dos periódicos de Belém, dos embates entre o partido conservador, que aponta os dedos nos rostos do almoxarife e do diretor, e o primeiro de “Mais um liberal ladrão” e o segundo com protetor de um criminoso, como anunciou o Diário do Gram-Pará<sup>29</sup>; este episódio, além de mostrar como se davam a dinâmica do almoxarifado até aquele momento, também é um marco importante para a trajetória dos educandos, pois traz à luz as atribuições de funções que um aluno aplicado poderia ser submetido dentro da instituição como previa o artigo 134 e 137 do regulamento de 1873, apesar de até então de formas não oficiais.

Este educando estava responsável por uma relação que continha informações fundamentais para o controle da receita do instituto que também sinaliza para uma relação de hierarquia. Todavia, não oficialmente, já que é somente a partir desta visita investigativa do presidente da província que o

---

<sup>27</sup> O liberal do Pará. 21/02/1877. p. 01.

<sup>28</sup> O liberal do Pará. 21/02/1877. p. 01.

<sup>29</sup> A Constituição. 10/02/1877. p. 02.

educando Ferreira Borges assume o cargo de fiel do corpo, no lugar de capitão José Laurino Bentes que passa a ser provisoriamente o almoxarife, e seu colega Anastácio José Cardozo o cargo de agente. Infelizmente, nada mais a respeito da participação de Narciso, ou qualquer outro educando, no corpo administrativo do instituto foi encontrado com citação nominal. Deve-se levar em conta a limitação das fontes que procuravam, em grande medida, propagandear qualidades e defeitos daquela instituição visando objetivos que pouco ou nada tinham a ver com a preocupação do destino daquelas crianças desvalidas que eram o público alvo do IPEA.

A saber, Heskth foi demitido e respondeu a acusação de crime de responsabilidade no juízo do segundo distrito criminal, no qual Narciso e outros funcionários do instituto foram convocados a depor alguns meses depois. Além disso, o regulamento foi alterado para que o diretor acumulasse cargo de almoxarife.

Os anos seguintes têm o mesmo padrão de reclamações sobre a falta de espaço para abrigar os educandos, necessidade de obras, principalmente nos prédios das oficinas e a falta de recursos para realizá-las. Fala-se também em ampliação do número de vagas para 150, dependendo da ampliação de um saguão para abrigar mais educandos. Todavia, os dados retirados do relatório e das minutas de ofício para o presidente da província do ano de 1879 apontam algumas características da situação em que se encontravam os espaços destinados ao asseio dos educandos.

Em janeiro de 1878 o diretor do instituto manda ofício informando o presidente da província sobre a construção de 13 latrinas, das quais uma havia ficado pronta. Contudo, no final do ano, informa no relatório para a presidência da província que somente 4 latrinas foram efetivamente construídas, com a mão de obra dos educandos. O diretor chama a atenção para a utilização de materiais reutilizados, como a madeiras que sobraram das latrinas anteriores, apesar de afirmar que já estavam começando a dar cupim, e telhas que estavam sem uso armazenadas na propriedade<sup>30</sup>. Atento para este dado pois o relatório da presidência da província em 1881 informa uma série de novas reformas necessárias e indica que o médico do instituto

---

<sup>30</sup> Jornal do Pará. 19/01/1878. p. 01.

recomendava a construção de banheiros e latrinas boas, demonstrando insatisfação com as existentes que foram orgulho do diretor de 1878 no quesito economia nos materiais, no relatório do diretor, citado a cima, ainda indica que havia necessidade de uma sentina central que atendesse educandos e empregados.

Segundo Clarissa de Almeida Paulillo, “o termo “latrina” designa o receptáculo instalado sobre a abertura feita na terra (fossa), ainda que também pudesse denominar o próprio ambiente.” (Paulillo, 2017: 265). A autora ainda informa que no geral estas latrinas consistiam em espaços com uma caixa de madeira, ou pedra com um buraco no centro ou ainda um barril sem fundo, objetos estes que ficavam ligados as fossas para onde os dejetos escorreriam.

Segundo a historiadora Conceição Maria Rocha de Almeida, em Belém nas décadas finais do século XIX e início do XX, as latrinas estavam cada vez mais comuns associadas as regras de higiene corporal e moradia (Almeida, 2010: 155). Outra característica dos hábitos sanitários aos quais os educandos eram condicionados era o banho coletivo. Em ofício ao diretor do instituto no ano de 1879, o presidente da província, ao considerar excessivo o preço de cem mil réis por uma banheira de acapu, indaga o diretor quantos educandos tomariam banho simultaneamente na banheira, sendo autorizada a compra quatro dias depois, dando ênfase de que a banheira tinha preço condizente, devido a mesma ser grande, dando a entender que o número de educandos que tomariam banho juntos respondido pelo diretor foi elevado.

Existia uma preocupação, nos anos finais da década de 1870 com a separação dos educandos menores dos mais velhos, os quais são várias vezes referidos como homens na documentação. Parecia ser de suma importância para o diretor, em nome da moralidade da instituição, que os dormitórios fossem divididos por idade e sofressem constante rondas, não era diferente em relação ao lavatório, descrito no ano de 1878 como um “pequeno telheiro sem banheira”, e apontava a necessidade da construção de um banheiro amplo dividido em dois para apartar os menores e médios dos maiores. Conceição disserta sobre os costumes de banho na capital da província do Pará no período, indicando que a prática de se banhar diariamente era comum

e que uma boa parte da população, em especial sua parcela mais pobre, tinha costume de se banhar despida em baixo das pontes, quintais e nas praias do litoral da cidade (Almeida, 2010: 90-94), prática considerada inconveniente ao pudor público, então a administração provincial tratou de tentar proibi-la. Desta forma, a preocupação do diretor, encontrava-se em sintonia com preocupações da camada da sociedade paraense encarregada da administração da província.

Outro aspecto da condição de vida destes alunos que pode ser observado por meio dos pedidos da direção ao tesouro provincial é a relação com a água, já que, assim como a maioria das casas em Belém do período, não havia bomba d'água no estabelecimento, ou seja, todas as atividades da casa que necessitavam de água dependiam da força de trabalho dos meninos para fornecimento, serviço comum aos trabalhadores domésticos livres ou escravizados. Ou seja, desde a preparação dos alimentos, para ingestão, limpeza da casa, asseio dos estudantes até a água necessária nas oficinas eram puxadas do poço pelos educandos. Sobre os aparatos pertinentes as relações paraenses com a água nos oitocentos, Conceição Maria Rocha de Almeida comenta que a década de oitenta do século XIX foi marcada pelo crescente interesse dos moradores de Belém em modernizar as formas de obtenção das águas na cidade, tornando-se cada vez mais comuns anúncios de vários tipos de bombas, torneiras, válvulas e etc. (Almeida, 2010: 141-143). Não seria incomum que o diretor do instituto, que no geral eram homens de boa posição social, estarem, mais uma vez, em afinidade com estes pensamentos do período.

O relatório do diretor do instituto informa em 1878 que os educandos sofriam pela falta de um poço ou a limpeza do já existente. O pedido para compra da bomba no ano seguinte não nos confirma se o poço particular do terreno do IPEA, no qual a bomba poderia ser instalada "para agilizar o serviço braçal" fora limpo melhorando a qualidade da água, contudo o relatório de 1881 também pede a abertura de um poço "necessário ao serviço de banho dos educandos<sup>31</sup>", um indício que, com a limpeza ou não, a água

---

<sup>31</sup> Relatório de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província para Assembleia Legislativa Provincial na 2.a sessão da 22.a legislatura em 15 de fevereiro de 1881.

do poço já existente não era mais considerada boa para uso. Apesar da criação da companhia de água do Pará na década de 1880, não existe nenhum registro que indique a instalação de água encanada no estabelecimento até sua mudança de edifício no início do século XX.

Diferente era a situação da iluminação do IPEA, pois em 1879 o diretor faz alguns pedidos para a presidência autorizar reparos no encanamento de gás da casa, os quais serviam a iluminação, ficando quase o ano inteiro sem reparos efetivos, sendo somente em novembro, sete meses depois do primeiro pedido, autorizado que o diretor entre em acordo com a companhia de fornecimento de gás. Sobre este tema o diretor comentou em 1878:

Enfim a iluminação á gás é a pior possível, porque há dias (sobretudo os de chuva) em que os candieiros não se acendem, entretanto que a despesa com o gás aumenta, o que é fácil verificar-se pelas contas mensais, e isto devido, como já tive a honra de participar presidência em officio n. 173 de 28 de dezembro de 1877, ao escapamento constante do gás por orifícios praticados em diversos lugares dos tubos, e sobretudo nos lugares de soldadura, porque nunca foram concertados nem mudados, pedindo a companhia do gás um preço excessivamente elevado para os reparos da mesma encanação<sup>32</sup>.

O diretor neste mesmo relatório alerta que se medidas não forem tomadas com urgência, o gasto com o gás será superior ao gasto que se teria com a dita obra. Por fim, é importante pensar no espaço de exterior ao edifício, pouco se fala sobre este espaço no qual os educandos por ventura tinham seus pequenos momentos de recreio, que muitas vezes eram exercícios militares, o relatório do diretor de 1878 apenas cita esta situação quando comenta que foi feita a divisão do quintal em dois para melhorar a vigilância dos educandos. O acesso dos educandos ao mundo fora do internato também era limitado e esta reclusão foi feita através do controle da entrada e saída destes meninos, e neste mesmo relatório o diretor comenta que o controle era feito por meio de bilhetes os quais possuíam o tempo em que o educando que havia saído deveria ter permanecido fora, assim ele apresentaria este bilhete para quem quer que estivesse fazendo a ronda que

---

<sup>32</sup> Relatório do diretor do IPEA de 1878, anexo a fala de José Coelho da Gama e Abreu presidente da província a 2.a sessão da 21.a legislatura da Assembleia Legislativa provincial 16 de junho 1879.

este mesmo diretor instituiu. Entretanto, isto não parecia ser o suficiente para cercar as vontades dos educandos, sobretudo os mais velhos, de ultrapassarem os limites do terreno da instituição.

A primeira menção sobre as condições de cercamento do instituto é de 1878, o despacho de nº 164 do dia 14 de dezembro de 1877, este autorizava o concerto no cercado de madeira do instituto assim como a compra de ferramentas para as oficinas<sup>33</sup>. Mais à frente, em fevereiro de 1881, o diretor em ofício pede ao presidente que rogue junto a assembleia provincial que libere verba para a construção de um muro, se não completo, pelo menos que se estendesse por toda extensão da frente da casa, a qual somente possuía grades baixas que poderiam ser “facilmente galdadas”<sup>34</sup>. A preocupação do diretor tinha menos relação com invasões por assaltantes e mais com possíveis fugas dos educandos, apesar de ter expressado preocupação com a insegurança da secretaria onde estava o cofre no relatório do Instituto de 1878. Há somente uma ocorrência no período de educando fugindo e sendo punido com expulsão, causando até mesmo o acionamento da polícia. Porém, isso não quer dizer que não haviam outras fugas que não foram pegas. No mesmo dia 5 de fevereiro em que o ofício pedindo o muro do instituto, o diretor nos dá a pista para esse entendimento ao comentar um caso da estatística médica, no qual um educando apresentava um quadro de gonorreia, doença que, segundo ele, não deveria ser conhecida por educandos internos em instituição de ensino.

Apesar destes inúmeros apelos da presidência e algumas denúncias da imprensa, a Assembleia Provincial, por muito tempo, se recusou a fornecer o ordenado necessário para as obras, alegando que os cofres da província não estavam em boas condições para gastos. Em dezembro de 1882 jornal *O Liberal do Pará* publica um artigo em crítica à Assembleia que mostra, aos olhos de uma oposição, as ações da assembleia em relação à reforma do Instituto:

Continuamos a tarefa que nos impusemos de chamar a atenção publica para os heroicos feitos da assembleia provincial. Ocupemo-nos ainda uma vez com a instrução

---

<sup>33</sup> Jornal do Pará. 08/01/1878. p. 02.

<sup>34</sup> Ofício do diretor do instituto paraense de educandos artífices 1881, disponíveis no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).

publica que tantos golpes sofreu na maioria conservadora da assembleia: Se considerarmos o que foi feito para o Instituto de educandos artífices, vemos que não foi votado um seitel para melhoramento do edifício, que carece de oficinas largas e arejadas, de cômodo para os educandos e de aumento dos dormitórios para outros, que esperam vagas sem poderem ser admitidos pelo estabelecimento (...) <sup>35</sup>.

O pedido pelas obras só foi acatado e posto em prática na década de 80 e por partes, primeiro a enfermaria, depois as oficinas e por último o prédio principal, contudo o Instituto se muda para nova sede, com direito a um espaçoso prédio com terreno vasto e até mesmo vila para os funcionários na antiga Estrada de Bragança, no Marco da Légua em 1899. Não foi fácil chegar até ali para os internos que foram obrigados até a dividir suas camas até o novo edifício ficar pronto. Não obtive, assim, informações sobre conclusão das obras. Talvez devido a gravidade da situação, já que as obras começam a se direcionar para estrutura da casa, as paredes não eram mais consideradas seguras, em 1880 pede-se reforma nas vigas do edifício e obra de consolidação de seus alicerces.

Neste artigo, pudemos a perceber precariedade das condições habitacionais dos educandos do instituto paraense e que, apesar da necessidade de reformas ser reconhecida pelos dirigentes da província, não houve esforço no sentido de melhoramento das condições estruturais e de salubridade da casa na qual a instituição funcionava, sob a alegação de não haver recursos no Tesouro provincial para tais ações. Esta situação só muda quando o instituto é transferido para outro prédio que foi pensado para ser um colégio interno. Por fim, é importante destacar que as discussões acima levantadas fazem parte do esforço para entender as condições de meninos desvalidos atendidos por internatos voltados para formação de trabalhadores, sujeitos que até então apresentavam-se disformes na historiografia, fugindo da análise comum de questões relacionadas a regimento e currículo, já que é preciso considerar que a partir da matrícula os educandos passam a morar na escola, tomar banho, se alimentar, dormir, socializar e etc. Todos os esforços para contar histórias de crianças e adolescentes pobres que

---

<sup>35</sup> O Liberal do Pará. 01/02/1882. p. 01.

frequentaram instituições como o IPEA durante todo o século XIX, são válidos e necessários.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. *As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX*. Tese (Doutorado em História). Católica-PUC. São Paulo, 2010.

ANJOS, Maria Cecília Tinoco dos. *Descrição da vida escolar em romances brasileiros*. Dissertação (Mestrado em Educação). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1979.

BARBOSA, Andreson Carlos Elias. *O Instituto paraense de educandos artífices e a morigerância dos meninos desvalidos na Belém da Belle Époque*. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação-UFPA, Belém, 2011.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. *Internar para Educar: Colégios-internatos no Brasil (1840 – 1950)*. Tese (Doutorado em História) UFBA. Salvador, 2012.

FERREIRA COSTA, Raíssa Cristina. *"Nós, os educandos artífices paraenses": perfil e trajetória dos aprendizes do instituto paraense de educandos artífices (1872-1905)*. Dissertação (Mestrado em História). PPHIST-UFPA. Belém, 2021.

PAULILLO, Clarissa De Almeida. *Corpo, casa e cidade: Três escalas da higiene na consolidação do banheiro nas moradias paulistanas (1893-1929)*. Dissertação (Mestrado em Desing e Arquitetura). USP. São Paulo, 2017.

POMPEIA, Raul. *O Ateneu*. E-book Amazon Kindle, 2020, p. 134.

RIZZINI, Irma. *O cidadão polido e o selvagem bruto: A educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, João Luiz Maximo da. *Alimentação e transformações urbanas em São Paulo no século XIX* In: *Almanack*. Guarulhos, n. 07, p. 81-94, 1º semestre de 2014

SOUZA, Maria Zélia Maia de. *O aprendizado para o trabalho dos meninos desvalidos: Nem Negros Escravos E Nem Criminosos*. In: *Revista Contemporânea de Educação*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, 2009, 43-60. ISSN 1809- 5747.

## Em nome da saúde: os discursos médicos sobre a *Gripe Espanhola na Paraíba (1918)*

 Alexandro dos Santos\*

 Ronyone de Araújo Jeronimo\*\*

**Resumo:** Este artigo problematiza as implicações dos discursos médicos sobre o combate à pandemia da gripe espanhola na Paraíba, em 1918. Desta forma, utilizamos como fonte o jornal católico A Imprensa, que circulou no estado nas primeiras décadas do século XX, dando destaque às realizações da Igreja Católica no combate à doença. Com isso, buscamos perceber como o jornal estampou em suas páginas e fez circular informações sobre o terrível mal que, aos poucos, foi se apoderando dos corpos dos paraibanos. Para alcançar tal objetivo, levamos em consideração as abordagens teórico-metodológicas da Nova História Cultural, principalmente, a partir das discussões feitas por Michel Foucault (2010), enfatizando os conceitos de Poder Disciplinar, Medicina Social e Biopoder, proporcionando um melhor entendimento a respeito da historicidade de um corpo adoecido pela gripe espanhola.

**Palavras-chave:** Gripe espanhola, Paraíba, Medicina Social, Poder Disciplinar.

## In the name of health: medical discourses on the Spanish flu in Paraíba (1918)

**Abstract:** This article discusses the implications of medical discourses on the fight against the Spanish flu pandemic in Paraíba, in 1918. Thus, we used as a source the Catholic newspaper A Imprensa that circulated in the state in the first decades of the 20th century, highlighting the achievements of the Catholic Church in combating the disease. With this, we seek to understand how the newspaper stamped on its pages and circulated information about the terrible evil that was slowly taking over the bodies of the people of Paraíba. To achieve this goal, we take into account the theoretical-methodological approaches of the New Cultural History, mainly from the discussions made by Michel Foucault (2010), emphasizing the concepts of Disciplinary Power, Social Medicine and Biopower, which provide a better understanding of the historicity of a body sickened by the Spanish flu.

**Keywords:** Spanish flu, Paraíba, Social Medicine, Disciplinary Power.

---

\* Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: alexandrodossantos09@gmail.com

\*\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: ronyone.aj@gmail.com



## Introdução

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde informou a chegada de um novo coronavírus. No dia 11 de março do mesmo ano, a COVID-19 foi definida como pandemia, a qual, de acordo com Batista e Paula (2021: 02), “ocorre quando uma doença afeta amplos grupos populacionais, atingindo vários países e mais de um continente”. Em nosso entendimento, conhecer a história das pandemias possibilita compreender as práticas de ordem social, econômica, política e sanitária adotadas para se combatê-las. Foi tendo em vista o contexto atual de catástrofe sanitária provocada pela propagação da pandemia de Covid 19 que resolvemos escrever o presente texto, pois consideramos este um assunto de relevância para a história da saúde pública.

Dessa forma, para controlar a propagação do vírus, foram recomendadas algumas práticas, como o distanciamento social e a interrupção de diversas atividades públicas e privadas, tais como: fechamento de estabelecimentos escolares, atividades esportivas com público e paralisação do comércio. Nos últimos meses de 1918, na capital paraibana<sup>1</sup>, a direção do jornal A Imprensa<sup>2</sup> publicou a presente nota:

Collegio Pio X

A normalidade da situação que o Estado atravessa promoveu na vida de toda colectividade medidas de molde a minorar a presente situação aflitiva.

A hygiene reclamava, para prevenção da “Influenza Espanhola” que se prohibissem os ajuntamentos e as reuniões públicas (A Imprensa, 1918: s/p).

---

<sup>1</sup> Até 1930, a capital do estado respondia pelo nome de Parahyba, e o estado, pelo de Parahyba do Norte. Após a morte do então presidente do estado João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, a capital passou a ser chamada de João Pessoa em sua homenagem. Já o estado, desde então, passou a responder pelo nome de Paraíba. Para a escrita do presente artigo, optamos por usar, ao longo da narrativa, as nomenclaturas atuais: João Pessoa, ao me referir à capital do Estado, e Paraíba, ao me referir ao estado propriamente dito.

<sup>2</sup> O jornal foi criado em 27 de maio de 1897 pelo primeiro arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques. O jornal tinha como finalidade a propagação da fé e dos princípios cristãos. Em 1903, fechou suas portas por falta de recursos para sua manutenção, reaparecendo apenas em 1912. Por questões políticas, o interventor Ruy Carneiro ordenou o fechamento do jornal, e após dois dias, mandou reabri-lo, porém, sua reabertura ocorreu apenas em 1946, período no qual ele passou a funcionar em pequenos intervalos até 1968 (Soares Júnior, 2015). Em suas páginas, abordou assuntos sobre saúde, bem-estar físico, prática da educação física, higiene do corpo, cerimônias cívicas e discursos políticos, médicos e religiosos ligados à Igreja Católica.

O objetivo da matéria era informar os paraibanos a respeito da chegada de um “terrível hóspede” – a gripe espanhola<sup>3</sup>. A direção do jornal foi incisiva: o momento merecia atenção e cuidados especiais. Aconselhavam que para a “prevenção da Influenza Espanhola” era proibido “ajuntamentos e as reuniões públicas”. O melhor a se fazer naquele momento marcado por incertezas era manter e respeitar o “distanciamento social”<sup>4</sup>. A recomendação do governo para tentar controlar o avanço da doença foi

a suspensão temporária das aulas públicas, o fechamento do cinema, a suspensão do Prado e qualquer outro lugar em que o ar não circulasse livremente ou que reunisse uma grande quantidade de pessoas (Soares Júnior, 2016: 201).

Acatando as orientações médicas, a *Arquidiocese da Paraíba* resolveu antecipar as férias do *Seminário*, do colégio *Diocesanos Pio X* e *Colégio das Neves*. Essas ações “tranquilizaram as famílias dos alunos e católicos da cidade da Parahyba” (Soares Júnior, 2016: 201). Inúmeras estratégias de prevenção passaram a ser colocadas em prática – o distanciamento social, o fechamento de escolas, teatros e igrejas, além da proibição de reuniões públicas. Fora isso, os médicos também aconselharam o “uso obrigatório de máscara, medidas públicas de desinfecção e higiene, e o isolamento de pessoas infectadas de forma a tornar a gripe uma doença notificável” (Shwarcz; Starling, 2020: 51).

Foi preciso agir rápido para despertar na mentalidade da população a necessidade de se manter o “distanciamento social” como medida paliativa de combate ao avanço da pandemia de gripe espanhola. Com isso, para tentar amenizar a disseminação do vírus, o governo decretou que as pessoas evitassem o máximo possível as aglomerações, suspendendo a realização de grandes eventos públicos e recorrendo à imprensa para “conscientizar” as

---

<sup>3</sup> A gripe espanhola foi uma pandemia que ocorreu entre 1918 e 1920, deixando um rastro de vítimas em todos os continentes. Sua disseminação ocorreu devido, principalmente, à movimentação de tropas no período da Primeira Guerra Mundial. No Brasil, espalhou-se por todas as regiões. Enquanto uma epidemia ocorre em determinado lugar e ataca um número maior de indivíduos, a pandemia é uma epidemia sem controle e com expansão mundial. É de tendência global.

<sup>4</sup> Existem dois grupos de isolamento social: o isolamento voluntário – quando é motivado por uma decisão individual, em que a pessoa decide isolar-se do convívio com a sociedade; e o isolamento involuntário – quando é estabelecido por uma força maior, imposta pelo Estado.

peças da importância da permanência em suas casas, mantendo-se uma distância considerada segura umas das outras.

Nesse caso, atividades, como aulas presenciais e eventos públicos (desfiles cívicos, práticas esportivas, eventos políticos, dentre outros), ficaram suspensos por tempo indeterminado. Nesse intuito, o jornal A Imprensa se transformou no principal interlocutor entre as ações adotadas pelo governo e a população. Os médicos também fizeram uso intenso do jornal com o objetivo de manter a população atualizada sobre os perigos oferecidos pela nova doença. Naquele momento, ocorreu uma preocupação maior em torno do tema da higiene individual e coletiva da população.

Sendo assim, o saber médico ganhou ares de notoriedade, facilitando a disseminação da medicina social em meio à sociedade brasileira. Os assuntos relacionados à higiene ou à falta dela dominaram as principais ações médico-higiênicas. Michel Foucault (2010), ao analisar a emergência da medicina moderna, afirma que esta é uma prática eminentemente social, pois ela abrange certa tecnologia do corpo.

Segundo Foucault (2010), foi a partir do desenvolvimento do sistema capitalista de produção consolidado entre os séculos XVIII e XIX, em consequência do aumento vertiginoso da produção industrial nos países europeus, que o corpo do trabalhador passou a ser classificado e visto como força de fabrico e de trabalho. O controle exercido pela sociedade sobre os indivíduos iniciou-se no e sobre o corpo. "Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica" (Foucault, 2010: 80). Portanto, o início do século XX foi um momento favorável para que o discurso médico começasse a se consolidar e também a ser sentido com maior intensidade no cotidiano das principais cidades brasileiras, e os centros urbanos constituíram-se em espaços privilegiados de sua atuação.

Nesse sentido, na Paraíba, o receio da doença era tanto que o governo do estado, como precaução, ordenou o fechamento dos "estabelecimentos públicos de instrução", decisão que logo foi atendida:

directoria do Collégio Pio X, de acordo com o exmo. sr. Arcerbispo, resolveu encerrar para logo as suas aulas, forçada pelo péssimo estado sanitário desta Capital, ainda que naquele

educandário se não registrasse nenhum caso de epidemia (A Imprensa, 1918: s/p).

Para se prevenir, “a premiação e a aprovação dos escolares” foi feita contra as regras da instituição, sem as solenidades costumeiras. A direção do *Colégio Lyceu Parahybano* tomou atitude semelhante, encerrou as “aulas e exames” por ordem do Exmo. Snr. Dr. Francisco Camillo de Holanda, presidente do estado da Paraíba, “motivando esta antecipação a terrível epidemia ‘Influenza Espanhola’ que então grassava com intensidade assustadora nesta capital” (Fundação Espaço Cultural da Paraíba – Funesc, 1917: s/p).

### **A chegada do “terrível hospede”: a gripe espanhola na Paraíba**

Em vez de festa, os últimos meses do ano de 1918 foram de precaução e medo entre os paraibanos. O clima de apreensão era total. Os primeiros relatos sobre a chegada da doença no estado causaram um verdadeiro alvoroço na população local. “A doença já ganhava destaque nos jornais de outros estados e os casos começavam a se avolumar resultando em uma grande quantidade de óbitos” (Soares Júnior, 2016: 90). Assim, gradualmente, as notícias da gripe espanhola começaram a ganhar espaço de destaque nas páginas dos principais jornais da época, principalmente no jornal A Imprensa, na Paraíba.

As informações que chegavam “de várias partes do mundo anunciavam a presença da enfermidade e as mortes causadas pela epidemia” (Bertucci-Martins, 2005: 02). Não demorou muito para que a doença adentrasse a geografia nacional e se apoderasse dos corpos dos brasileiros, provocando, de imediato, “algumas tensões de ordem política e social” (Silvera, 2016: 208). No Brasil, a gripe espanhola chegou em setembro de 1918, veio seguindo o caminho do mar e desembarcando primeiro na cidade do Recife, ao amanhecer do dia 9, a bordo do navio *Demerara*, que havia chegado de Liverpool e atracado “no cais externo do porto com alguns passageiros e tripulantes combalidos e outros contaminados” (Schwarcz; Starling, 2020: 16). Logo em seguida, a gripe espanhola se espalharia com rapidez pelo

território brasileiro. Do Recife ao Rio de Janeiro, a doença disseminou-se rápido, fazendo vítimas fatais ou deixando sequelas graves nos enfermos.

Chegando ao Brasil, a gripe espanhola seguiu dois caminhos distintos. Primeiro, seguiu em direção à região Norte. “Embarcações a vapor, lanchas e barcas subiam pelo litoral ou pelos rios sem saber que levavam a peste a bordo” (Schwarcz; Starling, 2020: 16). No mês de outubro, a doença já havia fixado moradia nas cidades de São Luís, Natal, Maceió e Alagoas. Em novembro, foi a vez de Fortaleza receber o “indesejado hóspede”. No início de 1919, a cidade de Teresina sentiu a força destruidora da doença. Seguiu viagem pelas trilhas da Floresta Amazônica, passando por Manaus, pelo Acre, até alcançar o território peruano, onde fez mais vítimas.

O segundo caminho seguiu a direção do Sudeste brasileiro, a bordo do *Demerara*. “O vírus fez escala em Salvador e foi aportar no Rio de Janeiro” (Schwarcz; Starling, 2020: 17). O navio continuou seu caminho rumo a Montevideu e a Buenos Aires. No Sudeste, foram os trilhos das ferrovias que “espalharam a peste”: no Rio de Janeiro, depois em São Paulo e em Belo Horizonte (Schwarcz; Starling, 2020). No mês de outubro, a gripe chegou a Curitiba e depois ao Rio Grande do Sul. Em novembro, alcançou a região Centro-Oeste e Cuiabá. Em janeiro de 1919, foi a vez dos goianos receberem o hóspede. Por onde passava, a doença ia fazendo morada e deixando cicatrizes nos corpos dos brasileiros.

Nas primeiras décadas do século XX, a gripe espanhola ainda era uma patologia pouco conhecida pela medicina.

Entre as características reconhecidas da moléstia estavam sua extrema contagiosidade e difusibilidade e seu caráter proteiforme – isto é, que se apresenta sob formas variadas, determinando a ausência de uma sintomatologia própria – o que dificultava a percepção e a identificação clara dos primeiros casos e fazia supor a ineficácia de qualquer medida preventiva. Por outro lado, a familiaridade e a frequente benignidade de suas manifestações justificavam a ausência de maiores preocupações em relação à doença (Silveira, 2005: 93).

Na área da medicina, muitos foram os médicos que se especializaram no assunto da *influenza*<sup>5</sup>, inclusive, partilhando de ideias comuns sobre o micro-organismo causador da doença. No entanto, as controvérsias surgiam quando o assunto a ser discutido era o modo de transmissão e ação da doença sobre o corpo humano: “a pandemia de espanhola teve lugar em um momento no qual a comunidade científica e a sociedade em geral comemoravam os triunfos alcançados pelas descobertas da microbiologia” (Silveira, 2005: 93). A identificação do vírus responsável pela gripe espanhola só foi oficialmente reconhecido na década de 1930.

Os sintomas da gripe espanhola eram assustadores. O doente, na maioria dos casos, sangrava pelo nariz, pelos ouvidos e pelos olhos. Além do delírio, dores de cabeça e nas costas, diarreia e perda do olfato eram comuns. Os enfermos também apresentavam tosse e cuspiam sangue. “O estado de prostração levava a reações diversas, que iam da histeria à melancolia, da depressão aos vários casos de suicídio que ocorreram em 1918” (Schwarcz; Starling, 2020: 48).

A gripe espanhola é uma doença viral adquirida pelo homem por meio do contato com animais domésticos. Na comunidade médica mundial, permaneceu como um enigma por décadas. Gerando inúmeras discordâncias – entre os estudiosos do assunto os debates giravam em torno da “forma de sua transmissão, e seriam marcados pela controvérsia entre os defensores da “teoria dos miasmas” – ou infeccionismo – e os partidários do contagionismo” (Silveira, 2005: 94). Num dos lados, estavam os estudiosos que defendiam a ideia de que a origem da gripe espanhola estava nas condições atmosféricas e geográficas de cada país, no outro extremo, estavam os que defendiam que a causa da transmissão advinha do contágio direto entre as pessoas.

Os caminhos seguidos pela pesquisa científica, na segunda metade do século XIX, levariam a balança das opiniões a pender para a explicação contagionista. Isto se deveu especialmente ao avanço da teoria dos germes, que agregaria um novo elemento ao processo de refinamento conceitual das

---

<sup>5</sup> Influenza é uma infecção respiratória viral que causa febre, coriza, tosse, cefaleia e mal-estar. Para maiores informações, consultar: Manual MSD versão para profissionais da saúde.

doenças: a determinação de um agente específico, causador das moléstias (Silveira, 2005: 94).

Segundo os criadores dessa teoria, a explicação da infecção estava em uma determinada causa - um microrganismo. A primeira grande epidemia de gripe espanhola na "era bacteriológica" ocorreu no século XIX, mais especificamente, entre 1889-1890. Essa pandemia serviu de mote para a identificação do agente causador da doença. No ano de 1892, o bacteriologista alemão Richard Friedrich Johann Pfeiffer declarou ter encontrado, em amostras do aparelho respiratório de alguns doentes, uma bactéria que, mais tarde, ele nomeou de *Haemophilus influenzae*, posteriormente apelidada de *Bacilo de Pfeiffer*.

As primeiras críticas às teorias de Pfeiffer não demoraram a surgir. Em 1894, dois anos após aquela "descoberta, o epidemiologista britânico Charles Creighton declarava discordar das proposições de que a origem e a expansão da influenza se devessem a qualquer forma de contágio" (Silveira, 2005: 205). O cientista britânico era um ardo defensor da teoria dos miasmas como melhor caminho para se explicar as causas e origens da doença. Segundo a teoria dos miasmas, as doenças teriam origem: no conjunto de odores fétidos provenientes de matéria orgânica em putrefação nos solos e lençóis freáticos contaminados. A teoria dos miasmas tinha como princípio básico a limpeza do espaço urbano (Mastromauro, 2011).

O miasma poderia estar localizado em vários espaços: nas multidões, nos excrementos humanos e animais, nos solos úmidos, nos pântanos, nas habitações mal construídas, nos cadáveres, hospitais, gente doente, doenças, água suja, dentre outros. Para se combater a proliferação das doenças, o solo insalubre precisava ser drenado. As ruas pavimentadas para afastar a sujeira. "Limpar significa muito mais do que simplesmente lavar, drenar. O ideal era assegurar o escoamento, a evacuação, a eliminação da imundice" (Mastromauro, 2011: 3). Permitir a ventilação e circulação do ar foi o principal foco dos médicos higienistas.

Ventilar e varrer as baixas camadas do ar, constringer a selvagem circulação dos miasmas, controlar o fluxo mórbido lá onde a natureza não pode exercer livremente sua

regulagem, impedir o aparecimento de doenças (Corbin, 1987: 126).

Essas são as bases do que Michel Foucault intitulou de “medicina urbana”. A medicina urbana teria, então, uma nova função: o controle da circulação; não só dos indivíduos, mas das coisas ou dos elementos (essencialmente a água e o ar) (Foucault, 2010: 90). No entanto, as controvérsias científicas estavam apenas em seu início. Anny Jackeline Torres Silveira (2005: 97), ao estudar o tema, argumentou o seguinte:

Porém, as principais contestações não viriam dos defensores do miasmatisimo, mas do interior da própria corrente dos bacteriologistas. Durante uma epidemia de influenza, em 1905, diversos pesquisadores que tentaram repetir a experiência de Pfeiffer, relatavam terem identificado os bacilos em apenas determinada porcentagem dos casos examinados, havendo muitos nos quais não foram encontrados. Além disto, afirmavam que os bacilos de Pfeiffer podiam ser detectados nas vítimas de outras moléstias, como sarampo, coqueluche, bronquite crônica e escarlatina.

A partir dessas constatações, diferentes cientistas começaram a defender a ideia da impossibilidade de reprodução da doença através “da inoculação da suspensão de uma cultura pura do bacilo” (Silveira, 2005: 97). Em 1918, na Europa, pesquisadores afirmaram que material infiltrado na garganta de pacientes doentes era perfeitamente capaz de fazer a reprodução da doença. A partir daí, ganharia força na comunidade científica internacional a ideia que a doença poderia ter como uma causa possível a transmissão por organismos menores que as bactérias (os “vírus filtráveis”). Mesmo após as dúvidas sobre as descobertas de Pfeiffer, muitos estudiosos continuaram tomando suas experiências como o agente provocador da doença. Ou seja, seus estudos foram pioneiros sobre o assunto.

Enquanto os médicos debatiam o assunto, em agosto de 1918, no Brasil, a imprensa cuidava em manter a população informada a respeito do registro de diversos casos da doença nas principais cidades: Rio de Janeiro, São Paulo e Recife foram as mais afetadas pelo “hóspede indesejado”. A doença, gradualmente, foi deixando um rastro de convalescentes e mortos. O discurso emitido pela imprensa foi, paulatinamente, ganhando cada vez mais destaque

na cobertura do avanço da pandemia. Como destaca Michel Foucault (1960: 43), o discurso é construído historicamente em função de mecanismos sociais e de relações de poder que permeiam a sociedade. Para ele, a produção discursiva passa por uma série de procedimentos que buscam a delimitação de sua produção. O discurso em Foucault é pensado como resultado de:

Um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo - espaço, que definiram em uma dada época, e para uma área social, econômica, geográfica, ou linguística, dada as condições de exercício da função enunciativa (Foucault, 1960: 43).

Portanto, o discurso é pensado e problematizado em função das múltiplas condições de possibilidade proporcionadas e estabelecidas pelas instituições sociais. É uma prática que relaciona a língua e seus usos a “outras práticas” que fazem parte do campo social. As práticas discursivas assumem esse papel de ser um elo que as une às práticas sociais. Por isso: “A proximidade da influenza, com inúmeros casos confirmados no vizinho estado do Pernambuco, fez com que a população da capital paraibana ficasse polvorosa” (Silvera, 2016: 208). Na Paraíba, a gripe espanhola atacou primeiro a capital, depois, seguiu o caminho com destino ao interior nos trilhos da ferrovia que cortava o estado, fazendo vítimas nas cidades por onde passava: em Guarabira, foram 600 casos; em Serra Redonda, 400; em Itabaiana outros 300 casos; em Santa Rita, foram registrados mais 150 casos; em Cruz do Espírito Santo, 100 casos; e em Cabedelo, mais de 50 pessoas ficaram enfermas desse mal, conhecido em nossa terra como gripe espanhola<sup>6</sup>.

Essa doença recebeu inúmeras definições – foi apelidada de “bailarina” – “porque dançava e se disseminava em larga escala, e porque o vírus deslizava com facilidade para o interior das células do hospedeiro e se alterava ao longo do tempo e nos vários lugares em que incidia” (Schwarcz; Starling, 2020: 27) – “gripe pneumônica”, “peste pneumônica”, “grande influenza”, “espanhola”, “praga” e “peste”.

---

<sup>6</sup> Para maiores informações a respeito do número de vítimas da pandemia de Gripe Espanhola na Paraíba em 1918, consultar o pbagora no seguinte site: Disponível em: <https://www.pbagora.com.br>. Acesso em: 08/08/2021.

Recebeu o nome de espanhola devido ao fato de a Espanha ter se mantido neutra durante a Primeira Guerra Mundial, permitindo que sua imprensa informasse, “sem disfarces ou meias-palavras, a chegada da estranha virose ao país” (Schwarcz; Starling, 2020: 28). Foi a neutralidade espanhola que possibilitou a divulgação em tempo real da existência do surto de gripe, passando a ser o primeiro país a dar publicidade à gravidade e alcance da doença. “Por essa razão, a moléstia entrou para a história com o nome de “gripe espanhola”. Mas recebeu diversas alcunhas” (Shwarcz; Starling, 2020: 14). Na Alemanha, a doença foi chamada de “febre de Flandres”; na Polônia, recebeu o nome de “gripe bolchevique”; na Pérsia, de “gripe inglesa”; na Espanha, foi batizada com o nome de “gripe francesa”.

Outra questão importante diz respeito à falta de certeza do local exato onde a doença começou. “Talvez ela tivesse se originado em algum lugar nos Estados Unidos e chegou à Europa junto com os soldados” (Shwarcz; Starling, 2020: 15) que desembarcaram para dar apoio aos franceses e ingleses no campo de batalha. Enquanto o local exato de surgimento da doença cria dúvidas e discussões, é de conhecimento público que: a doença atacava rápido e logo tomava conta de todo o corpo dos enfermos. Contaminou as tropas nas trincheiras e logo em seguida se disseminou dentre as populações civis em três grandes ondas.

A primeira onda – ocorreu entre os meses de fevereiro e março – “embora bastante contagiosa, era branda e, em geral, não causava mais que três dias de febre e mal-estar” (Shwarcz; Starling, 2020: 15). Deixou vítimas na Espanha, na França, na Inglaterra e na Alemanha. Já a “segunda onda da doença seria muito mais letal e alcançaria o mundo inteiro” (Shwarcz; Starling, 2020: 46). Começou em agosto de 1918, quando se espalhou até chegar aos Estados Unidos. A porta de entrada do vírus foi o porto de Boston. Em setembro, os norte-americanos levaram a gripe espanhola para a Europa. A segunda onda foi mais letal pelo grande índice de mortalidade que provocou e também por afetar diretamente todos os continentes: Europa, Ásia, África, Oceania, América, além de ilhas do Pacífico e partes do Alasca. A terceira onda teve início em janeiro de 1919 e durou até o mês de maio. Ainda que o medo da doença fosse, de fato, grande, a doença em sua última fase, foi bem

mais moderada. Aos poucos, as pessoas foram deixando de falar da dela, até que, nos últimos dias de 1920, praticamente não se ouvia mais menção ao nome da “terrível moléstia”.

Na Paraíba, os discursos da época sobre a doença causaram um “verdadeiro” pânico a respeito das possibilidades do contágio e dos danos que a doença poderia provocar no corpo das vítimas. A falta de conhecimento das pessoas sobre o assunto e a ausência de serviços médicos especializados foram outros pontos que contribuíram para o agravamento do problema. As únicas informações divulgadas sobre a presença da doença em terras paraibanas vinham através das páginas da imprensa, e o jornal *A Imprensa* foi um dos veículos de comunicação que mais deu destaque ao problema. Em artigo intitulado *A influenza hespanhola*, comunicou que

De alguns dias para cá se tem alarmado a população desta cidade com a epidemia reinante em Recife, na previsão de que ella nos invadissem.

De facto, a influenza já nos bate a porta, mas conservando o carácter benigno, e assim não temos motivo para alarmes.

Afirmam médicos de maior responsabilidade, e podemos confirma-lo pelo que vamos vendo entre nós, que se trata apenas da influenza comum, acompanhada, nos casos mais sérios, de febre alta, mas de curta duração (*A Imprensa*, 1918: s/p).

Nos últimos meses de 1918, os casos de gripe espanhola ganhavam mais espaço nos debates travados pela “comunidade médica internacional” (Silveira, 2005: 92). A grande facilidade de contágio era uma das muitas características atribuídas à doença. Caso adoecesse, a vítima não tinha muito o que fazer. O mais aconselhado era “o quinino, o limão e o repouso completo. O curso da enfermidade é de 4 a 8 dias apenas” (*A Imprensa*, 1918: s/p). O quinino foi um medicamento bastante “utilizado na cura de inúmeros males desde o período colonial, em especial no combate às febres que grassavam pelo território nacional, em especial no combate à malária” (Soares Júnior, 2016: 97). À medida que o número de pessoas acometidas pela doença ia crescendo e ganhando proporções fora de controle, a fabricação do sal de quinino foi sendo incentivada. “O governo federal liberou crédito para a

produção de substancia que foi produzida pelo Instituto Butantã” (Soares Júnior, 2016: 97).

O medicamento surgia como a melhor alternativa no tratamento da gripe. Outros produtos também surgiram como promessas milagrosas para a cura da doença: a aspirina, o álcool, o vinagre e a máscara. A população mais carente foi bem mais criativa no momento de buscar uma alternativa para a prevenção e cura: recorreram com frequência a “antitérmicos, analgésicos, antissépticos, sangrias, purgativos, vacinas, homeopatia, águas fluidificadas, rezas, passes, banhos quentes, xaropes milagrosos. Para se proteger do contágio, valia de tudo” (Shwarcz; Starling, 2020: 50).

Enquanto não existia um consenso sobre o melhor medicamento para prevenção e combate à gripe espanhola, as autoridades públicas da Paraíba começaram a tomar medidas mais duras para evitar uma maior proliferação da doença. A direção do *Colégio Diocesano Pio X* e *Colégio Nossa Senhora das Neves* começou a demonstrar séria preocupação com a repercussão negativa da gripe espanhola entre os alunos. Era evidente que o caso era sério e merecia uma atenção especial.

Os dois colégios eram instituições de ensino privado, por isso, a construção de sua identidade enquanto instituições que zelavam pela qualidade do ensino e saúde de seus alunos contavam muito na hora de manter e conseguir novas matrículas. Nisso, o jornal católico *A Imprensa* desempenhou um papel bastante importante na construção de uma imagem positiva dos dois educandários, os quais eram considerados “modernos”, “civilizados”, de “qualidade”, que zelam por um “ensino eficiente” e “bom”, devido à “disciplina”, à “ordem” e à “higiene”. As medidas tomadas pela direção das instituições buscaram favorecer e tranquilizar membros da elite paraibana<sup>7</sup> que tinham seus filhos matriculados em suas dependências.

Esse fator talvez tenha contribuído para que o jornal, a todo instante, tenha buscado divulgar notícias que mostravam a doença em seus dias finais.

---

<sup>7</sup> Os dois estabelecimentos de ensino citados aqui eram locais onde membros da elite local (grandes proprietários rurais e políticos) matriculavam seus filhos. O *Colégio Diocesano Pio X* foi criado em 1894 pelo então primeiro Bispo da Paraíba, Dom Aduino de Henriques Miranda, e foi responsável pela propagação dos ideais da Igreja Católica paraibana no projeto de “reconstrução social” da poluição.

Segundo informação dele próprio, na cidade de Recife, chegaram notícias de que

a influenza está no seu período final já voltando a cidade a sua vida normal; dado que a nossa capital é muito menor que aquela e suas habitações mais desafogadas, é de crer que, para nós, seja muito curto o período da epidemia. O movimento da cidade, conquanto ainda se ressinta do grande número de convalescentes que se mantém recolhidos, vae evidentemente augmentando; e – o que é bastante significativo – a azafama das pharmacias já descrece a olhos vistos (A Imprensa, 1918: s/p).

As informações que chegavam à Paraíba eram de que a “pandemia” estava em “declínio” e que a população, aos poucos, voltava a sua vida normal. As farmácias registravam uma significativa diminuição na procura de certos medicamentos. Enquanto isso, o jornal A Imprensa continuou seu trabalho informativo, destacando que a comunidade médica internacional estava incansavelmente trabalhando para desvelar os segredos da doença:

as sumidades medicas d’aquem e d’além-mar teem estudado o assumpto sob as suas várias modalidades sem afinal chegar – força é confessa-lo – a conclusões irretorquíveis e decisivas como as requer a angústia dolorosa do momento” (A Imprensa, 1918: s/p).

As únicas certezas que se tinham naquele momento eram de que os primeiros sinais da doença surgiram na Europa e de que as comunidades científicas estavam empenhadas no trabalho de encontrar o vírus causador da gripe espanhola. Decerto, o que existia era que seus sintomas já estavam devidamente identificados e definidos: “manifestação súbita tonturas, calafrios, dores imprecisas no corpo, atonia muscular, dores de cabeça intensas e elevação de temperatura, (40º e mais) e dores na garganta com inflamação” (A Imprensa, 1918: s/p). Os sintomas eram muitos. O corpo da vítima ficava todo dolorido por três a quatro dias seguidos. Caso a doença não o levasse a óbito, o doente “se restabelecia” normalmente. Em alguns casos, a vítima ficava com algumas sequelas pelo corpo: “sob a forma de bronchite capilar e pneumonia, donde pode resultar a morte” (A Imprensa, 1918: s/p).

Mesmo com os avanços alcançados pela medicina, “ainda não conseguiu insultar o micróbio, pesar dos acurados estudos feitos na Inglaterra, França e Alemanha” (A Imprensa, 1918: s/p). Logo, alguns médicos renomados internacionalmente cuidaram de fazer as primeiras constatações sobre a possível causa da doença. Juntos, Gruber, Kolle e o professor Pfeiffer desconsideraram “o bacilo de Pfeiffer” como possível origem da doença. Mesmo sem saber ao certo qual o verdadeiro “germem dessa aterradora moléstia”, já era “avultado o numero das suas victimas na Europa e mesmo no Brasil” (A Imprensa, 1918: s/p).

À medida em que o tempo ia passando e a doença insistia em não abandonar o corpo dos paraibanos, a direção do jornal A Imprensa começou a demonstrar preocupação com a força da pandemia e com os danos que ela vinha causando. “Aqui na Parahyba, incipiente sob a forma benigna, a influenza se agrava dia a dia e, na opinião judiciosa de um dos reputados clínicos, assume um aspecto um tanto temeroso e amedrontador” (A Imprensa, 1918: s/p).

O número de vítimas do “mal espanhol” era bastante significativo no Estado. Os acometidos eram principalmente trabalhadores que “se encontram em prementes circunstancias porque há famílias inteiras atacadas sem ter alimentos nem remédios” (A Imprensa, 1918: s/p). O jornal A Imprensa rotulou a gripe espanhola como uma doença de pobre. Em suas páginas não aparecem menção à presença da doença entre membros da elite local. Aos poucos, a culpa pela proliferação da doença foi sendo atribuída às pessoas pobres. Esse fato contribuiu para o aumento do preconceito de classe em relação às pessoas pertencentes às camadas populares da sociedade paraibana. Estes passaram a ser rotulados como os principais disseminadores da gripe espanhola.

Em novembro de 1918, foi oficialmente criada, na capital paraibana, a *Comissão Central de Socorros aos Influenzados Pobres*, com a finalidade de prestar assistência social e sanitária aos “doentes desvalidos” vítimas da doença. A finalidade da comissão visava a formação de equipes com a função de prestar serviços e orientações à população mais carente. A primeira equipe tinha a finalidade de realizar visitas em domicílio. Já a segunda comissão

buscava adquirir alimentos para a população pobre. O arcebispo da Paraíba, Dom Adauto Aurélio de Henriques Miranda, foi enfático ao utilizar as páginas do jornal *A Imprensa*, para destacar a importância da assistência à população considerada pobre.

Se não fora a ação da caridade pública nessa terra, que é consolidadora, talvez que, a míngua de alimentos muitos teriam falecido. É de mister que os chefes de governo municipaes acorram solícitos a ajudar a ação dos vigários que não poupam esforços para melhoria das populações assoladas. Que todos se unam para salvar as classes desprotegidas a mercê da terrifica doença (*A Imprensa*, 1918: s/p).

O objetivo da comissão era arrecadar a maior quantidade possível de alimentos para alimentar a população carente. Para isso, os comissários saíram às ruas da capital paraibana batendo de porta em porta atrás de doações. Enquanto a igreja dedicou parte de seus esforços na assistência a população pobre, com o objetivo de evitar a proliferação da pandemia e o crescimento no número de mortos, o governo do estado atuou no campo da saúde pública, adotando um conjunto de medidas de caráter assistencialista e preventivo, com o objetivo de impedir que a doença ganhasse proporções ainda maiores.

A intenção não era curar os acometidos pelo mal, mas, sim, evitar que a doença continuasse se espalhando pelo Estado. Para isso, foram adotadas “medidas de salvação pública. A prophylaxia e tratamento da Influenza Espanhola teem sido muito discutidos. Aconselha-se insistentemente a renovação do ar das habitações com a ventilação dos domicílios” (*A Imprensa*, 1918: s/p). Os médicos paraibanos não pouparam esforços ao fazerem circular informações nas páginas da imprensa indicando as melhores medidas de caráter sanitário que a população deveria adotar para evitar o agravamento da doença. Para isso, indicaram a renovação do ar das habitações - medida mais indicada para a dispersão dos germes causadores da doença. “As medidas de hygiene pública e particular devem ser rigorosíssimas, na presente situação sanitária. Para contacto com os influenzados deve ser absolutamente evitado” (*A Imprensa*, 1918: s/p). O jornal solicitava que os doentes trouxessem um lenço no bolso, pois em caso

de tosse, espirro, cuspidado ou escarrado, resguardaria sua saúde e a das outras pessoas – essa recomendação de ordem sanitária era indicada “para que o micróbio não transmita pelas gotículas de saliva e do muco-nasal que os doentes lançam no ar nessas ocasiões” (A Imprensa, 1918: s/p).

Caso a recomendação não surtisse o efeito desejado, o Dr. Carlos Chagas aconselhava que o infectado tomasse umas “doses de quinina”. Para aquela pessoa que teve um contato direto com um “influenzado”, não havia a necessidade de realizar “uma desinfecção acurada da garganta e fossas nasais, com frequência”. Sempre o melhor remédio era cuidar da higiene pessoal. Nos últimos meses de 1918, o jornal A Imprensa informava que a gripe espanhola já se encontrava “em franco declínio” na capital do estado, que “logo se verá liberta da Influenza Espanhola”. Os únicos casos que ainda estavam sendo registrados eram fruto da

negligencia de hygiene individual que ao mesmo desenvolvimento do morbus. Os médicos continuam a curar dos influenzados com solitudine e faz-se diariamente a distribuição dos remédios (A Imprensa, 1918: s/p).

Por mais que a imprensa da época tentasse demonstrar perante seus leitores aquilo que era tido como uma demonstração de esforço por parte do governo estadual em combater a gripe espanhola, a própria passagem da doença em terras paraibanas e o número de mortos e feridos que ela deixou demonstram os limites ou ineficiência do *Serviço de Higiene Pública*, órgão criado em 1895, com a função de evitar a entrada e proliferação de doenças. Mostrou-se pouco eficaz na hora de impor medidas mais duradouras e eficientes no combate das enfermidades.

Neste cenário, a atuação do governo estadual, via Serviço de Higiene Pública, restringiu-se a mera distribuição de alguns poucos medicamentos e a doação de dinheiro para a Comissão de Socorros aos Influenzados Pobres (Silvera, 2016: 214).

Em 21 de novembro de 1918, o jornal A Imprensa, não economizou críticas ao se referir a “ineficácia” do *Serviço de Higiene Pública* do Estado. Lembrando que: “A saúde pública na Parahiba está a cargo de uma Repartição inadequada e em condições de colimar a sua finalidade” (A Imprensa, 1918:

s/p). É importante lembrar que o jornal A Imprensa era um periódico católico, portanto, ele privilegiava as ações colocadas em prática pela Igreja Católica e não poupava críticas ao se dirigir aos médicos higienistas. Tendo em vista que o *Serviço de Higiene* pouco fez para cuidar e tratar dos doentes tomados pela doença, “coube ao periódico a tarefa de informar a população os meios cabíveis de evitar a proliferação da enfermidade” (Soares Júnior, 2016: 95).

Para se prevenir da gripe espanhola, o mais recomendado era o cuidado com a higiene pessoal. Era importante que os paraibanos lavassem as mãos, as fossas nasais, sem se descuidar, pois “medidas de hygiene pública e particular devem ser rigorosíssimas na presente situação sanitária, insistindo na renovação do ar das habitações com ventilação nos domicílios” (A Imprensa, 1918: s/p). Além dos cuidados de caráter individual, o jornal informava a necessidade de se evitar o “contato com os influenzados” (A Imprensa, 1918: s/p). O distanciamento social também era visto como um dos caminhos para se combater a doença. No período em que permaneceu em terras paraibanas, a pandemia de gripe espanhola deixou marcas profundas no corpo e no imaginário coletivo dos paraibanos.

### **Considerações finais**

A pandemia de gripe espanhola, que teve início em 1918 e se prolongou até o final de 1920, atingiu cerca de 50% da população mundial, vitimando fatalmente cerca de 20 a 50 milhões de pessoas. O número de vítimas foi bem maior do que o da Primeira Guerra Mundial, que matou entre 20 e 30 milhões de pessoas – somando-se civis e soldados (Shwarcz; Starling, 2020). Essa quantidade de vítimas provocada pela doença deve-se ao fato, em parte, da reação de negação das pessoas diante do aparecimento e do avanço da doença. “É apenas quando as consequências de uma epidemia são inegáveis que ela vira um evento de saúde pública, da cultura de seu tempo e igualmente da política e da economia” (Shwarcz; Starling, 2020: 28-29). A gravidade de uma enfermidade só é percebida e levada a sério quando destrói nossas famílias, vizinhos e amigos.

No presente artigo que por hora concluímos, nosso objetivo foi problematizar as implicações entre os discursos médicos, políticos e religiosos no combate à pandemia da gripe espanhola na Paraíba em 1918, destacando que as mortes causadas pela doença estiveram diretamente relacionadas a fatores de ordem social, política, médica e individual: a falta de cuidados com a higiene pessoal; a ausência de um serviço médico especializado no assunto; a falta de políticas públicas eficientes no combate à pandemia; e a negligência do Estado em atender socialmente a população mais carente.

Assegurar a saúde do corpo foi a tônica central nos debates travados por médicos e religiosos da época. Eles utilizaram como armas seus discursos, o assistencialismo, as prescrições clínicas, orientações das mais diversas, leis, decretos e, é claro, a força de convencimento que a imprensa tinha. Portanto, através da discussão ora apresentada, evidencia-se que a pandemia de gripe espanhola foi maligna e deixou marcas profundas nos corpos dos paraibanos.

## Referências bibliográficas

### Fontes

Jornal A Imprensa. Paraíba. 1918. *Arquivo Eclesiástico da Paraíba*, João Pessoa.

### Bibliografia

ARAÚJO, Silvera Vieira de. *Entre o poder e a ciência: história das instituições de saúde e de higiene da Paraíba na Primeira República (1889-1930)*. 2016. 327f. Tese. (Pós-Graduação em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

BATISTA, Leidiane Priscilla de Paiva; PAULA, Edson Oliveira de. Dançando com a morte: enfrentamento da Gripe Espanhola no Ceará (1918-1919). *Revista Ágora*, v. 32, n. 1, e-2021320103, 2021, ISSN: 1980-0096.

BERTUCCI-MARTINS, L. M. Entre doutores e para os leigos: fragmentos do discurso médico na influenza de 1918. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 143-57, jan.-abr. 2005.

CORBIN, Alan. *Saberes e odores. O Olfato e o Imaginário Social nos Séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado, 29ª reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 38 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*; tradução Maria Ermantina Galvão. 2 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção obras de Michel Foucault).

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1960.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

MASTROMAURO, Giovana Carla. Surtos epidêmicos, teoria miasmática e teoria bacteriológica: instrumentos de intervenção nos comportamentos dos habitantes da cidade do século XIX e início do XX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Alexandre dos. "A Deus pela ciência; à ciência por Deus": os discursos religiosos e científicos do Colégio Diocesano Pio X – Paraíba (1910-1954). 2020. 270f. Tese. (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVEIRA, Anny J. Torres. A medicina e a influenza espanhola de 1918. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 19, pp. 91-105, 2005.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. *Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924)*. 2º Edição. Rio de Janeiro: AMCGuedes, 2016.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. *Physicamente vigorosos: medicalização escolar e modelação de corpos na Paraíba (1913-1942)*. 2015. 271f. Tese. (Pós-Graduação em Educação) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

## **Pós-abolição no Recôncavo Baiano: uma análise do perfil social das trabalhadoras das manufaturas de charutos e cigarrilhas (1910-1950)**

 Carlos Augusto Santos Neri Braga\*

**Resumo:** A proposta deste artigo é tratar da composição social das manufaturas de charutos das cidades de São Félix e Muritiba, no Recôncavo Baiano entre os anos de 1910 e 1950. Busco investigar 1.511 *Registros dos Empregados da Cia. de Charutos Dannemann*, relatos de viajantes e a imprensa local para analisar o perfil social deste setor, mas também identificar os impactos deste grande contingente de operárias nas cidades supracitadas. Dessa forma, pretendo jogar luz sobre como as relações de trabalho funcionaram como dispositivos para a manutenção das hierarquias raciais no pós-abolição. O aporte teórico-metodológico que usei foi um aparato inspirado na História Social do Trabalho, e nas possibilidades de interpretação a partir do uso heurístico da interseccionalidade. Os dados apresentados concluem que as mulheres negras predominaram na produção de charutos e foram fixadas nos trabalhos manuais por diferentes eixos de gênero e de raça.

**Palavras-chave:** Mulheres Negras, Recôncavo Baiano, Manufaturas.

## **Post-abolition in the Recôncavo Baiano: an analysis of the social profile of female cigar and cigarillo factory workers (1910-1950)**

**Abstract:** The purpose of this article is to deal with the social composition of cigar manufactures in the cities of São Félix and Muritiba, in the Recôncavo Baiano, between the years of 1910 and 1950. I seek to investigate 1,511 employee records of Cia. de Charutos Dannemann, reports from travelers and the local press to analyze the social profile of this sector, but also to identify the impacts of this large contingent of workers in the aforementioned cities. In this way, I intend to shed light on how labor relations functioned as devices for the maintenance of racial hierarchies in the post-abolition period. This social composition of the population of the Recôncavo Baiano, and of the workforce employed in the tobacco complex, had a different profile from the classic image created for the Brazilian working class. The theoretical-methodological approach I used was an apparatus inspired by the Social History of Work, and the possibilities of interpretation based on the heuristic use of intersectionality.

**Keywords:** Black Women, Recôncavo Baiano, Manufactures.

---

\* Doutorando em História Social pela Unicamp-SP. Essa pesquisa foi realizada entre 2018-2021 com apoio financeiro da CAPES. E-mail: gutto\_guitar@hotmail.com



## Introdução

**Imagem 1: Ficha de registro da operária Maria Roberta da Silva**

30940 393764  
Banco de Clivier

**REGISTRO DOS EMPREGADOS**

DA FIRMA Companhia de Charutos Dannemann N. 741

O Sr.ª *Maria Roberta da Silva* nacionalidade *Brasileira*  
Estado civil *Casada* com *68* anos de idade, nascido na  
cidade *Jacobina* em *9* de *Fevereiro* de *1870*  
filiação (Paterna *Antônio Benedicto*)  
(Materna *Maria Moncca*)  
residente a rua *Rua da Estação* n. - na cidade *São Félix* portador da  
Carteira Profissional n. - serie - foi admitido em *14* de *Dezembro* de *1915* na qualidade  
de *Destaladeira* com os vencimentos de Rs. *5* *Sarjeia*  
(*Variações*)  
para trabalhar normalmente das *8* às *17* horas, com os intervallos de *1* horas para refeição e descanso  
beneficiários.  
Observações:  
*São Félix 28 de Janeiro de 1938*  
Assinatura do Empregado  
*Bartholomeu Mattos*  
Procure a ficha de anotações

**Fonte:** AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann

Na imagem acima, trago um dos *Registros dos Empregados da firma Cia. de Charutos Dannemann*. Este pertenceu à operária Maria Roberta da Silva, nascida na cidade de Jacobina aos nove dias do mês de fevereiro de 1870, filha de Antônio Benedicto e Maria Moncca (?). Na ocasião do registro, em 1938, Maria Roberta informou ser casada, ter 68 anos e morar na Rua da Estação, em São Félix. Pela fotografia presente, percebo ser ela de cor preta<sup>1</sup> e os demais dados dizem ter sido empregada como *destaladeira de fumos* aos 45 anos em 1915. As anotações do verso da ficha dizem respeito aos pagamentos das férias dos anos de 1937, 1938 e 1939 e a ausência de

<sup>1</sup> Como pesquisador, dotado de subjetividades, busquei inferir sobre as fotografias uma identificação para fins analíticos estando ciente que essa identificação resulta de categorias manipuladas por mim e que podem escapar à realidade social analisada. Esse exercício busca o enfrentamento dos silêncios das fontes sobre a cor da classe trabalhadora. Aprofundei o uso dessa metodologia na pesquisa *Operárias Negras* (Braga, 2021).

quaisquer informações para os anos seguintes sugere seu desligamento da empresa a partir dos anos 1940.

Em outra caixa, onde se avolumavam mais algumas dezenas de registros, identifiquei a ficha de outra operária, pertencente a Augusta Roberta da Silva, nascida em Mundo Novo aos vinte e três dias do mês de agosto de 1894, filha de Manoel Fillipe da Anunciação e de Maria Roberta da Silva, provável ser aquela mesma do documento em tela. Augusta foi admitida pela empresa aos 12 anos de idade como *charuteira* e por sua fotografia também a percebi ser de cor preta. No protocolo de preenchimento da ficha em 1938, ela informou ter 44 anos, ser casada e residir na Ladeira da Misericórdia, número 14, na cidade de São Félix.

Outra moradora deste mesmo endereço foi sua filha Enedina Silva, que em 1930 também foi admitida pela *Cia. de Charutos Dannemann* na função de *charuteira*, ano que completaria 14 anos e diferente de sua avó e de sua mãe, apresentou a assinatura de próprio punho. Ela informou ser solteira, ter 21 anos e ter nascido em São Félix aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1916, ser filha de Joaquim Francisco de Araújo e da operária Augusta Roberta da Silva. No rodapé do registro, foi escrito à lápis "Rua Avenida São Diogo". A recorrência dessas notas em outras fichas, me fez acreditar ter mudado de endereço e informado algum tempo depois, a fim de atualizar à firma. Na leitura das anotações do verso do documento percebi que a regularidade do pagamento das férias e do imposto sindical sugere que a operária pode ter permanecido no trabalho pelo menos até os idos de 1946 (Registros dos Empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*).<sup>2</sup>

A primeira da família que teve ocupação na *Cia. de Charutos Dannemann* foi Augusta R. Silva em 1906. Foi preciso esperar quase uma década para que a sua mãe, Maria Roberta, também fosse empregada. Não deve ter passado despercebido aos patrões o aparente comportamento exemplar na ficha de Augusta. A ausência de quaisquer anotações de desagrado ou suspensões talvez tivesse sido traduzida como boa reputação construída pela

---

<sup>2</sup> Foram 1.511 fichas de registro analisadas, que estão organizadas em 12 caixas por ordem alfabética no Arquivo Municipal de São Félix. Os registros foram produzidos desde 1935 e as informações das admissões das operárias são anteriores a esse período, desde o século XIX até 1948.

trabalhadora. Ao longo dos anos de trabalho, imagino que criou ali redes de sociabilidades suficientes para garantir o contrato de sua mãe e mais tarde de sua filha Enedina. Observei que as fichas de Augusta e de Enedina da Silva, por exemplo, foram preenchidas no mesmo dia, aos 25 de fevereiro de 1938. A ficha de Maria R. da Silva, fora feita um mês antes (Registros dos Empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*). Se por um lado, os laços construídos nas relações de trabalho possibilitaram as operárias garantirem a permanência e o acesso ao trabalho aos outros membros da família, por outro, a empresa poderia identificar essas ações com bons olhos, ao empregar pessoas “conhecidas” ou do mesmo grupo familiar. Talvez, indícios das expectativas patronais de controle social através da família.

O acesso aos mundos do trabalho, a busca pela autonomia, sobrevivência e a organização da família faziam parte dos diversos projetos de liberdade da população negra liberta nos processos de lutas que culminaram na abolição do regime escravista. A esse respeito, chama a atenção o caso de Maria Roberta da Silva, nascida em 1870, um ano antes da *Lei do Ventre Livre*.<sup>3</sup> Isso pode indicar alguma probabilidade de ter sido vítima da escravidão. De qualquer forma, por razão desconhecida, em algum momento entre o nascimento em 1894 e a admissão de Augusta Roberta em 1906, a operária Maria Roberta da Silva migrou de Mundo Novo para a cidade de São Félix. O que ela esperava encontrar por lá?

A escolha dessas três fichas para abrir este artigo teve o propósito de demonstrar como diferentes gerações de trabalhadoras tiveram experiências comuns no trabalho fumageiro. Portanto, nosso objetivo é analisar a composição social desse importante segmento manufatureiro presente nas cidades de Cachoeira, Muritiba e São Félix para jogar luz sobre a formação da classe trabalhadora no Recôncavo Baiano<sup>4</sup>, em especial, levando em consideração o contexto do pós-abolição. O recorte temporal escolhido foi aquele circunscrito pela análise serial das fontes, sem desconsiderar que

---

<sup>3</sup> A Lei do Ventre Livre determinava a liberdade jurídica dos filhos e das filhas de mulheres escravizadas, contudo, a criança continuaria sobre a tutela senhorial.

<sup>4</sup> O Recôncavo Baiano é considerado uma região no Estado da Bahia, com formação histórica desde o período colonial, em que pese um conjunto amplo de cidades, o recorte apresentado nessa pesquisa circunscreve o seu uso somente para as cidades de Cachoeira, Muritiba e São Félix.

entre as décadas de 1910 e 1950 foi um contexto marcado por flutuações econômicas nas empresas e pela agitação das operárias nas lutas contra exploração. Contudo, neste artigo quero apresentar ao público leitor um caminho percorrido a partir da problemática de pesquisa: como a racialização e o/do gênero operaram como dispositivos de organização do trabalho nas empresas de manufaturas de charutos e cigarrilhas do Recôncavo Baiano?

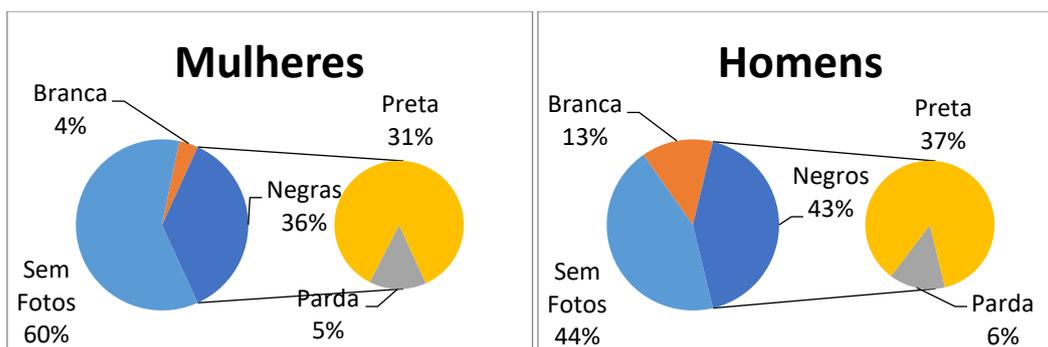
### **Recôncavo Baiano: migrações e trabalho no pós-abolição**

O historiador Walter Fraga Filho, em importante estudo sobre as experiências migratórias de ex-escravizados e seus descendentes no pós-abolição, demonstrou que os centros urbanos se constituíram numa das formas de sobrevivência, mas também de expectativa de liberdade para a população negra egressa do cativeiro. Isso porque em alguma medida, se buscou a autonomia através do trabalho oferecido naquelas cidades. No Recôncavo Baiano, Cachoeira, São Félix, Santo Amaro e Maragogipe eram importantes polos atrativos. O autor ressalta que as possibilidades de escolha para migrar ou permanecer eram mais reduzidas para as mulheres, por conta dos significados revestidos para o feminino produzidos naquela sociedade. Ser uma mulher de idade avançada ou ter de cuidar da prole e de parentes idosos, por exemplo, poderia conotar fortes fatores para que diminuíssem essa margem de escolha (Fraga, 1998: 10). Os marcadores sociais que pairavam sobre as mulheres negras pesaram para a decisão de partida, mas não desencorajaram a operária Maria Roberta e sua filha. Um levantamento que fiz de 107 fichas, somente referente às pessoas nascidas no século XIX, revelou ter entre elas 79 operárias e 28 operários. Todas essas pessoas migraram rumo à São Félix. Provavelmente carregadas de expectativas, mas também de incertezas, para enfrentar os desafios de uma conjuntura de reorganização do trabalho livre e de precariedade das condições raciais hierarquizantes (Registros dos Empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*).

Em outro levantamento, elaborei uma segunda amostragem com o propósito de sinalizar o fluxo de operárias que migraram durante o século XX. Dos 1.511 registros dos empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*

localizados no Arquivo Municipal de São Félix aproveitei 1.467 fichas para analisar a composição social das trabalhadoras fumageiras. Todas as fichas selecionadas eram da manufatura com sede em São Félix e da filial em Muritiba, preenchidas entre os anos de 1935 e 1948.<sup>5</sup> Identifiquei 499 registros pertencentes às pessoas migrantes, que nasceram fora dos municípios de Muritiba, de São Félix ou de Cachoeira. Considerei o número substancial, pois representa 34% do universo total das trabalhadoras empregadas na *Cia. de Charutos Dannemann*. Tirei uma primeira amostragem do perfil social da força de trabalho migratória, que foi caracterizada pela presença de 22% da força de trabalho masculina junto à presença esmagadora de 78% das mulheres das 499 fichas. Abaixo, apresento um gráfico com a amostragem somente das trabalhadoras migrantes:

**Gráfico 1:** perfil social das trabalhadoras migrantes



**Fonte:** AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann

Em contraponto, o contingente de trabalhadoras nascidas na região foi peso majoritário, como observou o técnico Agrícola Gregório Bondar "A mão de obra no fabrico dos charutos, cigarros e comércio do fumo é quase exclusivamente nacional e na terra dos charutos São Félix, Maragogipe e Cachoeira é fornecida pelos moradores dessas cidades" (1923: 292). Entretanto, parece importante considerar que os 66% da força de trabalho local pudesse se remeter às trabalhadoras e trabalhadores oriundos das

<sup>5</sup> As demais fichas foram dispensadas desta análise por trazerem dados de outras filiais ou lojas que eram localizadas fora do eixo de recorte espacial escolhido para pensar a migração.

zonas rurais das cidades ou de distritos próximos, cuja informação pode estar subsumida nas fichas, pois foram raras as vezes que este tipo menção apareceu na documentação (Registros dos Empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*).

De outra forma, analisei o total de fichas e o perfil social das operárias. A partir dessa base de dados, a presença das mulheres foi majoritária, registrada pela importante cifra de 74% das 1.467 fichas catalogadas. Mais uma vez, por meio do reconhecimento da cor das 397 fotografias disponíveis nas fichas, a força de trabalho feminina foi estimada em 80% de mulheres de cor preta, 13% de cor parda, e 7% de cor branca. A presença masculina no setor fumageiro, das 209 fichas com fotografias, correspondeu em termos de cor em 66% de cor preta, 11% de cor parda, 23% de cor branca. Embora tenha encontrado a presença de alemães e em menor grau de suíços, sempre na gerência e nos altos cargos da firma, não encontrei operários imigrantes nas fichas (Registros dos Empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*).

Essa composição social da população do Recôncavo Baiano, e da força de trabalho empregada no complexo fumageiro teve um perfil diferente da imagem clássica criada para a classe trabalhadora brasileira. A historiografia do trabalho há muito vem alertando que é preciso romper com noções cristalizadas sobre a história dos trabalhadores e já sabemos que falar em uma classe operária, branca, masculina e fabril, para o Brasil do início do século XX é falsear a realidade histórica (Batalha, 2008: 165). O contexto que encontrei passou longe do processo migratório de trabalhadoras e trabalhadores europeus (Castellucci, 2004: 75-77), que visavam “substituir” a força de trabalho nacional no pós-abolição (Lara, 1998, 25-28) e atendiam ao projeto de embranquecimento da população (Schwarcz, 1998).

O grande número de migrantes e de remanescentes do século XIX na composição social da força de trabalho fumageira pode ser devedor da economia do açúcar, que esteve em crise nos anos finais do século XIX, acentuada pela emancipação. Esta economia liberou grande número de trabalhadoras e trabalhadores, boa parte delas advindas do cativo das *plantations* (Barickman, 1998). O complexo fumageiro tem sua formação no Recôncavo desde o século XVII, com origens assentadas nas pequenas

plantações de fumo. Segundo B. J. Barickman, o uso generalizado da força de trabalho cativa, originou no Recôncavo Baiano uma das mais densas populações escravizadas encontradas no Brasil, que ao início do século XIX chegou à cifra de 89 mil, e continuaria em números elevados em 1872-73 entre 72 e 81 mil. Portanto, as *plantations* de açúcar tornaram numerosa a presença de trabalhadoras e trabalhadores escravizados, mas não se deve minimizar o peso da fumicultura. Barickman adverte que durante o século XIX, também se utilizou quantidades consideráveis de trabalhadores escravizados no cultivo do fumo, embora não fosse totalmente dependente do tráfico atlântico, a garantia esteve sustentada na reprodução ao longo prazo desta força de trabalho (Barickman, 2003: 216; 259-261).

Nos centros urbanos a absorção da força de trabalho nas empresas fumageiras já pode ser encontrada também desde o século XIX. E nas manufaturas os indícios apontam que havia várias modalidades de exploração do trabalho. Em nota, o memorialista Ubaldo Marques Porto Filho reproduz um trecho do jornal *O Guarany* de Cachoeira do dia 16 de maio de 1878 onde diz que

despareceu da *Fábrica S. Carlos*, na noite de 29, a escrava Izabel, crioula, baixa, seca, tipo africano – isto é, parecendo nagô. Levou saia de yayá de ouro, e muita roupa em uma grande trouxa. Recompensa-se a quem a pegar, conforme a distância (Porto filho, 2004: 12).

O historiador Clíssio S. Santana analisou as experiências de trabalhadores escravizados e libertos na comarca da Cachoeira ao longo do século XIX e observou que o emprego nas manufaturas e nos armazéns articulou diferentes formas de exploração do trabalho. Debruçado sobre um infeliz episódio do espancamento do garoto Vicente, livre e pardo, menor de 14 anos, caso ocorrido em São Félix no ano de 1854, pelo português Antônio Inácio de Magalhães, o historiador Clíssio Santana percebeu através do processo-crime, que as testemunhas presentes, todas elas trabalhando na fábrica de charutos do mencionado português, não se restringiam ao trabalho livre, e concluiu “que escravos e libertos também fizeram parte daquele universo trabalhista das fábricas oitocentistas” (Santana, 2014: 45-52). Dessa forma, o contexto do final do século XIX deixa legados importantes em

termos de composição e de experiências negras com os mundos do trabalho livre e da escravidão.

As cidades de São Félix e Cachoeira também despontaram como conhecidos entrepostos comerciais no final do século XIX localizados nos limite das zonas do açúcar e do fumo. Mesmo que as fronteiras entre o trabalho escravo e livre não estivessem tão definidas, as atividades do porto via navegação de capotagem, a construção da ponte que conecta até hoje as duas cidades, a instalação da *Estrada de Ferro Central da Bahia* e mais tarde a circulação das pessoas e mercadorias facilitadas através dela, além das muitas possibilidades de trabalho formal no comércio e informal nas ruas foram importantes elementos que atraíram diversos trabalhadores e trabalhadoras em busca de oportunidades.

Alguns observadores contemporâneos deixaram indícios importantes sobre o que poderiam motivar trabalhadoras e trabalhadores negros a mirarem estes centros urbanos. O geógrafo Alfredo Moreira Pinto, na ocasião que visitou Cachoeira e São Félix, na última década do século XIX, mesmo achando ser Cachoeira uma cidade “decadente e velha” diz ele ter encontrado lá, além das 171 casas comerciais, as fábricas alemãs de charutos *Poock & Cia.* com sessenta operários, a fábrica de charutos e serraria *Jezler Hoening* localizada no bairro da Pitanga e outra manufatura de charutos pertencente a *Zacharias Mílhazes* (Pinto, 1935: 71-72).<sup>6</sup> Em outro levantamento, Francisco Vianna listou a presença de duas serrarias e a *fábrica de tecidos S. Carlos* situada na *Fazenda Tororó*, com 53 teares e 125 operários (Vianna, 1893: 273). Em São Félix, Moreira Pinto registrou cinco fábricas de charutos, citou as “mais importantes as de G. Dannemann e Luiz Krueder, a ‘Utilidade’ de Costa Ferreira & Penna e a de Rodemburg & C.” além de ter encontrado dezesseis armazéns de fumo, uma fábrica de cerveja, cinco fábricas de sabão, um curtume, três olarias, uma serraria e trinta e oito casas de diferentes negócios (Pinto, 1935: 121).

Dentro deste universo dos mundos do trabalho, foram as atividades ligadas ao complexo fumageiro que, em termos de concentração de força de

---

<sup>6</sup> Embora date de 1935, esse *Suplemento aos apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil* são os manuscritos póstumos de Alfredo Pinto publicados por seu filho Justiniano Moreira Pinto, escritos na última década do século XIX.

trabalho, demonstraram as mais significativas nas cidades. Interessante, portanto, observar como o fluxo de operárias mobilizadas neste setor industrial aumenta gradualmente durante o desenrolar do século XX. Através dos armazéns de enfardamento, nos trapiches<sup>7</sup> das firmas exportadoras, nas casas comerciais, nas manufaturas de charutos, esses espaços se tornaram importantes centros de absorção de trabalhadoras, sobretudo, para as mulheres negras. Moreira Pinto estimou que a *Cia. de Charutos Dannemann*, por exemplo, ao final do século XIX teria entre o “pessoal ocupado na fábrica e nos armazéns” a “cifra de 400 operários” e operárias, a *Costa Penna & Cia* possuía cerca de 300 trabalhadoras (Pinto, 1935: 121). Testemunhou o viajante para as outras fábricas de São Félix “mais de 3.000 operários, além dos que se empregam nos armazéns onde se beneficia o fumo, fazendo a escolha para as fábricas e para o embarque” (Pinto, 1896: 13).

Em 1911, uma propaganda presente no periódico *O Propulsor* informou que *Cia. de Charutos Dannemann* teve início em 1873 com seis operárias e que se encontravam trabalhando 2.200 (O Propulsor, 1911: 17). Em 1921, os dados fornecidos pela *Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola* demonstraram números consideráveis de trabalhadoras empregadas nas manufaturas em relação ao final do século anterior. A *Cia. de Charutos Dannemann* liderou com a presença de 1.200 operárias contratadas, seguida pela *Costa Penna & Cia* com a cifra de 1.000 incluindo aquelas da filial de Muritiba. Deve ser mencionada também a fábrica *Stender & Cia* com suas 400 operárias, e acompanhar os números da *Suerdieck* em Maragogipe, pois em 1916 possuía 400 trabalhadoras e em 1921 havia mais que dobrado a quantidade, com suas impressionantes 900 operárias (Brasil, 1922: 433-435). Gregório Bondar deixou um registro digno de nota, em 1923:

nas três cidades mencionadas [São Félix, Maragogipe e Cachoeira] as fábricas de charutos dão trabalho acerca de sete mil operárias; delas as de Dannemann ocupam mais de três mil pessoas, Costa Ferreira e Penna mais de mil, Suerdieck mais de mil e duzentas pessoas. As duas mil restantes se distribuem entre fábricas menores e a confecção caseira (Bondar, 1923: 292).

---

<sup>7</sup> Os trapiches eram locais apropriados para a compra do fumo dos pequenos lavradores rurais.

Cabe também mencionar a cidade de Muritiba, que o escritor Anfilóbio de Castro, na primeira metade do século XX, informou ter “quatro grandes fábricas de charutos, e de várias pequenas; de seis armazéns de beneficiamento de fumo e café”. Continuou:

A indústria do fumo é a ocupação de quase a totalidade do seu povo, o qual, embora com qualidades apreciáveis, é pouco instruído e pouco afeiçoado às letras. O efetivo do pessoal com que concorre para as fábricas e armazéns, na cidade e fora dela, calculando entre quatro mil, não há exagero (Castro, 1941: 5;88).

Em outro trecho o autor lamentou a saída das famílias abastadas, enquanto deixou escapar seu desprezo e inconformidade com a chegada da população pobre e negra na primeira metade do século XX:

há transferido residência deste município [Muritiba], principalmente para a capital do Estado, muitas famílias do seu escol social. Infelizmente, têm sido substituídas por humildes vindos de toda parte à busca de meios de vida nos serviços da Indústria do fumo (Castro, 1941: 155).

Se por um lado, um dos representantes das elites locais deixou registrado a sua visão sobre a população negra, por outro, ele informou como até meados da década de 1940 havia migrações que buscavam nas fábricas de charutos expectativas de trabalho. Este aumento do contingente operário naquelas cidades esteve sob essa interpretação ambígua de seus contemporâneos e o fluxo de trabalhadoras e trabalhadores negros não passou despercebido pelas elites locais. Na visão delas, aquilo constituía cada vez mais um problema que deveria ser resolvido o quanto antes.

### **Racialização do trabalho e gênero nas manufaturas**

A historiadora Wlamyra Albuquerque, bem demonstrou que o contexto da abolição do regime escravista foi tomado também pelo temor das elites baianas que enxergavam a população liberta como desobediente e um risco às hierarquias raciais daquela ordem vigente. Foi cultivada entre ex-senhores de engenhos ou homens de estado uma esperança de controle social incisiva sobre a população negra (Albuquerque, 2009: 98-137). Dessa forma, o historiador Eliseu Silva, em instigante estudo sobre as práticas de roubos e furtos em Cachoeira, percebeu que a movimentação de trabalhadores refletiu

no aumento geral da população cachoeirana, mas também nas queixas do corpo da polícia e dos periódicos locais, uma vez que essas elites atribuíram a elevação da criminalidade no final do século XIX ao aumento da população negra na cidade (Silva, 2019: 39). Também nos idos de 1915, o historiador Edmar Ferreira Santos diz que alguns setores letrados de Cachoeira associavam a população pobre à ociosidade, à incivilidade e à criminalidade. Estes setores achavam “necessário vigiar cuidadosamente o povo e, quando preciso, aplicar punições que levassem os indivíduos à disciplina do trabalho, fazendo-os deixar de lado os vícios nos quais estavam imersos” (Santos, 2009: 24).

Isto parece iluminar a criminalização que as elites locais lançavam diante das práticas culturais da população negra, das quais estão também envolvidas as operárias das fábricas. Em São Félix, por exemplo, o tom dado pelo periódico *O Propulsor* sobre “os sambas e os desordeiros” parece emblemático. A publicação buscou noticiar um conflito entre dois homens, que “pelos 3 horas da madrugada” se enfrentaram. Acusou o jornal que o caso terminou a “facadas no perigoso subúrbio”. Para o periódico, o confronto físico entre aqueles homens esteve muito mais associado ao samba e com “aquele pessoal da zona do Salva-vida, subúrbio desta cidade [que] anda sempre às voltas com a polícia, pelos desatinos cometidos, e não se corrige”. Ainda segundo o periódico sanfelixta, os sambas “acaba[va]m sempre assim” (*O Propulsor*, 1916: 1). Acontece que o bairro do Salva-vida, onde “o samba retumbava!”, era também onde se concentrou a maior parte das operárias da *Cia. de Charutos Dannemann*. Segundo os *Registros dos Empregados* havia mais de 160 fumageiras que indicaram residir naquele bairro.

É compreensível que as perseguições à população negra estejam afetadas pela exigência e pelo desacordo das elites locais com a suposta incivilidade dos de baixo, a partir de uma interpretação racializada das práticas culturais. Em resposta, o trabalho foi uma das maneiras de disciplina e de controle social. Em 1916, algumas edições do jornal *O Propulsor* anunciavam ao público leitor sanfelixta publicações que elegeram o trabalho como “a mais poderosa arma contra a ociosidade que corrompe a alma e debilita o corpo, tornando-o inútil a qualquer mister, incapaz de praticar

qualquer ato que continua para o seu aperfeiçoamento” (O Propulsor, 1916: 1), “a página mais bela e sublime do contingente humano” que “glorifica, honra e enobrece”. Não foi ao acaso, que um destes artigos recebeu a assinatura do conhecido ensaísta racalista Sylvio Romero (O Propulsor, 1916: 1). A referência é exemplar da interceptação de classe e definições raciais como destinos combinados no imaginário das elites sanfelixtas. Com esse sentimento, o mesmo jornal considerou que “com a nova orientação que Geraldo Dannemann imprimiu em S. Félix, empregando as suas fábricas mais de mil pessoas, a população modificou para melhor os seus hábitos de vida; S. Félix cresceu e prosperou” (O Propulsor, 1911: 4).

Aparentemente, o discurso contra ociosidade escondeu a necessidade do patronato submeter a população negra ao controle, à espoliação do trabalho sob sua guarda e garantir a permanência das hierarquias raciais. O trabalho operou como espaço, dispositivo, e também como justificativa social para trazer o disciplinamento e a ordem moral desejada pelos setores da elite branca baiana. Sinais dos imperativos de classe e de racialização, quase sempre inseparáveis, como orientadores das perseguições das manifestações e das referências socioculturais da população negra.

Dessa forma, a ocupação dos altos cargos nas empresas também lançava sobre a sociedade expectativas sociais das masculinidades hegemônicas, das definições raciais e de prestígio para as classes abastadas, ou seja, ser homem branco. Isto pode indicar como o trabalho das mulheres negras aparece subsumido pela presença de um patronato predominantemente masculino e branco. Em edição especial pelo seu 15º ano de fundação, em 15 de Outubro de 1911, o periódico *O Propulsor* decidiu fazer uma homenagem aos homens “ilustres” e “honrados” da cidade de São Félix. Dentre estes, Geraldo Dannemann e Manoel da Costa Penna receberam significativa atenção. Com bastante entusiasmo, o jornal tratou de fazer uma breve biografia dos industriários, ao qual retirei alguns fragmentos para a análise:

[Geraldo Dannemann] ao seu **labor contínuo**, a sua **inteligência esclarecida**, deveu a prosperidade do seu estabelecimento. Tornou-se um industrial poderoso e muitas centenas de **pessoas pobres, de ambos os sexos**, foram encontrar nas acreditadas fábricas de charutos que criou **os**

**meios de subsistência.** Mostrou como se deve e se pode aproveitar o **trabalho da mulher, decentemente e sem explorá-la.** (...) Ao **honrado e inteligente industrial** que, atualmente se acha na sua pátria de nascimento, enviamos hoje sinceras saudações, estampando o seu retrato como justa homenagem ao seu merecimento.

A princípio [Manoel Costa Penna] foi empresário na fábrica de charutos de Manoel da Costa Ferreira, revelando-se um moço **ativo, trabalhador, honesto e inteligente,** vindo mais tarde a ser, pelo seu merecimento real, um dos proprietários da referida fábrica. (...) A sua fábrica de charutos, uma das mais antigas e acreditadas de S. Félix, **dá trabalho a centenas de pessoas, homens e mulheres.** Ao Sr. Manoel da Costa Penna, que goza entre nós grande estima e respeito, apresentamos as nossas saudações, e em homenagem ao seu indiscutível merecimento, damos hoje o seu retrato [Grifos meus] (O Propulsor, 1911: 4).

Ao descrever ambos empresários como homens honrados e trabalhadores, ativos e pais exemplares, honestos e inteligentes, se revelaram atributos, valores de distinção e deveres esperados dos homens brancos de alta classe naquele contexto histórico. Contudo, na publicação, os grifos que fiz representam aquilo que suspeito serem as construções sociais e expectativas do discurso de mobilidade social através da meritocracia e da eleição das fábricas como benfeitorias sociais, almejados símbolos da prosperidade sanfelixta.

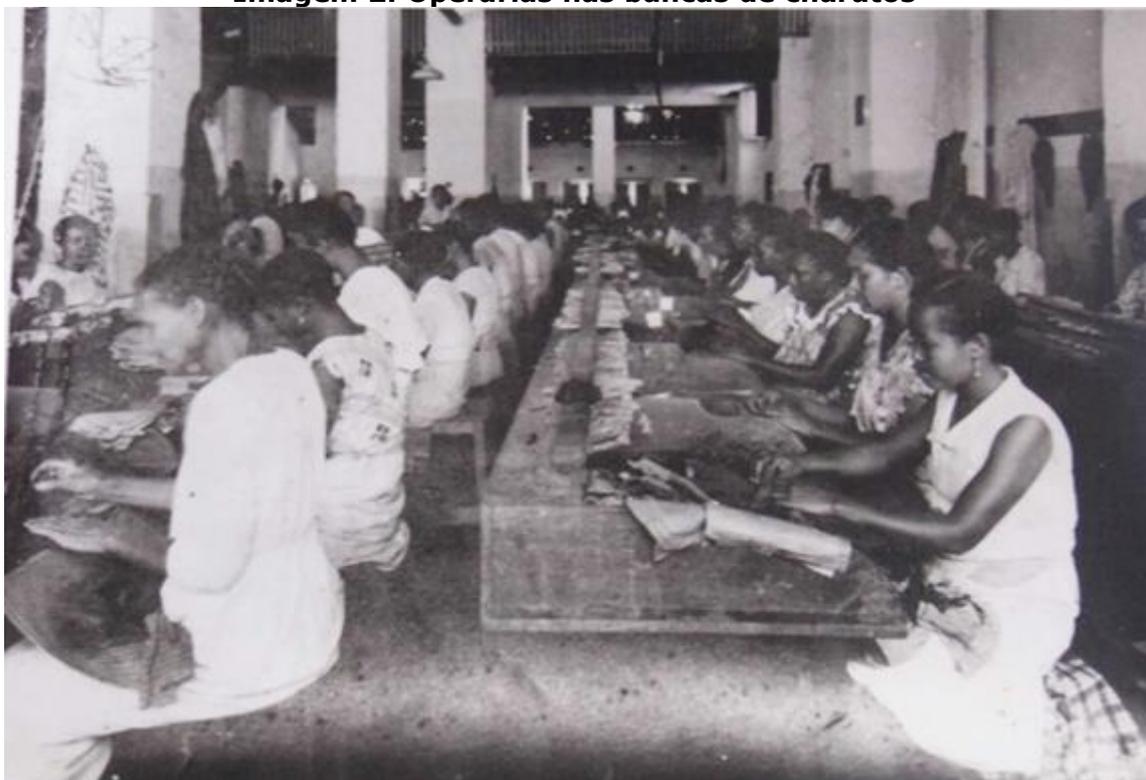
O historiador Alberto Heráclito F. Filho analisou os mundos femininos em Salvador entre 1890 e 1940 e demonstrou que embora fosse recorrente a busca pela domesticação das mulheres de elite a partir de um modelo de feminilidade perseguido pela sociedade republicana, isso ocorreu em passos diferentes, sobretudo, para as mulheres negras e pelo cruzamento de diferentes marcadores sociais (Ferreira Filho, 2003: 61-113). Dessa forma, os termos grifados também marcam a percepção de excepcionalidade do trabalho feminino pelo periódico e a necessidade de justificar a presença das mulheres negras nas fábricas, um espaço público por excelência, dentro dos padrões "decentes" e supostamente fora da "exploração". Sempre uma oposição de exaltação da honra dos homens em contraponto ao uso da força de trabalho das mulheres negras dentro de uma moral benfeitora.

O tema da "exploração" indicado no jornal pode esvanecer uma referência aos legados do labor manual do período da escravidão, opondo

estes ao modelo de emprego assalariado dos industriais sob a moral acerca do trabalho erigido na fundação da República. Da mesma forma, não escapa a intenção do jornal que o trabalho das mulheres negras tinha menos brio em relação ao trabalho dos homens, e só atingiu algum reconhecimento sob o imperativo da “inteligência” do capitalista Geraldo Dannemann. Esteve afirmada ali a oposição das construções sociais sobre o trabalho feminino e trabalho masculino, mas também, a valorização dos empresários na ação de redenção da classe trabalhadora.

### **Divisão racial e sexual do trabalho**

**Imagem 2: Operárias nas bancas de charutos**



**Fonte:** AMSF. Série: Fotos da Família *Dannemann*. Salão da *Cia. de Charutos Dannemann* (primeira metade século XX).

Acima trago uma fotografia que mostra a área interna do prédio *Cia. de Charutos Dannemann*, em São Félix. Ela contempla preferencialmente o proletariado feminino e o laborar nas bancas de charutos, e privilegia outro dado importante, novamente, a identificação da cor dessas trabalhadoras; eram majoritariamente negras. Desta maneira, optei pelas fotografias como

testemunhas involuntárias da cor das operárias e os meios que pudessem transpassar os silêncios das fontes e elaborei a seguinte tabela a partir da interpretação das fotografias dos *Registros dos Empregados*<sup>8</sup>:

**Tabela 1: Quadro organizacional da empresa *Cia. de Charutos Dannemann* (1910-1950)**

		Sem fotografias	Negras(os)	Branças(os)	Total
<b>Ocupações no trabalho</b>	Mulheres	<b>63%</b> (692)	<b>34%</b> (370)	<b>3%</b> (31)	1.093
	Homens	<b>46%</b> (169)	<b>43%</b> (158)	<b>11%</b> (41)	368
<b>Ocupações na gerência</b>	Mulheres	-	-	-	0
	Homens	<b>46%</b> (23)	<b>12%</b> (6)	<b>42%</b> (21)	50
<b>Total</b>		<b>884</b>	<b>534</b>	<b>93</b>	<b>1.511</b>

**Fonte:** AMSF. Série: fábricas de charutos. Sub-série: Dannemann. Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*

O planejamento e o controle dos processos de trabalho nas manufaturas recorrentemente impôs uma divisão estrita das ocupações ao longo das atividades produtivas que demarcaram lugares raciais e de gênero nas empresas fumageiras. A despeito dos rendimentos salariais, o que esteve central na divisão sexual e também racial do trabalho na fabricação de charutos foi a separação entre execução e concepção do trabalho (Braga, 2021). Ocorreu nestas empresas a formação de um *aparelho burocrático de direção* como prática social dos capitalistas em resposta ao conflito implícito da produção: o conteúdo da hora do trabalho (Castoriadis, 1985). Isto, sobretudo, pode ser observado através da organização técnica-organizativa dos lugares sociais conforme a tabela supracitada.

A organização técnica dos espaços físicos, a fragmentação integrada da produção e a redução do trabalho ao nível parcial dentro das empresas foram tentativas constantes de controle capitalista do tempo de trabalho (Braga, 2021).<sup>9</sup> Mesmo a divisão horizontal dos processos laborais não foi suficiente para que as operárias pudessem fornecer o “conteúdo de trabalho” esperado

<sup>8</sup> Diferente da amostragem demonstrada na primeira seção deste artigo, para a organização desta tabela, usei todas as fichas encontradas. Isto significa que não fiz distinção do local de trabalho, considerando, todas as lojas, filiais e casas de negócio da *Cia. de Charutos Dannemann*.

<sup>9</sup> Esse processo foi marcado pela proletarização das charuteiras. Nas manufaturas o laborar com os charutos desapareceu em sua forma artesanal, e foi característica fundamental o fracionamento integral das tarefas em ocupações que especializaram as operárias em etapas distintas da fabricação de charutos e cigarrilhas.

pelos capitalistas, mas sua existência expõe a expectativa patronal de racionalização para o aumento da produção e também para o disciplinamento da força de trabalho.

Observa-se que as funções distribuídas entre os homens e as mulheres<sup>10</sup> são confirmadas como um planejamento divisório das tarefas tanto em termos de gênero como raciais. As atividades ocupadas por homens eram mais diversificadas em relação às funções, mas também atravessavam toda a hierarquia nas manufaturas. Excetuando a ocupação dos *escolhedores de fumo*, todas as atividades em que se encontravam homens são caracterizadas pela baixa incorporação de força de trabalho. O contraponto foram as ocupações destinadas às mulheres negras, sempre agrupadas exclusivamente com os trabalhos manuais e em contato direto com as folhas de fumo. Para os homens negros foi garantida a possibilidade de atravessar a linha de cor pela via da masculinidade, que fixava as mulheres negras na execução, e conquistar espaços no controle do trabalho. Isto revela a possibilidade aberta aos homens em construir carreiras dentro das empresas fumageiras, embora para os homens negros os limites fossem os cargos de *mestres* e *contramestres*, da pequena gerência, pois não encontrei homens negros como gestores de alto escalão das fábricas. Dessa forma, fica identificado um sexismo da gerência organizacional da *Cia. de Charutos Dannemann* e a racialização do gênero na formação de homens negros no controle de outros sujeitos subalternizados.

Desperta o interesse, que nas atividades do secretariado dessas empresas consta a existência de Lenira Fialho de Oliveira, branca, 25 anos, na função de escritório na filial da loja *Cia. de Charutos Dannemann* em Recife, Pernambuco, percebendo mensalmente 400,000 réis, e também Jucedly Calvacanti de Melo e Silva, 20 anos, branca, na função de escritório

---

<sup>10</sup> Seguem as funções distribuídas nas ocupações do trabalho nas manufaturas: Ajudante da Embalagem, Aneladeira, Aprendiz, Apontador, Banca de Capa, Carapina/Carpinteiro, Carapina/Serrador, Carpinteiro, Carregador, Carregador Braçal, Catadeira, Charuteira, Cigarreira, Contador de Charutos, Destaladeira de Fumo, Distribuidor de Aviamentos, Embalador, Empapeladeira, Encaixadeira, Encaixador, Escolhedor de Fumo, Ferrador de Caixas, Ferrador de Caixas, Grampeador de Caixa, Operária de fumo, Operário em fumo, Passadeira, Pedreiro (Carapina), Perfurador (de selos), Planeador de Caixas, Pregador, Preseiro/Na prensa, Raloeira, Seladeira, Servente, Servente (em caixa), Servente na Selagem (*Registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann*).

(caixa), percebendo 400,000 réis na loja presente no Rio de Janeiro (Registros dos Empregados da *Cia. de Charutos Dannemann*).<sup>11</sup> Estes eram os cargos mais altos que mulheres poderiam ocupar, ainda que sejam também de execução, eles demonstram um substancial rendimento em comparação ao salários das charuteiras.<sup>12</sup> Ao que pese a qualificação dessas trabalhadoras, não podemos minimizar o seu acesso ao serviço de secretariado, que embora tenha consigo aspectos históricos de feminização, explicita a preferência das empresas no contrato dessas moças a partir de sua cor da pele. As mulheres brancas atingiram cargos feminizados com altas remunerações pela via racial, ainda que esses cargos continuassem submetidos ao controle masculino dos homens brancos.

Uma expressão dos racismos de gênero que afetaram as experiências das mulheres negras excluindo-as dos modelos de feminilidade compartilhadas pelas mulheres brancas (Davis, 2016: 15-41). Como bem alertou Luiza Bairros, esses trabalhos dados como supostamente femininos, geralmente vêm acompanhados da justificativa da “boa aparência” como código que esconde critérios raciais (Bairros, 1988: 319; Gonzalez, 2020: 20-38). A interceptação de definições raciais e de gênero impediu que mulheres negras conhecessem outros espaços de experiência na *Cia. de Charutos Dannemann* no período analisado. Segundo Kimberlé Crenshaw, mulheres racializadas têm suas experiências confrontadas pela discriminação, quando são consideradas inapropriadas para empregos dados como femininos, ou também encontram limites de acesso a ocupações ditas masculinas (Crenshaw, 2002: 179).

Desta maneira, o conjunto de fichas analisadas permite afirmar que distintos marcadores sociais foram combinados e sinalizam a fixação das mulheres negras na execução que garantiu a exploração das suas forças de trabalho e impediu a mobilidade das operárias nas empresas fumageiras. Os

---

<sup>11</sup> Há também o registro de uma enfermeira entre as fichas, mas infelizmente não há fotografia que permita a incorporação nesta análise.

<sup>12</sup> Uma análise dos salários das operárias, as charuteiras tinham um rendimento médio de 143,00 Réis (*Registros dos empregados da Cia. de Charutos Dannemann*). Uma análise contextual, sabemos que “no Estado da Bahia, [...] foram fixados quatro salários mínimos, sendo de 150\$ para a Capital e alguns municípios equiparados e de 120\$, 110\$ e 90\$000 para outros municípios do interior. Nesse Estado, o salário médio encontrado no interior foi 114\$800 e na Capital de 167\$800” (Brasil. 1941: 301-302).

racismos de gênero operaram da seguinte forma: admitiram pela via racial acesso a melhores rendimentos, no caso das mulheres brancas e pela via do gênero permitiram a mobilidade social dos homens negros nas atividades de gerência. Dessa maneira, os imperativos de racialização do gênero mediaram as experiências de classe das mulheres negras neste setor analisado. Segundo Luiza Bairos, a divisão racial do trabalho e a sua manutenção é garantida pela criação e recriação de lugares subalternos dentro da estrutura produtiva, que são essenciais ao processo de exploração e ainda que trabalhadores brancos tenham sofridos os impulsos de sua incorporação pelo capitalismo, isto é compensado pelo encontro de posições privilegiadas diante da situação do trabalhador negro (1938: 302).

### **Considerações finais**

Este artigo buscou analisar os indícios e evidências da formação da composição social das fumageiras, em termos de gênero, de cor e definições raciais, também pelas migrações ou pela possibilidade dos legados da abolição, como constituintes das expressões de experiência das trabalhadoras do setor fumageiro. Como ficou demonstrado, nas primeiras décadas do século XX, as indústrias de charutos e cigarrilhas alcançaram a estabilidade de suas exportações, ao passo que também ocorreu, como apontam os relatos de viajantes, um gradativo aumento do número da força de trabalho nas cidades de São Félix e Muritiba e indicou a mobilização das operárias que a *Cia. de Charutos Dannemann* e da *Costa Penna & Cia* poderiam causar nestas cidades. Os dados apontaram um perfil social predominante de mulheres negras nascidas no Recôncavo, e outras, migrantes de outras partes da Bahia. Embora os centros urbanos representassem novas expectativas de liberdade, a população negra teve de enfrentar o agenciamento dos setores brancos e abastados em busca do enrijecimento de controle social. De toda forma, foi este crescente número de operárias negras que formou as fileiras da classe trabalhadora da sociedade sanfelixta, cachoeirana e também muritibana.

Nas manufaturas, o sujeitamento dos lugares da "execução" imposto às mulheres negras fez parte de um pensamento estratégico racional, que

tentou reproduzir as dinâmicas de diferenciação e hierarquias raciais e de gênero, como parte de um planejamento de gestão da força de trabalho. Dessa forma, o modelo de produção capitalista estabeleceu sobre si atravessamentos dos eixos de opressões de racialização do gênero, como tecnologias de dominação diante das resistências da classe trabalhadora. Para isto, a recriação das hierarquias sociais foram manifestações do desejo patronal em se fazer valer das assimetrias de seu tempo como garantias da maximização dos lucros.

## Referências bibliográficas

### Fontes

#### Arquivo Municipal de São Félix

Caixas dos *Registros dos Empregados da Cia. da firma Cia. de Charutos Dannemann*

Caixas de *Correspondências Internas da Cia. de Charutos Dannemann*

Geraldo Dannemann. *O Propulsor*, p. 4, 15 de Out. 1911.

*O Propulsor*, p. 17, 15 de Out. 1911.

O trabalho. *O Propulsor*, São Félix, Ano XX, N.109, p.1, 25 de Jul. 1916.

O trabalho. *O Propulsor*, São Félix, Ano XX, N.117, p.3, 3 de Ago. 1916.

Os sambas e os desordeiros. *O Propulsor*, São Félix, Ano XX, N.102, p.1, 17 de Jul. 1916.

**Biblioteca Digital do Senado Federal**  
(<https://www2.senado.leg.br/bdsf/> )

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil* (F-O). Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1896. p.13.

PINTO, Alfredo Moreira. *Suplemento aos apontamentos para o dicionário geográfico do Brasil*. Imprensa Nacional, Rio De Janeiro, 1935. p. 71-72.

VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typ. E Enc. do Diário da Bahia, 1893.

**Internet Archive** (<https://archive.org/>)

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomentos Agrícolas. Aspectos da economia rural brasileira. Rio de Janeiro: Oficinas Graphics Villas Boas, 1922, p. 432.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relação das condições geográficas, econômicas e sociais (1940-1941)*. Rio de Janeiro: Est. de Artes Graph, C. Mendes Junior, 1941.

## **Bibliografia**

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BRAGA, Carlos Augusto Santos Neri. *Operárias negras: lutas e controle patronal na Cia. de Charutos Dannemann e na Costa Penna & Cia (1910-1950)*. Dissertação (Mestrado em História)-FFCH, UFBA, Salvador, 2021.

BAIROS, Luiza. Pecados no "paraíso racial": o negro na força de trabalho da Bahia, 1950-1980. In: REIS, João José (org). *Escravidão & Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1988.

BARICKMAN, Bart Jude. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, p.177-238. 1998.

\_\_\_\_\_. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1760-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 30 – Primeira República (1889-1930)*. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BONDAR, Gregório. O Fumo na Bahia. *Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado da Bahia, p. 292. Edição Especial do Centenário, 1923.

CASTRO, Anfilóbio de. *Muritiba: sua história e seus fados 1559 - 1941*. Digressões - Notas à Bahia. Bahia: Tipografia Naval, 1941.

CICALO, André. Campos do pós-abolição: identidades laborais e experiência "negra" entre os trabalhadores do café no Rio de Janeiro (1931-1964). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 69, p.101-130. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". *Revista de Estudos Feministas*, v.10, n.1, 2002.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. trad. Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 15-41.

FRAGA FILHO, Walter. Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a Abolição. *Cadernos AEL*, Campinas-SP, v. 14, n. 26, 16 set. 2010.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. *In: LIMA, Márcia; e RIOS, Flávia. (org). Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos *In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio. Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA. 2008.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. *Projeto História*, São Paulo, v.116, p. 25-38, 1998.

NEGRO, Antônio Luigi e GOMES, Flávio. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. *In: GOMES, Flávio Santos e DOMINGUES, Petrônio. Da nitidez e invisibilidade: legados do pós-emancipação no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2013.

PORTO FILHO, Ubaldo. *Geraldo Dannemann – O Empreendedor*. Salvador: Ed. do autor, 2014.

SANTANA, Clíssio Santos. "Ele queria viver como se fosse homem livre": escravidão e liberdade no Termo de Cachoeira (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, Edmar Ferreira. *O Poder dos Candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. *In: SCHWARCZ, Lilia Mortiz (org). História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Eliseu. *Roubos e salteadores na Bahia no tempo da abolição (Recôncavo, década de 1880)*. Salvador: EDUFBA, 2019.

## **Voices that break the silence: "insolence" and resistance of the population of indigenous and afrodiásporic origin in the interstices of the past of Canavieiras-BA**

 Elis Cristina Fiamengue\*

 Belaine das Neves Nascimento\*\*

**Resumo:** Este artigo discute a presença de pessoas de origem indígena e afrodiáspórica nos relatos dos viajantes Maximilian Alexander Wied-Neuwied e Robert Avé-Lallemant, que estiveram em Canavieiras-BA no século XIX. Além disso, apresenta uma análise da obra literária *Fruta do Mato* (1920), de Afrânio Peixoto, que teve como cenário o lugar supracitado. Problematiza a História local, escrita pelo memorialista Alcides Costa entre os anos de 1960 e 1970, que, por sua vez, teve como fontes de pesquisa os trabalhos de Wied-Neuwied, Avé-Lallemant e Peixoto, mas acabou por minimizar, quando não silenciar, as experiências de vida das pessoas comuns. Conclui que a História oficializada de Canavieiras-BA não reflete a pluralidade de sua sociedade e, por isso, precisa ser revisitada através de perspectivas historiográficas críticas.

**Palavras-chave:** História Local, Esquecimento/Silêncio, História Social.

## **Voices that break the silence: "insolence" and resistance of the populations of indigenous and afrodiásporic origin between the lines of Canavieiras – BA's past.**

**Abstract:** This article discusses the presence of people of indigenous and afrodiásporic origin in the accounts of travelers Maximilian Alexander Wied-Neuwied and Robert Avé-Lallemant who were in Canavieiras-BA in the XIX century. In addition, we analyzed the literary work *Fruta do Mato* (1920), by Afrânio Peixoto, which took place in the aforementioned place. We problematize the local History written by the memorialist Alcides Costa between the years 1960 and 1971, which, in turn, presents the Works of Wied-Neuwied, Avé-Lallemant and Peixoto as sources of research, but minimizes, when it does not silence, life experiences of ordinary people. It was concluded that the History of Canavieiras-BA does not reflect the plurality of its society, and, therefore, it needs to be revised through critical historiographic perspectives.

**Keywords:** Local History, Forgetfulness/Silence, Social History.

---

\* Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Atualmente é professora adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: [eliscf@gmail.com](mailto:eliscf@gmail.com)

\*\* Mestre em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: [belaineves@hotmail.com](mailto:belaineves@hotmail.com)



## Introdução

O memorialista Alcides Costa é o principal responsável pela construção da História oficializada sobre Canavieiras, município localizado às margens do oceano Atlântico, na região sul da Bahia. Os ensaios históricos *Canavieiras: sua história e sua gente*, de 1963; *Jacarandá e Salobro*, de 1968; *Piaçava e Coco*, de 1969, escritos por ele, apresentam os aspectos políticos, econômicos, socioculturais e geográficos do lugar.

O presente artigo investiga determinadas fontes utilizadas por Alcides Costa em seus registros sobre Canavieiras-BA e sua sociedade. Expomos primeiro nossa análise a respeito da narrativa dos viajantes Maximilian Alexander Wied-Neuwied e Robert Avé-Lallemant; na sequência, cruzamos essas informações com referências da História regional; por fim, discutimos a produção de Afrânio Peixoto, autor recorrentemente citado por Alcides Costa em seus escritos sobre o município, e as memórias de sua população.<sup>1</sup>

Partindo dos pressupostos teóricos da História Social, realizamos uma reflexão da História vista de baixo para repensar as diversas formas de resistência dos grupos que foram excluídos da História local. De maneira específica, estudamos os relatos dos viajantes e a obra literária a contrapelo<sup>2</sup>, visando conhecer a respeito dos grupos de indígenas e da população de origem afrodiáspórica que viviam no local estudado, considerando o cotidiano e as experiências de vida dessas pessoas.

Sobre o campo da História Social, o historiador Eric Hobsbawm identificou as três primeiras orientações que contribuíram para a formação dessa área de estudos e os desdobramentos que esse aporte teórico teve ao longo de certo tempo (Hobsbawm, 1998). No texto intitulado *Da História Social à História da Sociedade*, o autor sinaliza a dificuldade de definir o termo História Social, contudo Hobsbawm (1998) aponta, de forma geral, três

---

<sup>1</sup> Este artigo apresenta os resultados parciais da dissertação do Mestrado em História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

<sup>2</sup> O conceito, proclamado por Walter Benjamin (1987), concebe a história a partir do ponto de vista dos vencidos, em oposição à história oficial, cuja identificação está ligada às classes dominantes, que, por sua vez, ocultam a luta dos oprimidos no passado e no presente.

acepções: a primeira faz referência às classes pobres, consideradas, até certo tempo, como inferiores, a tal ponto de não serem incluídas nos trabalhos de historiografia tradicional; a segunda estava ligada a trabalhos sobre a diversidade das culturas humanas, a exemplo das formas de viver da vida no cotidiano; a terceira combina as análises sociais aos aspectos econômicos, considerando as contribuições marxistas, que indicam um estudo da História da evolução da sociedade de acordo com os processos de produção material.

Entendemos que a História Social favorece uma abordagem investigativa sobre as pessoas comuns através da História vista de baixo, a qual, de acordo com Eric Hobsbawm (1998: 218), foi iniciada pela tradição francesa da historiografia embebida não na classe dominante, mas no povo francês. Para ele, tanto Marc Bloch quanto Georges Lefebvre já estabeleciam novos temas e novos métodos que buscavam contar mais a respeito dos movimentos populares. A História de baixo para cima era um desafio em 1985, quando Hobsbawm escreveu sobre ela, e ainda é na atualidade.

Em nosso estudo problematizamos a versão da História oficial de Canavieiras-BA e apresentamos reflexos do passado do lugar por meio da manifestação de resistência de grupos de pessoas que ali viveram e foram desprivilegiados nos ensaios historiográficos consagrados até então no município. Enfim, percebemos que falar sobre os índios é travar uma luta da memória contra o esquecimento; falar sobre os afro-brasileiros, sobre suas resistências é questionar uma história oficial sistematicamente excludente.

### **Canavieiras nas entrelinhas das narrativas dos viajantes**

Quando o viajante Maximilian Alexander Wied-Neuwied — príncipe renano, estudante de floras e faunas, que esteve fazendo expedições em nossas terras no início do século XIX — passou por Canavieiras-BA, em 1816, não deixou de incluí-la em suas narrativas, reunidas na obra *Viagem ao Brasil*, publicada pela primeira vez em 1820.

O expedidor alemão percorreu Canavieiras-BA, área de terra banhada pelo Oceano Atlântico, que está entre a Latitude: 15° 40' 30" S, e Longitude: 38° 56' 50" W, localizada a cerca de 423 km de Salvador, capital da Bahia. Trata-se de uma extensa área atravessada ao norte pelo Rio Pardo,

que, por sua vez, é interligado ao Rio Jequitinhonha através do Rio Salsa por um canal, conhecido na época da viagem do europeu como Pôassu.

Nesse território foi instituída a freguesia de São Boaventura do Poxim em 1718, que deu lugar à Imperial Vila de Canavieiras em 1833. Maximilian Alexander Wied-Neuwied conheceu o litoral do povoado e, tanto pelo tempo quanto pela sociedade da qual fazia parte, descreveu o que viu por meio de uma perspectiva marcada pela visão eurocêntrica do mundo, que comumente desqualificava toda e qualquer cultura diferente da sua própria. Na descrição de Maximilian Alexander Wied-Neuwied, o lugar foi caracterizado como:

Vila, ou aldeia, com casas bastante espaçadas e uma igreja; produz principalmente mandioca e arroz. Os habitantes são, na maioria, brancos e pardos, como são chamados os homens de diferentes tonalidades de cor, produzidos pelo cruzamento dos brancos com os negros; esses pardos constituem o grosso da população do litoral. Como não existe no lugar nem juiz nem qualquer outro governante, não há também polícia, e Canavieiras é conhecida em toda a região pela liberdade e pelo estado mesmo tanto selvagem de seus habitantes. Eles não querem saber de juiz, declarando que podem governar por conta própria (Wied-Neuwied, 1989: 328).

De acordo com ele, naquele lugar não existia nem juiz nem governante que conseguisse impor leis; os moradores se recusavam a pagar impostos e, em todos os arredores, o povoado já era conhecido pela liberdade e pelo estado “incontrolável” de seus habitantes. As observações do viajante se enquadram em uma construção epistemológica — que remonta aos meados do século XVI — sobre raça, que, por séculos, categoriza os seres humanos.

Com a expansão econômica mercantilista e o conhecer de um novo mundo, a cultura renascentista passou a refletir sobre a multiplicidade da existência humana, contudo, dentro do complexo ideário filosófico europeu, o homem branco seria o homem universal. Essa noção de homem nada mais foi além de um produto bem-acabado da modernidade, amparado por todo um sistema erudito que se desenvolveu institucionalmente.

Maximilian Alexander Wied-Neuwied é fruto desse sistema. Do ponto de vista intelectual, o que ele faz é comparar e depois classificar diferentes grupos humanos com base em características físicas e culturais. No entanto, o uso de seu trabalho como fonte pode ser aproveitável tanto para discutir

essa construção histórica racista ao longo do tempo quanto para observar suas informações por meio de uma perspectiva inversa, pois buscamos visualizar em sua narrativa as vivências dos indígenas (primeiros habitantes da localidade), de negros e negras que formavam a população canavieirense e que, por muito tempo, foram menosprezados pela História local.

Essa produção é moldada pela narrativa cronológica dos feitos tomados como relevantes das consideradas “principais pessoas”, os mais abastados economicamente, pessoas que se apropriaram de grandes latifúndios, atraídos pela fertilidade das terras ao sul da capitania de Ilhéus. Até hoje o que se conta sobre os primeiros habitantes do município considera o fato de que eram portugueses e brasileiros vindos de Ilhéus por volta da primeira década de 1700. Raramente os grupos autóctones, que já viviam no território desde antes da chegada dos europeus e dos africanos, são ressaltados.

Em um dos capítulos da obra *Viagem ao Brasil*, intitulado *Algumas palavras sobre os Botocudos*, Maximilian Alexander Wied-Neuwied aponta que grupos de “selvagens”, conhecidos como Aimorés, viviam ainda no interior das matas de Ilhéus e cercanias com o nome de Botocudos, “por usarem uma grande cavilha de madeira, a semelhança de botoque, que é como chamam os portugueses as rolhas de barril” (Wied-Neuwied, 1989: 316). Esses grupos eram muito temidos pelos colonos. Sobre a forma física deles, o viajante escreveu:

A natureza dotou esses índios de boa compleição, sendo eles mais belos do que os das demais tribos. Apresentam, em geral, estatura mediana, não obstante apresentarem alguns porte mais avantajado. São fortes, em regra largos de peito e espadaúdos, mas sempre bem proporcionados; mãos e pés delicados. Como nos outros grupos, têm traços fisionômicos muito salientes, as maçãs do rosto grande, o rosto às vezes achatado, mas ainda assim, não de raro bastante retangular; olhos, na sua maioria, pequenos, às vezes grandes, mas em geral pretos e vivos (Wied-Neuwied, 1989: 285).

É importante ressaltar que os indígenas, na perspectiva dos europeus, eram notados como primitivos, e o movimento de “levar a civilização” para onde ela não existia foi o pretexto para que se desenvolvesse um processo de destruição e morte, de espoliação e aviltamento, feito em nome da razão; a esse processo chamamos de *colonialismo*.

Segundo o viajante, os indígenas despertavam sentimento de horror e repulsa nos europeus, por conta de suas práticas, que podemos hoje compreender como resistência à dominação colonial. Por isso, analisar as várias passagens da obra *Viagem ao Brasil*, bem como de outras produções culturais sobre Canavieiras-BA entre a transição do século XIX para o XX, a contrapelo, significa trabalhar na perspectiva da valorização da história dos de baixo, circunstância que contribui, sobremaneira, para que aspectos do passado sejam revistos no presente de modo inclusivo.

No Brasil, a participação dos indígenas, bem como dos povos descendentes de africanos, foi por muito tempo depreciada pela História dita oficial. Grande parte das narrativas tradicionais sobre o passado quando não silenciaram as pessoas comuns, folclorizaram-nas, utilizando-se, muitas vezes, do mito da democracia racial<sup>3</sup>.

Nesse sentido, compreendemos porque os indígenas, com todas as suas diferenças, e as “pessoas de cor” — notadas como *ingovernáveis*, *rebeldes* ou *estranhos* pelo viajante europeu Wied-Neuwied — foram desconsiderados pela História local, ainda que fosse sabido que eles compunham o tecido social de Canavieiras-BA desde o início de sua formação.

Isso posto, debruçamo-nos sobre a produção de outro explorador que passou por Canavieiras-BA por ocasião de suas *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe: 1859*. Trata-se do alemão Robert Avé-Lallemant. Ao se direcionar para Canavieiras estava decidido a não passar mais que um dia na vila, entretanto, por conta de perder sua carteira e suas cartas de recomendações ao subir no vapor, acabou mudando os planos, foi obrigado a passar ao menos dez dias no local.

Robert Avé-Lallemant chegou a Canavieiras-BA no final de dezembro de 1859 e passou as festas natalinas e a virada do ano observando os moradores do território; considerou-os tão inóspitos quanto Wied-Neuwied havia descrito. As produções dos viajantes europeus demonstram o racismo

---

<sup>3</sup> Termo usado para descrever as relações raciais no Brasil de maneira relativizada. Baseia-se na crença de que os efeitos do sistema escravocrata foram menos violentos aqui do que em outros lugares da América, por exemplo, e defende a ideia de que o Brasil escapou de práticas discriminatórias racistas.

cultural baseado nas características biológicas e étnico-raciais que marcaram a construção dos enunciados sobre a formação da população brasileira.

A vila não chamou a atenção de Avé-Lallemant de início, porém, no decorrer de seus relatos, o narrador fica admirado com o modo de vida das pessoas que moravam em Canavieiras-BA. Na época, a população local vivia da atividade extrativista, muito embora, de acordo com o viajante, homens de posse que viviam em Salvador já começavam a se fixar naquelas terras, a exemplo de seu anfitrião Dr. Magalhães e de mais alguns homens do mesmo grupo dele. Logo em seu desembarque, Avé-Lallemant (1980: 78) encontrou:

Diversas crianças, negros, índios, numa variegada mistura de gente, andavam dum lado para outro no relvado. Gente grande olhava pachorrentamente nas portas e janelas sem vidros de suas pequenas e simples casas. Algumas vacas, carneiros e cabras pastavam inofensivas e pachorrentas na rua, porque a rua é precisamente o relvado ao longo do qual corre uma estreita e modesta calçada.

Ele conta que havia muitas mulheres indígenas, notou que no litoral da vila, possivelmente, viviam em torno de 400 pessoas. O alemão explorou as fazendas de seus anfitriões, porém, certos deslocamentos que precisou fazer o aborreceram muito. Segundo ele, os canoeiros, um negro, um mestiço e um indígena — cedidos por um homem chamado Frederico Vasconcelos, intitulado coronel por Avé-Lallemant —, eram extremamente “insolentes”. Sobre os canoeiros responsáveis por sua condução em Canavieiras-BA, Avé-Lallemant (1980: 80) escreveu:

Quando porém chegaram, sumiram novamente. Depois queriam almoçar primeiro e almoçaram realmente, mas com tão grande lentidão, que vi, à primeira vista, que tinham ali, na verdade, como quase sempre, que lidar com preguiçosos profissionais e vagabundos, sem que pudesse fazer outra coisa com eles senão exortá-los e pedir-lhes, porquanto eram “gente livre e cidadãos” e eu possuía tipo de estrangeiro que a gente desses pequenos recantos não gosta de ver.

Foi por conta da “insolência” de seus condutores que o europeu vivenciou algo que nunca houvera imaginado: antes de anoitecer, sem ser consultado, simplesmente foi levado a um casebre às margens do Rio Pardo para que pernoitasse até que pudessem chegar ao seu destino no dia seguinte. Sobre o ocorrido, disse Avé-Lallemant (1980: 86):

Meus gondoleiros cor de japu eram muito preguiçosos para fazerem ainda um bom pedaço de caminho. Alvitram-me ir com eles até a casa duma família sua conhecida, onde poderíamos pernoitar. Aqueles tipos eram verdadeiros malandrins e eu não podia esperar nada de bom dos seus amigos da mata.

A noite do estrangeiro foi, no mínimo, inusitada, em um quarto apertado de uma pequena casa. Segundo o próprio viajante, os modos ali eram inteiramente diferentes dos seus costumes e nem por uma hora sequer teria imaginado viver uma experiência semelhante. Nessa passagem, é possível verificar indícios das vivências cotidianas dos canavieirenses.

Por diversas vezes, Avé-Lallemant (1980) foi advertido pelo dono do casebre em que havia passado a noite sobre os perigos da floresta. O homem falou de histórias de negros e “índios selvagens”, deixando transparecer um ódio mortal por estes últimos. O viajante relatou a conversa que teve com o homem que o hospedara, cujo fragmento do texto transcrevemos a seguir:

Na floresta deve-se andar sempre bem armado, disse ele vivamente e falou-me, depois de ter posto cuidadosamente de lado minhas únicas armas, longamente, sobre os perigos da floresta e a necessidade de meios de defesa. Contou sobretudo histórias de negros e índios selvagens, deixando transparecer um ódio mortal por estes últimos. Poucos meses antes, o irmão do genro tivera o ombro atravessado por uma flecha. Um pouco mais acima do rio, os índios tinham também morto cruelmente a pancadas um casal que trabalhava perto de sua pequena colônia; na manhã seguinte mostraram-me o tronco da árvore, onde os infelizes tinham sido surrados. As histórias de negros não soavam menos sangrentas; em resumo, o pardo velho convenceu-me inteiramente de que “na floresta deve-se sempre andar armado” (Avé-Lallemant, 1980: 87).

É possível verificar que a Vila de Canavieiras se configurava como um lugar marcado por uma tensão cotidiana entre sua população. Nesse período, as plantações de cacau ainda não eram pujantes, no entanto, a disputa pelo território já se apresentava como um problema para os fazendeiros interessados em cultivar as terras férteis ao sul de Ilhéus.

O Rio Pardo oferecia as condições necessárias para o transporte da produção. Desde o século XVIII já se retirava madeira daquela localidade e, segundo Avé-Lallemant (1980), imensas quantidades de cacau, café, tabaco,

milho, mandioca e etc. poderiam ser cultivadas ali. Ele não estava errado, posteriormente Canavieiras despontaria como produtora de cacau.

Antes disso, a partir de 1882, o lugar viveria um momento único em sua economia, quando seriam descobertas jazidas diamantíferas no povoado do Jacarandá, distrito que fazia parte do território canavieirense. Em se tratando da agricultura, até então existiam apenas pequenas faixas cultivadas, nas quais se encontravam farinha, tapioca, araruta e cacau, este em pequena quantidade, apesar de terem sido justamente naquelas terras plantadas as primeiras sementes do rentável fruto.

Avé-Lallemant (1980) rompeu o ano em Canavieiras-BA, e, por meio da descrição que fez das festas locais, aproximamo-nos, pelo menos um pouco que seja, das práticas culturais da população da vila tão estranhas para o alemão. Sobre as comemorações, ele escreveu:

À tarde devia realizar-se um cortejo mascarado; o primeiro que jamais se realizara sob os coqueiros de Canavieiras. Para tão grande festa pareceram então ter vindo até às janelas e portas abertas, todos os que se podiam arrastar do fundo escuro de suas tocas. Havia realmente gente para ver, e alegre juventude da rua cabriolava ingenuamente na areia e no relvado, sem mesmo estarem suficientemente vestidos. Vieram então os mascarados. Separaram-se bruscamente em duas classes. A primeira era formada pelos equestres. Seis cavaleiros puxavam o cortejo. Um representava um botocudo, pintado de encarnado vivo com todos os atributos da floresta e um estandarte brasileiro. Um outro era cavaleiro azul, outro um arlequim e os demais conforme o plano ou acaso lhe punha nas mãos um pedaço de pano de cores. Ao seu lado ia um pequeno exército do tempo do Cruzados, infantaria cristã e infiéis, que se batiam em redor dum forte improvisado diante da igreja, uma nova Jerusalém. Isso tudo se fazia com grande dignidade, com séria e santa consciência. Esse corpo de patrícios andou durante algumas horas dum lado para o outro e praticou na vila os maiores absurdos, mas sempre com perfeita consciência de sua nobreza. A classe dos plebeus era inteiramente diferente! Nela não havia nada premeditado, nada preparado de antemão! O entusiasmo das moçoilas no momento tinha feito tudo. Rapazes negros e índios em pleno auge do grande momento que, tinham a mais absoluta convicção, ficaria eternamente inesquecido nos anais de Canavieiras, haviam-se enrolados em todos os trapos velhos, camisas, saias e vestidos da população feminina (Avé-Lallemant, 1980: 108).

Fica evidente na descrição que as observações do homem se baseiam em um determinismo que toma condições ambientais e culturais para explicar julgamentos morais. Desse modo, a cor da pele e o clima tropical favoreceriam *comportamentos imorais*, lascivos e violentos. Esse tipo de pensamento é conhecido como racismo científico e estava em voga no século XIX, momento em que ocorreram as viagens estudadas por nós.

Durante a festa mencionada, as pessoas se dividiam em grupos de patrícios e plebeus. Rapazes negros e índios, as pessoas comuns, vestiam-se de roupas femininas, usavam máscaras e deixavam aturdido o europeu protestante, que escreveu em seus relatos nunca ter visto cena parecida. Hospedado por mais um dia na residência do general Pederneiras, conhecido fazendeiro, contemplou ainda a levada de um mastro que foi erguido na Praça da Concórdia em Canavieiras-BA ao som de "monótono toque de tambores, entre danças e muito divertimento" (Avé-Lallemant, 1980: 110).

Os episódios que se seguiram são marcados pela ida do europeu até a fazenda Genebra, território de Belmonte. As passagens do texto são reveladoras no que tange à cultura africana em Canavieiras-BA. Retornado da fazenda Genebra, Avé-Lallemant narra as dificuldades dos seus canoieiros negros ao passarem pelo canal Pôassu; durante essa aventura, os negros ora paravam de trabalhar ora se empenhavam na travessia, entretanto o que mais desperta o nosso interesse nessa narrativa é o momento em que Avé-Lallemant fala do encontro que tiveram com outros canoieiros que passavam pelo canal. Os negros que conduziam o alemão conversavam e discutiam com grupos de africanos que passavam pelo Pôassu. Diante dessa ocorrência, escreveu Avé-Lallemant (1980: 130):

Pertenciam esses negros àquele grupo de africanos, náufragos dum navio negreiro e trabalhando agora em serviços públicos para cobrirem as despesas feitas com o cruzeiro contra os navios negreiros, até que, depois de certo número de anos, pudessem gozar de inteira liberdade, sem mais obrigações. Contudo, segundo a opinião pública, havia muitos escândalos e abusos no que concernia a esses chamados africanos livres, e na sua maioria nunca alcançaram a liberdade que a lei lhes assegurara.

Os negros retratados são parte integrante do fenômeno da diáspora africana, experiência sociocultural que se desenvolveu no processo da escravização de milhões de pessoas, na brutal travessia do Oceano Atlântico, por meio da qual foram trazidas forçadamente para terras de além-mar. Refletimos sobre essa situação, pois não podemos conceber uma produção historiográfica sem atentar para as relações étnico-raciais que perpassam a sociedade brasileira. Não discutir tais questões tornaria ainda mais vívidos os reflexos da violência praticada pelos invasores europeus.

A hostilidade e a agressividade, características marcantes da descrição feita por Avé-Lallemant (1980) a respeito dos grupos locais, são indícios claros de que eles não se submetiam à exploração naquelas paragens e deixavam atônitos membros das classes mais abastadas. De acordo com Ronaldo Lima da Cruz<sup>4</sup> — historiador que pesquisa sobre a escravidão na região cacaueteira da Bahia, principalmente em Ilhéus —, por “várias ocasiões os libertos e cativos contaram com o apoio das relações sociais que eles construíram para reivindicar ‘direitos’ ou denunciar os abusos praticados pelos senhores” (Cruz, 2012: 46).

O que o estudioso coloca é comprovado pela passagem em que Avé-Lallemant (1980) cita a opinião pública em Canavieiras-BA; de fato, sabia-se que aquela população afrodiáspórica não alcançaria a liberdade, a não ser que se rebelasse, pois a justiça para essas pessoas era inacessível. A autoimagem que aquelas pessoas tinham de si e de sua comunidade as faziam exigir seus direitos e protagonizar lutas individuais e coletivas naquele local e em outras partes do Brasil. Não faltaram estratégias para que homens e mulheres negras negociassem com os senhores o caminho para a liberdade.

Nesse mesmo fragmento do texto, o alemão nos informa que poucos “negros falavam português fluente, entre si tagarelavam animada e apaixonadamente no seu dialeto nagô” (Avé-Lallemant, 1980: 131). Ao se

---

<sup>4</sup> Ronaldo Lima da Cruz é mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2012) e desenvolve pesquisas no campo da diáspora africana, escravidão no Brasil colonial e/ou imperial e o pós-abolição na Bahia. É pesquisador do Grupo de Pesquisa Estudos do Atlântico e da Diáspora Africana da UESC.

comunicarem em seu idioma de origem, faziam-se mais unidos; talvez, por isso, ingovernáveis, mais fortes e conscientes de quem eram. Certamente teria sido por isso que o alemão fora alertado algumas vezes durante sua viagem a respeito das ações dos negros que viviam naqueles arredores.

Canavieiras era uma sociedade formada por negros e negras rebeldes entre o século XIX e o XX. Eles levavam consigo esteiras nas quais costumavam dormir quando entendiam que as viagens não deveriam prosseguir. Se eram mandados, malandream, não obedeciam a ordens, nem às mais enérgicas, assim descrevia Avé-Lallemant (1980) os costumes da gente de cor naquela vila imperial. O viajante foi embora no dia 22 de janeiro. Desde a sua chegada até a sua partida, censurou a preguiça, a arrogância e a “insolência” dos moradores de Canavieiras-BA, gente tão livre assim, não havia notado até aquele momento de sua viagem exploratória.

A frugal vila imperial, representada pelos viajantes nas passagens expostas no presente texto, passou a ser o cenário de um grande fluxo de pessoas no final do século XIX. Muitas chegaram visando as possibilidades de riqueza e prosperidade que foram oferecidas quando, segundo o historiador Vítor Fábio Torres Homem (2010) — que discute as bases econômicas do município de Canavieiras-BA —, Origenes de Cerqueira Santos, professor de primeiras letras do lugar, ao viajar para o vilarejo do Salôbro, no Jacarandá, na empreitada dos cortes de madeiras, encontrou por lá diamantes de incomparável qualidade.

### **Canavieiras e sua população na obra *Fruta do Mato* (1920), de Afrânio Peixoto**

Atraído pela descoberta das jazidas diamantíferas, chega a Canavieiras-BA, em 1885, Francisco Afrânio Peixoto, direto de Lençóis, na Chapada Diamantina. O homem comprou uma fazenda no Jacarandá, onde permaneceu por mais de uma década com a sua família. Entre os filhos de Francisco Peixoto, um ganhou notoriedade nacionalmente como proeminente intelectual baiano, trata-se do médico e literato Júlio Afrânio Peixoto.

A doutora em Literatura Brasileira Rosa Gens<sup>5</sup> escreveu sobre o perfil literário do baiano que viveu em Canavieiras-BA e se tornou um reconhecido intelectual brasileiro. Em sua análise a respeito do estilo literário de Peixoto, Rosa Gens afirma que o autor caminha pelo Realismo psicológico, pelo Simbolismo e transita de acordo com uma orientação filosófica, demonstrando uma miscelânea estética e ideológica típica do início do século XX. Outra característica do Peixoto literato é a procura do feminino, aliada à carga de mistério que compõe suas narrativas (Gens, 2014: 21).

Apresentou em suas obras discussões que estavam presentes na sociedade brasileira entre os séculos XIX e XX e escreveu romances que traziam à tona intrigas e conflitos do cotidiano regional, contudo não deixava de relacionar os acontecimentos locais a uma dimensão nacional, principalmente quando abordava a transição entre Império e República, e, ainda, a Abolição da Escravatura (Gens, 2014: 23).

Além disso, a narrativa de Peixoto apresenta acontecimentos marcados por violência e crimes. De acordo com o estudioso Daniel Faria (2017), a literatura brasileira vai se debruçar sobre esse contexto durante a passagem do século XIX para o século XX. Para ele, isso ocorre porque os atos violentos ajudavam para que a narrativa passasse por reviravoltas quanto ao enredo construído. O crime e a violência davam elementos surpreendentes que movimentam a narrativa.

Faria (2017) aponta que esses aspectos se localizam no campo da anormalidade, das margens sociais, dos excluídos. Geralmente, quando se trabalha com esses aspectos, busca-se apresentar uma ideia de incivilidade; quando não, de exotismo. Faria (2017) afirma que, entre os séculos XIX e XX, histórias que abordavam a questão racial e a pós-abolição eram muito frequentes, geralmente as tramas eram recheadas de assassinatos e de dramas que apresentavam a natureza enfurecida dos seres humanos.

Para Faria (2017), essas representações foram influenciadas pelas descrições de Cesare Lombroso, que criou uma classificação de tipos

---

<sup>5</sup> Rosa Gens é especialista em ficção brasileira na belle époque, ficção brasileira recente, literatura infantil e juvenil, leitura e ensino, narrativas de medo e relações de gênero.

psíquicos baseada em um estudo que fez sobre aspectos fenótipos dos indivíduos. A metodologia de Lombroso é considerada profundamente racista para os estudos científicos atuais. Nas histórias produzidas no estilo mencionado, a violência era sempre associada aos que atualmente compreendemos como os que são vistos de baixo pela historiografia.

O crime e o criminoso iam absolutamente contra os valores morais, e suas manifestações exigiam que os governantes colocassem em prática ações repressivas. Os crimes circulavam em todos os lugares, nas senzalas, na luta e resistência dos oprimidos contra os opressores; havia também os “crimes de paixão”, em que se colocavam em cena valores afetivos e morais, tais como a fidelidade e a honra. Todas essas representações estão presentes no romance *Fruta do Mato*, fonte utilizada para compreender melhor a História de Canavieiras-BA e de sua sociedade no passado.

Quando *Fruta do Mato* foi escrita, Canavieiras-BA já havia sido elevada à categoria de cidade, acontecimento que se deu em 1891. Nesse período, a produção do cacau começou a ser impulsionada em todo o território, por meio de grandes plantações nas margens do Rio Pardo. Na obra, temos um narrador-personagem chamado Dr. Vergílio, um homem da capital, que chega à cidade com o objetivo de comprar uma fazenda e prosperar, como muitos outros fizeram.

A figura de Vergílio representa o que acontecia na região no século XIX; muitas terras ao Sul da Bahia começaram a ser adquiridas por aristocratas, que viam na lavoura cacauera um futuro promissor. Nessa época, a região despontava como maior produtora de cacau do Estado e segunda maior do Brasil.

Como é peculiar do estilo de Peixoto, as figuras femininas presentes na obra são extremamente complexas. As três personagens principais são controversas; a primeira a aparecer na história, Gracinha, é representada como a moça provinciana, frágil, fraca, sem parâmetros, criada para se casar e manter os costumes e a moralidade da época. Essa mesma jovem passa por uma grande reviravolta no decorrer da narrativa e quebra todos os padrões admitidos na sociedade canavieirense da época.

A segunda personagem, Joanhina, é a típica “fruta do mato”, a mulher que desperta a paixão do narrador-personagem. Na conhecida oposição simbólica entre masculino e feminino, o autor traça o perfil de Vergílio como um homem racional, ao passo que fala da mulher que desperta o interesse dele como uma sedutora irracional. Associa o feminino com o fruto proibido, que o tenta e o deixa desnorteado.

A terceira personagem feminina, Salvina, é uma mulher, identificada pelo narrador como uma cabocla, cismada e fechada em si mesmo, trabalhadora, independente, apesar de ser casada com um trabalhador rural. Fica evidente na narrativa o caráter autônomo dessa presença feminina que compõe o romance regional de Afrânio Peixoto.

A narrativa começa com um encontro entre o Dr. Vergílio, o tabelião da cidade e o juiz, na casa de uma senhora viúva, mãe da jovem Gracinha — primeira entre as três personagens femininas que se destacam no romance de Afrânio Peixoto. Nesse encontro, na Rua Boa Vista, região central de Canavieiras-BA, Dr. Vergílio comenta sobre seus planos de adquirir a fazenda que pertencia a um homem conhecido como Corre-Costa, que, por sua vez, era um traficante de pessoas que atuava na dinâmica do sistema da escravidão. Suas terras foram adquiridas com o dinheiro que ganhara nas travessias do Oceano Atlântico, de uma costa à outra, daí vinha seu apelido.

Para o lado daquelas terras, segundo os interlocutores do narrador, os escravizados rebelavam-se constantemente por conta dos maus-tratos empregados pelos feitores, e Corre-Costa decidira, um pouco antes de morrer, passar a responsabilidade do lugar para Américo, marido de sua neta Joanhina. Era Américo o administrador da fazenda — amigo de Vergílio do período em que estudaram juntos em Salvador —, fora ele que oferecera ao homem as terras férteis das Cajazeiras, já cultivadas com cacau, e ainda a um preço muito abaixo da média do que se poderia comprar na cidade naquela época.

O discurso de Afrânio Peixoto apresenta questões relacionadas às tensões políticas que perpassavam a Bahia e o Brasil nos anos iniciais da pós-abolição e da República. Nesse contexto, os pobres, de maneira geral, e os

negros, mais especificamente, eram interpretados como “grupos perigosos”. Construções como essa passam a nortear as políticas públicas brasileiras e, ainda hoje, têm contribuído para a inibição do exercício da cidadania, quando não para o genocídio da população afro-brasileira.

Sua narrativa sobre o local pode resultar em uma leitura das condições de vida dos moradores da cidade da região sul da Bahia. Para os representantes políticos naquela época, a principal virtude do bom cidadão era o gosto pelo trabalho. A ociosidade era repudiada como um vício, e os negros se tornaram um referencial de malandragem; as narrativas dos viajantes confirmam essa perspectiva. Se a sujeição de negros e negras ao trabalho em Canavieiras-BA já era questionada antes da desagregação da escravidão, com o tempo, a situação ficou ainda mais intensa, é o que se pode vislumbrar por meio de passagens sobre a resistência sociocultural dessa população na narrativa do romancista por nós estudado. A narrativa do Dr. Vergílio nos revela imagens de uma sociedade conflituosa. Um jovem da fazenda conta sobre a ocasião do falecimento da esposa de Corre-Costa:

No dia em que foi “desta para a melhor” houve quase revolução na fazenda: a escravaria sem temor ao tronco e ao chicote dançava o lundú na senzala, num batuque infernal. Há mais quem diga que morreu de “coisa feita”, chocalho de cascavel moído com sipó de caboclo, dados numa xícara de café. Levaram-na a enterrar no cemitério da fazenda, lá no oiteiro, e ao outro dia estava a cova revolvida, e o corpo decomposto. Até a terra, repugnada, o rejeitava. Enterraram de novo, e no dia seguinte, a mesma coisa. Tiveram de levar então, Deus sabe como, para o cemitério de Canavieiras. Lá mesmo, dizem que os demônios não a deixam parar: o carneiro arrombado, a pedra mármore quebrada, as cinzas espalhadas... (Peixoto, 1920: 59).

De acordo com a narrativa, depois que a mulher morreu, Corre-Costa deixou o lugar, que, por sua vez, vivenciou total decadência com a Lei Imperial de 13 de maio de 1888, pois *a escravaria desertou para a liberdade*. Nesse ínterim, é contado que alguns negros forros andavam interessados em roças próprias, eram assalariados como jornaleiros e serviam nas fazendas dos arredores.

Por meio de pesquisas sobre o pensamento e a obra de Peixoto, verificou-se que o literato foi fortemente influenciado pela epistemologia

racista de sua época, que formulava conceitos e teorias da superioridade dos brancos em relação a outros grupos sociais. O romance *Fruta do Mato* denuncia a escravidão no sul da Bahia, mais precisamente em Canavieiras-BA, no entanto deixa evidente em muitos momentos a necessidade de superar os resquícios do sistema por meio do branqueamento da população.

Em determinado fragmento do romance, ele demonstra os requintes de como os capatazes — mestiços — torturavam os negros e as negras que viviam na fazenda de Corre-Costa. Aparelhos de tortura foram mostrados a Vergílio pelo caseiro da fazenda Cajazeiras: “troncos, suplício da péga, do viramundo, do colete de couro, da roda daquela... Onofre, o caseiro, citava outros... incisões, marcas a fogo!” (Peixoto, 1920: 121). Horrorizado, o narrador reflete:

O que o Brasil sofre, de degradação familiar, social, cívica, religiosa, moral, política, por influxo da escravidão africana, vinga o martírio de uma raça nos quatro séculos que ajudou a criar nossa nacionalidade. A escravatura forra em 88 nos terá, sob a vergonha das suas presas, durante ainda quanto tempo? Havemos de purgar lentamente essa corrupção, o nosso castigo... se não morrermos de infecção... (Peixoto, 1920: 121).

Ao ler o romance de Afrânio Peixoto e pesquisar sobre a temática da população afrodiáspórica no Brasil, chegamos às contribuições do estudioso Abdias do Nascimento. Em seu texto intitulado *O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio*, Nascimento (2016: 83-92) afirma terem sido construídas teorias científicas para justificar políticas racistas, que objetivavam executar um projeto de genocídio do povo negro no Brasil.

Para o estudioso, existia um conluio dos intelectuais e dos acadêmicos que visava fortalecer as ideias de embranquecer a sociedade brasileira. De acordo com Abdias do Nascimento (2016), Peixoto integrava esse grupo e seu discurso evidenciava o anseio do médico e literato para que o tempo passasse o mais rápido possível, a fim de que a pele e a alma da população fossem “alvejadas”.

*Fruta do Mato* apresenta um enredo contextualizado pelo sistema escravocrata, os conflitos que perpassavam as relações entre a classe dominante e as pessoas comuns, que, por sua vez, resistiam aos abusos, às

injúrias, às aflições da degradante exploração do trabalho em regime escravo. Fala da hibridez do povo que formava aquela população local, da herança africana, que permaneceu, por exemplo, no culto religioso do Candomblé praticado ali naquelas terras. Contudo, fica muito evidente a visão de Afrânio Peixoto sobre a população de origem africana.

O estudioso Abdias do Nascimento escreveu que, na década de 1920, o Brasil estimulava por meio de leis a imigração de brancos europeus. Ele reflete sobre esse tema em sua obra *O genocídio do negro: processo de um racismo mascarado*. Em um dos textos que compõem o livro, o estudioso cita Afrânio Peixoto como um dos cientistas que produziram conteúdos voltados para a sustentação científica de um projeto de branqueamento da raça, que, para Abdias, pode ser considerado como uma entre tantas estratégias de genocídio da população afro-brasileira.

Sobre o escritor de *Fruta do Mato*, Abdias do Nascimento (1978: 73) escreveu:

Afrânio Peixoto, médico e escritor, apostava que "*Trezentos anos, talvez, levaremos para mudar de alma e alvejar a pele; e, se não brancos, ao menos disfarçados, perderemos o caráter mestiço*". Dentro de um século ou de três séculos, isto importava; o que se fazia essencial e indisputável era a necessidade de embranquecer o povo brasileiro por dentro e por fora. A opinião de Peixoto, bastante interessante, foi emitida durante um debate público provocado pela possível chegada de negros vindos dos Estados Unidos para o estado do Mato Grosso. O presidente daquele estado, em 1921, fez concessões de terras a colonos e pioneiros. No entanto, quando a imprensa ventilou a possibilidade de que entre os colonos esperados estivesse um grupo de negros norte-americanos, o presidente de Mato Grosso rapidamente revogou as concessões que tinha feito, e imediatamente comunicou o fato ao ministro de Relações Exteriores. Foi quando Afrânio Peixoto, em face da perigosa ameaça daquele potencial influxo de quinze milhões de negros vindos do norte, interrogou desesperado: "Teremos albumina bastante para refinar toda essa escória:... Deus nos acuda, se é brasileiro!".

O pensamento de Peixoto era determinado por uma pseudociência racista que formulava conceitos e teorias da superioridade dos brancos em relação a outros grupos sociais. O romance *Fruta do Mato* revela muito de sua perspectiva, ele denuncia a escravidão no sul da Bahia, mais precisamente em Canavieiras-BA, contudo deixa evidente, em muitos

momentos, a visão de mundo do autor que considerava como primordial a aplicação de políticas públicas empenhadas em superar os resquícios do sistema escravocrata por meio do branqueamento da população.

Nesse ínterim, podemos considerar que Afrânio Peixoto, como cientista, atestava a ideologia racista denunciada por Nascimento (2016) e, como literato, disseminou as ideias que como cientista defendia por todo o Brasil, lembrando os estudos de Rosa Gens (2014), que apontou para a grande popularidade de Peixoto e para as grandes tiragens que seus romances tiveram no cenário nacional.

### **Considerações finais**

Os estudos aplicados ao passado de Canavieiras-BA que foram incluídos nos livros de História oficial do município, mostraram-nos que o lugar pode ser definido com um território em disputa, visto por meio da perspectiva da História Social. A pluraridade da população não foi evidenciada nas obras até então celebradas como fundamentais para a História local.

A História de Canavieiras-BA foi produzida num viés positivista, teve como ponto fundamental de discussão a política e as vivências da camada social dos ricos comerciantes e fazendeiro locais. Consideramos esse tipo de produção meramente descritivo superado pelos históricos contemporâneos. Os historiadores trabalham hoje na perspectiva da história-problema, por meio de metodologias analíticas que ofereçam interpretações que contemplem a diversidade e a complexidade dos processos histórico-sociais.

Ao pesquisar sobre a História local de Canavieiras entendemos a importância de compreender que os processos históricos não se dão isoladamente. Vale ressaltar que análises como essas exigem que se percebam os mecanismos de persistências e mudanças, padrões de transformações em diversas dimensões da realidade social, considerando o recorte temporal e as relações entre o local e o regional, entre o nacional e transnacional.

Enfim, foi diante dessa orientação realizamos uma releitura das principais fontes de Alcides Costa que, até então, não haviam sido problematizadas. Concluímos que, em nossa compreensão, as perspectivas

epistemológicas de hoje devem estar conectadas aos desafios da construção de produções críticas que considerem a diversidade cultural e que apresentem uma ampla concepção sobre as relações de poder e de opressão.

### Referências bibliográficas

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*: 1859. São Paulo: Editora Itatiaia, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil).

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

CRUZ, Ronaldo Lima da. *Conflitos e tensões: conquistas de escravizados e libertos no Sul da Bahia, 1880-1900*. 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Estadual Paulista “Julio De Mesquita Filho”, Franca, 2012. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/dissertacao---versao-final-para-a-defesa.---copia.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

FARIA, Daniel. Criminosos na literatura brasileira. In: DEL PRIORE, Mary; MÜLLER, Angélica (org.). *História dos crimes e da violência no Brasil*. São Paulo: Ed.UNESP, 2017. v. 1, p. 155-177.

GENS, Rosa. *Afrânio Peixoto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2014.

HOBSBAWM, Eric. Da história social à história da sociedade. In: HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 6.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOMEM, Vitor Fábio Torres. *Bases econômicas formadoras do município de Canavieiras*. Ipiaú: Faculdade e Colégio Santo Agostinho, 2010.

NASCIMENTO, Abdias do. *O branqueamento da raça: uma estratégia de genocídio*. In: *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PEIXOTO, Afrânio. *Fruta do mato*. 2. ed. [S.l.: s.n.], 1920.

WIED-NEUWIED, Maximilian Alexander. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

## Baixada afro-maranhense: aspectos históricos da trajetória de negros e negras na Baixada Ocidental Maranhense

 Maria da Conceição Pinheiro de Almeida\*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo tecer considerações sobre a trajetória histórica de negros e negras, na microrregião Baixada Ocidental Maranhense, cuja marca é a resistência. As fugas, os quilombos, as lutas pela terra, por educação quilombola, por trabalho são alguns exemplos dessa resistência. A microrregião em destaque concentra a maior população negra do Estado do Maranhão, assim como o maior número de comunidades negras rurais quilombolas. A presença maciça de negros influencia na cultura local (festas, práticas religiosas, no trabalho). Tudo isso tem gerado um profícuo debate na história e em outras das ciências humanas e sociais em torno da população negra resultando na produção de um vasto material bibliográfico, o qual contribuiu muito para o embasamento desta discussão. Junto a isso, visitas a comunidades quilombolas, entrevistas com moradores, observações, possibilitaram introduzir no texto suas percepções, suas vozes, antes silenciadas.

**Palavras-chave:** Baixada maranhense, População negra, Quilombolas, Constituição de 1988.

## Baixada afro-maranhense: aspectos históricos de la trayectoria de negros y negras en la Baixada Ocidental Maranhense

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo hacer reflexiones sobre la trayectoria histórica de hombres y mujeres negros en la microrregión de la Baixada Ocidental Maranhense, cuyo sello distintivo es la resistencia. Las fugas, los quilombos, las luchas por la tierra, por educación quilombola, por el trabajo, son algunos ejemplos de esta resistencia. La microrregión resaltada concentra la mayor población negra en el estado de Maranhão, así como el mayor número de comunidades rurales quilombolas negras. La presencia masiva de negros influye en la cultura local (fiestas, practicas religiosas, en el trabajo). Todo ello ha generado un fructífero debate en la historia y en otras ciencias humanas y sociales en torno a la población negra, resultando en la producción de un vasto material bibliográfico, que aportó mucho a la base de esta discusión. Junto a esto, las visitas a las comunidades quilombolas, las entrevistas con los vecinos, observaciones; permitieron introducir en el texto sus percepciones, sus voces, que antes eran silenciadas.

**Palabras clave:** Baixada Maranhense, Población negra, Quilombolas, Constitución de 1988.

---

\* Doutoranda em História Social do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. E-mail: msconceicao14@yahoo.com.br



## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte das pesquisas realizadas para a construção da nossa tese de doutoramento, onde investigamos o processo de territorialização de comunidades quilombolas na microrregião maranhense denominada de Baixada Ocidental Maranhense<sup>1</sup>. Tem como objetivo, debater aspectos que marcaram e ainda marcam a trajetória histórica da população negra nessa microrregião.

As questões levantadas nesse texto representam vias pelas quais essa “resistência” se constituiu ao longo da trajetória histórica da população negra nessa área do Maranhão, tanto na escravidão quanto depois que ela foi abolida “oficialmente”. Os eventos mostram que os mecanismos de resistência se formalizam (no sentido de tomar forma) conforme as circunstâncias.

Na vigência do escravismo quando a liberdade de ação era negada ao escravizado, à escravizada, a resistência se configurou nas fugas, na formação dos quilombos, nos assassinatos dos feitores, por vezes, dos senhores e assim por diante.

Com o fim oficial da escravidão, que só declarou “livre” o antes escravo, sem garantir os meios necessários para o exercício dessa “liberdade”, tendo esse que conviver com o preconceito, com a discriminação, a opção foi resistir às tentativas das forças dominantes de invisibilizar sua presença na sociedade, negando-lhe as prerrogativas de cidadão, de cidadão brasileiros. Daí encontrar-se, ainda hoje, num constante estado de luta, pela cidadania, pela terra, pelo trabalho, pela educação, pela saúde, pela existência, enfim.

No contexto da escravidão teceremos algumas considerações sobre as fugas e formação de quilombos, assim como as insurreições e ocupações de fazendas como instrumentos de resistência utilizados pelos escravos no Maranhão. As fugas e formação de quilombos já ocorriam no Maranhão desde o início do século XVIII, porém, foi no século XIX que os quilombos se

---

<sup>1</sup> A microrregião Baixada Ocidental Maranhense está localizada no noroeste do Estado do Maranhão, dentro da Amazônia Legal maranhense, composta por 34 municípios, alguns deles na costa norte do Estado, cortada por rios, lagos e uma faixa significativa de campos alagáveis.

multiplicaram como mostra Assunção (1996). Ainda nesse século eclodiram várias revoltas que contaram com a participação de escravos, como a Balaiada (1838) e a Insurreição de Viana (1867), sendo que essa última atingiu toda a Baixada Ocidental Maranhense, e abalou de forma significativa as estruturas escravistas na microrregião e até mesmo na Província, uma vez que os senhores de escravos sentiram diante deles fortes possibilidades de acontecer o que mais temiam: uma revolta escrava generalizada.

No pós-abolição a questão a ser tratada será a formação dos territórios negros que se configuraram como “terras de preto”, os quais possibilitaram aos ex-escravos um espaço para viverem e imprimir suas marcas identitárias, além de possibilitar-lhes o provimento de meios materiais e imateriais necessários para sua sobrevivência.

A luta para garantir terras ocupadas antes e/ou depois da abolição da escravidão, as quais se tornaram seus territórios é hoje a maior bandeira levantada pela população negra que vive na zona rural dessa Baixada, especialmente, a que ocupa as comunidades quilombolas, mesmo sendo elas reconhecidas oficialmente nos moldes da Constituição de 1988. Cotidianamente, enfrentam as investidas de proprietários rurais, grupos empresariais e do próprio Estado sobre seus territórios.

Segundo dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) do ano de 2010<sup>2</sup>, para além da presença de outras etnias e migrantes, essa microrregião possui a segunda maior população negra do Maranhão, ficando atrás apenas do conglomerado da ilha de São Luís.<sup>3</sup>

Apesar desse fato, as políticas públicas de Estado quase sempre ignoram as peculiaridades específicas desse segmento social, sobretudo, na área da educação e da saúde.

No que diz respeito à educação, faz-se necessária a implementação da Lei nº 10.639/2003, assim como a educação quilombola regulamentada desde 2012; quanto à saúde, desenvolver políticas que levem em

---

<sup>2</sup> É importante esclarecer que estamos utilizando os dados do censo 2010 pelo fato de que desde então não houve a realização de um novo censo geral no Brasil.

<sup>3</sup> O conglomerado da Ilha de São Luís é formado pelos municípios de São Luís (capital), Raposa, Paço do Lumiar e São José de Ribamar.

consideração as doenças prevalentes na população negra, assim como a garantia de assistência pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Ou seja,

mesmo considerando a existência de uma população formada predominantemente de negros e mestiços, existe uma concepção ideológica que remete o ser negro a uma condição de total inferioridade e subordinação, onde os caminhos da mobilidade social são extremamente bloqueados para o negro (Rodrigues; Balthazar, 1988: 111).

Assim, nosso objetivo neste artigo será mostrar, mesmo que de forma ainda não aprofundada, a população negra da Baixada Ocidental Maranhense como protagonista de sua história também pela necessidade de resistência constante para garantir o direito vital de sobreviver, desde os tempos da escravidão até os dias atuais.

Essa longa trajetória da população negra nessa microrregião influenciou terminantemente a cultura local, seja nas festividades, na religiosidade, no trato com a saúde, no trabalho, nas formas de sociabilidades.

## **2. A BAIXADA OCIDENTAL MARANHENSE NO SÉCULO XIX – quilombos, insurreições – negros e negras em movimento**

*"Nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós"* (Fanon, 1968: 11).

A presença da população negra na Baixada Ocidental Maranhense se intensificou com o aumento do comércio de africanos para o Maranhão na segunda metade do século XVIII, por ocasião da inserção do Estado no sistema agroexportador, porém, ao final do século anterior o Estado do Maranhão já contava com um elevado número de africanos escravizados, inclusive, nessa microrregião, encabeçando ações de "rebeldia" manifestadas através das fugas e formação de quilombos.

Em 1702 teria sido encontrado o primeiro quilombo que segundo descreve Meireles ocupava terras dessa região.

primeiro quilombo de que temos notícias é o que se formou nos sertões do Turiaçu, nos confins da capitania de Cumã<sup>4</sup>, (...) em 1702, e em que foram aprisionados 120 escravos (...) quantidade que revela (...) o quanto de tempo já de sua formação. Depois espalharam-se pelo interior, especialmente na Baixada.

Mathias Assunção (1996: 436) ao estudar os quilombos maranhenses centra sua análise sobre aqueles que se formaram no século XIX pois, “sua ocorrência é amplamente documentada nos periódicos, na correspondência das autoridades militares, policiais e judiciárias ou nos relatórios dos presidentes da província”. Entretanto, segundo o autor, essas fontes omitem determinados dados importantes para precisar a origem e o número de habitantes dos mesmos.<sup>5</sup> Gomes (1997) também coloca que registros relacionados aos quilombos constavam sempre nos relatórios elaborados pelas tropas oficiais que deveriam ser apresentados ao governo.

A endemia de quilombos no Maranhão de que fala Assunção (1996) se concentrou, sobretudo, na microrregião Baixada Ocidental Maranhense. Esse fato pode ser explicado pelas condições geográficas da microrregião (abundância de matas, rios, riachos), mas também pela grande concentração de fazendas nessa microrregião voltadas para a grande lavoura agroexportadora, demandando grandes contingentes de escravos.

O fenômeno quilombola no Maranhão durante o regime escravista não se restringiu ao ato de fugir e formar quilombos, foi mais além, na medida em que os quilombolas não ficaram reclusos aos espaços onde constituíram seus quilombos. O que se viu, conforme os diversos estudos sobre o assunto (Araújo, 2006; Assunção, 1996) foram homens e mulheres dispostos a ultrapassarem os limites dos quilombos e implementar uma luta mais incisiva contra a escravização.

Para Gomes (1997: 3), essas fugas e a formação dos quilombos seriam parte de uma “tradição rebelde” do “Brasil Colonial que se constituiu numa

---

<sup>4</sup> A capitania de Cumã no período colonial congregava, praticamente, todos os 34 municípios que hoje formam a Baixada Ocidental Maranhense.

<sup>5</sup> É importante observar que essas autoridades chegavam até esses quilombos para destruí-los, como coloca o autor, portanto, sem a preocupação em anotar detalhes que pouco importava na realização de suas tarefas principais: o extermínio. Se bem que esse extermínio quase sempre era incompleto, sempre haveria a possibilidade de um ou mais escravos escaparem ao cerco de captura.

longa, difícil e interminável aventura em busca da liberdade". O autor chama a atenção também para as abordagens, cuja preocupação reside em atrelar a rebeldia escrava apenas como uma reação à violência dos senhores, o que resultaria em uma análise apenas superficial que acabaria por esgotar-se em si mesma. Logo, para ampliar o entendimento da luta escrava seria importante que a "ênfase" se deslocasse da "reação" cedendo lugar para as "reflexões sobre as ações e seus significados" (Gomes, 1997: 5). Sobre isso ele escreve que:

A formação dos quilombos significou muito mais do que apenas escravos fugirem para as matas e tentarem escapar das perseguições. Escolhiam locais para se estabelecerem, procuravam dominar florestas, reinventavam práticas econômicas e tentavam contato com outros setores da sociedade com os quais pudessem ampliar suas bases econômicas, autonomia e redes de proteção e solidariedades (Gomes, 1997: 233).

Entendemos que o fenômeno quilombola na Baixada Ocidental Maranhense deve ser analisado dentro da perspectiva de ser não apenas o abrigo de escravos contra as atrocidades do sistema escravista, mas um espaço que abrigava seres conscientes de sua condição e da necessidade de transformação dessa realidade. Podemos pensar o quilombo como um espaço de empoderamento do escravo sem voz nos demais espaços naquela sociedade.

Foram vários os movimentos revoltosos registrados na Baixada Ocidental durante o século XIX protagonizados por escravos aquilombados ou com a participação desses. Em uma visão panorâmica da ação dos quilombolas na região, Almeida (2008: 124) coloca que:

Os quilombos organizados no Maranhão estenderam seus domínios por Alcântara e Viana (...). Nos anos 60 as ações dos quilombolas recrudesceram e se ampliaram *ameaçando* São Bento, São Vicente de Férrer, Santa Helena, Pericumã e Vila Nova de Pinheiro. O quilombo São Benedito do Céu, nas matas do Turiaçu, organizou grupos armados que passaram a invadir fazendas e vilas".

Essas ações chegaram a influenciar o processo de recrutamento de homens para lutar na Guerra do Paraguai<sup>6</sup>, tamanha a ameaça que representavam para os fazendeiros locais.

Em Guimarães, conforme levantou Assunção (1996), houve uma insubordinação de escravos na fazenda pertencente ao capitão Antonio José Correia, no ano de 1811. Nessa ação de insubordinação tomaram parte escravos da fazenda e quilombolas pertencentes a um quilombo localizado nas matas desse município. A situação gerou um clima de grande insegurança entre proprietários de outras fazendas vizinhas, devido ao assassinato do proprietário da fazenda pelos quilombolas, sendo necessária a intervenção das tropas do governo para inibir a ação dos quilombolas.

Os quilombolas envolvidos nesse episódio estavam ligados a um quilombo denominado “João Congo”, localizado nas matas desse município, conforme revelação obtida no depoimento de um informante das tropas do governo, o qual relatou que outros quilombolas quando tomaram conhecimento da presença de tropas em Guimarães resolveram “se recolherem no Mocambo de João Congo que é muito grande” (Assunção, 1996: 441).

A história do negro no contexto do sistema escravista nas Américas, mesmo que as camadas dominantes em combinação com os aparelhamentos legais e repressivos do poder estatal<sup>7</sup>, não medissem esforços para negar, é marcada pelo seu protagonismo, em negativa a aceitar passivamente a escravização. Desse modo, não seria e não foi diferente no Maranhão, especificamente, na Baixada Ocidental Maranhense, por isso mesmo a escolha do tema para esta discussão.

Como já dissemos acima, diversos eventos revelam os pretos escravizados na região como protagonistas. Entretanto, tendo em vista a limitação deste artigo quero tecer algumas considerações a respeito da movimentada *Insurreição de Viana* ocorrida em 1867, a qual vem sendo alvo

---

<sup>6</sup> O acirramento das fugas e formação de quilombos na segunda metade do século XIX levou os proprietários de terras a pressionar as autoridades públicas a limitar a liberação de homens para lutar na Guerra no Paraguai a fim de aumentar o efetivo policial local e poder dar maior segurança aos estabelecimentos produtivos contra as ações protagonizadas pelos quilombolas.

<sup>7</sup> Entendemos como aparelhamento legal e repressivo estatal as leis protetoras das classes proprietárias de escravos juntamente com o efetivo policial que poderiam ser utilizados sempre que necessário na repressão aos escravos.

de análise por autores que estudam a escravidão no Maranhão no século XIX, entre os quais estão Assunção (1996), Gomes (1997), além do trabalho da professora Mundinha Araújo (2008), voltado, especificamente, para discuti-la.

A razão para recordar a Insurreição de Viana neste artigo deve-se ao fato de que esse evento, como tantos outros, aponta para a agência do negro no curso da história dessa Baixada que é predominantemente, afro-maranhense. No caso da insurreição fica evidente o que Araújo (2006: 21) chama de “rebeldia do escravo negro do Maranhão”, fazendo cair por terra a ideia de passividade do escravo de origem africana ante seu processo de escravização.

A Insurreição de Viana, apesar de o título sugerir ter ocorrido apenas em Viana alcançou proporções mais ampla, como coloca Mundinha Araújo. Segundo a autora, “A insurreição de escravos em Viana (...) foi um acontecimento de grandes proporções, ocorrido em 1867 na Baixada Maranhense” (2006: 22). Ainda sobre o movimento, Mundinha Araújo acrescenta que

estava deflagrada a tão temida insurreição, que se estenderia a outras propriedades, com a adesão de toda a escravatura. As notícias sobre o movimento insurrecional dos escravos propagar-se-iam rapidamente, causando pânico não apenas aos habitantes de Viana, mas a todos os proprietários estabelecidos nos municípios da Baixada Ocidental: São Vicente Ferrer, São Bento, Guimarães, Pinheiro, Santa Helena, Alcântara e outros das regiões limítrofes (Araújo, 2006: 40).

Ou seja, o movimento demonstrou a capacidade mobilizadora dos escravos no Maranhão, assim como no Brasil em geral.

É importante destacar que a Insurreição de Viana contou com a participação de outros agentes sociais da época como mostra o depoimento de um administrador de uma das fazendas invadidas, a Fazenda Santa Bárbara reproduzido na obra de Mundinha Araujo:

Perguntado como se passou o facto da insurreição dos escravos fugidos e da invasão por eles da fazenda Santa Barbara? *Respondeo que ao amanhecer para o dia oito do corrente mez foi cercada a fazenda Santa Barbara, onde ele interrogado é administrador, por escravos fugidos, desertores criminosos* (Araujo, 2006: 167).

A Insurreição de Viana repercutiu “em todo o interior da Província, apesar do empenho oficial em provar o contrário”. Essa é uma tendência das camadas dominantes como coloca Melucci: “(...) aqueles no poder tendem a acentuar o significado *mais inferior* da ação coletiva e a reduzi-la à patologia social ou ao comportamento agregado” (1989: 57). O movimento não foi nada modesto visto ter mobilizado autoridades oficiais e proprietários rurais da região como pode ser observado na documentação produzida na época acerca do mesmo. Ele significava a materialização de um temor que sempre existiu na sociedade escravista, o medo da rebeldia generalizada dos escravos.<sup>8</sup>

Além da Insurreição de Viana, outros eventos registrados na Baixada Ocidental Maranhense demonstraram, além da capacidade de lutas de escravos, a de negociação de uma rendição às autoridades, como ocorrera no Quilombo São Sebastião, à época, localizado no município de Pinheiro/MA. Autoridades e lideranças quilombolas negociaram os termos de rendição, para retornarem ao trabalho, embora o fato de negociar a rendição não significou vantagens para os quilombolas que retornaram para os jugos da escravidão.

### **3. PÓS-ABOLIÇÃO NA BAIXADA: os desafios cotidianos do negro “livre” na Baixada Ocidental Maranhense**

O ímpeto de romper barreiras impostas à sua trajetória segue impulsionando a população negra na Baixada Ocidental Maranhense no pós-abolição. Isso se fará necessário por uma questão de sobrevivência para um grupo social que foi deixado à sua própria sorte a partir do fim oficial da escravidão. Não queremos aqui colocar a população negra como incapaz de cuidar de si, mas sem as garantias sociais de um cidadão essa tarefa se torna muito mais desafiadora.

A crise da economia agroexportadora maranhense nas últimas décadas do século XIX seguida da extinção “oficial” do trabalho escravo levou alguns

---

<sup>8</sup> Ver mais sobre o tema na obra “Insurreição de escravos em Viana 1867 de Mundinha Araujo editada em 2006.

proprietários a abandonarem suas terras nas mãos de seus escravos e/ou escravos os quais nelas permaneceram e delas fizeram seus territórios.

Outras formas de acesso a terra se verificaram na Baixada Ocidental: acordos entre senhor e escravos em troca da recuperação da capacidade produtora das terras como aconteceu na comunidade quilombola de Frechal; outras, foram oriundas de quilombos não extintos no período escravista; terras doadas a escravo ou grupo de escravos onde ao longo do tempo foram sendo povoadas por seus descendentes onde forjaram condições de produção/reprodução de seus modos de vida próprios, como foi o caso da comunidade quilombola de Damásio, em Guimarães/MA.; terras doadas a santos padroeiros das localidades onde estava sediada a fazenda; além de outros negros e negras que ocuparam terras pertencentes ao Estado.

Esses espaços, pelas condições ali criadas, peculiares a cada grupo de negros/negras que os ocupavam passaram a ser denominados como as "terras de preto", onde estavam impressas suas marcas identitárias, e se tornaram assim seus territórios, uma vez que se sentiram e se sentem pertencentes àqueles espaços, onde compreendem estarem fincadas suas raízes, com formas próprias de sociabilidades (Souza e Pedon, 2007). Atribuímos às "terras de preto" um papel preponderante na forte presença negra na Baixada Ocidental Maranhense, uma vez que possibilitou a permanência dessa população nesse espaço para a reprodução material de suas vidas, assim como a manutenção de suas tradições culturais.

Vale ressaltar que nem todos entre a população negra dispunham de terras consideradas próprias para se estabelecerem e produzir seu sustento, tendo então que se submeter à exploração por parte de proprietários rurais, assim como outras categorias de pobres do meio rural.

Essa situação se agravou ainda mais a partir da Lei de Terras do Maranhão aprovada em 1969 na gestão do governador José Sarney, também conhecida como "Lei Sarney", a qual promoveu a privatização das terras devolutas do Estado do Maranhão sem levar em consideração as ocupações dos povos tradicionais, incluindo aí os territórios negros.

Existia sim uma "inteira omissão" com relação à presença desses povoados, os quais eram vistos como "isolados negros" em "desintegração"

ou “fadados” ao “aniquilamento pelo progresso social e pelo desenvolvimento das forças produtivas” (PVN, 2002: 39).

Na Baixada Ocidental Maranhense as consequências da “Lei Sarney” se refletiram na proliferação de fazendas de gado bovino e bubalinos, criando as chamadas “soltas”, em terras muitas vezes griladas, envolvendo os territórios ocupados pela população negra da região.

De acordo com Farias Filho,

O território foi “invadido” por grupos que buscam ampliar o domínio em terras devolutas, nas áreas dos campos naturais, babaçuais e se apropriaram destes bens praticando diversas atividades indevidas e iniciaram um processo de muitos conflitos com comunidades tradicionais, ribeirinhos, posseiros, quebradeiras de coco e lideranças de movimentos sindicais da região (Farias Filho, 2012: 163).

As ameaças de invasão aos territórios negros assim como o uso não raro de ações violentas contra seus ocupantes levadas a termos pelos proprietários rurais tanto provocaram êxodo rural, inchando as periferias das áreas urbanas, sobretudo da capital (São Luís), quanto despertaram a resistência desses grupos, intensificando ainda mais os conflitos agrários.

É assim que desde o final da década de 1970 as comunidades negras rurais de todo o Estado do Maranhão intensificaram as lutas para preservarem o direito às terras ocupadas desde seus antepassados diante das constantes ameaças de grandes proprietários rurais ou grupos empresariais, e nesse contexto surgiu o movimento quilombola, que na Baixada Ocidental Maranhense tem se revelado de extrema importância para que negros e negras conservem seus territórios.

O movimento quilombola reivindica a legalização desses territórios como reconhecimento de uma situação histórica de ocupação que remonta ao período escravista e que se seguiu no pós-abolição até os dias atuais, para que possam viver com liberdade e desenvolver suas práticas peculiares de vida vivenciadas desde os antigos quilombos. Portanto, a reivindicação do direito à terra levada a termo pelas comunidades negras rurais não se reduz ao seu uso apenas como lugar para a produção de bens materiais, apesar de não estar desvinculada do processo de reforma agrária (FAPEMA, 2015). A terra reivindicada pelos quilombolas é o lugar de pertencimento de seus

ocupantes, onde estão fincadas suas raízes; onde elaboram os elementos essenciais para suas existências material e imaterial.

Foi para a defesa desses valores, onde o território é a peça central, que o movimento quilombola toma formas a partir do final da década de 1970 como está dito acima, se fortalecendo ainda mais na década seguinte, com vistas ao enfrentamento dos agentes capitalistas que avançavam cada vez mais sobre seus territórios, favorecidos pelo processo de privatização das terras devolutas do Estado do Maranhão iniciado no final da década de 1960 com a aprovação da Lei Sarney.

Com relação ao movimento quilombola, como movimento social, cabe aqui acrescentar as observações de Furtado (2018) que com base formulações de Fernandes (2005) e Silva (2004), analisa os movimentos quilombolas como movimentos sócioterritoriais, isto é, a principal bandeira de luta é o território. Entretanto, ela utiliza esse conceito em sua análise de uma forma mais ampliada, a qual denomina de aquilombamento, cujo sentido seria revelar

uma visão de sujeitos sociais que se aglutinam a partir de realidades históricas críticas impositivas, a partir das quais se estabelecem antagonistas claramente definidos: proprietários de terras e escravizados, detentores de meios de produção e expropriados, grandes fazendeiros e camponeses sem terra, empreendimentos estatais e atingidos por barragens; capitalistas e indígenas, “donos de terra” e quilombolas; entre outros (Furtado, 2018: 27).

Esse movimento quilombola encabeçado por comunidades negras rurais do Maranhão e do Pará (Arruti, 2006), foi importante instrumento de pressão para a inserção do artigo 68 na Constituição de 1988, mesmo que nas Disposições Constitucionais Transitórias. É evidente que aprovar esse direito para os “remanescentes de quilombos” nas Disposições Transitórias não foi sem propósito, mas uma porta aberta para reverter essa “conquista” como já foi tentado em várias oportunidades.

A participação da população negra da Baixada Ocidental Maranhense no movimento quilombola e conseqüentemente na inserção do artigo 68 na Carta Constitucional de 1988 foi indiscutível, uma vez que a região congregava na época o maior número de comunidades negras rurais, as

chamadas “terras de preto”, conforme levantamento efetuado pelo Projeto Vida de Negro entre o final dos anos 1980 e os anos 1990 (PVN, 2002).

Na atualidade, no Maranhão é a microrregião com o maior número de comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, de acordo com o que dispõe a Portaria nº 126 dessa instituição, expedida em julho de 2019. São 476 no total, lembrando que esses números são de dois anos atrás, e, provavelmente, já houve alteração. Apesar do número elevado de comunidades certificadas como quilombolas, o percentual de terras tituladas não chega a 10%. Até 2018 eram apenas 32 conforme registro da Fundação Pró-Índio atualizados até esse ano, e todas as certificações emitidas pelo Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (ITERMA), nenhuma pelo governo federal via Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA),

É importante salientar que ter o direito de permanecer nas terras tradicionalmente ocupadas reconhecido na Constituição brasileira de 1988 representou uma conquista singular para a população negra, sobretudo, da zona rural do Brasil como um todo. No entanto, no Brasil, direito escrito não é direito efetivado, especialmente, quando se destina às camadas pobres como é o caso da maioria esmagadora dos pretos e pretas do país. E é por isso que ainda hoje as comunidades negras rurais tornadas quilombolas ou não, em todo o país, geralmente, estão envolvidas em conflitos agrários, contra o grande capital, fazendeiros, ou ainda, o que é mais grave, contra o Estado, nas diversas esferas, esse que, pela Constituição, deve ser o responsável pela consolidação do referido direito.

A morosidade e a omissão do Estado brasileiro na condução do processo de legalização dos territórios quilombolas, aliadas ao avanço ilegal de particulares sobre tais territórios tem contribuído para o acirramento dos conflitos agrários na Baixada Ocidental Maranhense envolvendo quilombolas, conforme vem registrando ao longo das décadas seguintes a 1988, a Comissão Pastoral da Terra - CPT (FAPEMA, 2015).

Ações organizadas pelos quilombolas da Baixada Ocidental Maranhense tem sido executadas com vistas a dar visibilidade às suas reivindicações de fazer valer o direito a terra oficializado na Constituição de 1988. Dentre essas

ações citamos a ocupação de órgãos governamentais ligados à questão agrária/ambiental, como foi o caso da ocupação do IBAMA em 1994 por quilombolas do Quilombo Frechal no município de Mirinzal, a ocupação do INCRA em 2014 liderada por integrantes Movimento Quilombola do Maranhão – MOQUIBOM, organizado a partir de 2009.

O MOQUIBOM nasceu da articulação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dentro das comunidades quilombolas no município de Serrano do Maranhão/MA. Em princípio, atuava apenas na região da Baixada Ocidental Maranhense, fazendo frente aos conflitos agrários entre proprietários e quilombolas. Na atualidade atua em todo o Estado do Maranhão, deixando de ser um movimento regional se tornando um movimento estadual. Como movimento socioterritorial, a principal reivindicação é o território.<sup>9</sup>

É importante pontuar que até 2009 os quilombolas maranhenses eram representados pela Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – ACONERUQ, fundada em 1997 para congregar as comunidades quilombolas a nível estadual, em substituição “a Coordenação Estadual Provisória dos Quilombos Maranhenses (CEPQM), criada em 1995” (Souza, 2017: s/n). A ACONERUQ, entre outras atribuições, media os processos de reconhecimento como quilombola de algumas comunidades negras rurais do Maranhão com a Fundação Cultural Palmares, assim como gerencia a distribuição de cestas básicas para os quilombolas. Conforme observamos, sua atuação em favor dos quilombolas no Maranhão não tem passado dessas ações acima referidas.

A CEPQM, a ACONERUQ e o MOQUIBOM, associações quilombolas criadas em alguns municípios da Baixada Ocidental Maranhense como Bequimão e Anajatuba, além de muitos outros mecanismos de lutas, sinalizam para a necessidade da continuidade do processo de resistência tendo em vista que os ataques aos direitos conquistados são constantes, além da incompletude daquilo que é necessário para uma vida digna para a população negra, especialmente, da fração que habita a zona rural do país.

Desse modo, organização institucional e de movimentos que chamem a atenção de outros órgãos para suas causas, como a Comissão Pastoral da

---

<sup>9</sup> As informações a respeito do MOQUIBOM foram dadas pela liderança do Quilombo Nazaré no município de Serrano/MA.

Terra (CPT) em nível nacional, mas também de organizações internacionais, tem resultado em algumas vitórias, e por isso a importância da ACONERUQ, do MOQUIBOM e das associações municipais como forma de fortalecer a luta desses povos.

A população negra da Baixada Ocidental Maranhense, especialmente, os segmentos quilombolas, tem se mostrado atuante também no que diz respeito à educação, fator importante no fortalecimento das lutas na medida em que ajuda a formar um povo cômico de seus direitos, suas raízes, seu pertencimento ao território onde vive, além de valorizar suas crenças, seus costumes, além da necessidade de reverter o alto índice de analfabetismo que ainda persiste entre a população negra do Maranhão.

Em nível de política pública para a educação quilombola, em especial, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQEB) através da Resolução nº 08 de 20 de novembro de 2012, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Essas diretrizes asseguram às comunidades quilombolas o direito a uma educação que possa priorizar os valores que são caros para cada comunidade quilombola.

O artigo 59 dessa Resolução estabelece que: *É de responsabilidade do Estado cumprir a Educação Escolar Quilombola tal como previsto no art. 208 da Constituição Federal (Brasil, 2012)*. Ou seja, o estado, qualquer que seja sua esfera (municipal, estadual ou federal) é o responsável pela oferta de educação quilombola da mesma forma que oferece a educação convencional a esses e aos demais segmentos da sociedade. No entanto, as coisas não acontecem como determina a legislação, visto que a educação quilombola vem sendo negligenciada em todo país, conseqüentemente, no Maranhão também.

A respeito dessa educação quilombola no Maranhão, a fala de uma participante do Projeto Vida de Negro (PVN) do Centro de Cultura Negra (CCN), mostra como as ações no sentido de consolidá-la ainda são incipientes, restringindo-se à implantação de escolas tituladas de quilombolas apenas por estarem construídas em áreas quilombolas, porém, sem a prática

pedagógica pautada nas temáticas de interesse dos quilombolas que vivem nessas comunidades.

(...) essas escolas quilombolas nas comunidades quilombolas, na verdade não existem. O que existe são as diretrizes trabalhadas que a gente de fato brigou por isso. Então em 2012 ela saiu do papel, e só isso assim. O que tem são questões muito incipientes mesmo, de iniciativa própria de professores, às vezes de gestor, né, diretor de escola. Mas, de fato, a implementação da educação escolar quilombola, ela ainda não acontece” (trecho da fala de uma integrante do Projeto Vida de Negro, em entrevista concedida a esta pesquisadora em 15 de março de 2019).

Desse modo, a educação quilombola quando ocorre de fato representa um fator de resistência de negros e negras das comunidades quilombolas que tomam para si a responsabilidade pela implementação dessa educação em suas comunidades em contraposição ao modelo curricular imposto pelas autoridades educacionais. Essa resistência tem se dado em algumas comunidades quilombolas localizadas na Baixada Ocidental Maranhense, como por exemplo no *Quilombo Nazaré*<sup>10</sup>, situado no município de Serrano do Maranhão/MA o qual já mencionamos acima.

Lá essa a reação contra a imposição do currículo oficial feita pela Prefeitura Municipal através de sua Secretaria de Educação foi denominada pelos quilombolas como *a retomada da educação*. Essa retomada teve início em 2004, tendo como eixo fundamental reforçar nos alunos o sentimento de pertencimento ao território, fortalecendo a identidade quilombola sem desprezar os conteúdos do currículo oficial.

De acordo com a coordenadora da Escola, D. Ana<sup>11</sup>, a escola não trabalha com currículo, mas com projetos, e esses projetos incluem não apenas os alunos, mas também as famílias e outros moradores da comunidade, que partilham seus saberes tradicionais com o ensino, saberes esses que fazem parte do cotidiano da comunidade, e que segundo seu entendimento, devem ser preservados, a fim de reforçar a identidade de seus moradores, especialmente, das gerações mais jovens, evitando, por outro

---

<sup>10</sup> Quilombo Nazaré é como a comunidade se auto denomina.

<sup>11</sup> Dona Ana é a coordenadora das atividades na escola, exercendo, ao lado dos três filhos (Gil, Leidiane e Nilde) também a função de professora, sendo que todos possuem o magistério e formação em Educação do Campo.

lado, a evasão do lugar. Abaixo apresentamos uma foto da escola *Nossa Senhora de Nazaré* no Quilombo Nazaré, em Serrano do Maranhão/MA feita por esta autora em fevereiro de 2019, por ocasião da primeira visita a essa comunidade.



Escola Quilombola Nossa Senhora de Nazaré, no Quilombo Nazaré em Serrano do Maranhão/MA. Foto produzida pela autora em visita ao Quilombo Nazaré em 15 de fevereiro de 2019.

A Escola Quilombola do Quilombo Nazaré oferece Educação Infantil e Ensino Fundamental I e II.

Vale ressaltar ainda que essa “retomada da educação” nessa comunidade não é bem aceita pelas autoridades da educação do município, que através de recursos como a imposição de professores “despreparados” como mencionou Dona Ana, e até mesmo o retardo na entrega da escola após essa ter passado por um processo de reforma.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Quando estive no Quilombo Nazaré, em fevereiro de 2019, a Escola estava com a reforma concluída, os equipamentos e móveis instalados, porém, sem autorização oficial para sua utilização. Mesmo assim, as atividades escolares estavam sendo desenvolvidas em seu interior, pois, pelo entendimento da comunidade a mesma lhe pertencia e, portanto, as crianças não poderiam ficar sem aulas e nem que essas aulas fossem ministradas em outro espaço que não fosse na referida Escola.

Além da educação, a resistência negra na Baixada Ocidental Maranhense tem se mostrado na preservação de suas crenças e costumes, festas, rituais, economia. No município de Alcântara, onde a maior parte da população é formada por negros e onde desde o início do século XIX até a década de 1980 o território esteve sob o controle de um campesinato negro, ocupante de terras que foram abandonadas pelos antigos proprietários diante da crise da agroexportação, “as festas de santos, para além da riqueza de detalhes de suas cerimônias, podem ser pensadas como celebrações da autonomia conquistadas pelos ancestrais” (Souza Filho e Andrade, 2012: 77). Nesse sentido destaca-se a festa do Divino Espírito Santo na sede do município e a festa de Santa Teresa em Itamatatua, no mesmo município.

Algumas festas de santos que acontecem na Baixada Ocidental Maranhense, em Alcântara, por exemplo, mas também em outros municípios, incluem também o tambor de crioula, o bumba-meu-boi, e outras manifestações culturais de origem africana. O tambor de crioula está geralmente, associado aos festejos em homenagem a São Benedito (santo de grande devoção entre a população negra no Estado do Maranhão), enquanto que o bumba-meu-boi aos festejos juninos do Estado que envolvem São João, São Pedro e São Marçal, sendo também apresentado como fruto de promessas individuais a esses santos. O tambor de crioula também integra as manifestações culturais exibidas no carnaval maranhense, na capital São Luís, assim como em outras localidades do Estado, como é o caso da região da Baixada.

A importância do tambor de crioula na Baixada pode ser percebida no festival que ocorre há 24 anos na cidade de Pinheiro todo dia 13 de maio. Esse festival de tambor de crioula reúne grupos locais e de outros municípios da Baixada Ocidental Maranhense. Antes de se tornar um festival o evento foi pensado para ser uma espécie de confraternização entre os grupos de tambor de crioula, e era promovido pelo Sr. José Martins Soares, conhecido como “Zé Macaco” (já falecido) como mostrou uma matéria jornalística veiculada pela TV Mirante em maio de 2011. Hoje seus filhos o fazem como forma de homenagear o pai, mas também para dar visibilidade a essa

manifestação típica da cultura negra, pois entendem que ainda existe muito preconceito em relação às manifestações culturais da população negra.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Baixada afro-maranhense é o produto da trajetória do negro neste pedaço de chão do Estado do Maranhão desde os tempos do cativo e que hoje se configura nos números abaixo descritos: mais de 600 mil habitantes negros e negras; mais da metade das comunidades reconhecidas como quilombola pela Fundação Cultural Palmares em números de 2019 (476); maior número de comunidades tituladas pelo ITERMA (41 das 64 em todo o estado do Maranhão) segundo números atualizados do órgão em 2021 (ITERMA, 2021).

Os números acima não querem dizer que as coisas por estas bandas são mais fáceis de serem alcançadas, mas apontam sim, para uma disposição constante para a luta, através de variados recursos, como os confrontos diretos (nos enfrentamentos junto às forças opressoras) mas também indiretos (na preservação do legado cultural herdado de seus antepassados).

A Baixada afro-maranhense não se comporta em si, extrapolando fronteiras e alcançando outros espaços como é o caso do Movimento Quilombola do Maranhão, cuja semente foi plantada primeiramente nesse solo e hoje germina em todo o Estado do Maranhão, servindo de exemplo para grupos de outros estados brasileiros em relação à luta dos povos quilombolas.

A Baixada afro-maranhense objeto deste artigo, formada por homens e mulheres em sua maioria pobres, pretos, alguns indígenas e/ou descendentes, cujo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um dos menores do Estado e do país, com graves problemas sanitários, desemprego, analfabetismo, concentração de muitas terras nas mãos de poucos (muitas dessas terras adquiridas de forma ilegal - grilagem), conflitos de terras (ocasionando a morte de muitas lideranças quilombolas, indígenas e de outras categorias do meio rural), é também de sujeitos que escrevem sua própria história quando não recuam diante dos impedimentos impostos pelo

capital, pelo Estado, pelo contrário, assumem uma postura de defesa de seus interesses, pela preservação de suas raízes, de suas terras, de sua(s) cultura(s). Em todo esse contexto é inquestionável o protagonismo dessa população que confere as características mais marcantes à população afro-maranhense.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Entrevistas

Entrevista com realizada com liderança quilombola no *Quilombo Nazaré* em Serrano do Maranhão/MA, em 15 de fevereiro de 2019.

Entrevista com a coordenadora da Escola Quilombola Nossa Senhora de Nazaré, no Quilombo Nazaré em Serrano do Maranhão/MA, em 15 de fevereiro de 2019.

### Bibliografia

ARAÚJO, Mundinha. *Insurreição de escravos em Viana/1867*. 2. Ed. São Luís: Edições AVL, 2006.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Quilombos maranhenses. In: REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BRASIL, Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica*, Brasília, DF, nov. 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil (1988)*. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Consultado em 23 de maio de 2021.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria nº 126, de 18 de julho de 2019. CARVALHO, Carlos Jesus de. *Ascensão e crise da economia açucareira no Maranhão: 1850-1910*. São Luís: Editora UEMA, 2015.

CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010. *População residente, por cor ou raça, segundo as mesorregiões, as microrregiões, os municípios, os distritos e os bairros – Maranhão - 2010*. IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>.

FAPEMA. *Relatório Final 2015*. São Luís, 2015.

FARIA, Regina Helena Martins. *Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão*. Monografia de conclusão de curso. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1998.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva (Org.). *O espaço geográfico da Baixada Maranhense*. São Luís: JK Gráfica Editora, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *REVISTA NERA* – Ano 8, n. 6 – Jan/Jun de 2005.

FERREIRA, André Luís Bezerra. *A Companhia de Cachéu e Cabo Verde: o Maranhão nas rotas do comércio transatlântico de africanos no século XVII (1671-1699)*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal do Maranhão, Pinheiro/MA, 1914.

GOMES, Flávio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII – XIX)*. Tese apresentada na Universidade Estadual de Campinas/SP: Campinas/SP, 1997.

Instituto de Colonização e Terras do Maranhão: ITERMA. *Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas no Estado do Maranhão: legislação estadual, perguntas e respostas*. São Luís, 2021.

LOPES, Raimundo. *O Torrão Maranhense*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1916.

MARQUES, Cezar Augusto. *Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão*. Maranhão: Typografia Frias, 1870 (1970).

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. 4. Ed. Imperatriz/MA: Ética, 2008.

MELUCCI, Alberto. *Um objetivo para os movimentos sociais?* Lua Nova Revista de cultura e política, São Paulo, nº 17, p. 49-66, junho, 1989.

OLIVEIRA, Paulo. *Cronologia da História de Guimarães: homenagem aos seus 250 anos*. 2 ed. São Luís: Comercial SEGRAF, 2007.

PROJETO VIDA DE NEGRO. *Terras de preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento*. Coleção Negro Cosme, v.III. São Luís, 2002.

REIS, Flávio. *Grupos políticos e estrutura oligárquica no Maranhão*. São Luís: [s.n], 2007.

RODRIGUES, Carlos Benedito; BALTHAZAR, Paula Renata. *O negro no Maranhão: sob as regras da democracia racial*. Cad. de Pesq. São Luís, 4 (1): 110-119, jan./jun. 1988.

SCOTT, James C. *A dominação e a arte da resistência: Discursos ocultos*. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A luta pela terra: experiência e memória*. Coleção Paradidáticos. Série Poder. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2004.

SOUSA, Igor Thiago Silva de. *Comunidades quilombolas no maranhão: a ACONERUQ e o MOQUIBOM na cena política*. In: Jornada Internacional de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br>. Consultado em 23 de abril de 2021.

SOUZA FILHO, Benedito; ANDRADE, Maristela de Paula. *Patrimônio imaterial de quilombolas – limites da metodologia de inventário de referências culturais*. Revista Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 18, nº 38, p. 75-99, jul/dez, 2012.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. *Território e Identidade*. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas. Três Lagoas/MS, V. 1, nº 6, ano 4, p. 126-148, novembro, 2007.

## O cinema etnográfico de Jorge Prelorán: entre a heterodoxia latino-americana e o modelo do cinema observacional (1972)

 Ana Caroline Matias Alencar\*

**Resumo:** O objetivo do presente artigo será o de estabelecer aproximações entre a obra audiovisual do cineasta argentino Jorge Prelorán (1933-2009) e a longeva tradição do cinema etnográfico. Especialmente será trazida para a discussão a vertente do cinema observacional, emergida nos anos 1960, com cujos expoentes o cineasta travou contatos profissionais duradouros e vínculos artísticos e intelectuais estreitos. Ao analisar as ressonâncias dessa vertente documentarística na obra do cineasta, bem como as divergências existentes entre o cinema observacional e o projeto documental de Prelorán, procurarei demonstrar como uma complexa concepção do que seria o real audiovisual teria pautado a realização da película *Valle Fértil* (1972).

**Palavras-chave:** Cinema etnográfico; Cinema Observacional; Jorge Prelorán; *Valle Fértil*.

### Jorge Prelorán's ethnographic cinema and the status of the reality in the film *Valle Fértil* (1972)

**Abstract:** The aim of this article will be to establish similarities between the audiovisual work of Argentine filmmaker Jorge Prelorán (1933-2009) and the long-standing tradition of ethnographic cinema. The observational cinema, which emerged in the 1960s, with whose exponents the filmmaker made lasting professional contacts and close artistic and intellectual ties, will be especially brought to the discussion. By analyzing the resonances of this documentary strand in the filmmaker's work, as well as the divergences between observational cinema and Prelorán's documentary project, I will try to demonstrate how a complex conception of what the audiovisual real would be would have guided the making of the film *Valle Fértil* (1972).

**Keywords:** Ethnographic cinema; Observational cinema; Jorge Prelorán; *Valle Fértil*.

---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: [ana.caroline.alencar@outlook.com](mailto:ana.caroline.alencar@outlook.com)



Os anos 1960, sem dúvida alguma, foram paradigmáticos para o cinema documentário. O surgimento e a difusão de novas tecnologias audiovisuais; a consolidação de diversas vertentes documentais, ocupadas com a questão da definição do que seria o “real” cinematográfico; o reconhecimento e o renome adquirido por diversos autores, realizadores de filmes documentais; a participação quase sempre ativa desses artistas nos debates sociais candentes travados em seus respectivos países: estes são apenas alguns dos motivos que poderiam explicar o destaque conferido ao gênero documental, no período em questão.

Para que possamos compreender mais de perto o impacto e a amplidão dessas mudanças, restrinjamos o nosso ângulo de visão, nesse momento introdutório do texto, e direcionemos nossa atenção, daqui para frente, a apenas duas das vertentes documentais emergidas na buliçosa década de 1960 – quais sejam, o Cinema Observacional, surgido no ambiente mais circunscrito da Universidade da Califórnia (UCLA), Estados Unidos; e o Novo Cinema Latino-Americano, de larga difusão entre os cineastas do nosso continente.

Sobre a primeira das vertentes, são reveladoras as reflexões de David MacDougall, um dos expoentes mais renomados do Cinema Observacional [*Observational Cinema*], sobre a atmosfera intelectual característica do ambiente universitário estadunidense. Segundo o cineasta, era compartilhada a crença, entre os estudantes da UCLA, de que o cinema, tal como era até então concebido, estava em vias de ser reinventado.

O distanciamento frente a *old Hollywood*, ou seja, às grandes produções realizadas ao longo da Era de Ouro de Hollywood, então em franco declínio; a emergência do novo cinema de autor, sobretudo europeu, que contava com representantes de peso, como Jean-Luc Godard, Robert Bresson, Michelangelo Antonioni e Federico Fellini, tão atrativos para os jovens estudantes; o apelo estético dos *Movies 'Round Midnight*, realizados por cineastas *underground*, que eram exibidos nas últimas sessões dos cinemas de Los Angeles; o novo documentário novaiorquino, produzido pelos realizadores do Cinema Direto, tais como Richard Leacock, Donn Pennebaker

e Robert Drew; além dos filmes etnográficos de autoria de Robert Flaherty<sup>1</sup>, Robert Gardner e John Marshall, que chegavam a ser exibidos aos estudantes do departamento de Cinema da UCLA: todas essas novidades são interpretadas por David MacDougall como sendo algumas das principais responsáveis pelos novos enfoques conferidos ao cinema documentário, no âmbito do Ethnographic Film Program, da UCLA, do qual o cineasta fez parte naqueles idos anos (Macdougall, 2001-2002: 81-82).

Criado por Collin Young, o Ethnographic Film Program esteve fundado na parceria estabelecida entre os departamentos de Antropologia, Cinema, Música e Estudos Latino-Americanos, da UCLA. Foi este o principal espaço responsável pela difusão do então nascente "Cinema Observacional", delineado por Young e praticado pelos estudantes e pesquisadores integrantes do Programa (Henley, 2018: 194).

Em resumo, algumas das principais propostas sustentadas pelos realizadores do cinema observacional podem ser sintetizadas na seguinte máxima: realizar a gravação das películas, buscando antes de mais nada a redução dos impactos e do grau de intrusão provocados pelo cinegrafista e sua equipe no processo de filmagem (Henley, 2018: 206).

Deste pressuposto basilar, entretanto, podem ser deduzidas inúmeras recomendações sugeridas aos jovens documentaristas, tais como: o aproveitamento do som sincrônico em favor da produção de películas pautadas em trocas conversacionais; o respeito à estrutura cronológica dos acontecimentos e a preferência por planos mais longos, sem interrupções das ações, de modo a preservar os ritmos locais e as unidades de tempo e espaço compartilhadas pela população filmada; e a pouca valia conferida à voz *over*,

---

<sup>1</sup> Robert Flaherty (1884-1951), cineasta estadunidense realizador do paradigmático *Nanook* (1922), foi uma das figuras inauguradoras do campo do cinema documentário e etnográfico. Sua proposta de filmagem serviu de inspiração para gerações posteriores de cineastas, tendo inclusive Jean Rouch, na década de 1960, se autodefinido como continuador de Flaherty, no auge de sua fama como principal representante do movimento mundialmente conhecido como *Cinéma Vérité*. O aspecto principal da proposta de documentação de Robert Flaherty girava em torno da conciliação entre arte e pesquisa científica, uma vez que, segundo o diretor, a reprodução da realidade envolveria a narração de uma verdade e a consequente atribuição de um sentido dramático à forma de vida que se teria por intento representar. FLAHERTY, Robert. "La función del 'documental'". In: COLOMBRES, Adolfo (ed.). *Cine, antropología y colonialismo*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, CLACSO, 1985, p. 57-60.

condutora dos filmes documentários mais tradicionais, devedores da tradição griersoniana<sup>2</sup> de filmagem (Macdougall, 2018: 3-6).

Profundamente diferente era a proposta mais geral das recentes cinematografias surgidas à época do *Nuevo Cine Latinoamericano*, pautadas, quase sempre, na participação explícita e ativa dos cineastas do continente nos efervescentes debates sociais do período.

Propostas como as de um *cine junto al pueblo*, do boliviano Jorge Sanjines, fundador do Grupo Ukamau; as da *dialéctica del espectador* e do *cine imperfecto*, postuladas, respectivamente, pelos cubanos Tomás Gutiérrez Alea e Julio García Espinosa; ou como as teorias do *tercer cine*, formuladas pelo argentino Fernando Solanas, membro do coletivo Cine Liberación; e as da estética da fome, aliada ao projeto de um "cinema tricontinental", do brasileiro Glauber Rocha; todas essas formulações são apenas poucos exemplos da multiplicidade de reflexões emergidas na América Latina, ao longo da década de 1960, e que, aos poucos foram contribuindo para o delineamento do movimento artístico continental posteriormente conhecido como *Nuevo Cine Latinoamericano*<sup>3</sup>.

Certamente, esse largo movimento de renovação das cinematografias do continente latino-americano deitava raízes profundas na prolífica produção de vários documentaristas da década anterior, com os quais seria possível

---

<sup>2</sup> John Grierson (1898-1972) foi um cineasta escocês fundador da "escola inglesa de documentário". Em razão da larga difusão da definição formulada por ele acerca do que seria esse gênero fílmico, definido pelo diretor como "tratamento criativo da realidade", John Grierson foi e continua a ser considerado um dos principais precursores do cinema documentário. Sobre a tradição griersoniana, ou seja, sobre o legado de Grierson reapropriado por sucessivas gerações de documentaristas, acredito serem extremamente interessantes as reflexões de Anna Grimshaw no quarto capítulo de seu *The Ethnographer's Eye: Ways of Seeing in Modern Anthropology* (Grimshaw, 2001: 57-68).

<sup>3</sup> Para informações mais detalhadas sobre o *Nuevo Cine* sugiro a consulta de duas coletâneas preciosas, organizadas nas últimas décadas sobre o tema: a coordenada por Michael T. Martin, *New Latin American Cinema* (1997), e a organizada por Paulo Antonio Paranaguá, *Cine documental en América Latina* (2003). Além disso, publicações como o livro *Cinema cubano: revolução e política cultural* (2010), da pesquisadora brasileira Mariana Martins Villaça, a coletânea *Cinema and Social Change in Latin America: conversations with filmmakers* (1991), editada por Julianne Burton, e a obra *The New Latin American Cinema: a continental project* (1996), de Zuzana M. Pick, são outras importantes contribuições para o campo de estudos dedicado aos cinemas novos surgidos na América Latina.

estabelecer uma certa relação de continuidade com os jovens cineastas cinemanovistas das décadas de 1960 e 1970.

Sobre o assunto, o pesquisador argentino Javier Campo sustenta que figuras como Margot Benacerraf (Venezuela), Manuel Chambi (Peru), Humberto Mauro (Brasil), Jorge Ruiz (Bolívia), Sérgio Bravo (Chile) e Jorge Prelorán (Argentina), sem que integrassem organizações ou participassem de eventos organizados conjuntamente, acabaram por estabelecer entre suas obras, realizadas entre as décadas de 1950 e 1970, uma sugestiva sintonia de projetos, uma vez que, em comum, demonstravam guardar o mesmo impulso de converter suas respectivas películas em veículos capazes de resguardar criativamente a memória e a cultura dos povos dos Andes e do Atlântico (Campo, 2017: 194).

Ao exame da obra de um destes documentaristas latino-americanos – a saber, o argentino Jorge Prelorán e sua película *Valle Fértil* (1972) –, integrante dessa que se poderia definir como primeira aparição de um “sentimento comum” entre os cineastas do continente (Campo, 2017: 209), estarão dedicadas as próximas páginas deste artigo. E o objetivo principal, daqui para frente, será o de demonstrar a complexidade do projeto documental formulado por um cineasta situado na região fronteiriça entre duas grandes vertentes de renovação do cinema documentário vigentes no período: o Cinema Observacional e o *Nuevo Cine*.

### **A política por detrás da produção de *Valle Fértil***

O longa-metragem *Valle Fértil* (1972) foi produzido pelo cineasta argentino Jorge Prelorán nos marcos do projeto denominado *Relevamiento Cinematográfico de Expresiones Folklóricas Argentinas*, com o qual o realizador esteve envolvido ao longo das décadas de 1960 e 1970. O projeto, que tinha como principal objetivo o registro das manifestações culturais “típicas” do Noroeste argentino, foi patrocinado pela Universidad Nacional de Tucumán e pelo Fondo Nacional de las Artes, então dirigido pelo folclorólogo argentino Augusto Raúl Cortazar, assessor geral do *Relevamiento* e figura

com a qual o jovem cineasta estabeleceu uma profunda relação de parceria intelectual naqueles anos.

Um dos últimos rebentos do *Relevamiento*, o filme *Valle Fértil* incorporou uma série de experimentos cinematográficos realizados por Prelorán, desde meados da década anterior, nas mais de vinte películas produzidas para o projeto. Além disso, podem ser lastreados no interior da película muitos dos debates em torno da natureza do cinema documentário acumulados pelo cineasta ao longo daquelas décadas.

E uma das razões para ser possível perceber, latente, na película, uma sucessão de escolhas e opções audiovisuais imprescindíveis para a compreensão do projeto cinematográfico então delineado por Prelorán, reside no fato, apontado por Javier Campo, de que o biênio 1971-1972 teria sido de extrema importância para a carreira do jovem realizador argentino, uma vez que teria ocorrido, nesse período, a reaproximação do cineasta com a UCLA, universidade na qual ele havia se graduando, em inícios dos anos 1960, e a inscrição mais clara de Prelorán e dos documentários por ele produzidos no terreno do “cinema etnográfico” (Campo, 2020: 28).

Algumas das implicações dessa opção do cineasta foi o contato ativo estabelecido entre ele e alguns dos realizadores mais renomados do cinema etnográfico, sobretudo estadunidense. Timothy Asch, Colin Young, David MacDougall, Robert Gardner: esses são apenas alguns dos nomes com os quais Prelorán iniciou parcerias intelectuais e trocas epistolares duradouras, naquele período.

A participação no *Colloquium on Ethnographic Film*, realizado em 1968 pelo Ethnographic Film Program, de Young; a bolsa Guggenheim, obtida pelo cineasta em 1971; o convite para publicação no livro organizado por Paul Hockings sobre cinema etnográfico, surgido a partir do *IX Congress of Anthropological and Ethnological Sciences*, ocorrido em Chicago, em 1973: tudo isso confirmava e reforçava a posição que Prelorán passava a ocupar, nesses espaços, como representante latino-americano do terreno do cinema etnográfico (Campo, 2020: 24-29).

Considerando-se o que foi dito sobre o período de produção de *Valle Fértil*, é possível interpretar a película como resultante das opções artísticas e profissionais feitas por Jorge Prelorán naqueles anos – opções essas cada vez mais afinadas com os debates em torno do cinema etnográfico, pautados em questões como as de qual seria a natureza do real cinematográfico; quais as possíveis contribuições passíveis de serem articuladas entre arte e ciência, cinema e antropologia; quais os preceitos (audiovisuais, científicos, éticos) que deveriam ser considerados para a realização de representações fidedignas das culturas documentadas<sup>4</sup>.

Entretanto, além de ser um documentário extremamente complexo, por conter em seu interior esse tipo de questionamento, *Valle Fértil* também foi um dos filmes de Prelorán mais explicitamente engajados nas questões iminentemente sociais e políticas que permeavam a vida da população documentada. Como poucos, dentre os filmes produzidos pelo cineasta para o *Relevamiento*, esse longa-metragem fez ecoar de maneira nada óbvia, em suas cenas, as reivindicações e as demandas sociais dos habitantes da região de Valle Fértil, localizada na província de San Juan, Argentina.

Além disso, a troca de correspondências mantida pelo diretor com algumas das personagens da película; o fato de Prelorán, em função da repercussão de seu filme, ter sido considerado *persona non grata* pelo governo da província; a preocupação do cineasta, nos anos subsequentes à produção do filme, com sua recepção pelos *vallistas*; todos esses aspectos que circundaram a realização de *Valle Fértil*, acredito que sejam deveras interessantes, uma vez que apontam para a existência de uma certa política situada fora da tela e que se desenvolvia ao largo da produção e da distribuição dos filmes (Campo, 2020: 31-32; Laguarda, 2017: 85; Moore, 2018: 200-203).

---

<sup>4</sup> Sobre os debates em torno do cinema etnográfico, acredito ser importante o contato inicial com obras como: *Documenting ourselves: Film, Video, and Culture*, de Sharon Sherman (Sherman, 1998); *Made to be seen: perspectives on the History of Visual Anthropology*, organizado por Marcus Banks e Jay Ruby (Banks; Ruby: 2011); e *Trancultural Cinema*, de David MacDougall (Macdougall, 1998).

Neste sentido, a proposta de exame de apenas uma das sequências de *Valle Fértil*, que irei iniciar logo adiante, terá por intento interpretar o longa-metragem a partir desse duplo entroncamento: sua inscrição no terreno do cinema etnográfico, especialmente em sua vertente “observacional”; e o lastro oferecido por ela às questões sociais que permeavam a existência das populações filmadas – traço que a aproxima de muitos dos filmes do *Nuevo Cine*, produzidos nesse mesmo período. E o objetivo com isso será o de demonstrar como as estratégias de representação do real mobilizadas pelo diretor nesse filme apontavam para uma espécie de “política documental”, compreendida como “política de presença”.

Dito isso, passemos sem mais demoras para uma das sequências mais ricas e sugestivas da película *Valle Fértil*, em que as personagens apresentadas separadamente no início do filme, retornam agora, em conjunto, cada uma executando, por seu lado, seus respectivos afazeres cotidianos.

### ***Valle Fértil*: vozes, ruídos e canções**

O som ambiente perde aos poucos a sua predominância na sequência, em favor do tema de abertura da radionovela ouvida pelos artesãos, que nos são, um a um, sucessivamente exibidos. Em primeiro lugar, assistimos a dois ferreiros, um mestre e outro aprendiz, enquanto ambos executam, ao fogo, seus ofícios; depois do que uma senhora prepara uma fornalha de barro, localizada no pátio arenoso de sua casa, para o recebimento da massa fermentada de pão.

Soma-se um casal que trabalha em conjunto, laminando a mica: cortam, limpam, tiram as impurezas das finas folhas desse precioso minério, que depois serão vendidas na região. Um ourives especializado no artesanato com prata pole um pequeno artefato que será posteriormente vendido como ex-voto aos fiéis locais. Uma mulher trabalha em seu grande tear de madeira, enquanto vestígios de couro curtido podem ser percebidos em seu quintal. Uma oficina de selas e dos demais utensílios utilizados pelos peões em seus

animais de montaria é exibida como pano de fundo para o trabalho executado por outro artesão.

Mais curiosas, entretanto, são as imagens sutis que podemos observar nos interstícios que separam os planos aludidos: objetos produzidos pelos artesãos, assim como alguns dos instrumentos utilizados por eles em seu trabalho – martelos, machados, bigornas, lixas – são enfocados lentamente pela câmera; animais de estimação que habitam os pátios das casas em que se localiza a filmagem aparecem, por vezes, com especial destaque, como se ouvissem atentos à radionovela acompanhada pelos trabalhadores registrados; um cachorro a dormir ao lado da porta de uma das construções de cor arenosa da cidade; e sobretudo os rostos dos homens e mulheres previamente apresentados pelo filme, e dos quais já sabemos de cor o ofício, nos são cuidadosamente exibidos pela câmera, ora atentos à história do peão que protagoniza a radionovela, ora despreocupados, em seu momento de folga, enquanto escutam os desdobramentos da trama amorosa vivida pelo protagonista do programa.

Porém, acredito que as maiores inovações trazidas por esse documentário de Prelorán não residam no plano imagético do filme, explorado nos últimos parágrafos. Isso porque, apesar do elevado grau de interesse suscitado por essas imagens, e do caráter altamente inusitado e explicitamente criativo de muitos desses planos – vale dizer, inusitados e criativos por serem compostos a partir de recursos audiovisuais pouco frequentes para os documentários de cunho etnográfico mais tradicionais, dedicados à mais rígida documentação, produzidos no mesmo período –, caso comparemos o plano imagético do filme com outras produções de Prelorán, nos marcos do *Relevamiento*, são facilmente perceptíveis as experimentações presentes em *Valle Fértil* que foram testadas previamente pelo cineasta em seus filmes anteriores.

Por exemplo, no filme *Hermógenes Cayo* (1969) pode ser lastreada a estratégia de utilização de uma espécie de espontaneidade encenada, que se faz presente também em *Valle Fértil* quando duas mulheres vivem uma situação abertamente descontraída: escutam juntas a radionovela, sentadas

em frente de casa com seus olhares distantes, enquanto bebem uma mistura quente recém-saída do fogo, possivelmente feita à base de erva mate. Porém, frações de segundos antes de a mão de uma das senhoras alcançar o bule situado ao fogo, a câmera já estava enfocando a mesma direção, preparada para o gesto.

Ou então, poderiam ser mencionamos os planos aparentemente desconexos, sem relação direta aparente com o conteúdo da sequência, encontráveis tanto em *La Quebrada de Purmamarca* (1966), quanto na película posta agora sob exame. Esse procedimento pode ser encontrado em *Valle Fértil* ainda nessa mesma sequência que vem sendo comentada, quando um bando de pássaros revoa os arredores do lugar, sendo captados pela câmera; quando uma senhora idosa acaricia um passarinho pousado em sua mão; ou ainda quando toras de lenha e as chamas trepidantes das fogueiras são exibidas vagorosamente aos espectadores do filme.

Por fim, os planos dedicados aos trabalhos dos mais diversos artesãos e aos instrumentos utilizados por eles em seus ofícios são absolutamente frequentes nos filmes de Prelorán, a exemplo de *Trapiches caseros* (1965), curta-metragem inteiramente dedicado ao preparo de produtos derivados da cana-de-açúcar e aos doces resultantes do melado de cana.

Portanto, uma vez que os procedimentos estilísticos de maior interesse, no âmbito imagético do filme, já haviam sido experimentados em outras películas prévias do diretor, acredito que o que foi dito reforça a seguinte hipótese, que gostaria de sustentar ao longo das páginas restantes deste texto: não seria no plano da decupagem das imagens que os principais fatores distintivos do longa-metragem *Valle Fértil* deveriam ser buscados, mas sim no âmbito sonoro que estrutura a sequência posta sob exame.

Proponho, dessa forma, que retornemos ao início da cena, lançando nossa atenção, nesse novo momento do exame, ao plano sonoro que compõe a sequência, de modo a explorarmos o papel desempenhado pelos variados usos do som no interior da película. E o intuito com isso será o de demonstrar que, nos efeitos do som – trilha sonora, ruído, som ambiente, depoimentos, conversas íntimas –, é que poderia ser lastreada a razão explicativa para o

caráter disruptivo manifestado pelo filme, ao ser posto lado a lado com outras vertentes do cinema documentário vigentes no período.

Anúncios de produtos e serviços nos são dados a ouvir em segundo plano, enquanto predominam – porém por pouco tempo – o som ambiente que rodeira os afazeres cotidianos dos artesãos locais: vozes de conversas soltas, corriqueiras, os estampidos e ruídos das ferramentas utilizadas nos ofícios, o piado de pássaros ao fundo. Entretanto, em poucos segundos a voz do locutor da rádio que apresenta o programa, juntamente com a trilha sonora e com as vozes das personagens de que se compõe a novela, passam a ocupar, sem concorrente algum, o primeiríssimo plano sonoro de *Valle Fértil*.

A intensidade desse procedimento apenas de acentua, uma vez que os diálogos, o ruído de brigas e de cenas de ação, a trilha sonora que acompanha a trama de novela sobre um peão de campo, um *gaucho* argentino, passam a guiar o desenrolar da sequência. As chamadas de fogo utilizadas para o trabalho com a prata e para o preparo do pão se insurgem no plano imagético do filme, de modo a acompanhar a intensidade dos acontecimentos da novela. Os rostos compenetrados dos artesãos, que ora miram a rádio, ora têm seus olhares perdidos no horizonte, apenas evidenciam toda a atenção desvelada por cada um deles para aquela especial situação: a pausa nos afazeres cotidianos, ritmada pelo horário de exibição do capítulo diário da radionovela.

Mais inusitado, porém, é o que vem a seguir. As mulheres e os homens absorvidos em suas tarefas diárias – curtimento do couro, cozimento do pão, tecelagem, laminação da mica, fundição da prata, fabricação de selas –, após assistirem ao capítulo do dia, da novela, fazem seus próprios comentários sobre o programa radiofônico.

Alguns deles explicam de que se trata a trama, a exemplo de Alejo Chavez, que diz: “Un pobre peón de campo, la novela [...]. És linda... Por lo menos a mí me gusta (Valle Fértil, 1972: 53`36` `).” Ou então como Isaac Chavez, que nos conta: “Se trata de un pobre peón de campo que pelea por una mujer... Y el patrón que tiene la estancia donde trabaja él (1972:

53`43``).” Outros falam sobre o fato de assistirem à radionovela que lhes agrada, enquanto executam seus afazeres cotidianos, algo expresso pelo testemunho de Ramon Martínez: “Y yo siempre la escucho. Total, mientras trabajo, me queda bien... Me agrada mucho... Siempre que trabajo, lo tengo por una distracción (1972: 54`05``).”

Mas há espaço também para relatos destoantes, como os de Elvira de Burgoa:

Que usted sabe que cuando a uno no le gusta una cosa, no le gusta... Yo estoy a decir: ¿qué tengo que sentir cosas que no las conozco? Ya no es porque no haya ido a la escuela, que no sepa algunas cosas que entienda más que los que puedan entender yo. Pero ¿qué tengo que sentir lo que no los conozco? (Valle Fértil, 1972: 54`19``)

E assim sucedem os próximos minutos do filme, incorporando ao plano sonoro principal as vozes em *over* de várias das personagens anteriormente apresentadas, que compartilham com o espectador as impressões que têm da radionovela, enquanto assistimos às imagens já nossas conhecidas dessas mesmas figuras a executar suas tarefas diárias.

Pode-se dizer, portanto, que essa nova sequência que se inicia pauta-se por inteiro em trocas conversacionais. As falas em *over* das personagens do filme adquirem um aspecto tão espontâneo, em decorrência do tom brando que marca cada uma das vozes que se combinam ao longo da cena, que torna difícil imaginá-las como sendo parte de uma entrevista formalmente estruturada pelo cineasta. Ao contrário, elas parecem ser resultantes da situação mesma de encontro, entre documentarista e pessoas documentadas, inaugurada pelo processo de filmagem da película.

Algo que remete à pertinente definição proposta por Javier Campo do longa-metragem *Valle Fértil* enquanto “filme etnográfico coral”; ou seja, composto a partir das vozes das personagens enfocadas, que tomam a palavra, juntamente com diversos outros membros da comunidade da qual fazem parte, sendo, segundo o pesquisador, um dos principais temas explorados por esses filmes as descrições dos ofícios artesanais – tema tão

recorrentemente presente em *Valle Fértil*, como já tivemos ocasião de perceber (Campo, 2020: 87).

Apenas o contato duradouro de Prelorán com as figuras que protagonizam seu filme poderia produzir relatos tão espontâneos, diretos, íntimos, como os que são oferecidos pelas personagens de *Valle Fértil*. O que se soma ao fato de cada uma das vozes, no momento mesmo de seu aparecimento no longa-metragem, serem sempre nominadas, podendo ser apreendido desse procedimento o intuito desvelado pelo diretor de figurar cada um dos protagonistas do filme enquanto indivíduos, sujeitos donos de suas próprias opiniões acerca do mundo que os rodeia.

Ao fazê-lo, o cineasta distancia-se das correntes mais tradicionais do cinema documentário então vigentes, pautadas na utilização da voz *over* detentora de um saber privilegiado acerca do tema tratado, e responsável, muitas vezes, pela composição de relatos generalizantes sobre as pessoas documentadas, vistas não como indivíduos produtores de ações e de discursos, mas sim como membros representativos de uma comunidade mais ampla, enfocada de maneira homogênea. E apenas enquanto membros de um grupo, suas opiniões valeriam, para os documentários mais tradicionais; e isso apenas enquanto seus relatos corroborassem as teses postuladas pelos filmes vazados nesse modelo mais rígido de documentação.

Ao marcar sua distância em relação ao modelo mais canônico de filmagem, predominante então no cinema documentário, o cineasta Jorge Prelorán apostava em um dos procedimentos mais caros para o *Observational Cinema* – vertente do cinema etnográfico discutida anteriormente nestas páginas –, a saber: o caráter dialógico imprimido ao filme documentário, mediante sua estruturação feita a partir das trocas conversacionais presentes no material audiovisual.

Segundo Paul Henley, as entrevistas poderiam ser utilizadas de diferentes formas pelo cinema documentário, guardando sempre em comum a característica de performances verbais motivadas pelas perguntas feitas pelo diretor. E o intuito dessas performances verbais, em cada uma de suas distintas modalidades, seria o de incitar a produção de uma narrativa por

parte da pessoa entrevistada. Entretanto, no documentário etnográfico, de acordo com o pesquisador, dentre todas as formas disponíveis de entrevistas, a que melhor se adequaria seria a do “testemunho oral”, baseado em asserções sobre o mundo, oferecidas a partir da perspectiva particular de uma dada testemunha (Henley, 2017: 13-14).

Paul Henley complementa seu raciocínio sobre os modos de testemunho oral empregados nos filmes etnográficos, afirmando que, ainda que, a princípio, vistas com suspeita pelos integrantes do cinema observacional, as entrevistas foram, na prática, um procedimento extremamente difundido entre os praticantes da metodologia observacional de filmagem, sendo as “conversações” marcadas pela informalidade e pela aparente naturalidade, presentes em muitas das películas observacionais, ao fim e ao cabo, entrevistas – mesmo que sem serem denominadas dessa maneira pelos realizadores desses filmes (Henley, 2017: 16).

Segundo Anna Grimshaw e Amanda Ravetz, a “observação” presente nesses documentários estaria alicerçada no cultivo de um tipo especial de atenção. Nesse sentido é que seria de fundamental importância para as películas observacionais a dimensão do “encontro fílmico”, compreendido enquanto exercício audiovisual responsável por enfatizar não apenas a dimensão física e sensorial, mas também a relação imaginativa e relacional implicadas no encontro promovido pelo filme documentário (Grimshaw; Ravetz, 2009: 542).

Seguindo essa trilha, as duas pesquisadoras aludidas postulam ser o cinema observacional um exemplo experimental de antropologia fenomenológica, que, ao retirar a ênfase da criação de uma transcrição acurada do mundo, e deslocá-la para a elaboração de conexões empáticas, no momento mesmo da filmagem, estabelecidas entre o cineasta e os sujeitos representados, teria contribuído para a reorientação do trabalho antropológico rumo a uma práxis reflexiva. Ou seja, o cinema observacional, segundo as autoras, teria sido expressão e teria operado como fator impulsionador de um novo modo de fazer antropologia, distanciado de um “realismo etnográfico” ultrapassado, e capaz de fundir criativamente o objeto

e o *medium* de inquirição (Grimshaw; Ravetz, 2009: 552; Grimshaw, 2002: 82).

O que foi dito se articula com a crítica feita por Timothy Asch e Patsy Asch à utilização dos filmes como meros instrumentos de informação e de coleta de dados. Ao contrário, ambos sustentam que o papel dos filmes não seria tanto interrogar, mas sim conduzir uma narrativa de maneira criativa e participativa, uma vez que as reações dos participantes e o conjunto de interações estabelecidas estariam embebidas em um contexto histórico e social específico. Gravar seria não o gesto de imobilizar um dado passível de ser analisado cientificamente, mas sim um dispositivo mnemônico que funcionaria como estímulo para lembrar a situação do encontro entre personagens e cineasta (Asch; Asch, 1995: 346-348).

Tal capacidade mnemônica do filme se explicaria pelo caráter indexical atribuível às imagens fílmicas, uma vez que estaria implicado nelas um sistema cultural de significados. Essa qualidade indexical das imagens seria a responsável pela entrada nos planos filmados de aspectos não pretendidos pelo cineasta. Daí o destaque conferido pela abordagem observacional ao gesto de mostrar, em detrimento do ato de contar, na estruturação das películas (Asch; Asch, 1995: 338-339).

Dessa preferência por mostrar, ou seja, por fazer com que prevalecesse na película a dimensão sensorial do contato e do encontro ocorrido entre o cineasta e as pessoas documentadas, em detrimento da estruturação do filme feita a partir de interpretações grandiloquentes e generalizantes acerca dos modos de vida filmados; do gesto criativo de *mostrar*, as trocas conversacionais eram parte indispensável.

E a explicação para essa articulação entre o *mostrar*, privilegiado pelos filmes observacionais, e a presença marcante das trocas conversacionais nesses filmes, pode ser buscada nas reflexões do pesquisador Silvio Carta sobre o tipo de conhecimento experiencial e visual criado pelas películas situadas nos marcos do cinema observacional. De acordo com o autor, as conversas íntimas, em que se pautam muitos desses filmes, teriam uma razão de ser: seriam elas um dos principais artifícios utilizados pelos cineastas

observacionais para criar a impressão, nos espectadores, de que o filme seria fruto de um contato direto com a experiência documentada.

Tal “retórica empírica” poderia ser aproximada, segundo Silvio Carta, dos próprios preceitos estipulados por uma estética com inclinações realistas, sendo possível, portanto, constatar, que a “naturalidade” e a “espontaneidade” buscadas pelo cinema observacional não significariam uma aposta, por parte desses cineastas, na tese um tanto quanto ingênua de que o cinema seria um meio transparente, ou uma janela aberta para a “realidade”, mas sim o resultado de um trabalho estilístico acurado executado no interior das películas observacionais (Carta, 2015: 1-2).

### **Considerações finais: o curioso composto formado pela heterodoxia latino-americana e pelo cinema observacional**

Como pudemos constatar nos últimos parágrafos, as entrevistas em som sincrônico, os diálogos espontâneos, as trocas conversacionais, seriam alguns dos principais procedimentos de que os cineastas observacionais lançariam mão, de modo a criar uma forte impressão de naturalidade e de “realidade” em seus documentários. Entretanto, se aproximarmos a película *Valle Fértil* do conjunto de reflexões abordado, acredito ser possível identificar uma peculiaridade na obra de Prelorán.

Digo isso, pois o cineasta argentino, na película em questão – algo que pudemos notar previamente na sequência posta em exame –, recorre à voz *over*, tão criticada pelos cineastas observacionais, para dar lastro a um dos principais propósitos orientadores da vertente observacional do cinema etnográfico: a composição de películas estruturadas a partir de relatos, conversas brandas, capazes de fazer o espectador imergir na realidade criada audiovisualmente pelo filme.

Como se Prelorán erigisse uma renovada via que direcionaria seu projeto documental rumo a finalidades semelhantes às postuladas pelo cinema observacional, sem que comungasse, entretanto, com muitas das práticas difundidas entre esses realizadores. Isso porque, além de inscrito no terreno

etnográfico, o cineasta argentino também poderia ser definido a partir de seu pertencimento ao seletto grupo dos pioneiros heterodoxos do cinema etnográfico latino-americano (Campo, 2017: 194).

E ao localizar-se nessa encruzilhada de propostas documentais, Jorge Prelorán, como busquei demonstrar ao longo dessas páginas, teria elaborado um peculiar projeto de cinema, em que as imbricações entre arte e ciência eram aproveitadas em toda sua potência, e não solucionadas, descartadas. Ao contrário, era justamente da tensão entre as duas que se nutria a complexa filmografia de Prelorán, naqueles anos.

Pois, ao optar pela elaboração criativa das sequências, ao valer-se da espontaneidade encenada, na composição das cenas, ao utilizar-se da voz *over* de maneira inventiva, ao invés de aboli-la, ao dar espaço para planos, a princípio, não diretamente articuláveis com o conteúdo das falas, ao optar pela urdidura de um enredo dramático, em franco diálogo com o drama inerente à radionovela que predomina no plano sonoro da sequência analisada do filme; ao fazê-lo, em momento algum o cineasta abdicava da pesquisa rigorosa acerca da realidade cultural e social das personagens filmadas.

Contudo, a verdade buscada assemelhava-se mais à uma verdade intrínseca ao próprio processo de filmagem, emergida da situação mesma do encontro de nosso documentarista com as pessoas documentadas. E na elaboração dessa verdade, alicerçada na impressão de naturalidade e de espontaneidade emanada tanto das trocas conversacionais, quanto da decupagem das imagens que compõem o filme, o drama e a verossimilhança jogavam um papel de extremo relevo.

## **Referências bibliográficas**

### **Filmes**

HERMÓGENES CAYO (IMAGINERO). Direção: Jorge Prelorán, Produção: Fondo Nacional de las Artes, Universidad Nacional de Tucumán. Argentina: 1969. (52 min.)

LA QUEBRADA DE PURMAMARCA. Dirección: Jorge Prelorán. Producción: Fondo Nacional de las Artes; Instituto Cinefotográfico de la Universidad Nacional de Tucumán. Argentina: 1966 (13 min.)

TRAPICHES CASEROS. Dirección: Jorge Prelorán. Producción: Fondo Nacional de las Artes; Instituto Cinefotográfico de la Universidad Nacional de Tucumán. Argentina: 1965 (9 min.)

VALLE FÉRTIL. Dirección: Jorge Prelorán, Producción: Fondo Nacional de las Artes; Instituto Cinefotográfico de la Universidad Nacional de Tucumán. Argentina: 1972 (90 min.)

### **Bibliografía**

ASCH, Timothy; ASCH, Patsy. "Film in Ethnographic Research". In: HOCKINGS, Paul. *Principles of Visual Anthropology*. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 1995, p. 335-360.

BANKS, Marcus; RUBY, Jay (ed.). *Made to be seen: perspectives on the History of Visual Anthropology*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2011.

BAZIN, André. *O que é o cinema?* Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

BURTON, Julianne (ed.). *Cinema and Social Change in Latin America: conversations with filmmakers*. Austin: University of Texas Press, 1991.

CAMPO, Javier. Documental etnográfico: lejanías y costumbres. *Enfoco*, San Antonio de los Baños, n. 46, pp. 24-28, abr.jul., 2014.

CAMPO, Javier. *Jorge Prelorán: cineasta de las culturas populares argentinas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Asociación Civil Rumbo Sur, 2020.

\_\_\_\_\_. "Unos pioneros en nada ortodoxos. El cine etnográfico latinoamericano de mediados del siglo XX". *Archivos de la Filmoteca*, València, n. 73, pp. 193-212, 2017.

CARTA, Silvio. Visual and Experiential Knowledge in Observational Cinema. *Anthrovision*, v. 3, n. 1 pp. 1-17, 2015.

COLOMBRES, Adolfo. (ed.). *Cine, antropología y colonialismo*. Buenos Aires: Ediciones del Sol, 1985.

DELEUZE, Gilles. *Cinema 2 – A imagem-tempo*. Tradução de Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018.

FOGU, Claudio. Digitalizing Historical Consciousness. *History and Theory*, Theme Issue 47, pp. 103-121, 2009.

GRIMSHAW, Anna. From Observational Cinema to Participatory Cinema – And Back Again? David MacDougall and The Doon School Project. *Visual Anthropology Review*, v. 18, n. 1-2, pp. 80-39, 2002.

\_\_\_\_\_. *The ethnographer`s eye: ways of seeing in modern anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GRIMSHAW, Anna; RAVETZ Amanda. Rethinking observational cinema. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 15, pp. 538-556, 2009.

HENLEY, Paul. Modes of oral testimony in ethnographic film. *Vivência: Revista de Antropologia, Natal*, v. 1, n. 50, pp. 13-26, dez., 2017.

\_\_\_\_\_. The Authoring of Observational Cinema: Conversations with Colin Young. *Visual Anthropology*, v. 31, n. 3, pp. 193-235, 2018.

LAGUARDA, Paula. "Políticas culturales, documentales y identidades: la producción de Jorge Prelorán". *Doc On-line*, n. 21, pp. 73-96, 2017.

LEBOW, Alisa. Faking What? Making a Mockery of Documentary. In: JUHASZ, A.; LERNER, J. (Ed.). *F Is for Phony: Fake Documentary and Truth's Undoing*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MACDOUGALL, David. Observational Cinema. In: CALLAN, Hilary (Ed.). *The International Encyclopedia of Anthropology*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2018.

\_\_\_\_\_. Transcultural Cinema. In: MACDOUGALL, David. *Transcultural Cinema*. New Jersey: Princeton University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. Young, Ethnographic Film and the Film Culture of the 1960s. *Visual Anthropology Review*, v. 17, n. 2, pp. 81-88, fall-winter, 2001-2002.

MARTIN, Michael, T. (ed.). *New Latin American Cinema – Volume one: theory, practices and transcontinental articulations*. Detroit: Wayne State University Press, 1997.

MOORE, Christopher. Argentine Documentary Film and the Politics of Presence. Jorge Prelorán`s Valle Fértil. *Latin American Perspectives*, v. 45, n. 3, pp. 193-207, 2018.

PARANAGUÁ, Paulo Antonio (Ed.). *Cine documental en América Latina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

PICK, Zuzana M. *The New Latina American Cinema: a Continental Project*. Austin: University of Texas Press, 1996.

PLATINGA, Carl. What a Documentary Is, After All? *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, v. 63, n. 2, pp. 105-117, Spring, 2005.

PRELORÁN, Jorge. Conceitos éticos e estéticos no cinema etnográfico. *Caderno de Textos – Antropologia Visual*, Rio de Janeiro, pp. 8-20, set., 1987.

SHERMAN, Sharon. *Documenting ourselves: film, video and culture*. Lexington: University Press of Kentucky, 1998.

SIMONDON, Gilbert. *Do modo de existência dos objetos técnicos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2020.

STAM, Robert. *Introdução à teoria do cinema*. Tradução de Fernando Mascarello. 5ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2013.

## **A narrativa distópica do romance "A Nova Ordem" e as conexões com o projeto autoritário do governo Bolsonaro**

 Alexleide Santana Diniz Soares\*

 Ariosvalber de Souza Oliveira\*\*

**Resumo:** Apresenta-se, aqui, uma análise das conexões do romance "A Nova Ordem" (2019), do escritor B. Kucinski, com o projeto autoritário do atual governo brasileiro. O estudo teve como base o gênero literário da distopia, aspecto conferido ao romance a partir das perspectivas de três obras clássicas distópicas: Admirável mundo novo (2009), 1984 (2009) e Fahrenheit 451 (2012). Na obra literária em destaque são expostas características sociais e políticas presentes atualmente no país, pautadas por um modelo autoritário de poder e marcadas pela opressão, perseguição às instituições de ensino e pelo combate às utopias. Esses elementos fazem parte da obra "A Nova Ordem", em que, no enredo, um novo sistema autoritário é implantado, o qual pode ser lido como um romance repleto de imagens que revelam aspectos do Brasil sob a gestão do governo Bolsonaro.

**Palavras-chave:** Distopia, Utopia, A Nova Ordem, Governo Bolsonaro.

## **The dystopian narrative of the novel "A Nova Ordem" and aslinked to the authoritarian project of the Bolsonaro government**

**Abstract:** It presents an analysis of the connections of the novel A Nova Ordem (2019), by writer B. Kucinski, with the authoritarian project of the current Brazilian government. The study had as base the literary genre of the dystopia, aspect assigned to the novel from the perspectives of three classic dystopian works: Admirável Mundo Novo (2009), 1984 (2009), and Fahrenheit 451 (2012). The featured literary work exposes social and political characteristics currently present in the country, guided by an authoritarian model of power and marked by oppression, persecution of educational institutions, by the fight against utopias. These elements are part of the work A Nova Ordem, in which, in the plot, a new authoritarian system is implemented, which can read like a novel full of pictures that reveal aspects of Brazil under the management of the Bolsonaro government.

**Keywords:** Dystopia, Utopia, The New Order, Bolsonaro Government.

---

\* Mestre em Engenharia Urbana e Ambiental pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: alexleide\_diniz@hotmail.com

\*\* Doutorando em História da Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: ariosvalber1313@gmail.com



## Apresentação

*As pessoas que não querem assumir nenhuma culpa acabam lavando as mãos em bacias de sangue<sup>1</sup> (Bertolt Brecht)*

Nos últimos anos, no Brasil, o gênero literário distopia tem despertado interesse por parte dos leitores. Especialmente, em 2020, aumentou a procura por clássicos literários distópicos, tais como: “Ensaio Sobre a Cegueira”, de José Saramago; “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley; “O Conto da Aia”, de Margaret Atwood e o romance “1984”, de George Orwell, que ganhou notoriedade nos Estados Unidos, após a posse do presidente Donald Trump<sup>2</sup>. Essa tendência de leitura permaneceu no período mais forte do isolamento social ocorrido durante a pandemia da COVID-19.

Esse cenário permite-nos algumas reflexões. O momento em que vivemos, de constantes crises econômicas e de uma presente cultura de violência urbana, leva ao aumento do nível de apreensão em muitas pessoas, na realização de suas ações cotidianas, pessoais e/ou profissionais e na projeção das atividades futuras. Vivenciamos um período histórico de muitas tensões sociais e de ascensão de projetos políticos de extrema direita em muitos países do globo. Somam-se a esse contexto as dificuldades de obtenção de emprego e de estabilidade financeira no mundo do trabalho. O crescimento do número de trabalhadores de aplicativos, vinculados a serviços de entregas de mercadorias, é um exemplo dessa conjuntura atual (Antunes, 2018).

A sensação de insegurança diante do presente/futuro foi potencializada pelos desdobramentos da COVID-19. Decerto, a maioria das pessoas nunca vivenciou uma experiência coletiva e individual tão traumática quanto essa pandemia que estamos vivendo.

O contexto social, político e econômico em que (sobre) vivemos pode ser uma chave de leitura na tentativa de compreensão do aumento da busca por obras literárias distópicas. Talvez isso se explique pelo fato de que as narrativas distópicas têm um perfil de destacar o futuro como um pesadelo.

<sup>1</sup> Os fuzis da Senhora Carrar. In: *Teatro de Bertolt Brecht, 1*. Tradução de: Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. p. 36.

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/narrativas-distopicas-viram-best-seller-apos-eleicao-de-trump-20945259>>. Acesso em: 03 jul. 2021.

Em outros termos, as projeções em torno do porvir são marcadas pela falta de esperança. “[S]e você quer formar uma imagem do futuro, imagine uma bota pisoteando um rosto humano – para sempre” (Orwell 2009: 312). Esse fragmento do romance “1984” sintetiza bem a sensação de angústia e de pessimismo diante do amanhã.

As obras ficcionais de distopias podem ser lidas como avisos e alertas literários de sociedades e cenários futuros tenebrosos nos quais as liberdades e os interesses individuais são suprimidos por sistemas sociais arbitrários. A demanda atual por narrativas distópicas podem revelar o interesse de muitos leitores em refletir os dados do tempo presente a partir da ficção.

Com base nesse contexto, esse artigo apresenta um estudo das possíveis conexões do romance “A Nova Ordem (2019)”, do escritor B. Kucinski, com o projeto autoritário do atual governo brasileiro, tomando como base as especificidades da distopia. Para embasar o aspecto distópico do romance, utilizamos também de imagens das obras “Admirável mundo novo” (2009), “1984” (2009) e “Fahrenheit 451” (2012).

### **A literatura distópica - ataques ao espírito crítico e aos livros**

A literatura de ficção pode ser utilizada como fonte de pesquisa para o historiador. Todavia, é necessário entendê-la não como espelho que reflete diretamente a realidade exterior, uma vez que a narrativa ficcional se dimensiona e se alicerça na capacidade inventiva e poética do escritor. No entanto, as narrativas ficcionais são construções humanas realizadas num determinado espaço social e numa dada temporalidade. Assim, são artefatos que possibilitam visualizarmos aspectos da sociedade nos quais a obra e o autor estão inseridos. Ginzburg (2007) defende que o historiador pode utilizar um texto literário enquanto fonte histórica, contanto que estabeleça a busca por imagens indiretas possibilitadas pela narrativa ficcional. Tais dimensões devem ser confrontadas com outros documentos para, desta maneira, ser possível estabelecer aproximações com características da época e do tema escolhido pelo pesquisador.

Neste contexto, o gênero literário da distopia traz valiosas imagens para as reflexões em torno de questões sociais, políticas e culturais. Demonstraremos essa abordagem a partir de uma leitura de Kucinski (2019). O romance "A Nova Ordem", de B. Kucinski (2019), é iniciado com uma citação da obra "1984", de Orwell (2009: 99): "as massas nunca se revoltam por iniciativa própria e nunca apenas porque são oprimidas; enquanto não lhes for permitido comparar nem sequer se darão conta de que são oprimidas"; e com o trecho "o amor à servidão não pode ser instituído senão através de uma profunda reconstrução da mente e do corpo humano", retirado da obra "Admirável Mundo Novo"<sup>3</sup>.

Tais citações, que são de dois romances clássicos do gênero distopia, demonstram que Kucinski inicia seu romance localizando, para o leitor, a vinculação distópica da narrativa que o aguarda. Além disso, são indícios importantes para os argumentos levantados na trama da obra, nas suas proximidades e diferenças. A narrativa desenvolve-se na 3ª pessoa e o enredo, que acontece provavelmente no Brasil de 2019, divide-se num total de vinte e dois capítulos curtos.

Um aspecto relevante no romance diz respeito ao uso do termo "Nova Ordem"<sup>4</sup>, como forma de chamar a atenção para os ordenamentos impostos pelas ações que passaram a vigorar em um Brasil capitaneado pelos militares. A circunscrição com base no futuro, marca dos enredos dos livros de distopias, não se encontra bem indicada na obra em estudo, uma vez que não temos certeza em que ano acontece o enredo. Os éditos publicados são de 2019, o que sugere, mas não confirma, que os fatos narrados se desenvolvem no mesmo ano.

As tramas desenvolvem-se em torno de algumas personagens, a saber: Ariovaldo, capitão (principal); Marilda (esposa); Angelino, engenheiro, morador de rua e irmão de Marilda; Major Humberto e o General Lindoso Fagundes, que nas práticas cotidianas fazem referência a uma Nova Ordem

---

<sup>3</sup> Não localizamos na nossa edição a citação do romance "Admirável mundo novo" usado por Kucinski na epígrafe, ambas passagens estão colocadas sem as referências bibliográficas.

<sup>4</sup> A partir desse ponto, usaremos o termo Nova Ordem sem as aspas. Quando não for referente à narrativa do romance não terá as primeiras letras maiúsculas.

dos militares objetivada pela implantação das bases de um projeto neoliberal e pela eliminação dos “utopistas”, que são os opositores do regime.

Pode-se dividir a obra em duas dimensões: uma primeira, que se estende do primeiro ao terceiro capítulo, em que se estabelecem algumas características e o tom de governo da Nova Ordem e uma segunda, do quarto capítulo em diante, com a narrativa do projeto secreto de vigilância total de Ariovaldo, que é a tentativa de ter acesso aos pensamentos e aos sonhos dos opositores.

O enredo apresenta os interesses da Nova Ordem e os seus planos de tentativa de controle social e de destruição das forças de oposição ao regime, para tanto, várias operações são planejadas e efetivadas. A personagem principal do romance é o capitão Ariovaldo, que vive um casamento sem relação afetiva com Marilda. Essa tem um caso com o General Fagundes, resultando na promoção de Ariovaldo para Tenente-coronel, embora ele acredite que seja por seus méritos científicos.

Noutra dimensão, temos o ambicioso e malogrado projeto do protagonista principal de criar um mecanismo infalível de acesso e de controle ao pensamento e aos sonhos dos utopistas. A narrativa de invasão dos sonhos utopistas tem raízes, possivelmente, na distopia do Brasil da Nova Ordem, em razão que a oposição a ser extirpada é, prioritariamente, o grupo formado por pessoas que são classificadas nessa categoria. As ideias da trama têm como marcas prévias, dentre outras, a vivência de Bernardo Kucinski, que teve sua vida afetada pelo assassinato e desaparecimento de sua irmã Ana Rosa Kucinski Silva, em 1974, aos 32 anos, junto com Wilson Silva, seu esposo, no período da ditadura militar no Brasil (1964-1985).

O primeiro capítulo do romance traz o projeto de fechamento das Universidades e a morte do pensamento crítico. Um grupo de intelectuais e os chefes do instituto Butantã e de Manguinhos são presos sem saber que logo vão ser executados num plano intitulado “Cátedra” – eliminação de pensadores (Kucinski, 2019: 10). Isto faz parte de um contexto, apresentado na nota de rodapé, do Edito 2/2019 - ECONEC – ou a Economia Neoliberal – que, entre outras determinações, extingue o BNDES e o INSS.

O ataque ao pensamento crítico e a autonomia individual, bem como a tentativa de controle total sobre as pessoas são características típicas das distopias e são encontradas no romance "A Nova Ordem". Elas apresentam-se com nitidez nos modelos de governos e projetos autoritários de poder político de ontem e de hoje.

No Brasil atual, há um processo de ocupação de espaços de mídias e de poder por grupos que valorizam e propagam os valores obscurantistas em detrimento da ciência e do saber científico. Os terraplanistas e os adeptos das ideias propagadas por Olavo de Carvalho, denominados de *olavistas*, são exemplos emblemáticos dessa perspectiva.

Na gestão de Jair Bolsonaro as Universidades públicas, os órgãos e/ou Institutos de pesquisas, as entidades de representação das classes trabalhadoras e os intelectuais críticos ao seu governo, são alvos de ataques sistemáticos. Além disso, nos últimos anos, especialmente após a aprovação da Lei 95/2016 (conhecida como a PEC da morte) tem havido sucessivos cortes no orçamento da educação pública.

Paralelamente, a imposição de políticas de produtividade acadêmica que se instituem enquanto um padrão hegemônico de empresarização educacional, determinando a busca por metas e padrões de eficiência, constroem um processo de responsabilização dos resultados diretamente para as instituições e os seus membros constitutivos. Essa perversa política educacional é extensiva ao ensino básico (Freitas, 2018), dado que a responsabilização pela baixa qualidade da educação é, via de regra, direcionada aos professores.

Os processos de ataques às Universidades e aos Institutos Federais elevaram-se, principalmente a partir do golpe de 2016, com o impedimento do mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016) e com o advento da gestão do presidente de Michel Temer (2016-2018). Nasce aí o processo mais agressivo, com a aprovação da emenda constitucional 95/2016 que congela por vinte anos o orçamento da saúde e da educação.

O combate mais violento às Instituições Públicas de ensino superior, colocado em pauta na gestão do governo Bolsonaro, já era evidenciado na campanha do então candidato em 2018. Os discursos da campanha passaram

a ser verbalizados por ministros do governo contra as Instituições. Dentre as aberrações pronunciadas destaca-se a afirmação do então ministro Abraham Weintraub de que as Universidades são locais onde existem tão somente plantações de maconhas e espaços de balbúrdias<sup>5</sup>.

Somam-se a essas ações as interferências na autonomia das instituições, como por exemplo, na indicação dos reitores pelo executivo em detrimento do resultado de escolha interna<sup>6</sup>. Tais práticas podem ser associadas ao que Kucinski escreve em "A Nova Ordem", quando cria um contexto em que as Universidades Federais são extintas e no tocante ao ensino superior apenas os cursos técnicos continuam existindo. As ações que emergem das práticas do executivo federal estão impregnadas desses desejos e significam um combate ao pensamento crítico e aos utopistas.

Ainda no primeiro capítulo temos um diálogo revelador entre alguns intelectuais presos sobre os rumos sociais e políticos do Brasil. Perplexos pelo momento em que estão vivendo, refletem que mesmo não tendo um líder terrível como Stálin no comando da Nova Ordem, de nada adianta órgãos como a Ordem dos advogados no Brasil - OAB, uma vez que no novo regime tudo é possível. Algo que é retrucado por um acadêmico preso, no seguinte diálogo: "- Mas isso é fascismo! - Chame do que quiser; - eu digo que vivemos um estado excitado do capitalismo que se manifesta sempre que é preciso refrear os avanços no povo" (Kucinski, 2019: 15).

Essa passagem possibilita algumas reflexões sobre o atual governo e o seu projeto autoritário de poder, que tem como grande objetivo garantir as políticas econômicas neoliberais. Nesse contexto, Florestan Fernandes (1976) argumenta que no Brasil predomina a autocracia burguesa na gestão do poder político para manter os ordenamentos do capital e os interesses de sua classe<sup>7</sup>. Logo, os setores sociais das elites burguesas se valem de

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,balburdia-plantacao-de-maconha-e-bloqueio-de-recursos-os-ataques-de-weintraub-as-universidades,70003203018>>. Acesso em: 07 set. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/23/bolsonaro-nomeia-pela-21-vez-reitor-que-nao-ficou-em-primeiro-na-consulta-publica>>. Acesso em 03 mai.2021.

<sup>7</sup> Utilizamos aqui, particularmente, das reflexões do capítulo 7 "O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista", p 289-352, em que o autor delinea de maneira densa e complexa como a burguesia brasileira optou pela condução do modelo autoritário de democracia limitada e de conciliação pelo alto.

contrarrevoluções preventivas quando o espectro de mudanças sociais e políticas se estabelecem no horizonte presente/futuro. Segundo Florestan (1976), foi o que aconteceu no golpe empresarial-militar de 1964.

Os argumentos postos por Florestan (1976) servem-nos para refletir sobre a retirada abrupta da presidenta Dilma Rousseff do poder. O partido dos trabalhadores, nos seus governos (2002-2016), optou por uma política de conciliação de classes e de implementação de políticas de bem-estar social via consumo<sup>8</sup>. Em outros termos, adotou políticas reformistas que tentaram mitigar os efeitos sociais das políticas neoliberais, isso sem efetivar alterações substanciais nas estruturas políticas e econômicas que sustentavam as enormes desigualdades sociais presentes no Brasil. Mesmo assim, tais ações limitadas geraram um processo de grande insatisfação de parcelas sociais da sociedade brasileira, principalmente das elites econômicas, que não se viram mais contempladas pelos governos petistas. Isso foi potencializado pelo maciço apoio de setores da classe média, da grande mídia, dos evangélicos, do judiciário e das forças armadas.

Outro aspecto interessante no diálogo é quando o personagem perplexo afirma, 'isto é fascismo' e logo recebe a resposta, 'chame do que quiser', pois o que interessa é a defesa dos interesses do capital financeiro. Neste âmbito, Marcelo Badaró (2019) levanta algumas reflexões pertinentes sobre o uso do termo fascismo para interpretar o projeto político federal vigente.

Badaró (2019) indica que não se pode apenas transpor literalmente os dados do fascismo histórico para dar conta de compreender este momento, ao tempo que também não se pode abrir mão desse horizonte interpretativo. Na mesma perspectiva, Umberto Eco (2018) chama a atenção para os cuidados em torno do risco presente do fortalecimento dos valores fascistas no mundo contemporâneo. Muitas ações do atual governo brasileiro se conectam aos valores preconizados pelo fascismo, tais como: a destruição do oponente; o uso sistemático da violência, a militarização das questões

---

<sup>8</sup> Ricardo Antunes (2018: 217-290), na parte III "A era das conciliações, das rebeliões e das contrarrevoluções", do livro *O privilégio da servidão*, faz uma série de reflexões pertinentes sobre o contexto político e econômico em torno do processo que desembocou na destituição do mandato da Dilma Rousseff e do projeto de conciliação do PT.

sociais; o desprezo pelas instâncias democráticas liberais e a implementação autoritária de políticas econômicas para atender ao grande capital.

Neste sentido, Badaró (2019) indica a viabilidade da expressão “neofascismo”, uma junção que permite levar em conta as características peculiares dos valores implementados nos tempos atuais e também localizados no Brasil. Basta analisar alguns atributos do projeto de poder do atual mandatário que governa o país, como por exemplo: base de apoio de grandes setores das igrejas evangélicas; submissão aos interesses dos Estados Unidos na gestão de Donald Trump; ausência de um projeto político partidário consolidado, uma vez que não existe um partido oficial do atual presidente; uso sistemático de uma indústria bélica digital que se utiliza das redes sociais e de aplicativos de comunicação para destruir os indesejados e propagar *fake news*.

Outra característica notável no romance “A Nova Ordem” é o ataque aos livros, elemento comum em muitas distopias. Para exemplificarmos, cabe lembrar que os livros são artefatos de abominação na obra “Admirável Mundo Novo”, posto que, na sociedade onde é ambientado o enredo, as pessoas “crescerão com o que os psicólogos chamavam de um ódio instintivo aos livros e às flores. Reflexos inalteravelmente condicionados. Ficarão protegidos contra os livros e a botânica por toda vida” (Huxley, 2009: 54-55).

Já no romance “1984”, os livros são de controle total do partido e o objetivo é destruir a literatura do passado e do futuro. Escritores como Milton, Bryon e Shakespeare serão modificados a partir dos condicionamentos da novafala<sup>9</sup> e os livros disponibilizados para os trabalhadores serão pornografias baratas elaboradas pelo departamento de ficção. Dado que “os livros eram simplesmente um produto que precisava ser fabricado, como geleias ou cadarços” (Orwell, 2009: 158).

---

<sup>9</sup> Trata-se da língua construída pelo partido em que os significados são alterados a partir dos seus interesses, assim como algumas palavras são suprimidas e outras criadas. Em outros termos, os sentidos reais das palavras são dados e ordenados pelo partido no qual o grande projeto é limitar o pensamento (Orwell, 2009).

Por sua vez, no romance "Fahrenheit 451"<sup>10</sup>, temos uma sociedade localizada num futuro em que a função dos bombeiros é queimar livros. A personagem principal é o bombeiro Montag, o qual inicialmente exerce sua função normalmente, visto que "é um trabalho ótimo. Segunda-feira, Millay; quarta-feira, Whitman; sexta-feira, Faulkner. Reduza os livros às cinzas e, depois, queime as cinzas. Este é o nosso slogan oficial" (Bradbury, 2012: 18-19).

Nas passagens anteriormente destacadas dos romances distópicos: Admirável mundo novo (2009), 1984 (2009) e Farenheit 451 (2012), ficam evidenciados os ataques aos livros determinados pelas regras daqueles que dominam as sociedades em que estão ambientados os respectivos enredos. Esses fatores são recorrentes em narrativas literárias distópicas. Na sociedade opressora narrada pela "A Nova Ordem", os livros são destruídos para tornarem-se papel higiênico, tanto que Angelino, catador de material reciclado, fica perplexo com as caçambas lotadas de livros despejados no lixo. Tal política fora instituída pelo édito:

13/2019 da nova ordem do impresso que cria o Departamento de preservação dos valores da nova ordem (DEPREVANO) e proíbe a produção, venda e circulação de publicações não aprovadas pelo DEPREVANO. O édito dá prazo de 60 dias para que pessoas e instituições se desfaçam dos impressos produzidos antes, excetuando-se da Bíblia Sagrada; seu artigo 3 extingue a Fundação Biblioteca Nacional e demais bibliotecas públicas, o artigo 4 dá prazo de 30 dias para gráficas e copiadoras se cadastrarem no DEPRAVANO (Kucinski, 2019: 23).

Nessa passagem encontramos um dos pontos marcantes das distopias e dos projetos políticos arbitrários de poder: a perseguição ao espírito crítico possibilitado pelos livros, algo extensivo aos intelectuais e escritores dissidentes. Aspectos presentes na "operação cátedra" determinada pela

---

<sup>10</sup> Neste romance é interessante notar o arco dramático de Montag. Tal personagem inicia como um membro que aceita as regras do sistema, no entanto, depois de conhecer a jovem Clarisse, rebela-se e torna-se um resistente aos ordenamentos da política de destruição de livros. Essa transformação acontece a partir de algumas reflexões, entre elas: "ontem à noite eu pensei em todo o querosene que usei nos últimos dez anos. E pensei nos livros. E pela primeira vez percebi que havia um homem por trás de cada um dos livros. Um homem teve de concebê-los. Um homem teve de gastar muito tempo para colocá-los no papel. E isso nunca havia me passado pela cabeça" (Bradbury, 2012: 47). Além de uma distopia, esta obra também pode ser lida como uma tocante declaração de amor aos livros e à literatura.

Nova Ordem, que visava a eliminação dos intelectuais, como visto no início do presente tópico. Logo, faz-se necessária a máxima vigilância sobre o que é escrito, além da destruição de livros indesejados. Essas são características de governos autocratas, que seguem a lógica do arbítrio, nos quais a contestação e a liberdade de pensamentos são inaceitáveis. A perseguição do governo nazista aos escritores (comunistas e judeus) e a grande queima de livros em Berlim, no ano de 1933, são acontecimentos paradigmáticos desse contexto.

No Brasil de ontem e de hoje esse espírito de aversão e de censura a textos que não se enquadrem nos valores hegemônicos do poder político fazem-se presentes. Getúlio Vargas, que era o líder da ditadura do Estado Novo (1937-1945), em 1937, determinou a queima de mais de mil livros em praça pública na Bahia. As obras de Jorge Amado, tidas como propaganda comunista, foram as mais atacadas<sup>11</sup>. Destaca-se também a terrível censura sobre livros, músicas e outras obras de artes durante a ditadura militar (1964-1985). Em 2019, na bienal do livro, no Rio de Janeiro, houve a apreensão de HQs com conteúdos homoafetivos. Tal ordem fora dada pela prefeitura, que tem a sua frente um dos líderes da Igreja Universal do Reino de Deus, o prefeito Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), que já se referiu ao presidente Jair Bolsonaro como um homem guiado por Deus<sup>12</sup>.

Já no início de 2020 foi posto a público um ofício circular da Secretaria de Educação de Rondônia que determinava o recolhimento de 43 livros supostamente “inadequados”, entre eles estavam obras de escritores como Machado de Assis, Ferreira Gullar e Mário de Andrade. O estado de Rondônia é governado pelo Coronel Marcos Rocha, do Partido Social Liberal (PSL). Ele e Crivella fazem parte da base de apoio do atual governo.

A partir do trecho do romance “A Nova Ordem” analisado, no qual são revelados, literariamente, aspectos de valores autoritários, podemos refletir sobre políticas semelhantes adotadas e reafirmadas na sociedade brasileira

---

<sup>11</sup>Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ditadura-vargas-incinerou-em-praca-publica-1640-livros-de-jorge-amado/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

<sup>12</sup>Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-04-07/crivella-apoia-bolsonaro-e-diz-que-presidente-e-guido-por-deus-nesta-crise.html>>. Acesso em: 08 set. 2020.

contemporânea. Isto no tocante ao ataque ao pensamento crítico representado pelos livros que destoam do consenso da política oficial, assim como aos que destacam as possibilidades de pluralidade de pensamento e de maneiras de ser e de estar no mundo, que não se coadunam aos valores culturais “cristãos hegemônicos” preconizados pelo atual projeto de poder à frente do país.

### **Utopia e distopia: A Nova Ordem e o desejo de controle total**

Como vem sendo apresentado, o romance de Kucinski (2019) trata de um Brasil onde “A Nova Ordem” impõe suas regras autoritárias, em que está proibido o pensamento crítico. Trata-se de uma distopia que se conecta com temas recorrentes de outras obras do gênero. Algumas características de uma distopia estão postas no dicionário Houaiss (2009). Primeiramente, trata-se de um lugar ou estado imaginário em que se vive em condições de desesperança, privação e desespero. Uma antiutopia.

Em seguida, também se define como alguma representação de uma organização política e social futura determinada por estruturas sufocantes, com o objetivo de criticar tendências políticas e sociais do tempo presente, parodiando, satirizando, utilizado também enquanto alerta para aspectos perigosos em uma sociedade. Como exemplos de autores do gênero, Houaiss (2019) cita os escritores George Orwell e Aldous Huxley.

As distopias ganharam considerável impulso e visibilidade no século XX, obras clássicas do gênero como “Nós” (1924), “Admirável Mundo Novo” (1932), “1984” (1949), “Fahrenheit 451” (1953), foram publicados no período histórico em que eclodiram a revolução Russa (1917) e a ascensão do stalinismo (1927-1953); o surgimento e ascensão do nazifascismo; as duas guerras mundiais (1914-1918 / 1939-1945); e o início da corrida nuclear e da Guerra fria (1945-1989). Uma época de muitas tensões sociais e de profundas transformações culturais, em que tais narrativas distópicas refletiram literariamente sobre as contradições e os receios em torno dos avanços tecnológicos, bem como sobre projetos políticos de sociedade. Um momento histórico caracterizado por traumas e mudanças. Nessa ocasião,

alguns escritores, a partir de suas experiências e do seu tempo, expuseram visões literárias de sociedades localizadas em cenários futuros marcados pelo horizonte da desesperança e da opressão.

Os “utopistas” são os grandes inimigos da Nova Ordem e dos militares (Kucinski, 2019). São tidos como “loucos” pelo fato de quererem acabar com os bancos e, por conseguinte, com a lógica financeira. Essa questão é importante para adicionarmos reflexões em torno da expressão distopia a partir de alguns apontamentos sobre a utopia, uma vez que o primeiro conceito é uma contraposição do segundo.

No ano de 1535, após rejeitar a supremacia do rei Henrique VIII sobre a Igreja, Thomas Morus foi condenado como traidor e logo decapitado, mas ficou lembrado para a posteridade pelo o que havia feito alguns anos antes. Em 1516, o autor publicou a obra em que apresenta a expressão “utopia” para denominar uma ilha onde as coisas e a vida são totalmente diferentes da sociedade em que ele vivia. Morus criou uma expressão nova e um gênero literário-filosófico que influenciou uma série de livros posteriores que trouxeram em suas narrativas relatos de viagens e de sociedades imaginadas. Alguns exemplos são os textos: “A cidade do Sol” (1602), de Tommaso Campanella; “Nova Atlântida” (1627), de Francis Bacon e “La Isla de los Pines” (1668), de Herry Neville.

Todavia, não foi Morus o primeiro a expressar em texto uma sociedade idealizada. Ele criou a expressão Utopia, que é a união dos termos (ou = não) e (topos = lugar), o “não-lugar”, a partir de tradições anteriores que descreveram sociedades imaginadas, avançadas, ideais e/ou idealizadas. Neste sentido, basta lembrar “A República”, de Platão. Cabe destacar que a ilha de utopia criada por Morus não era perfeita para todos, por exemplo, continuam existindo escravos e as mulheres não têm muitos espaços de autonomia. É preciso refletir sobre esse processo contraditório da utopia, que pode conter os germes da utopia negativa: a distopia. Essa última é uma palavra formada pela aflição dos termos (“dys” = “mau”) e (“topos” = “lugar”), “o mau lugar”<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Para boas reflexões sobre o tema, recomendo o texto “Utopia: passado, presente e futuro de um não-lugar variações sobre um tema de Thomas Morus”, de Andityas Soares de Moura Costa Matos, posfácio do livro *a Utopia* (2017: 226-247).

Thomas Morus viveu na época da expansão da cultura humanista e do início das grandes navegações, entre os séculos XV e XVI. Um período histórico marcado por desejos de mudanças de vida e de sociedade. Marilena Chaui (2016: 32) indica que “só pode haver utopia quando se considera possível uma sociedade totalmente nova e cuja diferença a faz ser absolutamente outra”. É nessa conjuntura que reside a energia da utopia. Chaui (2016: 43) nos lembra que nenhuma narrativa utópica causou influência no transcórre da história por seu realismo, mas sim pela negação profunda “das fronteiras do real instituído e por oferecer aos agentes sociais a visão de inúmeros possíveis. O utopista desloca a fronteira daquilo que os contemporâneos julgam possível”.

Assim, Marilena Chaui (2016) ajuda-nos a melhor compreender os significados da obra “Utopia”, por exemplo, quando Morus (2017: 81) defende que a igualdade só pode existir no momento em que for abolido a propriedade privada, ele está ressaltando valores opostos à sua sociedade, que era estruturada no privilégio da posse e do nascimento. Desse modo, a utopia não é tão somente pensar algo fantasioso, mas, sim, ampliar outras projeções de pensamentos em torno da sociedade e da vida humana. Em outros termos, ao representar as possibilidades de novas maneiras de ser e de estar no mundo, a narrativa utópica sinaliza que pode existir um horizonte social e cultural de vida diferente. Mesmo que muito distante, em cenários fictícios não localizados geograficamente, este espaço encontra-se sinalizado.

É por essas questões, em torno da utopia, que se pode melhor compreender o horror dos militares da Nova Ordem aos utopistas, daí a “operação quimera”, concebida para aniquilar a perturbação utopística, como diz a voz narrativa:

No Estado maior houve debates sobre a designação correta do movimento subversivo. Deveria ser “revolução utópica”, “revolução utopista” ou revolução utopística? Foi descartado o adjetivo “utópico” por sua conotação de movimento fantasioso, sem nenhum perigo e fixado o adjetivo substantivado “utopista” para designar a pessoa subversiva e o adjetivo “utopístico” para o movimento (Kucinski, 2019: 63).

Neste sentido, o movimento de oposição ao sistema dos militares da Nova Ordem deve-se chamar “utopístico” e “utopistas” para as pessoas

questionadoras, aspectos que reforçam o tom questionador e de enfrentamento. A voz narrativa, assim, direciona uma imagem diferente daquela que associa a utopia tão somente aos aspectos fantasiosos e destaca a potência desestabilizadora da utopia e dos utopistas.

Voltando ao enredo do romance, temos o plano do tenente-coronel Ariovaldo de ter acesso e controle ao pensamento e aos sonhos dos utopistas. Esse é o eixo central da obra. Nisso, a personagem principal pensa em vários planos mirabolantes para conseguir esse domínio total sob os opositores, para tanto, conta com o apoio do General Lindoso Fagundes.

Além disso, a Nova Ordem implanta a operação Cândia, que visa eliminar os mendigos e os despossuídos, dado que, na lógica financeira defendida pelo sistema, o Brasil precisa apenas de 30 milhões de pessoas, “é um exagero 210 milhões de habitantes, uma vez que o mercado interno não precisa desse contingente” (Kucinski, 2019: 126).

Retomando o plano central de Ariovaldo – o controle total sobre as pessoas a partir da mente – ele descobre que os sonhos são frutos dos desejos e das paixões das pessoas, para isto cria um *chip* de customização somado a um projeto de psicanálise aplicado que visa produzir pessoas dóceis. No entanto, o plano torna-se um fracasso. A Nova Ordem passa por uma série de crises devido à falta de quadro para substituir os antigos dirigentes e Ariovaldo não consegue ter acesso ao controle do pensamento e dos sonhos dos utopistas. Tendo em vista que a maioria dos utopistas foram dizimados e ao serem retirados os desejos e as paixões, as pessoas pararam de sonhar no Brasil da Nova Ordem (Kucinski, 2019: 175). Por fim, a personagem principal da trama em análise acaba enlouquecendo.

Nessa dimensão do romance “A Nova Ordem” reside o projeto de controle total sobre as pessoas, o domínio a respeito do que elas pensam. Essa é outra característica relevante dos romances distópicos e de projetos políticos autoritários. Presente, por exemplo, na obra “1984”, quando o O’Brien, algoz da personagem principal Wiston Smith, explica que o controle total sobre as pessoas é uma das características principais da sociedade projetada pelo partido e pelo grande irmão, pois, segundo ele, “é intolerável para nós a existência, em qualquer parte do mundo, de um pensamento

incorreto, por mais secreto que seja. Nem no momento da morte podemos permitir o mínimo de desvio” (Orwell, 2009: 299). Já no romance “Fahrenheit 451”, o capitão Beatty (responsável por supervisionar a queima de livros) alerta, ao inquieto bombeiro Montag, que “todo homem é demente quando pensa que pode enganar o governo e a nós” (Bradbury, 2009: 35).

O controle opressivo presente em muitos romances distópicos apontam também para o desejo de que as pessoas aceitem as políticas arbitrárias impostas sem questionamentos. No condicionamento de aceitar o mundo como ele se apresenta, sem reflexão e muito menos objeções, esses também são os desejos dos militares que conduzem a Nova Ordem (Kucinski, 2019). Algo semelhante ocorre no livro “Admirável Mundo Novo”, em que o segredo da felicidade plena “é fazer as pessoas amarem o destino social de que não podem escapar” (Huxley, 2009: 44).

Dessa maneira é sintomático que os inimigos do sistema da Nova Ordem sejam os utopistas que são contra os bancos e, por conseguinte, contra a lógica financeira. Essa perspectiva tem uma relação direta com o desejo de controle da vida das pessoas, tendo em vista que atualmente o sistema capitalista exerce a matriz que rege o sentido das nossas vidas. Dessa forma, não paramos para refletir que o ordenamento financeiro econômico, assim como o social, são construções humanas. O capitalismo não é algo natural, dado desde sempre na humanidade, ele nem sempre existiu na história do homem em sociedade. Sendo assim, o sistema capitalista pode um dia deixar de existir e/ou ser substituído.

Esses aspectos fazem com que a população aceite as restrições orçamentárias impostas pelas políticas neoliberais sem maiores questionamentos. Além disso, esse sistema econômico, que visa o lucro acima de tudo e de todos, invade as várias instâncias da vida social e pessoal, estimulando o individualismo, a competição entre as pessoas, e, o pior, legitimando as desigualdades sociais e a barbárie.

As narrativas distópicas caracterizam-se pela projeção de uma sociedade arbitrária em que os donos do poder são os privilegiados, são os que determinam as regras do jogo, o modo como as pessoas devem ser e estar no mundo, desta forma, sufocando e eliminando o dissenso e as pessoas

que não aceitam tais ordenamentos. Pode-se indicar que tais valores, à sua maneira, estão presentes no Brasil atual.

Fatos semelhantes encontram-se no romance "A Nova Ordem" (2019), de B. Kucinski, possivelmente, são de seu interesse devido há alguns acontecimentos vividos pelo autor, que teve sua irmã morta e desaparecida pelos militares durante o regime militar (1964-1985). Kucinski é um escritor que sofreu na pele os horrores das forças do arbítrio, que reapareceram com protagonismo no contexto do atual poder político à frente do Brasil. Como bem reflete Kucinski, no seu romance "K", sobre a permanência dos valores de exceção fincados na sociedade brasileira pelos militares, "a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada" (Kucinski, 2011: 90).

A importância do romance "A Nova Ordem" (2019) reside na capacidade de literariamente possibilitar reflexões relevantes sobre uma sociedade estabelecida pelos militares e caracterizada pela opressão, em que as pessoas deixaram de sonhar e de lutar contra tal sistema. Como uma boa distopia, serve-nos de alerta a uma sociedade imaginada ficcionalmente próxima da qual vivemos, assim como nos adverte onde é possível chegar, caso aceitemos sem questionamentos e enfrentamentos as ações arbitrárias impostas pelos poderes que regem atualmente as políticas públicas no Brasil.

### **Considerações finais**

As obras literárias distópicas revelam aspectos de sociedades opressoras nas quais as pessoas perdem o direito ao espírito autônomo e questionador. O romance "A Nova Ordem" (2019) expõe uma narrativa que pode ser utilizada em estudos que buscam compreender características do Brasil contemporâneo. No Brasil, estamos imersos numa escalada autoritária, em que uma intervenção militar se torna um projeto de poder existente no horizonte. Acompanhamos a ascensão ao poder de forças neofascistas e de ataques constantes aos valores preconizados pelos direitos humanos, assim como agressões terríveis à natureza.

O governo de Jair Bolsonaro, chancelado por grandes setores das forças armadas e das elites econômicas do Brasil, revela-se como grande ameaça a qualquer projeto de país e de sociedade mais justa, com algum horizonte politicamente democrático.

“A Nova Ordem” (2019) é uma distopia brasileira que merece atenção por parte dos leitores e pesquisadores. A análise aqui realizada deixou de fora muitos aspectos da obra, que podem ser explorados de maneira mais sistemática. Ao leitor, fica o convite para a leitura do romance e para ampliar as possibilidades interpretativas em torno dele.

Por fim, miremo-nos numa reflexão extraída da peça “Os fuzis da Senhora Carrar”, de Bertolt Brecht (1976), em que temos o drama de uma mãe espanhola que não quer presenciar seus filhos participando da frente de combate às forças franquistas. Um operário, em um diálogo com ela, questiona sua posição afirmando que as pessoas lavam as mãos em bacias de sangue quando se portam indiferentes diante da injustiça e da opressão.

No Brasil atual, usando a reflexão de Brecht, não é de bom alvitre manter uma postura de indiferença, viver como se nada de anormal estivesse acontecendo, como se as injustiças e os ataques constantes à dignidade humana, à natureza e aos direitos sociais, fizessem parte de um “novo normal”, de uma “nova ordem”. Diante das políticas arbitrárias implementadas pelo governo Bolsonaro, respaldadas por seus hidrófobos apoiadores, ser indiferente é lavar as mãos em bacia de sangue. Pior ainda, é perder a capacidade de lutar e de acreditar que outros projetos de sociedade e de país são possíveis.

## **Referências bibliográficas**

### **Endereços eletrônicos**

AGÊNCIA O GLOBO. *Crivella apoia Bolsonaro e diz que presidente é "guiado por Deus" nesta crise*. Jornal Último Segundo, 07 de abril de 2020. Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2020-04-07/crivella-apoia-bolsonaro-e-diz-que-presidente-e-guiado-por-deus-nesta-crise.html>>. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016*. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, em 15 de dezembro de 2016. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm)>. Acesso em: 03 set. 2020.

KER, João. *Balbúrdia, plantação de maconha e bloqueio de recursos: os ataques de Weintraub às universidades*. O Estadão. São Paulo, 19 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,balburdia-plantacao-de-maconha-e-bloqueio-de-recursos-os-ataques-de-weintraub-as-universidades,70003203018>>. Acesso em: 07 set. 2020.

MELITO, Leandro. *Bolsonaro nomeia pela 22ª vez reitor que não ficou em primeiro na consulta pública*. Brasil de Fato. São Paulo, 23 de Fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/23/bolsonaro-nomeia-pela-21-vez-reitor-que-nao-ficou-em-primeiro-na-consulta-publica>>. Acesso em 03 maio de 2021

RAMOS, Jorge. *Ditadura Vargas incinerou em praça pública 1.640 livros de Jorge Amado*. Jornal Correio da Bahia, Salvador, 10 de agosto de 2012. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/ditadura-vargas-incinerou-em-praca-publica-1640-livros-de-jorge-amado/>>. Acesso em: 08 set. 2020.

TORRES, Bolívar. *Narrativas distópicas viram best-sellers após eleições de Trump*. O globo cultura – livros, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/livros/narrativas-distopicas-viram-best-seller-apos-eleicao-de-trump-20945259>>. Acesso em 14 jul. 2021.

## **Bibliografia**

AMARAL, Nelson Cardoso. As universidades federais brasileiras sob ataque do governo Bolsonaro. *Propuesta Educativa*, v. 12, ano 28, n. 52, p. 127-128, nov. 2019. ISSN 1995-7785.

ANTUNES, Ricardo. A era das conciliações, das rebeliões e das contrarrevoluções. In: \_\_\_\_\_. *O privilégio da servidão: o novo proletário de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 217-290.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. Tradução de Cid Knipel. São Paulo: Biblioteca Azul, 2012.

BRECHT, Bertolt. Os fuzis da Senhora Carrar. In: *Teatro de Bertolt Brecht, 1*. Tradução de Antônio Bulhões. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

CARLOTTO, Maria Caraméz. Guerra em campo aberto: as disputas pela mudança estrutural do espaço intelectual. *In*: CASSIO, Fernando (org.). *Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 121-126.

COSTA MATOS, Andityas Soares de. Utopia: passado, presente e futuro de um não-lugar variações sobre um tema de Thomas Morus. *In*: MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Jr. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 226-247.

CHAUI, Marilena. Notas sobre utopia. *In*: SOUSA, Cindoal Morais de (org.). *Um convite à utopia*. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 29-46.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Tradução de Eliane Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GINZBURG, Carlo. Paris, 1647: um diálogo sobre ficção e história. *In*: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 79-93.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2009.

HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Tradução de Vidal de Oliveira. Rio de Janeiro: Globo, 2009.

KUCINSKI, B. *A nova ordem*. São Paulo: Alameda, 2019.

\_\_\_\_\_. *K*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. *In*: CISLACGHI, Juliana Fiuza e DEMIER, Felipe. *O neofascismo no poder (Ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: consequência, 2019.

MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de Márcio Meirelles Gouvêa Jr. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MUSSOLINI, Benito. *A doutrina do Fascismo*. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

ORWELL, George. *1984*. Tradução de Alexandre Hubner & Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

## Von Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu sob o escrutínio de Alice Piffer Canabrava

 Otávio Erbereli Júnior\*

**Resumo:** Através de três textos oriundos de apresentações em congressos científicos de Alice Piffer Canabrava (1911-2003), procuramos examinar um momento específico da trajetória intelectual dessa historiadora: a análise historiográfica das obras de Martius, Varnhagen e Capistrano. Para tanto, remontamo-nos ao período formativo da autora (1935-1937) no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e também sua posterior ambientação institucional: a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da USP. Para operar essa análise, mobilizamos importantes autores brasileiros dos campos da história da historiografia e história intelectual.

**Palavras-chave:** Alice Piffer Canabrava, história intelectual, história da historiografia brasileira.

## Von Martius, Varnhagen and Capistrano de Abreu under Alice Piffer Canabrava's scrutiny

**Abstract:** Through three Alice Piffer Canabrava's (1911-2003) texts we search to analyze a specific moment of this historian's trajectory: the historiographical analysis of Martius', Varnhagen's and Capistrano's works. For both, we revamp to the formative period of the author (1935-1937) on the Geography's and History's graduate of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters (FFCL) of São Paulo University (USP) and too her further institutional setting: the Faculty of Administration and Economics Sciences (FCEA) of USP. To operate this analysis, we mobilized important Brazilian authors from the fields of history of historiography and intellectual history.

**Keywords:** Alice Piffer Canabrava, intellectual history, history of brazilian historiography.

---

\* Dr. em História Econômica (FFLCH/USP). Realiza estágio de pesquisa pós-doutoral no IEB/USP e no Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani" (FFyL/UBA). E-mail: oerberelijr@usp.br



## Introdução

Alice Piffer Canabrava foi normalista da Escola Caetano de Campos na Praça da República em São Paulo. Professora de escola primária em Araras/SP e comissionada para o curso de Geografia e História da FFCL/USP na segunda turma da V subseção de Geografia e História da II seção de Ciências (1935). Assistente da cadeira de História da Civilização Americana sob a regência de Paul Vanorden Shaw, proveniente da Universidade de Columbia, desde 1938. Doutora em Ciências em 1942 com tese na área de História Econômica (Canabrava, 1944) e excepcional recepção da crítica nacional e internacional (Braudel, 1948; Bittencourt, 1945). Livre-docente em Ciências pela FFCL/USP em 1946 (Canabrava, 1981), também com tese amplamente elogiada (Godinho, 1948; Holanda, 2004; Holanda, 2008). Primeira mulher a atingir a condição de catedrática na USP, com tese apresentada na Cadeira X de História Econômica da FCEA/USP em 1951 (Canabrava, 2011). Uma das fundadoras da Associação dos Professores Universitários de História (APUH) na cidade de Marília/SP em 1961. Foi sócia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde 1975. Fundadora do periódico *Revista Brasileira de História* em 1981, data de sua aposentadoria na atual Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP. Em 1985 foi eleita professora emérita da FEA/USP. Estes são os principais caminhos percorridos da historiadora Alice Piffer Canabrava. Uma trajetória sem dúvida, notória e vitoriosa (Erbereli Júnior, 2019).

Nosso intento aqui é trazer à discussão um aspecto dessa trajetória em que Alice Canabrava se dedicou à análise da historiografia brasileira, particularmente do viajante-naturalista bávaro Friedrich Von Martius, de Francisco Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, e do historiador cearense João Capistrano de Abreu. Para tanto, focamo-nos em três textos, todos eles provenientes de falas de Canabrava em eventos científicos. O primeiro deles é uma comunicação por ocasião da reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) ocorrida em Curitiba/PR no ano de 1971 (Canabrava, 1971); o segundo, na abertura dos trabalhos da sessão de História do "Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros", ocorrido em 1971 no Instituto de Estudos Brasileiros

(IEB) (Canabrava, 1972). Por fim, o texto proveniente da conferência de Alice Canabrava no “III Encontro de Estudos Teuto-brasileiros” de 1974 (Canabrava, 2005).

Procuramos demonstrar que o conhecimento sobre esses autores se deu ao longo da graduação de Canabrava, ou seja, entre 1935 e 1937, através das cadeiras da subseção de Geografia e História da FFCL/USP. Dessa maneira, este lugar, assim como a FCEA, são importantes para a compreensão da análise historiográfica da autora. Ademais, destacamos a análise pioneira da historiadora em relação à apropriação por Capistrano de Abreu de uma tradição de estudos da ciência econômica alemã.

À medida que formos percorrendo os comentários de Alice às obras de Martius, Varnhagen e Capistrano, poderemos também evidenciar algumas noções de história e documento da historiadora, bem como sua compreensão da obra de Capistrano e como ela utilizou os relatos de viagem em comparação à Varnhagen e Capistrano. Partiremos dos relatos de viagem pelo fato de que eles foram uma das fontes privilegiadas por Alice Canabrava.

### **Em viagem com Martius, Varnhagen e Capistrano**

A viagem teve papel fundamental na constituição de várias ciências, como a geografia e a etnografia. O estar *in loco* era fundamental para os geógrafos de orientação vidaliana; este olhar diferenciado do geógrafo. A questão da viagem sempre esteve presente na historiografia brasileira, desde a monografia de Karl Friedrich Philipp Von Martius “Como se deve escrever a História do Brasil”, de 1843, premiada no concurso do IHGB. O fato de ter estado no Brasil e tê-lo visto foi o que autorizou Von Martius em sua proposta de escrita da História do Brasil. “O ter visto e o ter estado no Brasil asseguram-lhe as condições de produção do seu texto, reafirmando o sentido implícito no termo ‘história’ em que o ver é a condição para o saber” (Guimarães, 2000). É exatamente este o procedimento recomendado por Von Martius ao historiador que iria concretizar seu plano monográfico: é necessário que percorra o território nacional e veja.

Para tal trabalho, segundo certas divisões gerais do Brasil, parece-me **indispensável que o historiador tivesse visto** [grifos nossos] esses países, que tivesse **penetrado com os seus próprios olhos** as particularidades da sua natureza e

população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexó pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. Quão diferente é o Pará de Minas! Uma outra natureza, outros homens, outras precisões e paixões, e por conseguinte outras conjunturas históricas (Martius, 1991: 53).

Alice Canabrava também tratou deste texto de Von Martius. Em "Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu", a pesquisadora, ao abordar Varnhagen, resgata aquele texto fundador de Von Martius. Nesta palestra, ela aponta Von Martius como o mais importante dos viajantes-cientistas alemães<sup>1</sup>, referindo-o também como pai da etnografia brasileira. Este tipo de literatura, para ela, teria contribuído para o desenvolvimento científico brasileiro e se tornado uma fonte "clássica" para a historiografia.

A referência de Von Martius nos leva à literatura dos cientistas-viajantes alemães, de grande importância no desenvolvimento científico brasileiro. As obras dos etnólogos, dos geógrafos, dos exploradores, dos naturalistas alemães de modo geral, trouxeram uma contribuição que os incorporou muitas vezes, não apenas no campo científico da especialidade mas, em grande número de casos, tornou-se clássica como fonte para a nossa História (Canabrava, 2005: 252).

Mesmo que ela não tenha mobilizado nenhum trabalho de Martius em seus escritos enquanto fonte, seu conhecimento acerca desse cientista-viajante pode ser creditado a seus anos iniciais de formação, principalmente através das disciplinas Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani e História da Civilização Brasileira. Em seu texto reflexivo acerca do estado de coisas dos estudos etnográficos no Brasil por conta da inauguração da cadeira de Etnografia, Plínio Ayrosa se ressentiu do fato de que no Brasil não havia nenhum estudo que pudesse ser tomado por etnográfico. Segundo sua avaliação, o pouco que foi empreendido até aquele momento de 1934 poderia ser creditado a estrangeiros, como Von Martius.

Ninguém duvida do valor da literatura, principalmente estrangeira, relativa a nossos aspectos etnográficos; não se pode negar a existência de grande acervo de trabalhos dignos da maior admiração, publicados no Brasil por notáveis e quase heróicos pesquisadores que, felizmente, se veem sucedendo

---

<sup>1</sup> Sobre relatos de viagens, ver os trabalhos de Karen Lisboa (1997; 2011).

com coragem no alargamento da vereda balizada às pressas pelo gênio incomparável de Martius (Ayrosa, 1937: 132).

Em seu texto inaugural da cadeira de História da Civilização Brasileira de 1934, Taunay destaca como importantes fontes para a escrita de uma história da civilização brasileira os relatos de viagem, dentre eles os relatos de Von Martius e de Spix, seu companheiro de viagens.

E muitos relatos de viajantes, e de observadores estrangeiros, nem sequer estão traduzidos para idiomas mais acessíveis aos brasileiros, como por exemplo o francês. A contribuição alemã, tão extensa quanto valiosa, ainda se acha inacessível à imensa maioria dos brasileiros, compreendendo, no entanto, obras do maior vulto como as de Spix e Martius, Pohl, Naterrer, Eschwege etc, entre os mais antigos, Tschudi, o príncipe Adalberto da Prússia etc, entre os modernos (Taunay, 1937: 130).

A avaliação historiográfica de Von Martius feita por Alice P. Canabrava em sua palestra é muito próxima do que faria, posteriormente, importante autor da história da historiografia brasileira, Manoel Luiz Salgado Guimarães, quando o campo já se encontrava em caminhos de consolidação. A autora destaca que Von Martius tratou de um leque bastante variado de questões, com um esboço de uma história econômico-social e também de uma história regional:

Avaliado na linguagem científica de nossos dias, o plano de Martius deve ser entendido como precoce mensagem quanto à importância, para o historiador do Brasil, de conhecer as condicionantes sociológicas, antropológicas e culturais na formação histórica, antes que as ciências que lhes definem o contexto se tivessem constituído (Canabrava, 2005: 254).

Na avaliação de Manoel Luiz Salgado Guimarães, o projeto historiográfico de Von Martius também teria transcendido à tradicional historiografia política:

Distante do que se convencionou caracterizar como marcas da historiografia do século XIX, unicamente voltada para o relato dos sucessos políticos, seu projeto historiográfico apresenta uma amplitude maior, vindo a se realizar em muitos textos posteriores da historiografia brasileira e que ainda hoje marcam balizamentos centrais para seu estudo entre nós (Guimarães, 2000).

A experiência da viagem, bem como a mobilização do relato de viagem enquanto fonte para a escrita da história, também esteve presente no

executor do plano de Von Martius: Francisco Adolfo de Varnhagen. Temístocles Cezar, ao analisar a mobilização de Varnhagen dos relatos de viagem do século XVI, em especial, Thevet, Léry, Staden, Gândavo e Soares de Sousa, constata que Varnhagen os utilizava em um sentido de comprovar/provar suas afirmações. “Os relatos aparecem, normalmente, como notas de pé de página com a função de comprovar ou reforçar o argumento do autor” (Cezar, 1999: 40). Em Varnhagen, o poder de observação é uma característica fundamental do viajante. Sem ele, o relato fica totalmente comprometido. “[...] poder de observação, uma regra básica do código científico que preside as informações contidas nos relatos de viagem trabalhados por Varnhagen” (Cezar, 1999: 45) destaca o autor.

Varnhagen não apenas percorreu várias regiões do Brasil e do Mundo por conta de sua carreira diplomática, onde também aproveitava para estar em arquivos e bibliotecas, com o fito de obter subsídios para sua escrita histórica, mas também produziu relatos de viagem. Um destes relatos, intitulado “Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias”, trata-se de manuscrito inédito descoberto pela historiadora Lúcia Maria Paschoal Guimarães em pesquisa no Arquivo do Instituto Rio Branco (Itamaraty). A pesquisadora encontrou o manuscrito, que deduziu estar incompleto, em um maço correspondente às viagens de Varnhagen pelo Brasil. Guimarães assevera que o caráter inédito do manuscrito deve-se à distração de algum arquivista que o classificou no maço. O manuscrito é um relato de viagem empreendido por Varnhagen após deixar o cargo de embaixador no Peru, gerando certa crise diplomática, rumo aos EUA entre 1º de Setembro, data em que o navio zarpuou de Colón – cidade localizada à direita no istmo do Panamá – e 23 de Setembro de 1867.

Autêntico discípulo de Humboldt, Varnhagen acreditava no valor pedagógico das viagens. Talvez pretendesse conferir *in loco* a reconstrução do país e as transformações que se operavam com o fim recente da Guerra Civil Americana. E, por tabela, poderia averiguar as circunstâncias que levaram os estados confederados à derrota [...] (Guimarães, L. 2013: 118-119).

Em sua tese de doutoramento, por vezes, Alice Canabrava se aproxima do uso do relato de viagem em sua operação historiográfica de modo muito

semelhante ao empreendido por Varnhagen, onde o relato é tomado como estatuto de verdade, não sendo confrontado com nenhuma outra fonte ou bibliografia, apenas afirmando algo sem dar referência e corroborando a afirmação com o relato. “A mesma impressão favorável está registrada no *Diário de Navegação* de Pero Lopes de Sousa” (Canabrava, 1944: 44). Em outra ocasião, o relato de viagem do missionário Tomas Gage é tomado como atestado de verdade, no qual se pode ver com os olhos do outro. “Tomas Gage, o missionário escocês que visitou a cidade por ocasião das feiras, dizia que [...]” (Canabrava, 1944: 22), assim escrevia a autora.

Em reunião da SBPC de 1971, Alice Canabrava proferiu palestra sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. No mesmo ano, abriu os trabalhos da área de História do “Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros”, ocorrido nas dependências do IEB. Tanto em uma ocasião quanto em outra, a obra de Francisco Adolfo de Varnhagen “História Geral do Brasil” é tomada como “[...] o grande monumento da historiografia do século XIX” (Canabrava, 1972: 6). Alice o aproxima das grandes diretrizes normativas para o ofício de historiador, ligadas ao IHGB, porém demarca ser o indianismo uma exceção.

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), vinculou-se ao Instituto, desde 1840, como sócio correspondente. Sua *História Geral do Brasil* (1854), afastou-se de algumas tendências que marcavam a mentalidade dos homens daquele sodalício, como o indianismo, mas ligou-se aos seus grandes objetivos. É o monumento da historiografia brasileira do século XIX (Canabrava, 1971: 418).

Alice Canabrava tomou conhecimento da obra de Varnhagen a partir do curso de história da civilização brasileira ministrado por Taunay no ano de 1937. Ao comentar a produção historiográfica acerca do movimento bandeirante, Taunay afirmava: “Até mesmo o ilustre Varnhagen bem pouco concedera, das volumosas páginas de sua *História Geral*, ao episódio das bandeiras que muito perfunctoriamente explorou” (Taunay, 1937: 123). Neste mesmo sentido, em seu trabalho sobre as bandeiras, Alice analisa Varnhagen na perspectiva das contribuições do século XIX, que “[...] trataram dos fatos da expansão geográfica como episódios da gestão administrativa dos representantes da Coroa. Essa técnica foi geralmente

adotada nas obras sobre a história geral do Brasil. Varnhagen, e mais resumidamente Rio Branco, fizeram a enumeração cronológica das expedições mais conhecidas” (Canabrava, 1944a: 12).

A constatação de Canabrava de que Varnhagen teria se afastado do indianismo seria corroborada anos mais tarde por Temístocles Cezar. Contudo, nem por isso poderia ser tomado por antirromântico. “Antirromântico? No início da sua trajetória intelectual, com certeza, não. Suas relações com Alexandre Herculano e a colaboração com o *Panorama* são indicadores seguros” (Cezar, 2007: 162). Alice também o aproxima de Alexandre Herculano. “[...] não se poderia deixar de considerar, em estudo mais profundo, a autoridade de Alexandre Herculano, também muito influenciado pelo pensamento alemão, fundador da historiografia moderna portuguesa, com quem Varnhagen manteve estreitas relações” (Canabrava, 2005: 248-249). Em estudo introdutório a um texto de Varnhagen de difícil acesso – haja vista que foi publicado em Viena e em francês – intitulado “A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc.” de 1876, Temístocles Cezar, em uma chave de leitura inspirada em François Hartog, problematiza a questão do indígena para Varnhagen na perspectiva das relações entre antigos, modernos e selvagens. Segundo ele, poderíamos conceber, de certa forma, dois “Varnhagens” em relação à questão do indígena no Brasil. O primeiro seria aquele Varnhagen traumatizado por conta de uma experiência mal sucedida, na qual foi ameaçado por índios em 1840.

Logo, desde os anos 1840, Varnhagen começa uma verdadeira operação de desmonte dos argumentos indianistas: sobretudo de que os indígenas teriam direito de posse ao território americano por serem nativos à época da chegada do europeu. Para tanto, era necessário estudá-los, conhecê-los, saber quem eram e como chegaram aqui (Cezar, 2013: 328).

Dessa maneira, no início de sua carreira seria declaradamente anti-indianista. Isso se expressa em várias passagens de sua “História Geral do Brasil”. Contudo, já no final de sua jornada, Varnhagen havia questionado a problemática indígena na história da nação.

Para Varnhagen, entretanto, em 1877, os índios poderiam ser os figurantes iniciais de sua história sem problema algum,

mesmo sabendo-se que a lógica da concessão não é um traço marcante da sua personalidade. É que, desde 1876, o historiador, então visconde de Porto Seguro, acreditava ter finalmente resolvido o problema da origem dos índios brasileiros (Cezar, 2013: 326).

Sendo assim, ao final de sua vida, não mais seria um anti-indianista, tampouco um indianista *strictu sensu*. O que o aproxima do romantismo tanto para Alice Canabrava quanto para Temístocles Cezar é a preocupação com a tradição nacional.

Quanto ao método empregado por Varnhagen, a historiadora o aproxima de Leopold Von Ranke, como é possível ler no trecho seguinte:

Conhecemos pouco a formação intelectual de Varnhagen, a não ser o treinamento como autodidata, na experiência de longos anos, junto aos arquivos. Raros são os autores estrangeiros citados em suas cartas. Sua preocupação e maestria quanto à exegese documental parecem revelar a influência de Ranke (1795-1885) (Canabrava, 1971: 418).

O diagnóstico de Temístocles Cezar quanto à “influência” de Ranke na obra de Varnhagen cabe no caso de Alice Canabrava: muito mais se aponta do que se comprova tal contato. Cezar admite apenas um ponto de contato entre ambos: “o gosto pelo arquivo” (Cezar, 2007: 170). Para ele, não seria possível enquadrar Varnhagen em nenhuma escola historiográfica, pois sua prática apresentou variados elementos caros aos oitocentos, como “[...] aquela do estabelecimento da verdade histórica por meio do trabalho nos arquivos, da busca de documentos originais, da objetividade narrativa e da imparcialidade do historiador” (Cezar, 2007: 161). Alice já havia apontado para o “amor à verdade” em Varnhagen.

Para o autor da *História Geral*, o material básico com que se escreve a História são os fatos que os documentos registraram, “os fatos mais importantes” afirma o historiador paulista, descritos “com exatidão e clareza”, e sem afastar-se do amor à verdade, como bússola, a sobrepujar “crenças e ilusões”. Esta verdade é a verdade dos fatos, assentada nas provas documentais, que deve conduzir a uma “história sisuda e imparcialmente escrita” (Canabrava, 2005: 250).

Outro ponto de aproximação entre Ranke e Varnhagen demarcado por Alice diz respeito ao predomínio de uma história factual e político-administrativa. “É uma história político-administrativa, caráter dominante nas obras de Ranke e de outros autores de sua época” (Canabrava, 2005: 251-

252). A exegese documental é outro ponto de aproximação demarcado pela historiadora. “A preocupação e a maestria quanto à exegese documental nos sugerem desde logo a influência de Leopold Von Ranke (1795-1886)” (Canabrava, 2005: 247). Não à toa, Varnhagen foi o que deu autenticidade à autoria de vários textos. O primeiro destes textos, como demarcado por Canabrava, é de autoria de Gabriel Soares de Souza.

Para ela, “A *História Geral* se filia à História Filosófica, inscrita entre os objetivos do Instituto, ou seja, aquela que deve ser dominada pelo pensamento científico, pela soberania da razão” (Canabrava, 1971: 419). Segundo Arno Wehling, Varnhagen se considerava “adepto de uma *história filosófica*” (Wehling *apud* Cezar, 2007: 195). Por isso, para Alice Canabrava a história em Varnhagen é “mestra da vida, serve ao presente e ao futuro” (Canabrava, 2005: 251).

Neste regime antigo de historicidade, a viagem possuía papel fundamental para o ofício de historiador. Neste sentido, o relato de viagem é “uma fonte que viu o que descreve e experimentou o que viu” (Cezar, 2005: 28). É o fato de ter visto com os próprios olhos que dá legitimidade ao relato, o que François Hartog em seu “Evidência da História: o que os historiadores veem” denomina como autópsia. Hartog demonstra o caminho dessa autópsia na Antiguidade e como foi repensada no regime moderno de historicidade. “Para eles [os historiadores modernos], também, a história é uma questão de olhar e de visão: ver em melhores condições, de forma mais abrangente e profunda, além de ver em termos de verdade, trazer à luz o que tinha permanecido invisível, mas também fazer ver” (Hartog, 2011: 15).

Em Capistrano de Abreu, tem-se outro papel para a viagem e o relato de viagem, que o distancia de Martius e Varnhagen. A viagem em Capistrano de Abreu se dá através da leitura, uma vez que ler é ver.

[...] a viagem, em Capistrano, seria outra, distinta daquela do historiador-andarilho, pois não o incitaria a percorrer largas distâncias, a vagar de um espaço a outro. Embora as inúmeras incursões a região centro-sul enfeixem um capítulo significativo em sua biografia, nada as aproximaria do périplo incansável empreendido por Varnhagen – caso paradigmático daquele historiador-viajante que, transpondo fronteiras, *via* a história. Em contrapartida, Capistrano excursionava pelo interior do país, motivado ora pelas circunstâncias oportunas de ser hospedado na casa de amigos, ora pela busca de

ambiente favorável a seus trabalhos de pesquisa. Através dos relatos desses breves deslocamentos, registrados em sua correspondência, é possível recompor os roteiros, nomear os lugares que visitou. Acima de tudo, e onde quer que estivesse, importava-lhe menos cartografar paisagens do que se dedicar inteiramente à leitura (Oliveira, 2006: 25-26).

Alice Canabrava também não é uma historiadora-viajante e sua prática historiográfica se dava através da consulta às fontes e da bibliografia contemporânea, onde os relatos de viagem também eram tomados como seus olhos. Por vezes, os relatos corroboram a bibliografia (Canabrava, 1944: 22-23). Aqui ela se apoia no artigo de Roland Dennis Hussey "Spanish Colonial Trails in Panamá" publicado em 1939 na *Revista de História da América* e no relato do missionário escocês Tomas Gage. Há casos em que o relato é corroborado por documentação oficial (Canabrava, 1944: 60), confirmado por documentos, em uma operação cara à Capistrano.

Entretanto, apesar de todos os esforços despendidos, os resultados foram parciais; os **depoimentos dos contemporâneos** nos **garantem** a diminuição do comércio do porto durante as administrações de Saavedra, mas, por outro lado, os **documentos confirmam** [grifos nossos] que o contrabando continuava nesses períodos, ainda que de forma atenuada (Canabrava, 1944: 78-79).

Em sua palestra acerca de Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu, Alice Canabrava remonta-se aos anos iniciais do trabalho intelectual de Capistrano. "As primeiras manifestações literárias mostram a primazia dos autores franceses e ingleses, e o apego às doutrinas positivistas e evolucionistas" (Canabrava, 2005: 255). Por autores franceses entenda-se Taine e Comte e quanto aos ingleses, Spencer e Buckle. Alguns autores, como Arno Wehling, dividem a obra de Capistrano de Abreu em duas fases. Uma, na qual Capistrano estava sob a "influência" dos evolucionistas e cientificistas e outra, já em contato com a crítica histórica de Ranke (Wehling, 2001: 141-174). Alice Canabrava, à seu modo, também enxerga "dois Capistranos", um ligado ao legado de Varnhagen e outro ao da contribuição das ciências sociais.

Na cronologia de sua vida, João Capistrano de Abreu se coloca entre duas concepções de História: a História como narrativa do empírico, dentro do juízo moral, que tem Varnhagen, no Brasil, seu representante máximo, e a História no quadro das ciências sociais, numa dimensão nova, segundo o caminho apontado em 1900 por Henri Berr (Canabrava, 1971: 423-424).

Neste momento (das “primeiras manifestações literárias”) Capistrano de Abreu ainda estava no Ceará, onde participava de um grupo literário chamado “Academia Francesa”.

Por meio de discursos veiculados na imprensa local, principalmente no jornal *A Fraternidade*, a agremiação visava difundir ideias liberais, promover o desenvolvimento científico e intelectual, propagar a doutrina positivista e fazer conhecer as “leis do progresso”. Seus integrantes se reuniam para discutir os livros em voga na Europa, especialmente os de Taine, Buckle, Comte, Spencer e Darwin (Oliveira, J. 2011: 29).

O grupo se reunia na casa de Raimundo da Rocha Lima, que faleceu muito jovem, ainda aos 23 anos, em 1878. “Naquele mesmo ano, ao escrever o prefácio do livro *Crítica e Literatura* do falecido, Capistrano relembra os tempos da “Academia Francesa” e da “Escola Popular” ao citar diversos autores como Henry Thomas Buckle, Auguste Comte, Herbert Spencer, Hippolyte Adolphe Taine, dentre outros” (Sousa, 2012: 20).

Ao estabelecer uma relação entre Ranke e Capistrano, Canabrava procura sempre ter como parâmetro seu antecessor: Varnhagen. “Tal como em Varnhagen, a exegese documental, que ocupou muito do tempo de Capistrano, parece inspirar-se em Ranke, na escola histórica alemã” (Canabrava, 1971: 420). No mesmo ano, ela afirma em relação à Capistrano que

[...] suas obras revelam a preocupação fundamental de determinar os fatos com base na autenticidade das fontes. Deste modo, Capistrano de Abreu como seus seguidores, deram continuidade ao empirismo como método de trabalho intelectual, mantendo a tradição firmada por Varnhagen (Canabrava, 1972: 65).

O que Alice Canabrava denomina de “historiografia empírica” diz respeito à historiografia brasileira da metade do século XIX até Capistrano de Abreu, sendo este último o elo entre aquela historiografia e a historiografia surgida sob os auspícios da universidade. Esta historiografia empírica é marcada por sua estreita relação com as ciências naturais e pelo “apego documental”. Em sua palestra de 1974, a autora caracteriza Capistrano também como continuador de Varnhagen e vinculado à escola histórica alemã. “[...] Capistrano de Abreu foi um continuador de Varnhagen, quando

o apreciamos sob um aspecto, a técnica e a problemática da pesquisa documental. É um discípulo da escola histórica alemã” (Canabrava, 2005: 256). O tratamento documental de Capistrano de Abreu pode ser tomado como um exercício que seu amigo geólogo, Orville Derby, denominou de “geologia da lama”. Para Capistrano, a leitura do documento também se daria em camadas, indo de um todo homogêneo, para suas partes mais profundas, onde teríamos a heterogeneidade. “E Capistrano associava essa “geologia da lama” aos procedimentos de pesquisa propostos pela historiografia alemã. Concordava com as proposições de Leopold Von Ranke, ainda que ele não fosse seu favorito” (Gontijo, 2013: 297). O projeto de Capistrano de Abreu de escrever uma história definitiva do Brasil, superando Varnhagen, não se concretizou exatamente pelo fato de que, em sua compreensão, sempre faltava algum documento, tamanho seu “apego documental” (Gontijo, 2013: 300). Talvez, por isso, ainda em 1944, Alice Canabrava tenha afirmado acerca de Capistrano de Abreu que “[...] em virtude do culto estrito da documentação, da minúcia erudita, da tendência para os problemas de detalhe, [...] tendeu para a transcrição dos dados documentais, com poucas observações rápidas” (Canabrava, 1944a: 14). Em sua tese de 1942, a historiadora apresenta uma noção de documento em que a descoberta dos mesmos serviria para esclarecer fatos históricos, aproximando-se da operação historiográfica engendrada por Capistrano de Abreu.

Somos de parecer, que pela ausência de qualquer referência à licença de 1587, e tendo em vista a permissão especial do vice-rei do Perú, de 1592, é duvidosa a existência de permissões reais anteriores a 1602; contudo, este problema continua aberto, à espera de novos documentos que possam trazer luzes mais esclarecedoras sobre o assunto (Canabrava, 1944: 50).

Além da aproximação entre Capistrano e Varnhagen, Alice Canabrava também demarca suas diferenças e, principalmente, as contribuições metodológicas e historiográficas do historiador cearense. Para ela, o principal diferencial de Capistrano de Abreu em relação ao Visconde de Porto Seguro diz respeito ao contato do primeiro com as nascentes ciências sociais, em especial a sociologia.

Mas, diferentemente de Varnhagen que, tendo passado a maior parte de sua vida no exterior, tinha sua mente voltada

quase que de exclusivo para as fontes primárias, Capistrano de Abreu, nunca deixando sua pátria, manifesta curiosidade incansável com referência às correntes do pensamento europeu, no campo das ciências sociais, em plena efervescência no meado do século (Canabrava, 1971: 421).

A mesma posição se mantém no Seminário do IEB. Para Alice Canabrava, Capistrano em “[...] sua preocupação pelos fatos é um continuador da escola empírica, e se enquadra entre os positivistas, mas, contrariamente a Varnhagen, e, desapegado do rígido esquema dos últimos, procurou assimilar os conceitos das outras ciências do homem que se desenvolviam em seu tempo” (Canabrava, 1972: 7). A concepção de positivismo de Alice Canabrava não possui caráter pejorativo, apenas denota a filiação de Capistrano à Comte e Spencer. Em sua polêmica com Silvio Romero, Capistrano mobilizou uma gama de conhecimentos oriundos das ciências sociais (Turin, 2005). “A antropologia, a arqueologia, a sociologia e a filologia são ferramentas teóricas de que Capistrano se utiliza para dar contornos científicos à questão” (Pereira, 2002: 125).

Em sua conferência de 1974, Alice Canabrava demarca a originalidade da contribuição de Capistrano e o que o distancia de Varnhagen. “Na multiplicidade de autores e de assuntos, não é difícil entrever a convergência, como interesses dominantes, para a Geografia, a Etnologia e, necessariamente, a História, e a vinculação estreita ao pensamento científico alemão” (Canabrava, 2005: 257).

Na Etnologia, as pesquisas de Capistrano de Abreu sobre língua indígena ligaram indissolavelmente seu nome àquela ciência. As línguas o interessam como testemunhos de experiências histórica[s]. Ao voltar-se para o estudo dos idiomas, seguia a tradição dos estudos etnológicos no Brasil, desde os subsídios de Von Martius à contribuição magistral de Von den Steinen e seus discípulos (Canabrava, 2005: 258).

Maria da Glória de Oliveira enxerga no estudo das línguas indígenas empreendido por Capistrano, a concretização do projeto de Von Martius e da proposta de Varnhagen. Como estes povos não deixaram vestígios escritos, a forma de acessar seus modos de vida se dá através da etnografia e do estudo de sua língua. Por isso, Capistrano dedicou-se intensamente ao estudo das línguas indígenas, como um importante componente de sua história pátria.

Formulada pela primeira vez como etapa necessária do trabalho historiográfico, a investigação da população aborígine brasileira, tal como a propunha Martius, remetia a tarefas específicas que sugeriam um inevitável entrelaçamento entre a prática etnográfica e a escrita da história (Oliveira, 2013: 104).

Contudo, Rodrigo Turin, em sua tese de doutorado, demonstra que em relação à geração de 1870, como Silvio Romero, Euclides da Cunha, Tobias Barreto e Nina Rodriguez, Capistrano diferenciava-se pelo fato de separar as práticas historiográficas e etnográficas, ao passo que os primeiros aplicavam a etnografia à história.

O que Capistrano visava pode ser resumido a duas tarefas: primeiro, distinguir, através de um ordenamento da gramática, as famílias linguísticas que indicariam e classificariam os grupos; segundo, estabelecer um sistema cultural próprio a essas populações, por meio dos relatos, lendas, crenças. Para a primeira tarefa servia-se dos achados metodológicos de Steinen, o qual repousava na “separação inequívoca entre tribos cognatas, cujas línguas revelariam efetivo parentesco, e tribos afins”. Além disso, buscava palavras primárias (aquelas que se referiam às partes do corpo, por exemplo) para determinar se línguas diferentes estavam vinculadas a um fundo comum. Uma vez realizada essa etapa, o analista teria um corpo linguístico a partir do qual interpretar a cultura (Turin, 2009: 211).

Assim, os estudos etnográficos de Capistrano de Abreu são distintos tanto da tradição do IHGB e do Museu Nacional, quanto de Varnhagen, Martius e da geração de 1870, sendo inéditos no Brasil. A tese de doutorado de Beatriz Protti Christino sobre Capistrano de Abreu e da sul-americanística do período 1890 e 1929, demonstra como, naquele momento, no Brasil, não havia nenhum trabalho que pudesse ser comparado ao do cearense sob a inspiração de Von Den Steinen.

Não é de admirar que, no momento do *rã-txa hu-ni-ku-~i*, fosse uma árdua tarefa garimpar material sobre as línguas Pano nas livrarias do Rio de Janeiro. Os trabalhos que Capistrano de Abreu publicou sobre os Caxinauás não aludem a qualquer autor brasileiro, num silêncio que sinaliza a ausência de produção científica nacional na área (Christino, 2006: 76).

Em seu comentário sobre Capistrano de Abreu de 1971, nos trabalhos do Seminário do IEB e em sua conferência de 1974, Alice Canabrava mobiliza cartas do historiador cearense para comentar sua obra.

A correspondência de Capistrano de Abreu nos permite acompanhar o preparo e a elaboração dessas obras, os caminhos de sua familiarização com os principais estudos dos autores alemães que se haviam ocupado do índio brasileiro: Hans Staden e Schmidel, testemunhos do século XVI, Martius, “ponto de partida das explorações etnológicas do nosso país” e, sobretudo, os grandes etnólogos alemães de seu tempo, que no século XIX haviam desenvolvido o tratamento científico do índio brasileiro: Von den Steinen, Ehrenreich. Leu H. Meyer em sua pesquisa sobre difusão cultural, consultou numerosos vocabulários e obras de caráter mais amplo correlacionadas com a lingüística (Canabrava, 2005: 259).

Estes autores foram apresentados à Alice Canabrava no curso de Plínio Ayrosa na cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani.

Os trabalhos [...] de Paul Ehrenreich, de Von Den Steinen [...] e de inúmeros outros, excelentes, tem todos os característicos de blocos basilares que se podem juntar, sobrepor, amoldar uns aos outros, como os de [...] Capistrano de Abreu, [...] etc., evidenciam qualidade de peças de acabamento, pormenores que se exigem somente numa estrutura já constituída (Ayrosa, 1937: 135).

A historiadora tomou contato com autores como Hans Staden e Hermann Meyer possivelmente através da própria obra de Capistrano de Abreu, uma vez que em seu trabalho sobre as bandeiras, ela comenta “Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil” e também elenca este livro em sua bibliografia do artigo de 1938 sobre a região de Piracicaba (Canabrava; Mendes, 1938: 326). No comentário do livro, Alice Canabrava aponta para o fato de que Capistrano trouxe um novo documento intitulado “Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Mello Palheta no rio da Madeira e suas vertentes, por ordem do senhor João da Maia Gama, do Conselho de sua Magestade e que Deus guarde, governador e capitão general do Estado do Maranhão, cuja viagem e expedição se fez no ano primeiro do seu governo; e se gastou nela desde 11 de Novembro de 1722 até 12 de Setembro de 1723”. “[...] trata-se de um documento descoberto e publicado pela primeira vez pelo Autor, valioso como um dos poucos relatórios sobre bandeiras fluviais” (Canabrava, 1945: 33). Sobre o livro “Ribério Dias e as minas de prata, segundo novos documentos”, ela comenta que Capistrano “[...] restabeleceu a verdade histórica sobre os fatos”, uma vez que os antigos cronistas haviam atribuído a Ribério Dias façanhas que, na verdade, foram realizadas por seu neto (Canabrava, 1945: 34).

Capistrano de Abreu também foi apresentado à Canabrava por Taunay. Este historiador foi orientado em várias ocasiões por seu mestre Capistrano de Abreu.

[...] identificar os elementos destacados por Taunay e confrontá-los com as diretrizes apresentadas por Capistrano de Abreu em seus artigos e nas cartas trocadas entre eles permitiu compreender uma das mais importantes influências da escrita da História de Taunay: a recepção que ele realizou das orientações de Capistrano de Abreu (Anhezini, 2011: 24).

Em seu texto por conta de sua chegada à FFCL/USP para reger a cadeira de História da Civilização Brasileira em 1934, Taunay destaca a importância de Capistrano na historiografia brasileira e na construção de uma história da civilização brasileira em particular.

A primeira manifestação séria, digna de acatamento pela extensão e a valia de suas páginas, reside nos *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu, livro publicado no limiar de nosso século, por ocasião das festas comemorativas da passagem do quarto centenário da aportada cabralina a Porto Seguro. A luz das ideias e teorias modernas, estudou o grande sabedor os fenômenos do crescimento brasileiro, atribuímos, como acima lembramos, exato valor aos fatos da conquista e da apropriação do hinterland (Taunay, 1937: 123).

Nenhum dos trabalhos sobre Capistrano de Abreu que consultamos, fazem menção ao viajante-naturalista Ulrich Schmidel (Gontijo, 2013; Oliveira, 2006; Pereira, 2002; Oliveira, J. 2011; Sousa, 2012). Alice Canabrava conhecia este relato de viagem do século XVI, pois em sua tese de 1942 mobiliza-o com o fito de extrair um exemplo de como o inverno na região do estuário do Prata era rigoroso (Canabrava, 1944: 44).

Como se nota, Alice Canabrava, em sua palestra de 1974, tratou dos interesses do historiador cearense, como a geografia e a etnologia. Por fim, a autora apresenta a história e sua vinculação com o pensamento científico alemão. A partir dos referenciais teóricos presentes em seu “Capítulos de História Colonial” e em sua correspondência, ela demonstra a maneira pela qual Capistrano se apropriou de autores da velha e nova Escola Histórica de Economia da Alemanha.

Ao acercar-se de autores como Roscher, Hildebrand e Schmoller, Capistrano de Abreu abordava os trabalhos da *velha* e da *nova* Escola Histórica de Economia da Alemanha, as quais tiveram grande importância para o desenvolvimento da História Econômica, sobretudo a segunda. Sob o ângulo

formal, pertencem à História da Economia Política, mas sua contribuição revelou-se fecunda como historiadores da atividade econômica propriamente dita, principalmente sob a liderança de G. Schmoller (Canabrava, 2005: 260).

Segundo Roscher, a pesquisa da atividade econômica não deveria ficar circunscrita somente ao presente, mas deveria remontar-se também ao passado. Seu método ficou conhecido por histórico-fisiológico, exatamente pelo fato de remontar-se ao passado e também porque sua teoria do desenvolvimento apresenta uma concepção por fases. Bruno Hildebrand foi o primeiro a formular uma teoria do desenvolvimento por etapas. A primeira diz respeito às trocas; a segunda etapa é das trocas monetárias e a última, da economia de crédito.

Acompanhando a linha interpretativa de Hildebrand, procurou uma nova síntese sobre a economia da área açucareira nordestina, com apoio de novos dados empíricos, os da sua experiência, iluminada pelos dados que lhe proporcionava o texto. O conceito de *naturalismo econômico* alicerçava-se na permuta de gênero contra gênero, ou no empréstimo de gêneros; as transações interoceânicas, à base da moeda, representavam a contrapartida. Os dois comportamentos significavam as duas faces a caracterizar a economia da área dos engenhos de açúcar do Nordeste brasileiro (Canabrava, 2005: 260-261).

Gustav Schmoller concedeu toda atenção ao método histórico, no sentido de realizar minuciosa pesquisa documental e não se apegar a leis gerais. Por isso, frequentou os arquivos e publicou fontes para a história econômica. Segundo Canabrava, é o autor da Escola que Capistrano mais admirava. Contudo, o mais citado por ele foi Karl Bücher, que formulou uma teoria dos estágios de desenvolvimento onde abarcou toda a história econômica da Europa central e ocidental desde a Antiguidade até os tempos modernos.

Bücher forneceu à Capistrano a inspiração para pensar a economia doméstica, principalmente a partir da caracterização da economia de *oikos* da Antiguidade. "Em 1910, a analogia se configurou na economia da Casa-grande no Nordeste do país" (Canabrava, 2005: 262). Para ele, as missões jesuíticas também apresentaram as mesmas características de uma economia doméstica. Não à toa, Capistrano recomendou a Afonso Taunay e

Paulo Prado a leitura de Bücher para que os dois historiadores pudessem compreender a economia paulistana dos primeiros séculos.

A vinculação de Capistrano de Abreu com a economia não tem recebido a devida atenção dos estudiosos de sua obra. Roscher, Hildebrand, Knies e Bücher não foram citados por nenhum dos historiadores/historiadoras por nós pesquisados em suas teses e dissertações. Schmoller foi citado rapidamente e uma única vez por Rebeca Gontijo (2013: 240). Contudo, essa autora não analisa o papel da economia em sua escrita da história. Alice Canabrava adquiriu os subsídios necessários para o conhecimento destes economistas alemães quando já estava na FCEA/USP, uma vez que nenhum destes autores foram apresentados a ela durante sua graduação em Geografia e História (1935-1937).

Em 1974, mais uma vez ela demarca a importância da superação de uma história político-administrativa e o fulcro do historiador cearense para uma história social e dos costumes (Canabrava, 2005: 263). No entanto, a historiadora não isenta Capistrano de críticas.

Seria um pouco difícil reconhecer em Capistrano de Abreu o domínio de muitos conceitos que, ao seu tempo, as ciências sociais já haviam refinado. Faltou-lhe, por esta razão, muitas vezes, uma problemática consistente, de modo a conferir a seu pensamento uma diretriz fundamental de interpretação para dar aos elementos de análise a argamassa da unidade teórica. Aflorou, sem dúvida, grandes problemas, inspirado nos postulados das outras ciências do homem, sem conseguir desvendar-lhes a substância íntima da temática de base (Canabrava, 1971: 422).

Alice Canabrava afirma que Capistrano de Abreu não operou com o conceito de classe social, presente em autores como Schmoller e Bücher (Canabrava, 1971: 422-423; Canabrava, 2005: 264). Outro conceito não mobilizado por Capistrano e que, segundo Alice Canabrava, seria muito útil em sua análise é o mercantilismo. Em seu quarto capítulo dos "Capítulos de História Colonial", Capistrano explicou o fato de cidadãos de outra nacionalidade não poderem colocar os pés no Brasil, por meio de um princípio. Contudo,

Que princípio?, arguimos. O conceito de mercantilismo como política de unidade econômica já se conhecia em Schmoller desde 1884 (*Das Merkantilssystem...*) e anteriormente em Cunningham (*The growth of english industry and commerce*,

1882) como expressão da luta pelo poder econômico para alcançar objetivos políticos (Canabrava, 1971: 423).

### **Considerações finais**

As análises de Alice Canabrava sobre autores como Martius, Varnhagen e Capistrano de Abreu se aproximam das propostas que, posteriormente, estariam presentes no campo da história da historiografia brasileira, como no caso da exposição de Manoel Luiz Salgado Guimarães sobre Von Martius e de Temístocles Cezar sobre Francisco Adolfo de Varnhagen. Assim, as análises da autora são pioneiras, uma vez que superam o método de análise da história da historiografia brasileira dos anos 1970, marcado pela vinculação das obras aos seus contextos ideológicos de produção, como em José Roberto do Amaral Lapa, Nilo Odália e Carlos Guilherme Motta (Guimarães, 2005).

Quanto a Capistrano de Abreu, Alice Canabrava também via “dois Capistranos”. Porém, sua maior contribuição quanto à análise da obra do historiador cearense se deu no âmbito da economia. Esta mesma ciência que também lhe serviu de substrato para a análise da obra de Antonil (Canabrava, 1967) e que tomou contato, principalmente, após seu ingresso na FCEA/USP. Assim, as análises historiográficas de Alice Canabrava trazem em seu bojo seu período formativo entre 1935 e 1937, mas também os novos conhecimentos adquiridos em ciência econômica na FCEA/USP.

### **Referências bibliográficas**

ANHEZINI, Karina. *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso Taunay (1911-1939)*. São Paulo: UNESP, 2011.

AYROSA, Plínio. Orientação Geral dos Cursos. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935, 1937*.

BITTENCOURT, Feijó. O COMÉRCIO BRASILEIRO NO RIO DA PRATA – 1580-1640) – por Alice P. Canabrava. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 186, 1945.

BRAUDEL, Fernand. Du potosi à Buenos Aires: Une route clandestine de l'argent. Fin du XVe, début du XVIIe siècle. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 4, 1948.

CANABRAVA, Alice Piffer; MENDES, Maria Teixeira. A Região de Piracicaba. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, vol. 45, 1938.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio Português no Rio da Prata (1580-1640)*. São Paulo: Boletim XXXV da cadeira de História da Civilização Americana, n. 2, FFCL/USP, 1944.

\_\_\_\_\_. Ensaio Bibliográfico sobre as Bandeiras. *Boletim Bibliográfico*. São Paulo, Biblioteca Municipal de São Paulo, vol. V, 1944a.

\_\_\_\_\_. Ensaio Bibliográfico sobre as Bandeiras. *Boletim Bibliográfico*. São Paulo, Biblioteca Municipal de São Paulo, v. VIII, 1945.

\_\_\_\_\_. João Antonio Andreoni e sua obra. In: ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas drogas e minas*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano de Abreu. *Revista de História*. São Paulo, n. 88, 1971.

\_\_\_\_\_. Roteiro sucinto do desenvolvimento da historiografia brasileira. In: CANABRAVA, Alice Piffer; HOLANDA, Sérgio Buarque de; LUZ, Nícia Vilela. *Anais Encontro Internacional de Estudos Brasileiros. I Seminário de Estudos Brasileiros*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1972.

\_\_\_\_\_. Varnhagen, Martius e Capistrano de Abreu. (1980) In: CANABRAVA, Alice Piffer. *História Econômica: Estudos e Pesquisas*. 1ª edição. São Paulo: Hucitec; UNESP/ABPHE, 2005.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen e os relatos de viagem do século XVI: ensaio de recepção historiográfica. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 11, 1999.

\_\_\_\_\_. Thevet e Léry: visão, crença e história no Brasil do século XVI. *Ciências e Letras*. Porto Alegre, n. 37, 2005.

\_\_\_\_\_. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 2007.

\_\_\_\_\_. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os "selvagens": estudo introdutório de "A origem turaniana dos tupis e dos antigos egípcios". In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgs.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

CHRISTINO, Beatriz Protti. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-~i em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2006. 242 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral) – DL/FFLCH/USP, São Paulo, 2006.

ERBERELI JÚNIOR, Otávio. *A trajetória intelectual de Alice Piffer Canabrava: um ofício como sacerdócio (1935-1997)*. 2019. 369 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Industrie et commerce Antillais. Sur le sucre des Antilles*. *Annales. Économie, Sociétés, Civilisations*. Paris, n. 4, 1948.

GONTIJO, Rebeca. *O Velho vaqueano*. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. "Grande jornada a vapor": um segredo do visconde de Porto Seguro? In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; GLEZER, Raquel (orgas.). *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a Nação*. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. *Historiografia e cultura histórica: notas para um debate*. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, 2005.

HARTOG, François. *Evidência da História: o que os historiadores veem*. 1ª edição. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. *Mundo novo, mesmo mundo*. Viajantes de língua alemã no Brasil (1893-1942). São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2011.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. 1ª edição em livro (coleção Capistrano de Abreu). Rio de Janeiro: IHGB, 1991.

OLIVEIRA, Josiane Roza de. *Um historiador em formação: os primeiros anos da vida intelectual de Capistrano de Abreu (1875-1882)*. 2011. 309 f. Tese (Pós-Graduação em História das Ciências e Saúde Pública) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 183 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Daniel Mesquita. *Descobrimientos de Capistrano: a História do Brasil a grandes traços e largas malhas*. 2002. 194 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2002.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. *Capistrano de Abreu: História Pátria, Cientificismo e Cultura – A construção da História e do Historiador*. 2012. 309 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FioCruz, Rio de Janeiro, 2012.

TAUNAY, Afonso E. A propósito do curso de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1934-1935*, 1937.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. 2005. 203 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – IFCH/UFGRS, Porto Alegre, 2005.

\_\_\_\_\_. *Tempos Cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. In: WEHLING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. 2º edição. Rio de Janeiro: Ed. UGF, 2001.

